

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA

TEMPORALIDADE DA RIQUEZA

(Uma contribuição à Teoria da Dinâmica Capitalista)

Tese de Doutorado sob a Orientação do
Professor Doutor LUIZ GONZAGA DE MELLO
BELLUZZO, apresentada ao Instituto de Eco-
nomia da Universidade Estadual de Cam-
pinas.

*Este exemplar corresponde à tese
defendida pelo professor José Carlos de
Souza Braga no dia 22/11/85*

Luiz Gonzaga de Belluzzo

Campinas, 1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A MARIA ELIZABETH, CRISTIANO e JULIA,
por nosso amor

A MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES,
Mestra e amiga

A FREDERICO MAZZUCHELLI, GILSON SCHWARTZ
e LUCIANO COUTINHO,
pela amizade e parceria intelectual

As idéias que constituem este trabalho começaram a tomar forma nos tempos de Escolatina (Universidad de Chile), em inícios da década dos 70, quando muitos de nós travamos um rico debate teórico, em especial sobre o futuro político-econômico da América Latina.

Ali, tiveram singular importância para minha formação os cursos de Maria da Conceição Tavares, marcados pelo estímulo à abertura de caminhos intelectuais, pelo trabalho rigoroso e dedicado e pela convivência fraterna e amigável, coisas que perduram até hoje.

Esses caminhos desdobraram-se no Departamento de Economia e Planejamento Econômico, da UNICAMP, onde reflexões análogas vinham sendo desenvolvidas. Surgiram então os primeiros trabalhos daquele Departamento, dedicados a repensar as teorias da dinâmica capitalista, a criticar a "Economia Política da CEPAL", a analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Tenho, ao longo desses anos, usufruído desse ambiente intelectual extremamente profícuo. A presente tese desenvolveu-se nos cursos, seminários e conversas várias de que participei com os colegas professores e alunos.

É, em consequência, um trabalho coletivo e oxalá seja, hoje, um avanço, como o foram aqueles primeiros trabalhos. Espero que abra caminhos, sugira desenvolvimentos. É este o espírito que tem estado presente no convívio intelectual com os economistas da UNICAMP, seja na aproximação, seja na divergência de idéias.

Na interlocução com Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo forjou-se uma visão da dinâmica capitalista em que a "teorização mecanicista" e o economicismo não tinham lugar. Sugestões bibliográficas precisas, longas e, às vezes, inesperadas conversas em que articulávamos idéias. Como orientador revelou-me peculiar respeito e estímulo à liberdade e individualização.

Como já disse, estas idéias vêm "rolando" há mais de uma década. São vários os amigos e momentos a dar-lhe feição e aos

quais sou grato.

As discussões, cursos e conversas amigas compartilhadas com João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, Sonia Draibe e Liana Aureliano, sobre o pensar intrincado, teoria e história.

Com Luciano e Renata Coutinho uma amizade fraterna, aprendizados conjuntos e uma prática política pela renovação da participação dos economistas brasileiros na sociedade brasileira.

A "cumplicidade" com Frederico Mazzucchelli na interpretação da monopolização sob o Capital. Seminários e conversas com Andrea Calabi, Eduardo Fagnani, Gerald Reiss, Pedro Luiz Barros Silva e Sergio Buarque de Holanda Filho.

A agradável experiência de receber a contribuição crítica de ex-alunos, interlocutores iguais no presente, como Gilson Schwartz, Plínio de Arruda Sampaio Filho, Rui Affonso e Wilnês Henrique.

O companheirismo de Darci Setem, que comigo reviu pacientemente todo o texto e, ademais, trouxe seu peculiar talento para escolhermos as epígrafes, essas metáforas e convites, indispensáveis para a escrita e leitura de textos como este, em que a disciplina e o desejo devem ser bem combinados.

Pela colaboração de José Carlos Magliano na revisão de alguns capítulos. Pelo trabalho competente de Marcia de Mello Carvalho Leitão, Candida Teixeira, Dinah Amaral Barreto, Denise de Almeida, e Dolores Mayan Cripa, nos apoios administrativos.

Maria Elizabeth, Cristiano e Julia partilhando as angústias do longo percurso e alegrando os momentos de comemoração. A solidariedade de meus pais, Carlos e Dorothéa.

Ao apoio institucional da FUNDAP - através de seus diretores - meu reconhecimento. E, em particular, um agradecimento a Rui Fontana Lopez, Adir de Lima e sua equipe - Sonia Regina Zan

Guimarães, Helenice Ap. dos Santos, Tânia P. Marques, Virgínia Bersi, Maria Luiza de Almeida Ribeiro, Edilene Barbosa Faria, bem como a Aparecido Soares de Souza e Marcio Querino dos Santos, que tornaram possível, graficamente, esta "arte final na hora H".

ÍNDICE

	PÁG.
INTRODUÇÃO	04
PARTE I - APORIAS DA TEMPORALIDADE CAPITALISTA	33
CAPÍTULO 1 - Uma Crítica ao Conceito de Equilíbrio e a sua Temporalização	35
1.1 - Caracterização da Fenomenologia do Equilíbrio	37
1.2 - A Transformação do Conceito Estático de Equilíbrio ...	45
1.3 - A Passagem da Estática para a Dinâmica: o Equilíbrio como Númeno e sua Relação com a Teoria do Ciclo	50
CAPÍTULO 2 - Dinâmica Formal: o Tempo como Artefato	64
CAPÍTULO 3 - A Dinâmica Econômica como "História Raciocinada" ("Reasoned History") ...	75
CAPÍTULO 4 - A Demanda Efetiva e as Forças do Tempo Capitalista	89
4.1 - Keynes: O Equilíbrio Imaginário versus o Método Pan-Crônico (ou Acrônico)	91
4.2 - Kalecki: Terminalidade Teórica da Regulação Cíclica ..	105
CAPÍTULO 5 - Proposições face às Aporias da Teoria na Temporalidade	126
PARTE II - PROCESSO DE VALORIZAÇÃO: CAPITAL, CONCORRÊNCIA E CÁLCULO CAPITALISTA	144
CAPÍTULO 1 - Capital em Geral e Concorrência	148

	PÁG.	
1.1 - O Capital como Autonomização do Valor	150	
1.2 - O Capital em Geral	156	
1.3 - A Posição Teórica da Concorrência	168	
 CAPÍTULO 2 - Monopólio e Capital Financeiro:		
A Ilusão do Poder de Regulação	188	
 2.1 - Monopolização do Capital e Livre Concorrência - Uma Primeira Abordagem		190
2.2 - O Enredo do Capital Financeiro	196	
 CAPÍTULO 3 - O Entrelaçamento de Capitais e a Valorização: "Metafísica do Valor"		233
3.1 - O Cálculo Capitalista e a Concorrência: Processo Renda e Processo Valorização/Capitalização	236	
3.2 - Valor, Preços Capitalistas e Taxa de Lucro: "Ficção Social" na Realidade e Realidade da "Ficção Social"	249	
 PARTE III - DINÂMICA CAPITALISTA: ENTRE A LÓGICA E A HISTÓRIA		289
 CAPÍTULO 1 - A Instabilidade do Processo de Investimento e Acumulação Capitalistas		293
1.1 - O "Efeito Dual" do Investimento e as Limitações dos Modelos de Ciclo	295	
1.2 - Investimento com Inovações: Acumulação, Valorização e Tempo das Forças Produtivas	306	
 CAPÍTULO 2 - Taxa de Lucro e Tendência da Estrutura (A Significação da Lei)		343

CAPÍTULO 3 - A Dinâmica em seu Conjunto: Instabilidade e Tendência da Estrutura	364
3.1 - A Dinâmica do Capitalismo em Livre Concorrência	367
3.2 - A Dominância Financeira e a Dinâmica Monopolista	374
CONCLUSÕES	400

INTRODUÇÃO

Esta tese estabelece posições acerca do conteúdo pertinente a uma teoria da dinâmica econômica no capitalismo, e pretende ser uma contribuição para a renovação daquela teoria.

Nesta introdução, portanto, tento explicar quais os termos da discussão proposta, tanto no que se refere a qual é o objeto da dinâmica, como quanto ao método.

Fica posto, também, de imediato, que os autores privilegiados, por sua pertinência frente ao tema, são Schumpeter, Kalecki, Keynes e Marx.

A existência de divergências substantivas nessa questão impõe a compreensão dos pressupostos que fundamentam as diferentes concepções.

Mais que isso, é necessário discutir, teoricamente, a adequação das concepções à especificidade do movimento na economia capitalista ou, mais precisamente, à história do capitalismo.

A busca de uma dinâmica por parte da chamada Teoria Econômica foi uma imposição da tensão entre aquela teoria e a própria história do capitalismo. Uma trajetória desde logo não-linear, a da evolução da Teoria. Se alguma forma de análise dinâmica esteve presente na Economia Política Clássica, foi, ao contrário, uma análise estática a que primeiro se consolidou no conjunto de conhecimentos que veio a intitular-se, modernamente, de Teoria Econômica, cuja dominância acadêmica e ideológica impôs-se ao longo da segunda metade do Século XIX. Nesse percurso, a Economia, para alguns, teria amadurecido analiticamente para tornar-se Ciência. Nessa evolução, as quebras de produção, de nível de emprego, de oferta de crédito e de nível de preços, empírica e intermitentemente constatáveis, teriam impulsionado a procura, pelos economistas, de uma análise dinâmica. O vigor dessas constatações, entre o final do Século XIX e as três primeiras décadas deste Século, contribuíram para esse evolucionismo, de modo irreversível.

Esta breve menção à história do pensamento econômico tradicional tem um propósito específico: o de registrar que a Teoria Econômica é estruturalmente marcada pela tentativa de descobrir a passagem da Estática para a Dinâmica.

Esta passagem é uma das características centrais da história da análise econômica. Para ela, Schumpeter reservava uma expressão reveladora e dramática: "Cruzar el Rubicón". (1)

As raízes do dilema dessa travessia encontram-se, entretanto, no entrelaçamento de dois problemas: o do Equilíbrio e o do Tempo. As teorizações envolvidas na passagem da dinâmica têm como pressupostos o equilíbrio e o tempo. As noções de equilíbrio e tempo econômicos, as tentativas de transformá-los em conceitos, são o suporte analítico das teorias estática e dinâmica. É imprescindível compreender porque na mencionada travessia a Teoria Econômica não abdicou daquelas noções, ao contrário, fundou uma tradição: a permanência do conceito de equilíbrio e de um determinado conceito de tempo econômico.

Admitamos a metáfora. Os que tentaram cruzar o rio, o fizeram fiéis àquela tradição e, assim, na travessia para a margem dinâmica, navegaram e esboçaram-na segundo sua herança analítica.

A compreensão, portanto, de Estática e Dinâmica tem uma chave crucial: qual a função analítica dos conceitos de equilíbrio e de tempo, quais suas mutações na passagem de uma para a outra?

Recordemos, de partida, que o objeto da economia, para a tradição teórica, é a troca de mercadorias e, assim, é no contexto da abstração do intercâmbio que se instituirá uma fenomenologia do equilíbrio.

Schumpeter, historiador do que ele mesmo chamava de Economia Analítica ou Científica, atribui a Walras a elaboração da Carta Magna da economia exata, onde os problemas de natureza especificamente lógica ou matemática apontavam para alvos como deter-

minação, equilíbrio e estabilidade. Ora, esta era a pretensão dos teóricos do período 1870/1914 e mesmo daqueles do período anterior, 1790 a 1870, segundo o historiador.

Para a constituição dessa pedra angular, os procedimentos analíticos não devem sofrer limitações:

"... do ponto de vista de qualquer ciência exata, a existência de um 'equilíbrio (conjunto de valores) univocamente determinado' é, desde logo, da maior importância, ainda que se tenha que comprar a prova de sua existência ao preço de supostos muitos restritivos; se não é possível demonstrar a existência de um equilíbrio univocamente determinado ⁽²⁾ ou em qualquer caso, de um número reduzido de equilíbrios possíveis em algum nível de abstração (por elevado que seja), então o campo fenomênico de que se trata será realmente um caos subtraído ao controle analítico." ⁽³⁾

No momento, isso nos basta para demonstrar o quanto, na tradição estritamente analítica em Economia, é essencial o conceito de equilíbrio e sua determinação quantitativa. ⁽⁴⁾

Consideremos agora o problema da temporalidade do equilíbrio. A questão do tempo, na Teoria Econômica, desenvolver-se-á no âmbito da análise do Equilíbrio, uma vez que este conceito é o sustentáculo, para a lógica formal implícita, da organização teórica do que é suposto como objeto da Economia: o intercâmbio de mercadorias. Em consequência (como veremos no curso deste trabalho), surgirão os dilemas da análise econômica dinâmica. Trata-se de demonstrar que a interação analítica equilíbrio-tempo constituirá uma análise dinâmica puramente formal.

O tratamento da temporalidade involucra o problema lógico-histórico específico das ciências sociais. Para a Economia, o modo de inserção teórica do tempo condicionará a habilidade em elaborar conceitos e mover o pensamento numa forma capaz - ou não -

de apreender a dinâmica da sociedade capitalista, portanto, em ser pertinente - ou não - à história.

A questão da temporalidade coloca para a Teoria Econômica dificuldades análogas àquelas de como pensar, escrever a História: "A palavra 'história' indica ao mesmo tempo (o que não ocorre na ciência da natureza) o conhecimento de uma matéria e a matéria desse conhecimento." (5)

Entretanto, a teoria econômica ao tratar do tempo admite para si a validade de métodos de outras ciências. Ao fazê-lo, deixará de compreender a complexidade lógico-histórica que o problema da temporalidade capitalista coloca.

Retornemos a Schumpeter. Posto o conceito de equilíbrio, naqueles termos, pode-se "... definir um equilíbrio estático ou um equilíbrio dinâmico, segundo se relacionem elementos com o mesmo subíndice temporal ou com subíndices temporais diferentes". (1956) (6)

Com essa formulação, é a problemática da temporalização do conceito de equilíbrio que entra em pauta.

Mas, o que significa isso do ângulo da utilização de métodos de outras ciências? Fica a idéia de que a elaboração de determinados conceitos implica uma construção lógica pura, geral, aplicável a qualquer ciência, e isso refletiria a unidade da ciência. Assim, os conceitos de potencial de equilíbrio, oscilador, estática, dinâmica, seriam conceitos gerais, oriundos da física, porém adequáveis à economia. Assim como as ciências físicas evoluíram da estática para a dinâmica, o mesmo ocorreria com a economia.

"Há que sublinhar como já se fez ..., com respeito aos termos 'estática' e 'dinâmica', que o conceito de equilíbrio - tanto o equilíbrio estático como o equilíbrio dinâmico - não têm nada de empréstimo lícito ou ilícito às ciências físicas nas quais aparecem conceitos análogos. São categorias lógicas e, portanto, tão gerais

como a lógica mesma. Apresentam-se nas ciências físicas e nas ciências sociais porque é o mesmo espírito humano que trabalha em ambas." (7)

Ao assumir semelhante posição, Schumpeter de fato expressa algo com que concordaram e concordariam os economistas que construíram a tradição em teoria econômica e aqueles que seguem professando-a quer saibam ou não.

Para eles a pergunta acerca de qual é afinal a verdadeira matéria do conhecimento econômico, talvez nunca tenha sido radicalmente formulada. Tal omissão é especialmente grave no caso de uma teoria da dinâmica econômica, porque ela pode implicar a perda do real objeto. Porque pode tornar-se pura abstração. Porque, de modo prosaico, pode perder o bonde da história. O que é a economia mesma, o objeto, pode mudar no percurso histórico e se a teoria não contribui para a compreensão desse processo, muito menos poderá seguir tendo um objeto, terá no máximo uma abstração em sentido negativo.

Mas, então, para desdobrarmos o argumento, temos de averiguar o papel dos conceitos de equilíbrio e tempo na passagem da estática à dinâmica.

Ainda com Schumpeter, seguindo a evolução lógica postulada, veremos que se entende por "análise estática um método de tratamento dos fenômenos econômicos que tenta estabelecer relações entre elementos do sistema econômico - preços e quantidades de mercadorias - todos os quais levam o mesmo subíndice temporal, ou seja, se referem ao mesmo ponto do tempo". (8) Como é sabido, a análise estática de equilíbrio ganhou variados tratamentos no âmbito da teoria oferta/demanda.

Os métodos que constituem a dinâmica econômica "... tomaram em conta valores passados e valores futuros (esperados) das variáveis, lapsos, seqüências, taxas de variação, magnitudes acumulativas, expectativas etc. ...".

Como se disse, desde o primeiro parágrafo desta introdução, há várias concepções de dinâmica. Neste ponto, já podemos estabelecer aquela que é a própria da tradição analítica, imbuída de uma dada interação equilíbrio-tempo, e que Schumpeter assim resumia:

"... dinâmica significa exclusivamente análise que relaciona quantidades correspondentes a diferentes pontos do tempo teórico ... e não a teoria dos processos evolutivos que decorrem no tempo histórico: coincide pois praticamente com a análise sequencial e inclui como caso especial a análise de períodos, mas sem coincidir com a teoria do crescimento econômico, do desenvolvimento ou 'progresso'". (9)

Fixemos, por ora, que aquela dinâmica incorpora um tempo teórico que se contrapõe, exclui, o tempo histórico. Quer dizer, há uma cisão analítica entre tempo lógico e tempo histórico. É já do pressuposto daquela dinâmica a exclusão de uma relação com o tempo histórico. Ademais, o tempo teórico está dividido em segmentos, seqüências e períodos referentes a um eixo temporal - uma cronometria - que virá a ganhar definição na abstração de uma fenomenologia matemática. (10) E ainda, o tempo histórico é apreendido através da sucessão cronológica dos eventos históricos.

Adiemos, por enquanto, o detalhamento daquela cisão, para, ainda mais, esclarecer os termos primeiros da questão. A estática caracterizar-se-ia pelo nível de abstração mais alto, pela pura lógica das quantidades econômicas, no mesmo ponto do tempo, como caso especial de uma teoria dinâmica mais geral da qual se abstraem fatores dinamizadores.

Complica-se ainda mais a travessia do Rubicón, pois sem uma teoria dinâmica sequer a estática pode ser precisada. A teoria não está numa margem nem noutra, atravessa águas tormentosas.

"Ao dizer 'cruzar el Rubicón' quero significar o seguin-

te: por importantes que tenham sido as excursões pela análise sequencial, o corpo principal da teoria econômica ficou sempre na 'margem' estática do rio; e não se trata de complementar a teoria estática com o batim capturado naquelas excursões, senão de substituí-las por todo um sistema de dinâmica econômica geral, dentro do qual a estática fica incluída como caso especial." (11)

Pois então qual é essa dinâmica? Com a consideração da interdependência dos elementos em diferentes pontos temporais, (12) surgem as flutuações endógenas, os ciclos; e o equilíbrio econômico viria a ser considerado com novos métodos.

O ciclo econômico transformar-se-ia então no alvo da análise dinâmica? E o que fazer com o conceito de equilíbrio? Mas se o ciclo é tido como a própria análise dinâmica, que admite um tempo estritamente lógico, como relacioná-lo com o tempo histórico?

Adianta-se que para os construtores dos modelos macrodinâmico-cíclicos, que proliferam no Século XX, essas perguntas não foram e não têm sido rigorosamente enfrentadas. Elas poderiam ser sintetizadas assim: poderia a teoria do ciclo econômico, enquanto análise dinâmica, compreender a temporalidade capitalista?

Nesse trabalho sustentar-se-á que a resposta é negativa, o que implicará uma crítica à concepção de dinâmica predominante na teoria econômica. Dois autores serão privilegiados na interlocução, por terem levado ao limite do paroxismo a capacidade analítica da teoria do ciclo: Schumpeter e Kalecki. O primeiro, ao formular uma original combinação conceitual frente ao problema da temporalidade: equilíbrio, fluxo circular e historicização de uma teoria cíclica. E o segundo, ao revelar uma tensão na busca da dinâmica global via integração entre ciclo e tendência. Porém, advertir-se desde logo que não basta fazer aperfeiçoamento técnico na obra dos dois, aperfeiçoamentos do tipo de ampliar o número de equações e de setores/departamentos econômicos, do tipo de avançar na complexidade das soluções matemáticas, do tipo de introduzir

ad hoc novas combinações paramétricas etc.

Para a compreensão da temporalidade capitalista, o trabalho a ser feito é avançar a partir das questões formuladas por eles, refazer e fazer novas perguntas, problematizar os conceitos já assentados; e só assim prosseguir avançando na compreensão lógico-histórica da dinâmica capitalista, frente à qual eles não se contentaram com os esquemas formais.

Schumpeter declarara que até mesmo na entrada dos anos 20, deste Século, a dinâmica estava por construir-se. Sabe-se que no final do Século XIX aos tormentosos anos 30/40 deste Século, as investigações estatísticas, ⁽¹³⁾ as crônicas históricas e a consolidação da macroeconomia dos agregados (investimento, consumo, estoque de capital ...) interagiram para a construção de modelos de análise dinâmica, na tradição analítica, cujos objetos eram o ciclo econômico e a tendência, esta no específico sentido de "trend". ⁽¹⁴⁾

Mas vale a pena, para revelar os problemas que hoje persistem, insistir ainda mais na recuperação das raízes dessa dinâmica.

O progresso da economia analítica ou científica teria corretamente banido a palavra crise econômica, passando a entendê-la como parte de um fenômeno mais geral que seriam os ciclos. Porém, as considerações sobre os ciclos foram sendo feitas sem abdicar do pressuposto do equilíbrio, que significava atribuir às flutuações um caráter de anormalidade.

Referindo-se ao período de história da análise econômica que se encerra em 1914, Schumpeter afirmava:

"... com poucas exceções, a mais influente das quais é Marx, estes economistas trataram os ciclos como um fenômeno sobreposto ao curso normal da vida capitalista, e na maioria dos casos como um fenômeno patológico; a maioria não teve nunca a idéia de buscar nos ciclos econômicos ca-

pitalistas materiais para reconstruir a teoria básica da realidade capitalista." (15)

O próprio Schumpeter e Kalecki foram os que tiveram e desenvolveram essa idéia. Por isso são os interlocutores fundamentais na crítica que aqui se fará à dinâmica cíclica. Marx e Keynes são dois ausentes na formulação dessa dinâmica cíclica; ausentes, porém, por consciência teórica; porque, por razões diferentes, não viam nela a possibilidade de compreensão globalizante da relação temporalidade/estrutura/história capitalistas. Por isso, ambos não escreveram aquilo que parecia ser uma lacuna: o capítulo sobre a teoria dos ciclos. Isso não significa que tenham omitido completamente a noção de dinamismo cíclico ao longo de suas elaborações analíticas; usaram-na, porém, de forma subordinada. Schumpeter e Kalecki levaram ao limite o valor analítico da ciclicidade.

Foi a presença do paradigma de equilíbrio que atribuiu aos ciclos o caráter de fenômeno sobreposto à normalidade. Anunciemos os termos gerais desse problema com o qual o próprio Schumpeter viria a confrontar-se.

Se o fenômeno básico da realidade capitalista tem como característica a ciclicidade econômica, como fica a fenomenologia do equilíbrio na passagem da estática para a dinâmica? A resposta encontra-se na discussão do equilíbrio como "númeno" - isto é, "aquilo que é pensado por meio da razão", "inteligível", o mundo dos "númenos" como mundo inteligível contraposto ao mundo sensível ou mundo dos fenômenos. Ora, isso, basta acentuá-lo pelo momento, corresponde a livrar o conceito de equilíbrio de suas implicações empíricas. (16)

O equilíbrio como "númeno" implicaria uma clivagem fenomenológica. Num plano, os fenômenos, observáveis e observados, de natureza dinâmico-cíclica. Noutro plano, uma fenomenologia estritamente abstrata, nível de elaboração lógica, purificada de determinados conteúdos, uma espécie de estrutura "interna" da fenomenologia econômica. (17) O equilíbrio como um instrumento analítico,

um operador, o projeto de um pensamento, esquema de intervenção. (18)

Dessa forma, no procedimento analítico na construção da dinâmica, sobrevive, ou revive tal qual fênix, o conceito de equilíbrio, repensado, agora, como norma ou ideal lógico. Como fica o problema do tempo? A matematização do tempo ⁽¹⁹⁾ faria a síntese "numenal" ao permitir simultaneamente, pela interdependência das variáveis econômicas em diferentes pontos temporais, a formulação da ciclicidade dinâmica; e pela utilização do ideal lógico, a formulação da essencialidade do equilíbrio e até mesmo a formulação de sua verificação em algum ponto do tempo. Isso pode ser visto como a dicotomia sincrônico/diacrônico. O sistema econômico é intrinsecamente equilibrado e isso pode ser demonstrado se considerarmos as relações entre suas variáveis num mesmo ponto do tempo. Se movemos esse sistema através do tempo (diacronia), as interdependências das variáveis, em diferentes pontos do tempo, promoverão flutuações dinâmicas, afastando-se do equilíbrio. Mas este existe, logicamente, como norma, em alguns pontos do tempo, e portanto se suspendo as razões da diacronia, e suponho valer as da sincronia, posso admitir como observável, num ponto de tempo, o equilíbrio.

Assim, esse esquema analítico incorporaria uma dinâmica econômica cíclica em que a propriedade de equilíbrio permanece como intrínseca ao sistema, pelo recurso combinado de "número" com ciclagem fenomenológica, simultâneo à temporalidade considerada como sincronia/diacronia.

Daí que se imponha a crítica aos fundamentos dessa dinâmica formal a partir da qual não se resolve, insistamos, a temporalidade lógico-histórica do capitalismo. Essa crítica é aplicável à maioria das concepções de dinâmica na teoria econômica.

Anunciemos, agora, os termos gerais do questionamento que Schumpeter e Kalecki fizeram a essa concepção dominante que ainda nos abastece até hoje com sucessivos modelos dinâmico-cíclicos.

O que está em consideração é a dinâmica econômica em Schumpeter e não o conjunto de sua obra. A verdade quanto àquela é que se caracteriza como a mais inovadora combinação analítico-histórica. Entretanto, ao permanecer no âmbito do paradigma de equilíbrio, acaba por atribuir à evolução histórica da dinâmica econômica aquilo que ela não possui: a gestação da crescente estabilidade econômica no capitalismo.

É uma dinâmica econômica ancorada nos conceitos de equilíbrio, fluxo circular (estado estacionário), a partir dos quais, enquanto aparato de lógica econômica, poder-se-ia rigorosamente definir a origem do distanciamento em relação à norma, definir enfim as flutuações reais. O equilíbrio é "norma teórica" das variáveis econômicas. Assim, os ciclos, uma vez concluídos em razão do declínio das forças propulsoras, reconduziriam o sistema a uma vizinhança de equilíbrio, composta de pontos discretos na escala temporal, que, se alcançada, preencheria as condições de equilíbrio. Os ciclos estão assim combinados com uma tendência real ao equilíbrio e o movimento de uma vizinhança a outra, na escala temporal, é o movimento de reinstauração do fluxo circular, anteriormente rompido.

Entretanto, não são flutuações em torno de "trends", entendidos como loci of points, cada um dos quais indicaria o valor de equilíbrio ideal correspondente ao valor real adotado por cada variável temporal no mesmo ponto do tempo. ⁽²⁰⁾

Somente na vizinhança de equilíbrio existiriam esses pontos discretos correspondentes às condições de equilíbrio, sendo que cada nova vizinhança de equilíbrio implicaria um estágio mais avançado no desenvolvimento das forças produtivas.

Para ele, então, o conceito de equilíbrio seria ao mesmo tempo um ideal lógico como também um espaço na escala temporal para o qual o próprio esgotamento do ciclo conduziria tendencialmente.

Mas não é só isso para ele, cada ciclo é uma individualidade histórica e, portanto, a dinâmica econômica não pode estar equacionada unicamente no plano lógico. Há um tempo histórico, tanto que as durações das fases do ciclo, dependem da natureza da inovação introduzida. Daí que, para ele, as histórias geral, econômica e industrial devam subordinar a estatística e a teoria.⁽²¹⁾

Encontramo-nos, portanto, na encruzilhada do tempo lógico com o histórico. Não está atribuída autonomia à lógica econômica abstrata na determinação da dinâmica. Porém, o tempo histórico só está considerado a partir da historicização dos eventos cronológicos, especialmente os tecnológicos. Permanece-se na cisão entre os dois tempos, ainda que a historicidade atribuída à dinâmica econômica revele, simultaneamente, a fragilidade, para a dinâmica capitalista, dos dois tempos, tanto o lógico quanto o histórico. Nem o teorismo economicista, nem o historicismo. Mas ao mesmo tempo, ele está na lógica analítica e no historicismo. Dessa forma, ele chega ao âmago do dilema da temporalidade capitalista. Porém, ele permanece no impasse ao fundamentar-se no equilíbrio e no ciclo como conceitos-chave da dinâmica que, enquanto teoria, deverá ser historicizada.

Na dinâmica schumpeteriana aparecerá a formulação da instabilidade capitalista⁽²²⁾ calcada na criação e destruição de estruturas impulsionadas pelas inovações e pela concorrência. Entretanto, uma vez que sua teoria dinâmica se sustenta na combinação equilíbrio-ciclo, terá as seguintes consequências:

- a historicização dessa dinâmica cíclica, pela introdução de periodização, capitalismo concorrencial versus capitalismo trustificado, admitirá que, no plano econômico, o sistema torne-se mais estável, suplantando a instabilidade de seu primeiro período;
- a mutação da instabilidade cíclica para a estabilidade (cíclica), é admissível teoricamente, porque sua dinâmica está centrada no conceito de ciclo. Esse conceito implica uma totalidade autônoma

de movimento, isto é, as fases, prosperidade-recessão-depressão-recuperação, necessariamente sucedem-se umas às outras pela lógica mesma desse conceito dinâmico. O que pode ser alterado são as amplitudes e durações dessas fases. O decurso do tempo histórico, via capitalismo trustificado, atenuaria as intensidades em ambas características, o que, somado ao pressuposto do equilíbrio, leva à conclusão do alcance da estabilidade cíclica. Essa combinação analítico-histórica não comporta um rigoroso conceito de crise econômica, estrutural, no capitalismo. É o evolutivo êxito econômico que sócio-politicamente destruirá a ordem capitalista.

Far-se-á, em consequência, a crítica da concepção schumpeteriana de dinâmica econômica enquanto considerando-a como estágio terminal da tradição da economia analítica frente à temporalidade capitalista. Faz-se uma qualificação do ciclo como objeto da dinâmica e do método schumpeteriano.

Somos levados a indagar quais as linhas de desenvolvimento de uma dinâmica econômica que apreenda a temporalidade capitalista, de modo aberto à problemática lógico-histórica que lhe é específica. Isso significaria uma dinâmica econômica face a face com a complexidade: temporalidade-estrutura-conjuntura-história. Uma dinâmica econômica contributiva à compreensão do processo estruturação/desestruturação tipicamente capitalista.

Para tanto, desde logo, a encruzilhada schumpeteriana entre tempos lógico e histórico será um ponto de reflexão. Outro autor cuja contribuição representa também, de outra forma, um esgotamento da lógica analítica, para a temporalidade, é Kalecki.

Suas raízes marxistas conformaram sua reflexão sobre a dinâmica econômica, de um modo que nos levou a classificá-la como um campo de tensão teórica: repensar o ciclo como totalidade autônoma de movimento e reconsiderar o método de separar ciclo e tendência. Keynes, partindo das bases marshallianas, tem também o conjunto de sua reflexão marcado por uma tensão teórica: instabi-

lidade dinâmica versus equilíbrio.

Esses três autores, portanto, representam, na Teoria Econômica, o questionamento sobre a adequação desta ao movimento específico da economia capitalista. Em Kalecki, surge uma teoria da dinâmica econômica onde a negação do paradigma de equilíbrio exclui a existência de quaisquer mecanismos reequilibradores, seja via distribuição de renda funcional (salário/lucro), seja pelo progresso técnico. O processo de determinação dos lucros e da renda nacional - dados os parâmetros distributivos da renda nacional -, combinado com a teoria do investimento, implica a formulação dinâmica da teoria do ciclo econômico "puro". O ciclo, entretanto, não pode ser pensado separadamente da tendência, não são entidades independentes. Busca, então, uma teoria da dinâmica econômica como um todo, e assim explicita o dilema da integração entre ciclo e tendência, no qual permanece fazendo perguntas cruciais. O movimento capitalista não é unicamente o de crescimento com ciclos. O próprio crescimento deve ser problematizado; há momentos em que o declínio do crescimento não representa apenas a fase de baixa do ciclo; pode representar oscilações cíclicas com tendência estagnacionista. Sugere que a relação entre ciclo e tendência está medida pelo cálculo capitalista, onde os ganhos nos "investimentos com inovações" e os riscos nas decisões de investir são estratégicos.

Dessa forma, a contribuição de Kalecki em seus avanços e dilemas aponta para o rompimento da dinâmica cíclica como uma totalidade autônoma de movimento, e assim na relação do ciclo com a tendência deixa aberto o questionamento desses conceitos. Isso significa discutir logicamente a temporalidade, reposicionar o tempo teórico; um avanço crítico em relação aos modelos dinâmico-cíclicos. (23)

A reconsideração dos conceitos de ciclo e tendência, a partir da crítica a Kalecki, constitui, nesta tese, um dos planos para a formulação dos conceitos de instabilidade e crise no âmbito de uma dinâmica econômica redefinida. O procedimento teórico, nesse sentido, implicará reconsiderações sobre o cálculo capita-

lista e a concorrência no âmbito da dinamização do conceito de demanda efetiva.

Chega-se assim ao ponto de encontro com Keynes. A tensão teórica nele está em contrapor-se, desde dentro, ao paradigma do equilíbrio e, portanto, em "cruzar el Rubicón", movido pelo conceito-chave que foi para ele o princípio da demanda efetiva. É um pensamento marcado pela tradição: buscar a passagem da estática à dinâmica e, portanto, defrontar-se com o problema do equilíbrio.

Isto posto, é verdade que se tornou possível lê-lo segundo os cânones da estática comparativa ou forjarem-se modelos dinâmico-cíclicos, ou ainda, reenquadrá-lo num esquema de equilíbrio geral. (24)

Entretanto, na travessia, Keynes propôs, compreendido o conjunto de sua reflexão, problemas e conceitos que apontavam para uma redefinição de dinâmica econômica. Fundamentalmente, o princípio da demanda efetiva pensado desde o cálculo capitalista, numa economia monetária, atribuía à dinâmica econômica a marca da instabilidade financeira pari passu à instabilidade dos investimentos produtivos, da renda nacional e do nível de emprego. Essa formulação traz implícita uma retradução do tempo. A economia monetária empresarial torna intrínsecas, ao cálculo capitalista, as incertezas e as expectativas. Assim, não se pode predeterminar modalidades/comportamentos de cálculo e projetá-los mecanicamente no eixo temporal cronológico e obter uma trajetória qualquer cíclica, por exemplo, que será admitida como a representação da dinâmica, dados os pressupostos naquele tempo inicial. No processo, as expectativas alteram o cálculo dos agentes, que redefinem suas decisões financeiras e produtivas e com isso redefinem o tempo de valorização de seus ativos de distintos tipos. Isto é, fica inviabilizada a representação mecânica do movimento econômico-financeiro uma vez que os agentes permanentemente reavaliam o passado e perscrutam o futuro.

O que existe é o tempo formado pelas expectativas dos

agentes quanto à valorização dos ativos (financeiros e produtivos), o que significa uma temporalidade mutável da estrutura de valorização; é um tempo interno a essa estrutura. Impossível a validade teórica de uma representação via seqüências, períodos ou perpetuum mobile num eixo temporal "exterior". O tempo não pode ser sinônimo de espaço de representação da dinâmica econômica.

Como admiravelmente sintetizou Shackle não se pode fazer do tempo "... uma simples analogia de um espaço, uma dimensão ... como se fosse uma 'variável extensa' ". (25) Regressamos à questão do uso de métodos de outras ciências em economia. (26) O método físico não serve ao economista:

"O objeto principal de seus estudos (dos economistas) é um intervalo no qual se dá efeito a idéias, suas e de outros sujeitos, que existiam no umbral mesmo deste intervalo; e o caráter deste efeito depende do caráter das idéias em questão, mas não corresponde necessariamente com nenhuma idéia concreta do indivíduo. Um intervalo assim concebido não pode ser nunca abstraído até esfumar-se num ponto do tempo. Deve ter um princípio e um fim, distintos e separados, de tal maneira que o que se possa imaginar acerca de seu conteúdo ao começo deste intervalo seja parte da fonte, mas não a imagem da visão que se terá feito patente quando conclua." (27)

Conforme discutimos páginas atrás, a dinâmica tradicional em economia trata de temporalizar o conceito de equilíbrio, fazendo do tempo uma variável, chegando assim a uma dinâmica formal: "cycles & trends", o capitalismo como a trajetória de crescimento com ciclos etc.

A síntese de Shackle espelha a encruzilhada de Keynes sobre a temporalidade, e a inovação deste constitui uma ruptura com aquela lógica formal, embora em seu nome sigam-na cultivando.

A formulação de Keynes indicava uma concepção do tempo a

partir das expectativas dos agentes sobre a estrutura de valorização e das mutações resultantes. Desse modo, contribuía para uma atenuação da cisão entre tempos lógico e histórico, uma vez que este último deve ser buscado nas transformações da estrutura. Entretanto, essas mutações vistas por Keynes o são a partir das decisões privadas dos agentes, admitidos como sujeitos, que provocariam as flutuações. Desse modo, ele está captando como as alternâncias conjunturais vão modificando a estrutura de valorização.

Porém, a estrutura capitalista, ainda que tendo seu movimento composto pelas instabilidades conjunturais, move-se também tendencialmente, com determinações que transcendem as decisões privadas e as condicionam.

Há, portanto, uma interação de determinações entre tendências estruturais e instabilidades conjunturais que conformam a compreensão da relação estrutura/conjuntura, em cujo âmago está o problema da temporalidade lógico-histórica. Sustenta-se aqui que a dinâmica em Keynes padece de um desenvolvimento daquela interação pela ausência de conceitos e leis acerca das tendências estruturais. Essas, no capitalismo, necessitam, para serem compreendidas, de um conceito de sujeito que transcenda aquele de agente e isso é assim devido ao fenômeno da concorrência, que anula a possibilidade de o agregado de agentes constituir-se em sujeito que move tendencialmente a estrutura.

É certo que o conceito de demanda efetiva é aquele que realiza socialmente a agregação dos agentes (tomados como sujeitos), porém esse conceito justamente o que faz é determinar como as instabilidades conjunturais contribuem para as mutações da estrutura, mas não dão conta da tendência intrínseca estrutural, na qual há uma instância da temporalidade que transcende a apreensão tanto do passado quanto do futuro por parte dos agentes.

Essa ausência, em Keynes, para a temporalidade lógico-histórica, é a simétrica da que apontaremos em Marx. Portanto, diremos que há em Keynes uma teoria da instabilidade que é uma di-

menção da relação conjuntura/estrutura; e que não há em Keynes uma teoria das determinações da tendência da estrutura, no sentido de modificação das propriedades da estrutura que é outra dimensão da relação estrutura/conjuntura.

Contudo, o trabalho de Keynes sobre aquela dimensão foi uma verdadeira ruptura com a tradição, possibilitou-lhe uma determinada compreensão do plano lógico-histórico, que o levou a pensar no que seria uma agenda para a ação estatal, pensar a política econômica em novos termos, no capitalismo moderno, no qual ele via "o fim do laissez-faire". Entretanto, é também necessário registrar que sua permanência unicamente naquela dimensão teórica (necessária), sua concepção de sujeito econômico e de capital, seus dilemas com o paradigma de equilíbrio, por certo condicionaram a sistematização de sua construção lógica, num quadro de "meta-estática" ou "kaleido-estática". (28)

Ele se propôs, portanto, a uma síntese da instabilidade; não se propôs à teorização da evolução capitalista, mas tampouco se enredou na construção de modelos temporais globalizantes. Sua teoria como que está posta em qualquer momento da estrutura capitalista moderna para revelar como a realização da riqueza privada, numa economia monetária, promove repentinas e amplas flutuações.

Não pode caber dúvida quanto à inovação de seu pensamento para uma teoria da dinâmica econômica capitalista:

"... o que ofereço é uma teoria das causas pelas quais a produção e o emprego são tão sujeitas a flutuações". (29)

No parágrafo em que resume a Teoria Geral, os avanços e limitações mencionados podem ser constatados:

"A teoria pode ser resumida pela afirmação de que, dada a psicologia do público, o nível de produção e do emprego como um todo depende do montante do investimento. Eu a proponho desta maneira, não porque este seja o único

fator de que depende a produção agregada, mas porque, num sistema complexo, é habitual considerar causa causans o fator mais sujeito a repentinas e amplas flutuações. De um modo mais geral, a produção agregada depende da propensão ao entesouramento, da política das autoridades monetárias em relação à quantidade da moeda do estado de confiança referente à rentabilidade futura dos ativos de capital, da propensão a gastar e dos fatores sociais que influenciam o nível dos salários nominais. Mas, entre esses vários fatores, os que determinam a taxa de investimento são os menos confiáveis, pois são eles que são influenciados por nossas visões do futuro, sobre o qual sabemos tão pouco". (30)

Pela discussão que realizamos até aqui é possível estabelecer como o significado e a adequação do conceito de dinâmica ao capitalismo dependem da compreensão que se tenha dos tempos lógico e histórico e da relação entre eles. A tradição em teoria econômica apresenta-se "modernamente" na construção de modelos de crescimento e ciclo, em que os ciclos são uma decomposição do conceito de equilíbrio, esse é um númeno, e o tempo é tido como uma "variável extensa". Essa, que é a dinâmica formal, demonstra-se totalmente ineficaz para a compreensão do movimento lógico-histórico do capitalismo. Sobre esta, Shackle afirma o seguinte:

"A drástica, completa e absolutamente imprevista transformação que o clima e a cena da economia experimentaram entre a década dos 30 e o final de quarto do século seguinte à Segunda Guerra Mundial puseram no lixo a confiança que podíamos ter em modelos ou analogias mecânicas e funções matemáticas permanentemente estáveis como meios para interpretar a história e preparar sua transformação ... Já é hora de que os economistas se preocupem pelas idéias que geram condutas, em lugar de tratá-las como se fossem puramente maquinais". (31)

Schumpeter, Kalecki e Keynes surgem, assim, cada um a

seu modo, como fundadores de questões teóricas, conceitos e interpretações que dão conteúdo lógico-histórico à dinâmica capitalista. À margem da chamada produção de teoria econômica, Marx foi, como reconheceu Schumpeter, o pioneiro na constituição dessa problemática.

A proposta dessa tese é discutir os problemas do que poderíamos chamar desse "ponto de encontro" teórico e avançar para uma compreensão da dinâmica.

Com Schumpeter e Kalecki, a construção de uma teoria dinâmica havia implicado simultaneamente a constituição de um novo objeto: os ciclos passam a ser considerados como a realidade básica da economia capitalista. Apesar da diferença entre ambos, nenhum dos dois considera como objeto a abstração do intercâmbio de mercadorias, e a partir daí equilíbrios estático e dinâmico.

Com Keynes, anunciamos uma determinada concepção de dinâmica econômica em que o objeto de reflexão são as causas das flutuações do emprego e da renda, marcando uma instabilidade estrutural, sem entretanto uma projeção diacrônica de uma pressuposta globalidade dinâmico-cíclica.

Com Marx, o objeto mesmo da reflexão econômica e sua concepção de dinâmica o colocavam em trilhos distintos da trajetória da chamada teoria econômica. Para ele não havia portanto nenhum Rubicón a cruzar. Seu objeto era "o capital", e sua dinâmica era marcada pela temporalidade lógico-histórica, gênese e desenvolvimento das formas capitalistas.

Nele, a teoria da dinâmica econômica não podia ser pensada à parte da teoria dos processos evolutivos que decorrem no tempo histórico, à parte da teoria do crescimento econômico, do desenvolvimento ou do "progresso".

O conceito de capital em Marx é único. Não se encontra semelhança em nenhum outro autor ao longo da história da análise

econômica. É desde esse conceito que se formula a dinâmica econômica. Com ele pensam-se as dimensões sociais (no sentido das relações no processo de trabalho), tecnológicas e de valorização.

Da estruturação teórica do capital surgem as leis da dinâmica econômica, tais como: da produção de mais-valia (processo de trabalho como processo de valorização), da composição técnico-econômica do capital, da centralização dos capitais, da capitalização (capital como mercadoria, capital a juros).

A lei da tendência ao declínio da taxa de lucro é formulada como a síntese da dinâmica econômica em Marx. Entretanto, sobre essa afirmativa pairam várias divergências. Aqui, ela será demonstrada como tal, como lei geral da dinâmica econômica, propriamente capitalista. Como lei que o capital enquanto sujeito (objeto-movimento) determina na qualidade, a lei, de um desenvolvimento interior à estrutura de produção/valorização no capitalismo. É na compreensão dessa lei que se deve reconsiderar o conceito de tendência, que, prontamente, não deve ser confundido com aquele da dinâmica formal (trend), ou-seja, como representação diacrônica do movimento capitalista no longo prazo. Não, o conceito de tendência há de ser interpretado em conexão com a lei da taxa de lucro, para revelar o processo do sujeito capital como formação e transformação da estrutura capitalista numa temporalidade lógico-histórica, em que o corte sincrônico/diacrônico não tem vigência. Isto é, é uma lei do capital que explica as razões internas da transformação da estrutura. Por isso não admite uma representação diacrônica, a estrutura dada movendo-se através do tempo, até que em algum tempo, no longo prazo, a estrutura transforme-se por causas não explicadas internamente.

Assim sendo, é uma lei de dinâmica que não comporta a dicotomia curto e longo prazo, mas que ao contrário apela para a interação estrutura-conjuntura, uma vez que sendo uma lei interna da formação/transformação da estrutura, é constitutiva da temporalidade lógico-histórica da estrutura, ela é determinante simultânea dos movimentos estrutural e conjuntural.

Mas aí está um problema aberto em Marx, o dessa interação de determinação simultânea e de constituição da temporalidade. Daí que uns tenham entendido a lei como válida para o longo prazo e/ou, no limite, como a "lei do colapso".⁽³²⁾ Outros a tenham associado com os fenômenos cíclicos, comentando, entretanto, que faltou a Marx escrever esse capítulo dos ciclos econômicos.

Nesse trabalho, defende-se a tese de que o problema em aberto deve ser compreendido através da mediação de uma teoria do investimento, essa sim, não desenvolvida por Marx.

Kalecki, na reflexão sobre a teoria do investimento, (decisões capitalistas de investir) havia chegado a que, ciclo e tendência não são entidades independentes. Deixou perguntas e sugestões para romper a diacronia em que ele mesmo havia incorrido. Aquelas conduziriam a uma reconsideração dos conceitos de ciclo e tendência de modo a podermos compreender a dinâmica como um todo.

A formulação de Marx sobre a lei da taxa de lucro é a inspiração, nesta tese, para a reconsideração da tendência, porém, pelas razões já explicadas, ela deve ser mediada por uma teoria do investimento. Mas, não por uma teoria do investimento que conduza ao ciclo como uma totalidade autônoma de movimento, porque se assim for se perde a tendência como expressão contraditória da lei da taxa de lucro. Alguns tenderão a resolver, como Schumpeter, que a tendência seja uma "onda longa" ao fim da qual a estrutura se transformará. Porém, assim se retorna novamente à autonomia do ciclo; a tendência retraduzida como um ciclo de "longo prazo". Incorre-se, de novo, numa diacronia, em que as transformações da estrutura não se compreendem por razões internas da mesma. A tendência é dissolvida no conceito de ciclo longo ou a "tendência à transformação da estrutura" vira uma afirmação teoricamente vaga, a ser resolvida pelo historicismo das tecnologias, entre outros fatores. O raciocínio passa a ser também cíclico. Impõe-se, viciosamente, a autonomia do ciclo. Na verdade, a integração ciclo/tendência, a interação estrutura/conjuntura, não fica formulada teoricamente. Essa "teoria" do ciclo faz apenas uma representação

analítico-formal, que será útil, pelas mudanças que o operador dos modelos fizer nos valores dos parâmetros, para uma descrição empírica ex-post, ou para um exercício ex-ante na formulação de cenários possíveis da dinâmica.

Keynes formulou uma teoria do investimento sem incorrer na autonomia do ciclo, ao contrário, revelando as repentinas e amplas flutuações do emprego e da renda, que aqui denominamos de uma teoria da instabilidade. Porém, em Keynes, não há uma formulação de conceitos e de leis que permitam a compreensão desse desenvolvimento interior à estrutura que atribuíamos à lei da tendência da taxa de lucro. Somente esse desenvolvimento pode conduzir à concepção de um rigoroso conceito de crise econômica em que a estrutura se transforma desde razões internas, associadas também às instabilidades das decisões capitalistas.

Desenhou-se, assim, com clareza, o chamado "ponto de encontro" teórico. A totalidade autônoma de movimento que o conceito de ciclo propõe é inadequada para a compreensão lógico-histórica da temporalidade. A lei sintética da taxa de lucro requer mediações de uma teoria do investimento para que a interação estrutura-conjuntura, ou tendência-instabilidade, conforme uma teoria adequada à questão da temporalidade. A teoria da instabilidade é necessária, porém insuficiente para a compreensão da dinâmica em seu conjunto, uma vez que não apreende a redefinição de tendência aqui esboçada.

Portanto, a proposta dessa tese é a de discutir esses problemas com o fim de contribuir para uma teoria da dinâmica econômica do processo capitalista. A questão central para semelhante teoria, que se diferencia radicalmente da dinâmica formal, é a de como elaborar conceitos, relações e leis adequadas à temporalidade lógico-histórica do capitalismo. Uma teoria que compreenda o processo capitalista de estruturação, desestruturação; habilitada portanto à periodização do processo. Uma teoria que analise e sintetize a interação entre tendência da estrutura capitalista e instabilidades conjunturais. O conceito de instabilidade como re-

sultado do desenvolvimento da crítica àquela globalidade autônoma de movimento que é o ciclo. Os conceitos de expansão e crise econômicas inscritos numa reconsideração da questão da temporalidade da estrutura, suplantando o "trend" da dinâmica formal e formulando a antinomia da tendência. (33)

A compreensão geral da dinâmica no movimento expansão, instabilidade, crise como conteúdos da temporalidade capitalista na relação estrutura/conjuntura. Não há mecanismos pressupostos, automáticos, tal como na autonomia dinâmico-cíclica, de passagem de um processo expansão-instabilidade-crise a um outro processo expansão-instabilidade-crise. Isto é, não existe pressuposição sobre a continuidade cronológica (ad eternum?) do movimento econômico capitalista, tal como existe na tendência assemelhada à "onda longa". Cada processo é compreendido pela teoria como abrindo uma resolução histórica. A teoria da dinâmica econômica só assim pode apreender a temporalidade lógico-histórica especificamente capitalista.

Movendo conceitos e leis que interpretem o processo e, particularmente, a crise como instabilidade e tendência desestruturante, como momento em que, para a estrutura capitalista, a lógica de seu movimento coloca a temporalidade como existência histórica problemática, problematizada. A crise não é apenas um momento da totalidade cíclica autônoma.

Por suposto que para essa teoria o campo do fenômeno econômico não é considerado como "self-contained" e "self-sufficient", e não o é por imposição da temporalidade capitalista. Ao ignorá-lo é a teoria econômica que vem a ser derrotada pela crise.

Nesta tese, portanto, há uma contribuição para reconstruir o que é o objeto da dinâmica e seu método. Na Parte I, há dois capítulos que se dedicam a formular a crítica geral sobre a teoria da dinâmica econômica. No primeiro, é o equilíbrio que aparece criticado porque ele é a síntese de procedimentos teóricos que se repõem ao longo do pensamento econômico. No segundo,

explicita-se os fundamentos da utilização do tempo como conceito espacializado que conduzem à dinâmica formal dos modelos.

Nos terceiros e quartos capítulos, as aporias da teoria, frente à dinâmica, são discutidas com ênfase nos autores cruciais que forma Schumpeter, Kalecki e Keynes, cujas questões, ao lado das de Marx, inspiram as proposições que encerram essa primeira parte.

Essas proposições são trabalhadas nas Partes II e III. Na Parte II formula-se uma interpretação sobre o difícil problema do capital (como sujeito), concorrência e cálculo capitalista. No Capítulo 1, desta parte, explicita-se como se deve considerar a concorrência de modo teoricamente compatível com o conceito marxista de capital. Fica esclarecida, a partir daí, a problemática das mediações lógicas e históricas que a relação entre capital e concorrência suscita. Essa problemática é então desenvolvida nos Capítulos 2 e 3, que tratam dos problemas da valorização capitalista, intrinsecamente articulados e determinantes de instabilidade. Na Parte III, efetua-se uma formulação teórica geral da dinâmica. Cuida-se, no Capítulo 1, da instabilidade do processo de investimento e acumulação capitalistas, compreendido sem o mecanismo da dinâmica formal. No Capítulo 2, trata-se da lei da taxa de lucro como elemento para a teoria da tendência da estrutura. Por fim, o Capítulo 3 é uma síntese, inclusive sob o aspecto da periodização, da teoria sobre a tendência da estrutura (expansão/crise) e a instabilidade na dinâmica em seu conjunto.

NOTAS - INTRODUÇÃO

- (1) Expressão utilizada para significar um passo que definitivamente empenha uma pessoa num determinado curso de uma ação. Rubicão era um pequeno ribeirão que separava a Itália da Gália Cisalpina na era da República Romana. As forças sob o comando de Julius Caesar ao cruzarem o Rubicão em direção à Itália violaram a lei (Lex Conelia Majestatis) que proibia a um general conduzir um exército para fora da província a que ele estava assignado. Este ato conduziu à declaração de guerra contra o Senado Romano e resultou numa guerra civil de três anos que deixou Caesar como comandante do mundo Romano.
- (2) Entende-se por determinação unívoca aquela em que as relações entre um conjunto de variáveis estabelecem não mais que um único valor ou uma única seqüência de valores.
- (3) Schumpeter, Joseph A. História del analisis economico. Barcelona, Ediciones Ariel, 1971, p. 1056.
- (4) "Um valor estável de equilíbrio é um valor de equilíbrio que, se se altera numa pequena quantidade, põe em ação forças que tendem a reproduzir o valor inicial; o neutro é um valor de equilíbrio que não conhece tais forças; e o equilíbrio instável é um valor de equilíbrio cujo câmbio faz entrar em ação forças que tendem a separar ainda mais o sistema de seus valores de equilíbrio". Ver Schumpeter, J. A. op. cit. 1058p.
- (5) Vilar, Pierre; Marx e a história, in História do Marxismo, (org. Eric J. Hobsbawm), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 91p.
- (6) Schumpeter, J. A. op. cit, p. 1056.
- (7) Idem, ibidem pp. 1056-57.
- (8) Idem, ibidem p. 1049.
- (9) Idem, ibidem p. 1256.

- (10) Este tempo é, num certo sentido, externo à economia capitalista, ainda que referido formalmente a variáveis econômicas.
- (11) Schumpeter, J. A., op. cit., p.1256.
- (12) As novas técnicas que se adequam a esta concepção de dinâmica referem-se às equações diferenciais e a diferenças finitas.
- (13) Destaca-se aqui o trabalho de N. D. Kodratieff - The long waves of economic life, in Review of Economic Statistics, nov. 1935.
- (14) A tendência, como trend, é constituída desde a associação da variável tempo à concepção de espaço. O trend é assim estabelecido como um conjunto de pontos, no tempo assumido como espaço, e a este trend é, implicitamente, atribuído o caráter de infinitude.
- (15) Schumpeter, J. A., op. cit., p.1231.
- (16) Granger, Gilles Gaston - Métodologie Économique. Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p.134.
- (17) Granger, G. G., op. cit., p.132.
- (18) Aqui Granger faz breve interlocução com M. Bachelard (La philosophie du non) de quem "empresta" o termo "noumène". Ver p.132 de Granger.
- (19) Schumpeter, J. A. - Business cycles. New York and London, McGraw-Hill Book Company, Inc., 1939, pp.69/70.
- (21) Schumpeter, J. A., op. cit., pp.72/73.
- (22) Schumpeter, J. A. - La inestabilidad del capitalismo, in Ensayos de Joseph A. Schumpeter, Barcelona, Oikos-Tan, S.A. - ediciones; 1966, p.51.
- (23) Ver: Braga, José Carlos de Souza - Instabilidade capitalista e demanda efetiva, in Revista de Economia Política. S.Paulo, v.3, n.3, jul./set. 1983.

- (24) Ver: Minsky, Hyman P. - John Maynard Keynes, New York, Columbia University Press, 1975, ch.2, p.19.
- (25) Shackle, G. L. S. - El inquiridor económico, Madrid, Alianza Editorial, 1977, p.50.
- (26) Segundo Shackle, op. cit., p.51: "Graças a um procedimento muito refinado (que consiste em considerar uma série infinita de intervalos de tempo cada vez mais curtos, de modo que sempre se possa encontrar pré-fixado de longitude distinta de zero) o físico pode falar de velocidade "num ponto" do espaço ou de tempo. Mas este método não serve ao economista". A explicação segue no texto central da tese.
- (27) Shackle, G. L. S.. op. cit., p.51.
- (28) Ver: Granger, G. G., op. cit. e Shackle, G. L. S. - Keynesian Kaleidics, Great Britain, Edinburgh University Press, 1974.
- (29) Keynes, J. M. - A teoria geral do emprego in Keynes, org. Tamás Szmercsányi, São Paulo, Ed. Atica, 1978, p.178.
- (30) Idem, ibidem, p.178.
- (31) Shackle, G. L. S. - El inquiridor, p.54.
- (32) Desde o debate político-econômico nas três primeiras décadas do século XX, que a lei de tendência da taxa de lucro é objeto de política acirrada. Sua reconsideração não deve ter como finalidade a exegese mas sim a reflexão sobre a história capitalista. Ver, com este propósito: Marramao, Giacomo - Lo político y las transformaciones, México, Pasado y presente (cuaderno 95), 1982; Mazzucchelli, Frederico - A contradição em processo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, ver especialmente o capítulo - "A crítica de um debate"; Colletti, Lucio (organizador) - El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo, Madrid, Siglo Veintiuno el, 1978.
- (33) Braga, José Carlos de Souza, op. cit., 23.

PARTE I - APORIAS DA TEMPORALIDADE CAPITALISTA

"É o tempo uma função do espaço? Ou vice-versa? Ou são ambos idênticos? Não adianta prosseguir perguntando. O tempo é ativo, tem caráter verbal, "traz consigo". Que é que traz consigo? A transformação."

Thomas Mann

PARTE 1 - CAPÍTULO 1

UMA CRÍTICA AO CONCEITO DE EQUILÍBRIO E A SUA TEMPORALIZAÇÃO

O equilíbrio é o conceito com maior capacidade de renovação e sobrevivência na teoria econômica. Nem mesmo os vendavais da história econômica capitalista, como nem mesmo as sucessivas revisões na teoria tradicional foram capazes de impedi-lo de renascer, tal qual fênix, das cinzas das crises capitalistas. Ele está presente, de modo diferenciado, não apenas na dinâmica formal, como na ciclicidade schumpeteriana, e na "meta-estática" ou dinâmica no sentido de Keynes.

Sua ausência formal explícita, é preenchida, às vezes, por uma "operação semântica" escamoteadora, que, ao nível estrutural, corresponde ao aparecimento de um sucedâneo: nas teorias dinâmicas em que de algum modo está pressuposta uma permanência da estrutura capitalista, o que ocorre é uma trasladação da significação de equilíbrio para a de eternização da estrutura. Nessas teorias, a dinâmica é uma ciclicidade intra-estrutural diacrônica, e exatamente por isso não aparecem teoricamente elaboradas as razões internas à estrutura para sua desestruturação/transformação. Há uma regeneração econômica permanente da estrutura, ainda que algumas mutações desta - organização, perfil técnico etc. - sejam admitidas como complemento à lógica interna, as quais seriam apreendidas pela "História" (Vide modelos de crescimento e/ou ciclos).

A saber, a vigência do equilíbrio, seja como númeno, seja como ideal lógico-norma teórica, seja como sucedâneo semântico na pressuposição "estruturalista", implica uma dinâmica e economia em que a temporalidade lógica-histórica propriamente capitalista não está apreendida. Há sempre uma concepção pela qual está pré-assegurada, economicamente, a continuidade da estrutura capitalista no tempo histórico. Por isso é que o equilíbrio e seus sucedâneos devem ter suas implicações teóricas explicitadas criticamente, para que a teoria econômica possa adequar-se à compreensão da dinâmica econômica capitalista.

1.1 - CARACTERIZAÇÃO DA FENOMENOLOGIA DO EQUILÍBRIO

Com Schumpeter, já acentuamos que, para a lógica formal, sem o conceito de equilíbrio, o campo fenomênico é um caos subtraído ao controle analítico (ver nota 3 da Parte I). Impôs-se à teoria econômica, nessa tradição, a constituição de uma fenomenologia do equilíbrio. Para Granger, a conceitualização do tempo e sua introdução no conceito do equilíbrio é o "... núcleo mesmo de uma epistemologia do equilíbrio econômico sob suas formas modernas".⁽¹⁾

Esse é portanto um problema teórico do presente. Inscreve-se na célebre passagem da estática para a dinâmica.

A imprescindibilidade do equilíbrio não será afirmada apenas para as teorias estáticas. Consideremos, entretanto, em primeiro lugar, as quatro hipóteses das teorias puramente estáticas de equilíbrio, que implicaram a eliminação do tempo e do movimento e portanto originaram a oposição estática versus dinâmica. Elas são:⁽²⁾

- 1ª) Os postulados da simultaneidade das ações e dos efeitos, sem caráter cumulativo.
- 2ª) Exclusão do efeito das previsões individuais e coletivas.
- 3ª) Reciprocidade e reversibilidade das relações ("liaisons") entre os fatores de equilíbrio.
- 4ª) Continuidade das grandezas e unicidade das soluções.

Vejamos que o primeiro postulado se refere à conduta e à sincronicidade das decisões e de suas consequências. Quanto à conduta, o predicado é o da racionalidade. E racional, como observa Shackle, há de ser a conduta que seja demonstrável como a mais vantajosa para o indivíduo em vista das circunstâncias;

mas o conhecido só o pode ser no presente imediato. A "conduta racional está então confinada a um mundo momentâneo, sem tempo (timeless)".⁽³⁾ Implica esse ajustamento intemporal em que uns conheçam as escolhas contemporâneas dos outros. A simultaneidade dos efeitos implica que as ações não estarão envolvidas em fases seqüenciais, concebe-se a state of affair e não a course of affairs. Esse primeiro postulado, portanto, como o segundo, se nutre do método sincrônico, em que as transformações só têm existência potencial, receptáculo (background) do ajuste alcançado; este, sem propensão à mudança.

O terceiro postulado assegura combinação estável entre os fatores promotores do equilíbrio, uma vez que a interação deles (reciprocidade) se faz acompanhar do retorno às condições dadas (state of affairs), reversibilidade.

Quanto ao quarto postulado, observa-se que grandezas descontínuas e multiplicidade de soluções implicariam várias soluções ótimas de equilíbrio e portanto conduziriam a uma indeterminação no caráter estático do equilíbrio. Descontinuidade e indeterminação induzem à dinamização do equilíbrio.

Essas observações já nos indicam algo significativo sobre o modo de pensar o equilíbrio na teoria econômica. Nas palavras de Shackle: "Equilíbrio é o epítome do significado das teorias analíticas. No método analítico, como na matemática, supõe-se resolvido o problema e considera-se que condições a solução deve preencher".⁽⁴⁾

Sobre qual conteúdo aplicam-se as hipóteses para o equilíbrio estático?

A economia analítica, ou dita científica, privilegiará como objeto a abstração do intercâmbio, nos contextos particular e geral, constituindo uma fenomenologia do Equilíbrio nas trocas de mercadorias. Ressalte-se que a definição do objeto e a opção

de rigor analítico formal, calcada no Equilíbrio, apresentam uma cumplicidade e indissolubilidade teórica.

A centralidade no intercâmbio postula, como teoricamente adequado, para o objeto, a meta de determinação do equilíbrio nas trocas das mercadorias, na repartição (distribuição) do produto global. O equilíbrio instaura-se assim, na teoria, como a sanção da permanência da estrutura do regime de produção, cuja temporalidade histórica não é posta em questão. Do ponto de vista da cientificidade, a analogia entre economia e ciências da natureza legitima o arquétipo do equilíbrio.⁽⁵⁾

Granger, relembando as origens do equilíbrio em Aristóteles e São Thomas, verifica que o valor admitiria uma objetividade - julgamentos comuns a uma coletividade e uma subjetividade, com o que estaria aí o germe das análises econômicas posteriores sobre as teorias dos preços e do valor.

"O equilíbrio que se estabelece na troca justa é então, de uma parte, um equilíbrio de oposição obtido pela igualdade de um preço e de um valor objetivo; é, de outra parte, um equilíbrio de fusão, se o considerarmos como o bem comum de uma coletividade enquanto resultado do conjunto de justas operações de troca."⁽⁶⁾

Estas análises, no curso do Século XIX, vão formar a tradição em torno do "Equilíbrio Marginalista", que admitiria uma dupla significação: a macroestrutura do fato econômico - equilíbrio de mercado - e a microestrutura, isto é, o equilíbrio dos "gostos" e dos "obstáculos".

Constrói-se uma fenomenologia de tipo psicológico e individual, microeconômica. Considere-se Stanley Jones (1871) anunciando que: "Uma verdadeira teoria econômica só pode ser alcançada se nos remontarmos às grandes incumbências da ação humana -

os sentimentos de prazer e de dor". Deste fundamento psicológico ele afirmará sobre a homogeneidade das micro e macroestruturas, da correspondência do microcosmo e do macrocosmo: "Os princípios gerais serão os mesmos, qualquer que seja a extensão dos corpos de transações (trading body) considerados".⁽⁷⁾ Estabelece a noção da utilidade para constituir a lei fundamental do equilíbrio no caso de dois indivíduos e duas mercadorias: a relação das quantidades trocadas é o inverso da relação entre os graus de utilidade final.⁽⁸⁾

A concepção de equilíbrio estático está calcada num sistema de axiomas. As raízes da tradição do equilíbrio são encontradas na inserção de elementos psicológicos na economia. Granger⁽⁹⁾ identifica três pontos de encaminhamento daquela inserção, que constituem uma psicologia econômica.

Em primeiro, as "proposições de senso comum e de observação vulgar". Seriam exemplos destas as oscilações de preços relacionados com o postulado psicológico do desejo do lucro mais alto (Ricardo), bem como as afirmações de Keynes sobre a propensão a consumir.

Em segundo, as construções lógico-compreensivas que conduziram à construção lógico-explicita de um homo oeconomicus, do qual o hedonismo axiomático dos primeiros marginalistas é um exemplo.

Em terceiro, as pesquisas indutivas em busca da construção de uma psicologia concreta e indutiva oposta a uma psicologia convencional, tal como a do hedonismo clássico e pós-clássico.

Segundo essas fontes de tradição, vão ser discutidas a forma e função dos elementos psicológicos para uma exposição sistemática de princípios que façam da psicologia econômica um fundamento da teoria econômica. Essa psicologia econômica suportaria o comportamento racional, uma axiomática psicológica indi-

vidual. Busca-se uma psicologia racional no sentido de uma axiomática; axiomatiza-se a atitude complexa de um sujeito em meio a outros sujeitos. A psicologia econômica definindo uma micro-estrutura subjacente aos macrofenômenos.

Esta raiz do conceito de equilíbrio dissemina-se com Leon Walras (de 1873 a 1883), que promove a extensão daquele conceito ao macrofenômeno. Agora, observa Granger, vêm em primeiro plano os preços das mercadorias e não sua utilidade, passa-se da curva de utilidade à curva de demanda, sendo a base psicológica individual ligada ao macroscópico através dos preços efetivamente praticados. Passa-se do equilíbrio psicológico individual ao equilíbrio de mercado.

O ponto de equilíbrio é determinado como ponto de maximização da utilidade do cambista. Evolui o pensamento econômico tratando de fazer progredir o conceito de utilidade. Surgem as "curvas de indiferença" com Pareto (1909) e, modernamente, a inserção do cálculo probabilístico com Von Neuman e Morgenstern (1947).

Trata-se sempre de um homo oeconomicus, para o qual a transação econômica é comparável a um jogo, na verdade considera-se um homo aleator, no cálculo do qual intervêm as probabilidades. A meta do jogo depende da estratégia dos participantes, a qual depende das previsões de cada um e de suas coalisões eventuais.

Para nosso propósito, o que interessa é ressaltar, naquela evolução, a que ponto se chega quanto ao conceito de equilíbrio. E é o seguinte: a situação de equilíbrio não pode mais, em geral, ser visualizada como um estado bem-determinado; uma vez que não se pode prever, por antecipação, o lucro (vantagem) final e a "imputação" de cada um dos jogadores. Poder-se-á indicar sistemas possíveis de imputação, sendo esses sistemas, ou um dentre eles, que jogarão o papel de "solução" do problema econômico

e de definição de um equilíbrio.⁽¹⁰⁾

Fica questionada a validade da hipótese de pleno conhecimento das informações e decisões econômicas que estabeleceram o equilíbrio.

O método do equilíbrio tem como princípio dominante o de que a "conduta do homem é guiada pela razão e que ela pode moldar seus negócios às demandas da razão".⁽¹¹⁾ A demonstrabilidade da racionalidade está atada à existência de conhecimento pleno das condições para decidir. Sincronicidade, em vez de decisões submetidas a condições cambiantes, ao curso dos negócios, às fases sequenciais. Já veremos, na Parte II, as relações disso com o problema do cálculo capitalista.

O método do ceteris paribus domina a teoria neoclássica que secularmente desenvolve as concepções de equilíbrio parcial e equilíbrio geral num sistema cujos requisitos lógicos impõem a intemporalidade, a sincronicidade.

As teorias econômicas, observou Shackle, faziam vistas grossas à não-existência lógica do pleno conhecimento requerido pela conduta racional. Seria a razão suficiente para guiar a conduta?

"A teoria econômica, por 200 anos, modelou-se crescentemente na ciência da criação inanimada (inanimate creation); sobre a mecânica celeste para as concepções de larga escala e sobre o experimento isolável, purificável para a pequena escala ...

O equilíbrio parcial considerado como garantia da possibilidade e relevância de um equilíbrio geral. O campo dos eventos econômicos assumido como auto-contido e auto-suficiente, afastado do resto dos negócios humanos por uma parede de racionalidade."⁽¹²⁾

Ademais, na fenomenologia do equilíbrio está o problema da escala das estruturas, as relações de uma microteoria e de uma macroteoria. As concepções de sujeito, da natureza das estruturas, e as concepções acerca da passagem entre as micro e macroestruturas condicionarão o equacionamento da temporalização do equilíbrio. A dinâmica econômica ganha expressão num resultado macroeconômico.

Granger denomina a questão como "denivellation épistémologique":

- a) A construção do macrocosmo pelo simples alargamento do microcosmo conduz a impasses epistemológicos. (A questão mantém que o ponto de partida seja o homo oeconomicus ou o microcosmo das estruturas de mercado).
- b) A ciência moderna recusa o postulado de invariância das leis econômicas em relação à escala dos fenômenos. Como coordenar uma teoria do sujeito econômico a uma teoria das grandes unidades econômicas?
- c) Todo o aspecto macrocômico é rejeitado no sistema de preços microcômico dos marginalistas e serão as equações de Equilíbrio que permitirão teoricamente a passagem do microcosmo ao macrocosmo, uma vez que os preços exprimem a resultante das apreciações individuais.

Com as questões mencionadas delinea-se um paradoxo. O equilíbrio é estático. Essa exclusão do tempo viabiliza o lógico. A lógica é "sobre posições que possam ser precisamente e completamente estabelecidas". O tempo implica o desconhecimento, a inviabilidade. O tempo destruiria a possibilidade lógica?

Como compatibilizar a racionalidade do equilíbrio - decisões sob pleno conhecimento - com o tempo? Como temporalizar o conceito de equilíbrio? De que modo o problema da "deni-

vellation épistémologique" condiciona a constituição de uma dinâmica econômica, em particular, aquela que se refere à temporalização do equilíbrio?

1.2 - A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO ESTÁTICO DE EQUILÍBRIO

Estamos às portas do tempo. Com Marshall surgiu o desafio negado: como enfrentar, teoricamente, a introdução explícita do tempo na teoria absoluta do equilíbrio?

Fica assumida a insuficiência da noção intemporal de equilíbrio em simultâneo à tarefa de construção de um universo de conceitos coletivos.

O equilíbrio não é mais um fato psicológico individual, mas um acontecimento definido coletivamente. Porém, isso não é tudo, já que a noção mesma de equilíbrio, ao implicar a imagem da imobilidade, expulsa o tempo da fenomenologia que ela comanda.

Marshall abre o dilema: como submergir as fenomenologias do equilíbrio no tempo. Para ele, o fenômeno econômico é pensado no tempo; ⁽¹³⁾ necessidade que em Jevons e Walras é apenas reconhecida uma vez que as equações deste não comportavam nenhuma variável temporal.

Marshall dá oportunidade de considerar a introdução do tempo, revendo o esquema estático. Surge a noção de "período" e sua distinção, procedimento que mais tarde Keynes sugeriria abandonar.

Aquela distinção de "período" é considerada por Granger como o traço característico da dinâmica marshalliana. Assim, o estabelecimento do preço de equilíbrio, entre oferta e demanda, dar-se-á por fatores diferentes segundo a dimensão do tempo. A diferença entre "preço corrente" (oferta e demanda) e "preço normal" (dominado pelos custos de produção) tem um fundamento temporal.

O equilíbrio subordinado a um "découpage" do curso de tempo. "O estado estacionário" generaliza aquele de equilíbrio, ao introduzir o tempo; sem excluir o devir, anula os efeitos re-

flexos, reduzindo a nada a oposição entre períodos curtos e longos". (14)

É o método da redução "estática", entendido como uma ficção, o "curso do tempo nos transporta de um momento ao seguinte", como se um espectador móvel se deslocasse ao longo de uma paisagem imutável, em relação a qual seu movimento é exterior". (15)
Condições gerais de produção, de consumo, de distribuição e de troca, invariáveis, equilíbrios parciais.

Granger louva, nesse procedimento, a oposição estática-dinâmica, que aponta a dificuldade sem a excluir: "sua teoria dos equilíbrios parciais reintroduz o ponto de vista estático como método de aproximação. Mas é uma estática que delimita a cada instante os fatores dinâmicos, e as ilhas de equilíbrio parcial não são mais que pontos singulares fictícios de um universo de tempo e movimento". (16)

Nessa transformação do conceito de equilíbrio, as teses de Granger vão buscar suporte também em Keynes, que, segundo ele, produz uma definição completamente nova de dinâmica econômica apoiada numa psicologia do tempo, oferecendo uma nova visão do conceito de equilíbrio.

Isso é paradoxal, como acentua Granger, com o fato de que Keynes formula uma economia estática, ao não testar os deslocamentos do equilíbrio.

O paradoxo está em que, para Granger, Keynes, ao contrário da teoria clássica do Equilíbrio, tratou de integrar nessa estática os elementos perturbadores e essencialmente dinâmicos, tais como a demanda de moeda e a incerteza.

Eis todas as letras de Granger: "A estática de Keynes terá então o curioso privilégio de integrar os elementos pertu-

badores, essencialmente dinâmicos". A penetração do tempo, num sistema de conceitos estáticos de equilíbrio, configuraria uma "meta-estática" keynesiana.

Assim não haveria razão profunda para buscar uma distinção Estática versus Dinâmica em Keynes. Razão sim haveria em entender a transfiguração operada no conceito de Equilíbrio. Um sentido novo de dinâmica econômica e uma versão nova do conceito de equilíbrio.

O dinâmico está nos elementos que ligam presente/futuro, num sistema em que as expectativas mutantes sobre o futuro são capazes de influenciar a situação atual. Shifting Equilibrium é um tipo em que o dinâmico não está numa consideração das variações do equilíbrio no curso do tempo.

Essa não é a dinâmica no sentido de Marshall, tempo de um fenômeno, acontecimentos datados dentro de um quadro objetivo. É a dinâmica no sentido de Keynes, tempo do sujeito econômico, dimensão de suas previsões e de seus cálculos, homo aleator, especulações temporais na preferência pela liquidez e na estimativa de rendas futuras sobre o investimento, fatores operando numa microestrutura psicoeconômica para a determinação de variáveis macroscópicas, tais como a taxa de juros e a eficiência marginal do capital.

Nesse processo, ou melhor, nesse "evolucionismo científico" Granger busca e fundamenta uma espécie de eterno retorno do conceito de equilíbrio. Marshall e Keynes são as grandes referências para a perspectiva da oposição estática-dinâmica e para a natureza da conceitualização do Equilíbrio e do tempo. (17)

As curvas da demanda vão constituir o campo em que os economistas discutirão fenômenos dinâmicos através da metodologia indutiva. De novo, quanto ao equilíbrio, cabe ressaltar com

Granger dois aspectos: 1º) ajuste das quantidades trocadas aos preços praticados; 2º) princípios de uma microestrutura psicológica, onde a peça-mestra é a utilidade marginal. (18)

Granger assinala a fragilidade da hipótese de estabilidade das curvas de demanda; do isolamento do fenômeno demandado seu contexto econômico e histórico; de considerar sua variação sobre um fragmento temporal, sem determinar o ritmo global da função de tempo que a descreve.

Historicamente, legitima-se a discussão das crises e dos ciclos. Já veremos, surge uma dinâmica em torno da teoria dos ciclos. Keynes aparece como uma encruzilhada: o equilíbrio temporalizado e a teoria dos ciclos econômicos.

Voltemos aos arquétipos de que fala Granger. Os primeiros movimentos em torno de uma teoria dos ciclos se caracterizam ainda como análogos a um "equilíbrio" de fusão, resultado macroscópico de uma multiplicidade de microeventos. É o caso do "trend" do conjunto da produção agrícola, cujas oscilações sazonais constituem os ciclos a estudar (H.L. Moore, 1926). Esse "trend" seria o correspondente cinético da posição estática de equilíbrio. (19)

"Nessas condições, a noção de uma posição móvel de equilíbrio a descobrir por detrás das variações observadas no tempo, conduz a uma espécie de análise cinematográfica do fenômeno." (20)

A fusão dos componentes abstratos constitui o fenômeno. Serve a imagem da fusão cinematográfica de instantâneos imóveis criando a ilusão do movimento...

Assim, para Granger, a consideração do tempo introduz uma fenomenologia radicalmente nova do Equilíbrio e do movimento. Antes, o tempo, entre os fatores, apenas como lapso de tempo,

o fenômeno dependendo das condições iniciais e do intervalo de tempo decorrido. Progredindo, na fenomenologia da acumulação, o tempo visto como história, os fatos, considerados como dependentes de todos os momentos singulares que o antecedem.

1.3 - A PASSAGEM DA ESTÁTICA PARA A DINÂMICA: O EQUILÍBRIO COMO NÔMENO E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DO CICLO

As considerações sobre a superação do conceito estático de equilíbrio apresentam uma transfiguração na sua fenomenologia, uma vez que o conceito de tempo haveria de ser compatível com o de equilíbrio, estando esse, na estática, associado à imobilidade, à expulsão do tempo.

Granger tratará de vitalizar conceitualmente essa transfiguração, de um modo extremamente delicado, insinuante e complexo que talvez se constitua numa verdadeira armadilha do entendimento. Consideramo-lo uma vez que sua formulação e a crítica dela podem ser uma verdadeira chave para elucidar as insuficiências das teorias dinâmicas que se nutrem dessa tradição analítica, quer reconheçam ou não esta raiz.

Granger descarta logo dois aspectos como impróprios. Um, que se refere ao tempo como duração existencial que só permitiria um discurso metafórico. Outro, correspondente à variável abstrata e neutra da mecânica racional, considerado por ele como dimensão sem qualquer caráter específico, esquema radicalmente vazio de qualquer conteúdo temporal.

Os esforços teóricos que ocupam Granger são aqueles que conduzem à noção de variável-tempo, forma matemática do conceito planejado. Esse movimento teórico é, para ele e seus semelhantes, constitutivo de uma dialética em busca do conceito de tempo; além da intuição de um tempo econômico, uma construção de suas propriedades.

A teoria das flutuações e das crises são entendidas como o lugar para checar o avanço de um pensamento econômico, no contacto com "os dados históricos". Pensamento esse que, agora, parte dos fenômenos no tempo.

"É sob a forma de uma teoria das crises que começa um estudo concreto dos fenômenos econômicos no tempo... Enquanto as teorias do equilíbrio e as pesquisas sobre as curvas de demanda procediam pelo isolamento radical das variáveis, e a teoria das crises implicará uma concepção generalizada do equilíbrio... uma concepção mais flexível e mais original do equilíbrio... que tende a se separar com vantagem dos esquemas brutos emprestados às ciências dos fenômenos físicos."(21)

Porém, logo vêm qualificações frente às quais, mais à frente, mostrarei minhas diferenças. Para ele, é uma história das crises e não uma teoria econômica que deveria primeiramente se impor. Isto é, ele parece ver um corte radical entre teoria e história, embora o faça cuidadosamente ..." Já que não se trata mais de originariamente construir um sistema de relações abstratas, onde os elementos são selecionados e subtraídos ao tempo histórico, mas de colher o jogo de fatores que parecem se impor à experiência por uma época dada, num meio concretamente definido.

Uma crise é "... tout d'abord um complexo de acontecimentos 'circonstanciês'; cada crise tem sua fisionomia particular".(22) O fenômeno econômico ocupa seu lugar na história enquanto fatos datados, a periodicidade das crises datadas.

A "crise" não é mais a perturbação de um estado estacionário, mas a posição extrema de um sistema oscilante. "O problema das crises torna-se um problema de variação cíclica, cuja periodicidade precisa ser explicada".(23)

Mas então para a teoria, é a ciclicidade mesma que se torna o tema fundamental. O problema das crises posto como o de uma estrutura temporal dos sistemas econômicos. E, curiosamente, é essa teoria das crises cíclicas que conduzirá a uma concepção generalizada de equilíbrio.

Como que se fundem as noções de ciclo e crise, e para ele, essa ciclicidade está reconhecida em Sismondi, Juglar e Marx, igualados. (24)

Põem-se dois problemas: história das crises versus teoria das crises, e ciclicidade das crises versus equilíbrio.

Quanto ao primeiro, Granger assinala a dificuldade da passagem. "O momento histórico da crise é individualizado e apreendido em sua particularidade temporal e geográfica. A economia é imediatamente apreendida como história, isto é, em suas ligações concretas com uma multiplicidade de dados". Mas a "idéia de um retorno periódico das crises constitui já um passo essencial para a objetivação a um nível não estritamente histórico do fenômeno". (25)

Ora, a ciclicidade mesma passa a ser da alçada de uma fenomenologia matemática, num determinado sentido, um universo abstrato, cronométrico, enquanto a cronologia do ciclo fica sujeita a determinações empírico-estatísticas. (26)

Quanto ao segundo, pareceria apontar para o descarte da idéia abstrata de equilíbrio (construção teórica e dedutiva) em favor daquela de ciclo evolutivo, visão temporal do fato econômico, descrição empírica e indutiva.

Porém não é isso o que fica assumido. Para ele, em primeiro lugar cabe reconhecer que as teorias de crises cíclicas sugerem "un clivage de la phénoménologie". Para aquelas, o equilíbrio passa a ser estrutura "interna":

"L'équilibre devient, ... un noumene". (27)

O conceito de equilíbrio liberado de suas implicações empíricas, e o ciclo como a noção-chave de um universo fenomenológico primeiro.

Construam-se então modelos econômicos nos quais o comportamento cíclico seja consequência do jogo de leis de equilíbrio. Nas teorias endógenas, uma "dialética" do desequilíbrio interno, jogo dos fatores definidores da estrutura. Nas teorias exógenas, fatores externos modificam um sistema cujo estado próprio é o do equilíbrio. (28)

Sucede que estas últimas acabam por instaurar o equilíbrio como fenômeno essencial, enquanto para as outras as estruturas abstratas não dariam conta do ciclo que é o objeto econômico por excelência.

A desistência que separa o universo fenomenológico e o estrutural não está alcançada pela consciência dos economistas. "A incerteza quanto a designar o próprio objeto da ciência econômica" é o que marca a busca da dinâmica na percepção de Granger. (29)

Lança-se então para o tempo como variável - matemática do tempo - "a fim de examinar o conceito de equilíbrio e sua decomposição fecunda numa noção de sistema dinâmico cuja forma definitiva está longe ainda de aparecer claramente". (30)

Este é o caminho para efetuar uma "síntese numenal": "buscaremos o que está por resolver e o complemento para a caracterização empírica do ciclo". (31)

Atentemos para a seguinte "démarche": A matematização do tempo é uma "synthèse noumenale" e através dela a relação entre o conceito de equilíbrio e noção de sistema dinâmico.

Surge então na tradicional teoria econômica a variável tempo, o tempo como variável nos sistemas de equação dos modelos macroeconômicos.

Mas o tempo aparece primeiro como uma variável "muda", mediada por uma "estática comparativa", que implica a análise dos deslocamentos do equilíbrio provocados pelas modificações dos parâmetros. Uma "dinâmica" do equilíbrio a la Marshall? ⁽³²⁾ O tempo como variável "muda" e reversível.

Agora, será a noção de tempo "causal", o curso de tempo determinando os efeitos, que constituirá uma dinâmica do desequilíbrio fundada sobre ligação de causa e efeito.

Uma vez que a consideração do tempo introduz problemas do tipo curto e longo prazos; tempo das expectativas; ex-ante (projeto e previsão) e ex-post (período decorrido); revelou-se o caráter fracionário do tempo econômico e sua relação com a idéia de crises cíclicas na gênese do conceito dinâmico de equilíbrio. Isso posto, os economistas lançam-se conforme M. Guitton a uma "décalage des grandeurs dans le temps" e a ciência da dinâmica será a de "écarts de temps analysés à l'interieur du système". ⁽³³⁾

Esse aspecto fracionário do tempo econômico contrasta, observa Granger, com "le temps des mecaniciens" enquanto conceito racional sob a forma de uma grandeza contínua, homogênea e mesmo reversível.

Emergem então as teorias econômicas modernas envoltas numa sorte de matemática do tempo econômico, funções temporais na construção de modelos. Introduzir sistematicamente e estatutariamente uma variável tempo. ⁽³⁴⁾

O desenvolvimento dessa matemática entretanto não logra, na avaliação de Granger, a constituição de uma verdadeira axiomática do tempo econômico, tal como existe para outros conceitos, o de utilidade, por exemplo.

Há portanto uma multiplicidade de tempos econômicos e Granger inspirar-se-á em Schumpeter para concluir com Samuelson que a variável tempo se introduz na dinâmica sob três formas: tempo "causal", tempo "histórico" e tempo "estocástico".

É curioso e teoricamente importante o fato de que o tempo "causal" aqui referido é semelhante, senão o mesmo, que se apresentava na "estática comparativa". Variável "vazia" e "reversível" en droit, salvo hipóteses subseqüentes. O tempo "causal" determinando efeitos, com ligações de causa e efeito, numa dinâmica do desequilíbrio não se diferencia teoricamente daquela variável (tempo) "muette et virtuelle" na análise do deslocamento do equilíbrio (estática comparativa). Seriam então as hipóteses adicionais que transformariam essa variável tempo num elemento da dinâmica, "tentative de découpage des séries temporelles en unités cycliques".⁽³⁵⁾

Trata-se de um tempo não-datado de mecânica racional, ainda que sujeito a fragmentações. Concepção causal do fator temporal ligada à idéia mecânica de equilíbrio (na forma oposição). Tempo intervindo num sistema "teórico" como "uma simples coordenada" (Schumpeter), "deployer dans un temps vide une structure abstraite".

Tal procedimento conduzindo "à la mise en lumière d'une structure interne du temps".

É verdade que Granger alerta para o fato de que os economistas contemporâneos considerariam esse tipo de temporalidade como "predynamique". O simples critério do movimento é insuficiente para caracterizar a Dinâmica. ⁽³⁶⁾ Em

Keynes, outros tipos de temporalidade estariam subjacentes, mas essa temporalidade "causal" é necessária (para uma dinâmica do desequilíbrio, crises cíclicas?); porém a descrição do fenômeno econômico ao longo do tempo causal "debouche donc

dans una explication requérant des notions temporelles d'un autre ordre".

Quer dizer, a insuficiência teórica dessa temporalidade vem a ser "resolvida" (escamoteada) com a introdução do "tempo histórico". Uma cronometria (division du temps) é socorrida por uma cronologia de datas. Se é essa a forma de resolver, compreender, o nexó entre teoria econômica e história, é uma questão à qual retornaremos sucessivas vezes.

"Tempo histórico" como antítese do tempo "causal", agora uma "variável pleine e orientée", onde a estrutura é tal que o conteúdo de um instante depende do conteúdo de cada um dos instantes que o precederam. O estado do sistema no instante t não será determinado pelo único dado do estado em t_0 e do intervalo $t-t_0$ ". (37)

Considera-se um fenômeno de acumulação de efeitos que introduz uma "descontinuidade fundamental na nossa perspectiva sobre o tempo". (38) O devir de um sistema econômico deve ser pensado como "une suite de sistemas qualitativamente distintos uns dos outros, ainda que se engendrem sucessivamente por acumulação de efeitos".

Assim, o estudo das crises demandaria uma visão do tempo "histórico" e uma do tempo "causal"; uma cronologia de datas e uma cronometria.

De novo chegamos a um terreno perigoso, de armadilhas, onde as diferenças podem se apresentar como semelhanças; projetos teóricos divergentes aparecerem como iguais.

Acoplar o tempo "histórico" ao "causal" é o modo adequado de constituir uma teoria da dinâmica? Essa cronologia associada ao tempo "histórico" constitui uma teoria das crises ou

uma história das crises? Assim vistas, as crises não serão circunstâncias datadas e localizadas, das quais escapam as determinações dinâmico-estruturais? Desse procedimento, não restará apenas a ciclicidade abstrata da fenomenologia matemática que acaba por excluir as crises, e entende a ciclicidade como um movimento no seio de um processo de crescimento naturalizado sem problematização teórico-histórica? O tempo "causal" não é uma limitação à dinâmica que força o recurso historicista?

Com Granger chegamos à passagem de uma fenomenologia causal a uma fenomenologia histórica através da consideração da descontinuidade do curso do tempo como um elemento distinto e fundamental de "la pensée du temps".

Para a dinâmica então um dos problemas importantes é o corte em períodos significativos. Mas como fazê-lo? A resposta dele é a de que o conceito de historicidade adotado não envolve a idéia de uma determinação unívoca das descontinuidades, é "um convite ao espírito a découper le temps, cujo valor é o de um instrumento formal". (39)

Então, para ele, "o pensamento econômico elaborando-se frente a um dado fenomenológico e construindo uma teoria, busca um conteúdo para essa visão de descontinuidade". Enfim, como fazer o corte? A resposta não parece ser teórica, no sentido de uma teorização da dinâmica (inclusive crises), mas sim permanecer ao nível de uma "história de crises": "... é a natureza mesma de cada fenômeno particular que se engaja na escolha de um 'periodisierung'. No tempo como no espaço a escala cria o fenômeno". (40)

Não seria a formalização da noção de fenômenos aleatórios sucessivos e parcialmente dependentes uns dos outros uma maneira de esquematizar a historicidade do tempo? Aparece então o "tempo estocástico" como variável plena, sem ser necessariamente orientada; onde o tempo não é uma simples coordenada, exterior

aos fenômenos; os eventos acumulam-se, eventos fortuitos que se distribuem e não eventos encadeados; "um lapso de tempo determinado ... pelas características probabilísticas dos eventos que se distribuem". Não seria este um conceito complementar ao "histórico", que quiçá desenvolvesse uma função expectativas "à la Keynes"?

Quais as questões a serem desenvolvidas a partir da interlocução com Granger?

- 19) Na passagem da estática à dinâmica estava a problemática da constituição de um conceito dinâmico de equilíbrio, que conduz à elaboração do conceito de tempo econômico. A busca da dinâmica "... desloca aparentemente o centro de gravidade do conhecimento da noção de equilíbrio para aquela de seqüências temporais". Surge a pergunta: "qual a definição concreta do fenômeno econômico"? (41)
- 29) Essa pergunta é reforçada pela formulação do equilíbrio como estrutura interna - número - à ciclicidade econômica. A estática como teoria privada de conteúdo fenomenológico; a dinâmica, como conjunto de fenômenos inacessíveis à teoria: uma autonomia. À medida que se introduz a noção de equilíbrio dinâmico, "... não é mais ao intemporal que se apõe a temporalidade do fenômeno econômico; mas no interior mesmo de um tempo econômico esboça-se uma distinção. O equilíbrio está dentro do tempo, e ele significa a conservação de um certo modo de circulação e produção de bens; os desnivelamentos brutais, "les failles du devenir économique" representam de agora em diante o objeto próprio de uma dinâmica em sentido estrito". (42)
- O reconhecimento da autonomia é um progresso que consiste em "... desenvolver uma doutrina do equilíbrio como ficção, mas como ficção útil a uma inteligência ulterior dos fenômenos". (43)

3ª) A formulação da teoria dinâmica pela via da matematização do tempo parece conduzir à permanência da dificuldade na relação entre tempo lógico e histórico. Aquele é assumido como causal, tempo como variável, uma simples coordenada, uma concepção causal do fator temporal. Instaure-se assim uma econometria do tempo econômico; fatores econômicos compondo uma técnica de medida dos intervalos de tempo e de conservação de sua unidade. A ciclicidade econômica é assim matematicamente constituída.

Granger identifica a necessidade de noções temporais de outra ordem. O tempo histórico aparece como uma cronologia. As crises, como circunstanciadas e datadas. Permanece como teorizável apenas a ciclicidade. Permanece o dilema de inserção da temporalidade lógico-histórica numa teoria dinâmica. A combinação dos tempos causal e histórico não escapa de uma noção de tempo exterior à complexidade do fenômeno econômico.

4ª) Para Hood, lembrado por Granger, "a estática faz abstração dos processos, não faz sempre abstração do tempo". A elaboração teórica do processo dinâmico capitalista para ser simultaneamente lógico-histórico dependerá de uma determinada concepção acerca do seguinte: "definição das grandezas e sujeitos econômicos, coordenação das visões micro e macroestrutural, esclarecimento das noções de lei e estrutura."

NOTAS - PARTE I - CAPÍTULO 1

- (1) Granger, G. G. - Métodologie Économique, Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p.86.
- (2) Hipóteses explicitadas pela Escola de Lausanne. Ver Granger op. cit., p.9.
- (3) Shackle, G. L. S. - Epistemics & Economics, London, Cambridge University Press, 1972, p.53.
- (4) Idem, ibidem, p.52.
- (5) Por analogia com outras ciências, Granger formula arquétipos do conceito de equilíbrio: "de oposição", "de fusão", e "de acumulação".
- Granger enfatiza, com a geometria originária de Arquimedes, que "O equilíbrio é essencialmente concebido como equilíbrio de oposição entre dois elementos mensuráveis. Ele é rigidado por uma relação determinada, quantitativa, jogando o papel de norma teórica..." (op. cit., p.33).
- Inspira-se na termodinâmica para resgatar o arquétipo da fusão: "O equilíbrio termodinâmico não significa mais a ausência de variações, mas a fusão de micromovimentos, não observáveis, num estado macroscópico onde a estabilidade depende da existência de valores médios para as velocidades e as energias cinéticas supostas dos corpusculos. Daremos o nome de "equilíbrio de fusão" ou "equilíbrio de composição" a uma concepção desta natureza. (op. cit., p.46).
- Em termos econômicos ele diz: "O equilíbrio que se estabelece na justa troca é então, de um lado, um equilíbrio de oposição obtido pela igualdade de um preço e de um valor objetivo; é por outra parte um equilíbrio de fusão, se o consideramos o bem comum de uma coletividade como resultado do conjunto de justas operações de troca" (op. cit., p.66).
- A busca, por Granger, do arquétipo acumulação, está relacionada com o seu intento de temporalização do conceito de equilíbrio. O curso do tempo assume importância essencial, o que não ocorria

com os dois arquétipos anteriores, e surgem então os quase-equilíbrios, "... que nomearemos de fenômenos de acumulação." (op. cit., p.54).

Na psicologia está uma analogia possível. "Os equilíbrios, ou os estados vizinhos, não serão então descritos como dependentes somente de condições iniciais; o passado acumulado necessariamente intervém. Tal é o esquema corrente dos psicoanalistas que se recusam a descrever o equilíbrio de um estado psíquico como um corte instantâneo efetuado num bloco temporal, a noção de inconsciente introduz precisamente este fator de acumulação, que torna lacunas e superficial a simples composição momentânea dos elementos psíquicos que os psicólogos descobre, ou a fusão de estruturas que eles crêem poder distinguir.

Vejamos também a raiz deste arquétipo nas ciências da natureza: "Um dos aspectos mais simples de equilíbrio de acumulação se apresenta naturalmente nos fenômenos de retrocesso , "feed-back" dos anglo-saxões, em que o termostato (dispositivo destinado a manter constante a temperatura dum sistema - JCSB) é um modelo bastante conhecido. O aparelho consiste esquematicamente numa fonte de calor e um termômetro, acoplados de tal modo que uma variação de temperatura além de limitar determina deslancha uma diminuição ou uma ativação calorífica. A cada instante, há uma reação do aparelho à sua própria atividade passada, onde os efeitos por assim dizer acumulados liberam um processo modificados de seu comportamento atual". (op. cit., p.58=.

Granger acentua o deslocamento do interesse epistimológico desde os conceitos de repouso para os conceitos de movimentos. "Equilíbrios de oposição, de fusão e de acumulação representam etapas deste processo" (op. cit., p.64).

(6) Granger, G. G., op. cit., p.66.

(7) Citado por Granger, op. cit., pp.71/72.

(8) Calcado na psicologia hedonista de Benthan, desenvolve a noção de "utilidade", ou fonte de prazer, segundo duas dimensões: uma correspondente à massa de mercadoria útil; e outra, o "grau de utilidade final" que é a intensidade de satisfação causada pela última parcela da mercadoria consumida.

- (9) Granger, op. cit., p.170.
- (10) Shackle, op. cit., p.89.
- (11) Idem, ibidem, p.4.
- (12) Idem, ibidem, p.245.
- (13) "É por isso que o equilíbrio dos preços num mercado é analisado em função da duração do período na questão. O "custo de produção" domina a formação dos preços no período mais longo; no período curto, ao contrário, a influência do mecanismo marginalista das das utilidades é o que importa". Granger, op. cit., p.84.
- (14) Granger, op. cit., 105.
- (15) Idem, ibidem, p.105.
- (16) Idem, ibidem, p. 106.
- (17) Idem, ibidem, p.111.
- (18) Idem, ibidem, p.111.
- (19) "O tempo só intervem a título de dado accidental, a título de duração extra-econômica". Granger, op. cit., p. 123.
- (20) Granger, op. cit., p. 85.
- (21) Idem, ibidem, p.119.
- (22) Idem, Ibidem, p.119.
- (23) Idem, ibidem, p.120.
- (24) Idem, ibidem, p.121.
- (25) Idem, ibidem, p.125.

- (26) Idem, ibidem, pp.126/130.
- (27) Idem, ibidem, p.132.
- (28) Idem, ibidem, p.134.
- (29) Idem, ibidem, p.135.
- (30) Idem, ibidem, p.136.
- (31) Idem, ibidem, p.136.
- (32) Idem, ibidem, pp.136/139.
- (33) Idem, ibidem, p.143.
- (34) Idem, ibidem, p.144 - e segs. Comentários sobre matemática do item econômico.
- (35) Idem, ibidem, p.159.
- (36) É a avaliação de Barre citada por Granger, op. cit., p.158.
- (37) Granger, op. cit., 161.
- (38) Idem, ibidem, p.159.
- (39) Idem, ibidem, p.160.
- (40) Idem, ibidem, p.160
- (41) Idem, ibidem, p.162.
- (42) Idem, ibidem, p.163.
- (43) Idem, ibidem, p.164

PARTE I - CAPÍTULO 2

DINÂMICA FORMAL: O TEMPO COMO ARTEFATO

Ataquemos, inspirados em Shackle, o problema dos ciclos e de sua relação com os conceitos de tempo e estrutura. Quais os elementos característicos das teorias dos ciclos? São teorias que se propõem a mostrar "... alguma regularidade, alguns elementos de seqüência necessária, na sucessão histórica de estados ou eventos".⁽¹⁾

Para elas, "a história em geral repete-se num padrão constante de fases de prosperidade e depressão ... assumem para a sociedade um "design", tal como aquele de uma "steam-engine", que prescreve que cada "parte" ou aspecto mensurável (produto agregado, renda agregada, emprego total) deverá mover-se através de seu próprio ciclo de fases repetitivas, traçando uma senda temporal (time-path) aproximada a uma curva senoidal com, talvez, uma amplitude exponencialmente crescente ou decrescente e uma tendência crescente".⁽²⁾

Esse "design" é alcançado através de características de mercado, tecnológicas ou epistêmicas do mecanismo, fazendo assim que uma fase ou segmento da curva surja da outra(o). A explicação advém ainda da solução do sistema de equações diferenciais e a diferenças finitas, "... cujo caráter a teoria não dá conta".⁽³⁾

Para Shackle, com razão, essas teorias assentam-se num caráter permanente da sociedade, que dita os movimentos repetitivos sistemáticos ("the changes are not changes all"), uma vez que eles refletem "an essencial permanence, the fixed design of "engine" whose working is always the same".⁽⁴⁾

A analogia que surge é da sociedade com o sistema solar e a de sua mecânica com a mecânica celeste, em sua regularidade.

Assim, com esse método, "... as equações associam entre si os valores das variáveis, separados por um time-lag, que uma vez dados, permitirão a certos modelos mostrar metematicamente (isto é, unicamente pelo argumento formal) que flutuações, ciclos de fases repetitivas, are bound to be produced".⁽⁵⁾

É importante frisar que nesses modelos, distintas datas podem ser co-válidas numa estrutura, "... ao invés de meras proje-

ções, num dado e solitário momento, de pensamentos "entertained in that moment".⁽⁶⁾

As teorias do ciclo fundam-se no estudo das formas diacrônicas, "... séries de situações emergindo, num certo sentido, uma da outra, e assim compondo uma unidade ao longo do calendário". No método diacrônico, "... ao que existe é atribuído um caráter tal que deve transformar-se em algo diferente no momento seguinte".⁽⁷⁾

Já no método sincrônico, time-less adjustment, "... as transformações têm meramente uma existência potencial, como um background, posto em repouso o ajustamento alcançado".⁽⁸⁾ A racionalidade na conduta humana, hipótese do método estático, depende da sincronicidade, ações racionais demonstradas, pertencentes a um sistema geral de ações sincrônicas, isentas de "frases seqüenciais".

O diacrônico das teorias do ciclo é, para Shackle, the artefact of time. Assentadas no conceito de tempo como espaço com sucessão, aquelas teorias teriam construído verdadeiras "business cycle engines". Recuperemos as questões que devem fazer avançar o nosso debate.

Ainda que um artefato, aquela noção de tempo é considerada por ele como indispensável. Discutamos isso.

O tempo é assim considerado como "an axis-label", cujos elementos constitutivos são: a qualidade de ser um espaço no sentido geral e abstrato; a idéia de seqüência; a possibilidade de mensuração.

Como entender presente, passado e futuro? Com Shackle, entendamos que "o presente não é um ponto representável por um número no contínuo dos números reais... porque o presente é uma transformação, um evento, uma entidade com estrutura ou configuração".⁽⁹⁾

Qual a metáfora para o presente? É a do espectro das cores naturais: os comprimentos-de-onda (wave-lengths) e suas cores correspondentes são distintas, ainda assim elas dissolvem-se imperceptivelmente umas nas outras, sem fronteiras precisamente e unicamente definidas.⁽¹⁰⁾

No eixo-calendário "o presente" ocupará um segmento breve, o presente é o único disponível à averiguação: "The knowledge of the eye-witness is confined to it".⁽¹¹⁾

O passado, no calendário, só pode ser preenchido com a memória e com aquilo que o presente visível sugere ou implica sobre o passado.

Assim o modo de pensar implica a cronologia; assimilar o tempo a um espaço com seqüência para que "... façamos apropriadamente o registro em nossos pensamentos".⁽¹²⁾

E o futuro? A cronologia aqui dependerá da hipótese de que em algum sentido ele será fiel ao passado. Abdicaremos do desconhecido (novelty)? "A singularidade do passado é uma garantia de que um único futuro está implícito no passado ou na 'natureza das coisas' subjacentes àquela história"?⁽¹³⁾

Ora, o que Shackle procura questionar com isso? Duas coisas. O campo do fenômeno econômico é "self-contained" e "self-sufficient"? O passado é suficiente para o futuro?

Da sucessão de momentos, um espaço com seqüência, the futurity of time, passa-se a um non-sequitur, isto é, acredita-se "... que o conteúdo do futuro em algum sentido existe".⁽¹⁴⁾

Os fenômenos físicos são lentos, regulares e quantificáveis. O mesmo se pode dizer, aplicar aos pensamentos?⁽¹⁵⁾

As órbitas planetárias permitem prever perfeitamente a viagem dos planetas através das relações de massa, momentum e distância. "As bases de explicação são as leis físicas da natureza do universo e a história passada de seu próprio movimento".⁽¹⁶⁾

Quando as teorias dos ciclos descrevem o movimento dos agregados econômicos por meio de equações diferenciais, forjando uma curva ou trajetória no longo prazo, pretendem que estas sejam "a trajetória ou curso global do movimento".⁽¹⁷⁾

Ou seja, constroem uma totalidade autônoma de movimento, repetitivo, derivam de um general moment tanto o passado quanto o futuro, associam tempo com espaço físico, fazem a dinâmica formal.

Porém, o verdadeiro presente, na temporalidade capitalista, implica um cálculo capitalista de valorização que se bem incorpora as determinações do passado não envolve um determinismo único para o futuro.

Em Shackle o verdadeiro presente aparece como a contínua aquisição de conhecimento, a infindável composição de imaginative figments concernentes sobre o que serão os eventos ... moldando-se os próprios eventos pelas "... decisões ou escolhas humanas calcadas naqueles produtos da imaginação". (18)

Pode um mecanismo, como o do ciclo, ser aplicado propriamente aquele tipo de engenderment of events?

Quando abdicamos do presente como the figment of extensive time, assumindo que uma determinada objetividade (a pura relação entre os agregados econômicos, por exemplo) determina o curso da dinâmica econômica, então, "o tempo como um eixo, como um espaço, é um artefato do pensamento". (19)

Fica a evidência para extensive time mas não para determinismo. Não fica a evidência de que o futuro é "faith ful to the past". Mechanism versus novelty.

A estrutura temporal cíclica está sugerida pela "natural e inescapável estrutura repetitiva da vida". (20) As metáforas e analogias são muitas. Os ciclos das horas, das colheitas, das estações (seasons) como um landscape que pode ser revisitado. A palavra the week-end, implica identidade. Após lembrar-nos de tudo isto Shackle adverte: "Num landscape podemos mover-nos à vontade, no tempo não podemos fazê-lo da mesma maneira. Ainda assim, como a vida é repetitiva e cíclica, podemos fazê-lo simplesmente esperando. São os aspectos cíclicos da natureza que nos permitem medir o lapso de tempo". (21)

Uma pergunta se impõe: "O que pode ser medido é verdadeiramente real? A estrutura temporal cíclica nos dá locations nos quais alocar eventos relembrados, registrados (recorded) ou "esperados (expecteds)". (22)

Qual o paradoxo? É que existe um contexto de processos cíclicos, a "flow of time" ... e "é o caráter cíclico de algum fenômeno que torna possível the temporal locations daqueles eventos que são singulares e não repetitivos". (23)

Então Shackle admitirá uma base elementar de sistematização do conhecimento por experiência; a indução como meio de lidar com a vida prática, a despeito do suporte precário na lógica; a formação de configurações fixas, de estereótipos para dizer o que esperar, como foi (pattern) e prover tecnologia. Esse conjunto de instrumentos como building-blocks of explanation, of scientific (isto é, condicional) prediction, and technology". (24)

Por tudo, "time as a space with succession is an artefact of thought, but an indispensable one". (25)

Há que resgatar a seqüência no tempo, porém ficamos sem a evidência do determinismo e portanto, ao que parece, com a questão da objetividade/subjetividade na dinâmica capitalista. Resgatar a noção de tempo extensivo. Porém, como fazê-lo sem o determinismo pelo qual o futuro é fiel ao passado; pelo qual a objetividade das relações entre as variáveis macroeconômicas determina, na seqüência deste espaço que é o tempo, a totalidade do movimento?

Segundo os fundamentos diacrônicos da teoria dos ciclos, (mecanismo diacrônico, 'as a governance of later events by earlier ones'.) o ciclo é repetitivo.

Retomemos com Shackle uma avaliação crítica de teoria dos ciclos, que, em Granger, aparece como o salto da estática à dinâmica. Avançaremos na qualificação dessa dinâmica, sem perder o rumo que é o da diferenciação, para expressá-lo num dos modos possíveis, entre uma dinâmica econômica em abstrato e uma dinâmica da economia capitalista. Também, sem esquecer que uma dinâmica formal,

mecânica, é risco do qual não estão isentas nem a tradicional teoria econômica, nem sua contrária, a teoria econômica dita marxista. De um lado, voltaremos a defrontar-nos com a tríade equilíbrio, ciclos e tendência ao crescimento; e de outro, com as alternativas evolucionismo e "colapso".

Deixemos este último parágrafo como uma marca no caminho a ser retomada. Consideremos, com Shackle, o porquê das teorias do ciclo serem verdadeiras "business cycle engines".

A concepção geral dessas teorias é a de que a sociedade assemelha-se a uma máquina e sua performance é "... o resultado de seu design ou conformação".⁽²⁶⁾

Recolhendo um rastro de páginas atrás, relembremos que com o ciclo faz-se uma naturalização da dinâmica capitalista.

O ciclo se superpõe a uma permanência: a eternidade da estrutura. Essa estrutura, portanto, admite em seu interior o equilíbrio. É possível uma passagem da estática à dinâmica, se esta se constitui como dinâmica cíclica. O tempo como espaço é coadjuvante da permanência da estrutura. Essa estrutura eternalizada/naturalizada admite uma dinâmica fundada na diacronia. Permanecendo, essa estrutura se move ciclicamente, diacronicamente, através do tempo espacializado. A estrutura é o espaço estável no qual o tempo como cronologia/cronometria se constitui. O movimento é mecânico numa estrutura sem desestruturações. A socialidade e historicidade da dinâmica estão longínquas (a não ser como singularidades, particularidades, datadas e localizadas geograficamente) e a tensão objetividade/subjetividade propriamente capitalistas encontram-se iludidas.

O ciclo não é um equilíbrio, não é estática, é um movimento. Mas a temporalidade cíclica supõe - de alguma forma - o equilíbrio como intrínseco à estrutura. Por quê? Porque é uma totalidade de movimento, no qual a permanência da estrutura está pressuposta, em que o passado é suficiente para o futuro, este fiel àquele.

Para Shackle existe o "paradoxo de unidade e diversidade na noção de um ciclo de fases". Há a pluralidade das fases, multi-

plicidade de situações, uma gerando a outra, a noção de time-lag separando uma fase da outra. Há a essência da ciclicidade, as fases constituem um ciclo, "... assume-se que esta coleção de plural appearances é uma unidade". (27)

Não há então necessidade de explicar como o boom reverte para recessão e vice-versa. Mas se é assim a indissolúvel unificação das fases é "uma manifestação of one and the same aspect of Nature. Such unity of the business cycle phenomenon implies of necessity some diachronic fibre in history and the course of events". (28)

Isso é um "... inesquecível axioma da vida de que o que é no presente é parte de uma estrutura envolvendo, passadas, e, num certo sentido, futuras situações". (29)

A teoria do ciclo requer a noção de time-lag e a coexistência dos elementos essenciais e operativos no general present. É então necessária a coexistência de todos os elementos do fenômeno cíclico no presente e também os time-lags para que haja o movimento; pois, caso contrário, aquela coexistência poderia conduzir a "um instantâneo alcance de um pre-reconciled equilibrium". (30)

Ora, é exatamente essa combinação que implica o equilíbrio na estrutura, tempo como espaço, diacronia. A introdução do tempo, time-lag, só produz como movimento o ciclo. A tendência dada aqui é a permanência da estrutura, coexistência no presente dos elementos essenciais e operativos. A operação de simples mudança dos parâmetros significa manter a eternidade da estrutura; redefinida esta, pelos "novos" parâmetros, recolocada a permanência, o movimento cíclico prossegue. A "tecnologia" da mudança dos parâmetros - elementos operativos - não altera o caráter diacrônico; não integra aos ciclos os movimentos simultâneos de transformações da estrutura. As mudanças da estrutura atribuídas à tendência são externas à ciclicidade. As alterações nos valores dos parâmetros, operacionalizariam nas equações as mudanças não-explicadas da estrutura, dando seqüência à ciclicidade. Essa é a permanência da estrutura - enquanto modo de produção e circulação de bens - ainda que com novas características tecnológicas e organizacionais que os parâmetros alterados exprimiriam.

Quanto à subjetividade/objetividade: "esta co-existência não significa a co-visibilidade de todos semelhantes elementos pelo homem de negócios individual que é um participante do business cycle".⁽³¹⁾

Se não é o ciclo tal como rigorosamente definido, tem-se "... a completa ausência de qualquer unidade e coerência" in any appearances which suggest, but are denied, the character of a cycle".⁽³²⁾

É possível pela conduta e escolha start something new? Reingressa Shackle na consideração da objetividade/subjetividade: "Invocar novelty é banir a noção de ciclo: o ciclo é repetitivo, o que é novel pode, enquanto tal, ocorrer somente uma vez".⁽³³⁾

A dinâmica capitalista invoca um processo que não é repetitivo. A diacronia - artefact of time - é indispensável para a representação de uma dinâmica em que a permanência da estrutura está pressuposta, como está pressuposto um comportamento normatizado/automatizado do cálculo capitalista, tudo com o propósito de entender a recorrência dos pressupostos no tempo, mas não o processo capitalista. O artefato do tempo não deixa de ser útil para o registro do passado e para perscrutarmos o futuro. Entretanto, do fato de que são os aspectos cíclicos da natureza que viabilizam medir o tempo, não devemos derivar uma naturalização cíclica do tempo lógico-histórico que tem vigência no processo sócio-econômico capitalista. Este abre resoluções históricas nas quais se expressam transformações que vinham se processando na estrutura, pela lógica interna desta, que coloca a permanência como realidade histórica problemática. O ciclo (e sua relação de exterioridade com a tendência da estrutura) não capta essa dimensão da problemática temporal capitalista.

NOTAS - PARTE I - CAPÍTULO 2

- (1) Shackle, G. L. S. - Epistemics & Economics, London, Cambridge University Press, 1972, p.55.
- (2) Idem, ibidem, p.55.
- (3) Idem, ibidem, p.56.
- (4) Idem, ibidem, p.56.
- (5) Idem, ibidem, pp.56/57.
- (6) Idem, ibidem, p. 57.
- (7) Idem, ibidem, p.89.
- (8) Idem, ibidem, p.89 - Metáfora do Lago
- (9) Idem, ibidem, p.278.
- (10) Idem, ibidem, p.278.
- (11) Idem, ibidem, p.279.
- (12) Idem, ibidem, p.279.
- (13) Idem, ibidem, pp.280/281.
- (14) Idem, ibidem, p.282.
- (15) Idem, ibidem, p.282.
- (16) Idem, ibidem, p.283.
- (17) Idem, ibidem, p.282.
- (18) Idem, ibidem, p.283.

- (19) Idem, ibidem, p.284.
- (20) Idem, ibidem, p.284.
- (21) Idem, ibidem, p.284.
- (22) Idem, ibidem, p.284.
- (23) Idem, ibidem, p.285.
- (24) Idem, ibidem, p.285.
- (25) Idem, ibidem, p.285.
- (26) Idem, ibidem, p.333.
- (27) Idem, ibidem, pp.339/340.
- (28) Idem, ibidem, p.331.
- (29) Idem, ibidem, p.339.
- (30) Idem, ibidem, p.339.
- (31) Idem, ibidem, p.341.
- (32) Idem, ibidem, p.340.
- (33) Idem, ibidem, p.340.

PARTE I - CAPÍTULO 3

A DINÂMICA ECONÔMICA COMO "HISTÓRIA RACIOCINADA"

("REASONED HISTORY")

É a combinação de modelo e história que marca a dinâmica em Schumpeter como estágio terminal da teoria do ciclo frente à temporalidade. Combinar análises históricas, estatísticas e teóricas, a partir dos ciclos econômicos como a realidade básica do capitalismo, foi a profunda originalidade desse autor. Nesse sentido, os modelos de dinâmica, contemporâneos nossos, são menos férteis, seguem presas da dinâmica formal, e são pré-schumpeterianos. Avaliaremos a seguir sua contribuição para a apreensão da temporalidade capitalista: a construção de uma "reasoned history".⁽¹⁾

Modelo ou esquema de um processo ("model or schema"), para ele, é um conjunto de ferramentas analíticas adaptadas para, numa formulação generalizada, lidar com os fenômenos que formam um processo distinto.⁽²⁾ Os fenômenos cíclicos seriam assim compreendidos por um modelo onde cabem os conceitos de equilíbrio e de fluxo estacionário.

Considera que "a vida econômica é um processo único que se produz no tempo histórico e em circunstâncias perturbadas" e está convencido "... da necessidade de trazer para o estudo dos ciclos econômicos todo nosso aparato teórico e não somente os esquemas agregativos dinâmicos mas também nossa análise do equilíbrio".⁽³⁾

Prosperidades e depressões estão referenciadas à idéia de equilíbrio e de normal business. A partir delas é que se torna possível a análise do desequilíbrio crônico da vida econômica.⁽⁴⁾

O equilíbrio é do aparato analítico do economista, mas a noção de normal business se impõe para o próprio empresário, quando o ganho é suficiente para cobrir as despesas correntes, depreciação, juros sobre débito, remuneração dos serviços do proprietário e dos serviços do capital, ao ponto de nem diminuir nem elevar seu investimento.⁽⁵⁾

As teorias do equilíbrio ou do fluxo estacionário fornecem o esqueleto da lógica econômica para a análise rigorosa. Ainda que abstrata e remota em relação à vida real, mostra-se útil, para ele, na determinação da superprodução, do excesso de capacidade, desemprego. ⁽⁶⁾

A teoria do equilíbrio é também "uma descrição de um aparato de resposta": quer por choques externos, quer por câmbios gerados pelo próprio sistema, a ocorrência de flutuações é apreendida através do código simples de regras que estabelecerá a resposta do sistema frente à mudança dos dados.

A teoria serve ainda como ponto de referência, indispensável para o propósito de análise e diagnóstico; podendo os estados reais serem definidos por sua distância em relação ao equilíbrio. Como já esclarecemos na Parte I, não são flutuações em torno de trends, entendidos estes como loci of points, cada um dos quais indicaria o valor de equilíbrio ideal correspondente ao valor real adotado por cada time variable no mesmo ponto de tempo. ⁽⁷⁾

Assim, a quarta característica do Equilíbrio em Schumpeter e a mais relevante será: "o uso mais importante que faremos do conceito de equilíbrio é contingente à existência de uma tendência em direção ao equilíbrio. É uma tendência como actual force e não apenas a existência de "ideal equilibrium points of reference". ⁽⁸⁾ Trata-se de estabelecer definite periods em que o sistema excursiona para fora do equilíbrio e definite periods em que se move para o equilíbrio. Existem portanto valores ou intervalos que são reconhecidos como normais (normal) - vizinhança de equilíbrio (que não deve ser entendido no sentido matemático). ⁽⁹⁾

O equilíbrio torna-se assim "theoretical norm" das variáveis econômicas: "... reconhecemos a existência do equilíbrio somente naqueles pontos discretos, na escala temporal, nos quais o sistema aproxima-se de um estado o qual, se alcançado, preencheria as condições de equilíbrio. ⁽¹⁰⁾

Funda-se portanto a sincronia do Equilíbrio e do fluxo

estacionário (stationary flow), construindo-se um modelo de "... um processo econômico imutável (unchanging), cujo fluxo se dá a taxas constantes no tempo e que meramente reproduz-se a si mesmo".⁽¹¹⁾

As propriedades desse sistema seriam:

- equilíbrio geral;⁽¹²⁾
- atividade econômica rotineira, ausência portanto da atividade típica do entrepreneur;
- cada firma está em equilíbrio competitivo perfeito: custos (wages and rents) igualam receitas. Se ocorrem ganhos monopolísticos, eles são consumidos, pois caso contrário alterariam o fluxo estacionário;
- preços constantes e iguais aos custos médios;
- lucros e taxas de juros são zero;
- não existe desemprego involuntário de recursos;
- firmas e famílias em equilíbrio pleno de longo prazo: receitas igualam os dispêndios; padrão orçamentário, nas condições dadas, não produz vantagens ao ser alterado;
- as inovações estão excluídas: mesmas espécies, qualidades e quantidades de bens de consumo e de bens de produção são comprados e vendidos a cada ano; cada firma emprega a mesma espécie e quantidade de bens e serviços produtivos.

Observe-se que preços e quantidades são interdependentes e formam um sistema; sendo as quantidades realmente rates per element of time, mas sendo os fluxos constantes, Schumpeter simplifica eliminando o fator tempo e falando às vezes de quantidades absolutas.

Nessa formulação, o processo produtivo está inteiramen-

te sincronizado - "... o que significa que não existe espera pelos resultados da produção, os quais apresentam-se e repõem-se no momento em que são desejados de acordo com um plano ao qual tudo está perfeitamente adaptado".⁽¹³⁾

A partir dessa sincronia, Schumpeter cruzará el Rubicón efetuando uma diacronia, o movimento desse sistema através do tempo, da escala temporal. E a teorização do desenvolvimento cíclico do capitalismo que constituirá a dinâmica schumpeteriana por oposição a sua estática, que é a teoria do equilíbrio, do fluxo circular, do fluxo estacionário. (nota sobre a relação entre tde e bc)

A teorização dinâmica far-se-á através dos conceitos de entrepreneur/ inovações, capital como um fundo de poder aquisitivo, crédito, cujas interações produzirão o esquema multicíclico.

Naquela dinâmica, as inovações, particularmente as industriais, perturbarão o equilíbrio, o fluxo estacionário, pela aplicação de novas combinações das forças produtivas, retirando os meios de produção de seus usos antigos. As diferentes inovações - produtos, matérias-primas, processos e métodos, organização - seus diferentes tempos de introdução e sua interdependência foram um movimento de vários ciclos simultâneos que comporiam a totalidade de movimento: prosperidade - recessão-depressão-recuperação.

Uma dada vizinhança de equilíbrio corresponderia assim ao momento de pré-prosperidade e uma outra dada vizinhança de equilíbrio corresponderia ao momento de pós-recuperação. O ciclo é assim o fluxo e o refluxo das inovações e suas repercussões. Há portanto uma perpetuação da ciclicidade e do retorno ao equilíbrio. Há uma tensão entre exogenia e endogenia, na medida em que os câmbios sobre os dados do sistema são exógenos à combinação-fluxo estacionário; entretanto, o ciclo obedece também a uma lógica interna, "processo que se perpetua por si mesmo - um processo inerente à natureza interna de uma economia dinâmica, cuja força motriz - a inovação - ciclo após ciclo, renova o movimento em

forma ondular". (14)

O fim do ciclo é a recuperação e por isso a pós-recuperação é uma vizinhança de equilíbrio. Como em Juglar, a "única causa da depressão é a prosperidade": "A natureza econômica da depressão se encontra na difusão das realizações do "boom" sobre todo o sistema econômico através do processo de luta pelo equilíbrio". (15)

Há portanto, simultaneamente, a permanência de uma tendência ao equilíbrio, à realização da sincronização do sistema, e a permanência da ciclicidade, com o que, a cada novo fluxo estacionário instaurado, constata-se um nível mais avançado e exitoso da economia capitalista. O desenvolvimento diacrônico a partir da sincronização e para a sincronização.

Esta peculiar combinação de equilíbrio e ciclicidade leva Schumpeter à crítica das teorias de perpetuum mobile, com base em variáveis tais como estoques, capacidade produtiva, crédito etc. ... "tais análises perdem o pivotal point e escorregam para as explicações a la perpetuum mobile". (16)

Numa passagem claramente aplicável na crítica à dinâmica formal, indica: "... tomo esta oportunidade para poder assinalar os erros em que caem os construtores de modelos exatos ... que se orgulham com freqüência do fato de que as teorias supostas num modelo exato "explicam" todas as fases do ciclo, incluindo os pontos de câmbio, com um único argumento, que fará possível abandonar as teorias separadas para as fases individuais - isto pode ser uma vantagem mas pode resultar também numa construção deficiente de todo o fenômeno". (17)

Assim, a combinação de vizinhança de equilíbrio e ciclicidade implicou um tratamento do tempo lógico sem os mecanicismos da dinâmica formal, ainda que persista a oposição sincronia/diacronia, estática/dinâmica, o tempo como variável definida a partir do timing tecnológico, a tendência a um intervalo de equilíbrio na escala temporal. Porém, não existe uma estrutura formal de pa-

râmetros e lags que implica apreender a dinâmica num funcionamento maquinal-mecânico.

Este abandono da temporalidade mecanicista e formal se deve ao conceito de inovação e sua função na teoria do desenvolvimento cíclico. Entretanto, Schumpeter não chega a desenvolver as implicações teóricas da inovação capitalista referentes à temporalidade; o evolucionismo tecnológico segue sendo representado logicamente através dos movimentos ondulatórios em que o tempo é associado a espaço.

Usher faz a propósito um comentário bastante ilustrativo: "Um conceito de inovação peremptório não pode desenvolver-se consistentemente sem abandonar os conceitos espaciais de tempo que dominaram todas as filosofias idealistas e as formulações newtonianas das ciências físicas. A teoria do desenvolvimento econômico, portanto, significou uma separação maior com as técnicas de análise do século XIX do que inclusive seu autor estava preparado para reconhecer. Sua visão o levou às conclusões primárias, mas as técnicas de sua época eram um obstáculo à exposição completa".⁽¹⁸⁾

O ciclo admite reestruturações do tempo lógico através do jogo dos conceitos e, o que é mais inovador, a combinação deles com o tempo histórico. Isto é, cada ciclo é para ele uma individualidade histórica, "... os ciclos devem ser tratados como entidades históricas".⁽¹⁹⁾

A observação do material histórico permite a verificação dos postulados supostos e dá oportunidade para que se proponham outros postulados; e é necessário considerar "... que estas subidas e descidas dos gastos de investimento (corrigidos ou não) são em si mesmas somente um fenômeno de superfície e devemos tentar ver o que há por detrás deles - o que quer dizer que devemos investigar historicamente os processos industriais reais (e) que (ao) (fazê-lo) revolucionam as estruturas econômicas existentes".⁽²⁰⁾

Essa inserção do tempo histórico através da historici-

zação dos processos industriais faz com que as características - duração, ênfase, amplitude - das fases do ciclo fiquem abertas a uma interação entre os tempos lógico e histórico.

Num outro sentido, também, está considerado o tempo histórico, a saber, como forma de periodizar os tipos de capitalismo enquanto existência histórica. Assim, ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo trustificado e a dinâmica sofre mutações na passagem de um para outro.

O capitalismo concorrencial é marcado pela instabilidade das transformações cíclicas. Porém a organização trustificada ao automatizar o progresso faz com que o desenvolvimento econômico ganhe em estabilidade. Fica sugerida uma transição da "instabilidade cíclica" para a "estabilidade cíclica". O progresso burocratizado atenuaria a amplitude das oscilações sem comprometer, pelo contrário, assegurando o êxito econômico capitalista.

No capitalismo trustificado, as inovações - fonte da instabilidade no capitalismo concorrencial, inclusive pela criação de novas firmas e destruição de antigas - não mais estão tipicamente incorporadas em novas firmas; desenvolve-se uma política consciente de longo prazo sobre a demanda e o investimento; o crescente poder de acumular reservas e de acesso ao mercado monetário, pelos trusts, reduzem a instabilidade creditícia; o progresso técnico torna-se automatizado.

Portanto ele afirma que "... é suficiente reconhecer que a única causa fundamental de instabilidade inerente ao sistema capitalista está perdendo importância com o passar do tempo, e deve inclusive esperar-se que desapareça". ... o capitalismo, enquanto economicamente estável, e até avançado ainda mais em estabilidade, cria, pela racionalização da mente humana, uma mentalidade e um estilo de vida incompatível com suas próprias condições fundamentais, motivos e instituições sociais, e será mudado, ainda que não por necessidade econômica e provavelmente até com algum sacrifício do bem-estar econômico, em uma ordem de coisas frente a qual será meramente uma questão de gosto ou terminologia chamá-la de socialismo ou não". (21)

Ora, admitida a inovação e criatividade de Schumpeter, até mesmo frente aos economistas que escrevem atualmente sobre dinâmica econômica, cabe-nos revelar agora os seus dilemas sobre a questão que nos ocupa.

A introdução do tempo histórico no seu esquema analítico de equilíbrio-ciclicidade conduziu-o ao diagnóstico da estabilidade e do êxito econômico do capitalismo. Isto é compreensível teoricamente, uma vez que a autonomia do ciclo e a tendência ao equilíbrio excluíram logicamente a noção de crise capitalista. Também, a sua forma de introduzir o tempo histórico, principalmente pelas histórias dos processos industriais ao lado da concepção de automatização do progresso técnico, na verdade conduziram ao entendimento de que a sucessão cronológica do tempo histórico atenuaria crescentemente as instabilidades. Automatização do progresso pode ser entendida como "burocratização da concorrência", que, exercida pelos trusts sobre as inovações industriais, as tornam mais planejáveis e portanto atribuem mais estabilidade às flutuações.

Assim, a sua solução ao problema lógico-histórico da temporalidade, ainda que profundamente superior à dinâmica formal, deixa sérias lacunas. Uma vez que seu esquema analítico padece de uma formulação mais estrutural do conceito de concorrência - a qual não pode ser diluída na "burocratização da concorrência" - como também padece das limitações referentes à autonomia cíclica - tendência ao equilíbrio; seu esquema, digo, carece da formulação teórica culminante da dinâmica que é a tensão expansão-crise capitalistas, a qual, por sua vez, depende da permanência da noção de instabilidade, que também se esvai em sua interpretação. Assim não fica formulada, por ele, desde a economia capitalista, a problemática da existência lógico-histórica do capitalismo. O tempo histórico, para ele, como a cronologia das transformações industriais e dos tipos de capitalismo, adicionado ao seu tempo lógico de fluxo estacionário-ciclicidade-fluxo estacionário, implica uma teoria dinâmica onde a estrutura econômica tem uma razão interna de perpetuação exitosa. Ainda que seja genial a formulação de que este mesmo êxito destrói a ordem capitalista.

É uma dinâmica econômica que não explica, não compreende o lado econômico da estruturação/desestruturação do capitalismo. Ou melhor, pelo lado econômico, defende o oposto: a estruturação estabilizadora do capitalismo. Não existe idéia de lei interna à estruturação que questione a permanência histórica do sistema, que coloque o prognóstico de crise econômica estrutural. Para ele, o termo crise não tem sentido técnico - "Nós não daremos nenhum sentido técnico ao termo crise mas somente a prosperidade e depressão".⁽²²⁾ Ora, à depressão sucede a recuperação e a pós-recuperação é a vizinhança do equilíbrio. Nisto é que fica clara a nossa insistência de que sua temporalidade lógica, equilíbrio/ciclicidade, significa perpetuidade econômica da estrutura.

Ao mecanicismo marxista na teoria da crise, caracterizado pela idéia de colapso, Schumpeter opôs o evolucionismo em que a estrutura - enquanto forma sócio-econômica de produção e distribuição - se perpetua pela lógica econômica - "as realizações presentes e futuras do sistema capitalista são de tal natureza que rechaçam a idéia de colapso sob o peso da quebra econômica..."⁽²³⁾

Não se desconhece o discurso livre das travas analíticas em que: "O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não somente não é jamais estacionário, senão que não pode sê-lo nunca... o processo de mutação industrial - se se me permite esta expressão biológica - que revoluciona incessantemente a estrutura econômica desde dentro, destruindo ininterruptamente o antigo e criando continuamente elementos novos. Este processo de destruição criadora constitui o dado de fato essencial do capitalismo", "... o problema que usualmente se leva em consideração é o de como o capitalismo administra às estruturas existentes, sendo que o problema relevante é o de descobrir como as cria e como as destrói".⁽²⁴⁾

A destruição criadora por certo é um conceito com o qual Schumpeter definitivamente abandona a estática, porém, isto posto, em sua luta com a tradição, o que cabe compreender é que este conceito aponta para a recorrência da inovação técnico-econômica capitalista. Isto é, mostram como na destruição criadora das estru-

turas está pressuposta a perpetuidade econômica da estrutura capitalista em geral, e, portanto, pela lógica de sua temporalidade econômica, é uma diacronia da permanência dessa forma econômica.

O conceito de capital está limitado à dimensão creditícia; o de concorrência, limitado à disputa, em formas diferenciadas, pelos lucros, sem uma formulação enquanto propriedade estrutural supra-agentes, o que impediria seu pleno enquadramento pela burocratização. Isto e a autonomia do desenvolvimentismo cíclico, dada pela destruição criadora, excluem trabalhar, teoricamente, a hipótese de que a lógica econômica interna, estrutural, possa colocar o capitalismo num impasse histórico, numa crise econômica aberta à resolução histórica.

A especulação - latu sensu - que, na dinâmica, e em particular, na crise, revela-se o "calcanhar de Aquiles" da forma capitalista de produzir e construir riqueza - a tensão entre riqueza capitalista e riqueza social - e cuja temporalidade coloca em questão a existência histórica da forma capitalista, não cabe em sua dinâmica; ela é vista como um solucionável no plano institucional. No limite, isto significa entender que a política estatal contornará as acidentalidades virulentas do desenvolvimento cíclico, como se a ação econômica estatal estivesse imune às disrupções que a crise provoca: "As tintas mais escuras das depressões cíclicas e a maioria dos fatos que fazem dos ciclos econômicos um chicote para todas as classes, não são essenciais no fenômeno dos ciclos econômicos per se, senão que se devem a circunstâncias acidentais ... estas circunstâncias inesperadas podem eliminar-se e estas tintas mais escuras podem ser esquecidas sem interferir no mecanismo cíclico mesmo. Creio que é possível idealizar um programa de política que ainda que esteja sujeito a erro seria efetivo para reduzir as moléstias restantes que acompanham os ciclos econômicos para obter que as previsões normais de bem estar do Estado moderno sejam alcançadas." (25)

Quanto à instabilidade do investimento, atrelar-se-á à determinação tecnológica, historicizada, e desconhecerá as incertezas temporais vinculadas à forma propriamente capitalista de

gerar riqueza: "A menos que façamos isto (investigar historicamente os processos industriais reais - job), o investimento, especialmente o investimento autônomo, é um mero nome para um espaço em branco e se preenchemos este espaço em branco por algo tal como 'expectativas', estamos preenchendo o espaço em branco." (26)

As inovações jogam o papel teórico de configurar e ordenar a temporalidade da estrutura e o farão de maneira automatizada e mais estável no capitalismo trustificado. Essa formulação ao mesmo tempo é uma gigantesca contribuição para desvendar o movimento capitalista, porém oculta algo importante. É que a geração de riqueza capitalista produz também obstáculos ao automatismo tecnológico.

As várias objeções aqui expostas são as que qualificam as sendas a serem perseguidas a partir da riquíssima reasoned history de Schumpeter, enquanto teoria da dinâmica capitalista. Ele, com genialidade, está entre os que sabem e se debatem com o fato de que os conceitos e relações estabelecidos pela teoria econômica não podem desconhecer, como disse Usher, que "os processos da história não são nem transcendentes nem incognoscíveis, nem mecânicos nem preordenados". (27)

Por isso, a extrema criatividade de sua proposta:

"Dado que o que tentamos compreender é a mudança econômica no tempo histórico, existe pouco exagero em dizer que a meta última é simplesmente a reasoned (= conceptually clarified) history, não somente das crises, não apenas dos ciclos ou ondas, mas do processo econômico em todos seus aspectos e orientações ao qual a teoria meramente oferece alguns instrumentos e esquema, e a estatística, meramente parte do material. É óbvio que somente o conhecimento histórico detalhado pode definitivamente responder muitas das questões de causação individual e mecanismo, e que, sem isso, o estudo das séries temporais permanece inconclusivo e a análise teórica vazia". (28)

NOTAS - PARTE I - CAPÍTULO 3

- (1) Usher, A. P. - Implicaciones historicas de la teoria del desarrollo economico, in Schumpeter, científico social, org. Seymour E. Harris e colaboradores, Barcelona, Oikos, ediciones de occidente, s.a., 1965.
- (2) Schumpeter, J. A. - Busines Cycles, New York and London, McGraw-Hill Book Company, Inc. 1939, p.31.
- (3) Schumpeter, J. A. - El enfoque histporico en el análisis de los ciclos economicos, in Ensayos de Joseph A. Schumpeter, Barcelona, Oikos-Tan, . . - ediciones, 1966, pp.325/326.
- (4) Schumpeter, Busines Cycles, p.4.
- (5) Idem, ibidem, p.4.
- (6) Idem, ibidem, p.68.
- (7) Idem, ibidem, p.69.
- (8) Idem, ibidem, p.70.
- (9) Idem, ibidem, pp.70/71.
- (10) Idem, ibidem, pp.70/71.
- (11) Idem, ibidem, pp.35/36.
- (12) O sistema walianiano de equilíbrio geral estabelece certas "condições ou relações (equações) que determinam os valores de equilíbrio de todas as variáveis econômicas, como os preços de todos os produtos e fatores e as quantidades destes produtos e fatores que seriam comprados em condições de equilíbrio perfeito e concorrência perfeita por todas as economias domésticas e empresas. "Inclui tanto aspectos micro como macroanalíticos. Ver Schumpeter, J. A. - História del Analisis Economico..., p.1086 e segs.

- (13) Schumpeter, Busines Cycles, p.40.
- (14) Hansen, Alvin H. - La contribución de Schumpeter a la teoría del ciclo económico - in Schumpeter, científico social, op. cit., p.172.
- (15) Hansen, A. H., op. cit., p. 174.
- (16) Schumpeter, Busines Cycles, p.157.
- (17) Schumpeter, J. A. - El enfoque histórico en el análisis de los ciclos económicos, op. cit., p.329 nota 1.
- (18) Usher, A. P., op. cit., p.266.
- (19) Schumpeter, Business Cycles, p. 326.
- (20) Schumpeter, J. A. - El enfoque histórico en el análisis de los ciclos económicos, op. cit., p. 329.
- (21) Schumpeter, J. A. - The instability of Capitalism, in The economics of technological change. edited by Nathan Rosenberg, Great Britain, Penguin Modern Economics Readings, 1971, pp.41-42.
- (22) Schumpeter, J. A. - Busines Cycles, pp.5 e 299.
- (23) Schumpeter, J. A. - Capitalismo, socialismo y democracia - Madrid, Aguilar ed., 1971, p.95.
- (24) Idem, ibidem, pp.120-122.
- (25) Idem, ibidem - El enfoque histórico en el análisis de los ciclos económicos. p.326.
- (26) Idem, ibidem, p.329.
- (27) Usher, A. P. - op. cit., p.264.
- (28) Schumpeter, J. A. - Busines Cycles, p.220.

PARTE I - CAPÍTULO 4

A DEMANDA EFETIVA E AS FORÇAS DO TEMPO CAPITALISTA

O conceito de demanda efetiva constitui um verdadeiro "happening" para a teoria da dinâmica econômica capitalista. Nele, encontram-se a reflexão de origem marxista - personalizada por Kalecki - e a luta de libertação face à tradição, à ortodoxia, personalizada por Keynes.

Joan Robinson é taxativa no artigo "Time in economic theory". Após considerar que "... devemos jogar fora conceitos e teoremas que são logicamente 'self-contradictory', tais como o equilíbrio geral de oferta e demanda, a função de produção de longo-prazo, a produtividade marginal do capital, e o tamanho de equilíbrio das firmas" conclui que - "A parte mais confiável do nosso aparato é a análise da demanda efetiva iniciada por Keynes e Kalecki".

Para ambos, no processo de realização do ganho capitalista originam-se as flutuações, a instabilidade. Em Kalecki, expressamente, os capitalistas podem decidir o quanto dispender em investimentos (e consumo) porém não podem decidir, nem saber, o quanto lucrarão. Em Keynes, a rentabilidade do capital em imobilização (incluindo, portanto, os investimentos em curso) está na dependência da renda esperada, imaginada via expectativas, num mundo monetário de incertezas. Os dispêndios realizam, num tempo econômico que flui, as rendas capitalistas que não podem ser apreendidas, a priori, pelo cálculo capitalista. A variabilidade dos ganhos capitalistas, inevitável face ao modo pelo qual são gerados a partir das decisões — unilaterais e privadas — de investimento, torna esta forma de produção dinâmica e crítica, jamais estática.

A idéia de demanda efetiva comanda assim a relação estratégica do ganho capitalista com o tempo econômico. Analisemos as questões que herdamos de cada um deles para a compreensão da temporalidade capitalista.

4.1 - KEYNES: O EQUILÍBRIO IMAGINÁRIO VERSUS O MÉTODO PAN-CRÔNICO (OU ACRÔNICO)

Keynes instaura a perplexidade ao mover-se formalmente num universo em que identifica diferentes níveis possíveis de equilíbrio, quando simultaneamente construía conceitos para uma dinâmica.

Tratou de explicar-se como o pode, e de prevenir seus leitores também:

"A elaboração deste livro foi para o autor uma longa luta de libertação, e sua leitura deve ser o mesmo para a maioria dos leitores se as investidas do autor sobre eles tiverem sucesso - uma luta de libertação das formas habituais de pensamento e de expressão."⁽¹⁾

Em fevereiro de 1939, já no prefácio à edição francesa, e portanto "escaldado" pelas conseqüências da modalidade de expressão conceitual pela qual havia optado, desabafa em seqüências que vale a pena reunir:

"Por cem anos ou mais a Economia Política inglesa vem sendo dominada por uma ortodoxia... seus pressupostos, sua atmosfera, seu método têm continuado surpreendentemente iguais... eu a aprendi, eu a ensinei, eu a escrevi... os historiadores posteriores da doutrina irão considerar este livro como pertencente essencialmente à mesma tradição. Mas ao escrevê-lo... senti-me rompendo com essa ortodoxia, numa forte reação contra ela, fugindo de alguma coisa, conquistando uma emancipação... é a explicação de certas falhas do livro... seu ar de ser dirigido muito aos que detêm um ponto de vista específico e pouco ad urbem et orbem... querendo convencer meu próprio ambiente... três anos depois, tendo-me acostumado à nova pele e quase me esquecido do cheiro da velha, devo, como se estivesse escrevendo de novo, esforçar-me para livrar-me dessa falha, estabelecendo minha posição de maneira mais definida."⁽²⁾

Vamos partir, portanto, deste Keynes liberto. De imediato, esclarece contra procedimentos que são especialmente falaciosos se se pretende compreender a dinâmica em seu conjunto a partir da instância microeconômica. Por que o nome de teoria geral?

"Com isso quero dizer que estou preocupado principalmente com o comportamento do sistema econômico como um todo - com a renda global, com o lucro global, com o volume global da produção, com o nível global de emprego, com o investimento global, e com a poupança global, em vez de com a renda, o lucro, o volume da produção, o nível do emprego, o investimento e a poupança de ramos da indústria, firmas ou indivíduos em particular. E afirmo que foram cometidos erros importantes ao se estender para o sistema as conclusões a que se tinha chegado de forma correta com relação a uma parte desse sistema tomada isoladamente."⁽³⁾

Este trecho conduz à retomada de uma questão posta no encerramento do capítulo 1 da parte I desta tese. Qual a coordenação adequada, para fins da dinâmica, entre as instâncias micro e macroeconômicas? Os estudos microeconômicos baseados no recorte de ramos da indústria (ou formas de mercado) caracterizam-se como teoria da produção e da distribuição de um dado montante da produção. As conclusões daí extraídas não podem, numa operação combinatória/somatória, conformar a dinâmica do conjunto; uma vez que aquelas conclusões basearam-se no suposto de uma renda dada, com o que as interações dinâmicas do conjunto de economia ficam suspensas. As interações que influenciam a produção e a renda globais só podem ser aquelas entre elementos de natureza conceitual generalizáveis - investimento, consumo - interações essas que permanentemente alteram e determinam os dados para a análise parcial. Assim, mesmo uma análise da dinâmica parcial não conduz a uma compreensão da dinâmica geral. Deste modo, para fins da dinâmica econômica geral, a instância microeconômica não está no recorte de mercados/ramos industriais, mas sim no esclarecimento da noção de sujeito e de cálculo dos agentes capitalistas, na relação com os conceitos gerais; portanto numa teorização

que é simultaneamente micro-macro e que ademais atravessa, corta, percorre, incide no conjunto da estrutura.

Portanto, para a teoria geral, a relação micro-macro está posta centralmente e de forma dinâmica na interação entre expectativa (dos agentes) sobre a renda (esperada) e investimento, conteúdo da qual é, fundamentalmente, um problema de temporalidade: forças obscuras do tempo e ignorância do futuro.

Esta teoria geral revelar-se-á, liberto Keynes, como uma teoria não-estática, porém referida ao conceito de equilíbrio, em algumas passagens, e noutras, referida àquele de ciclo econômico. Enquanto um pensamento que ajusta contas com a tradição, não poderia ser diferente. Qual o caminho que fica para o tempo capitalista?

Pelo Princípio da Demanda Efetiva, Keynes pretende determinar o valor de equilíbrio do volume de emprego com o uso das funções agregadas de oferta e demanda. "O preço de oferta agregada de um dado volume de emprego é a expectativa de renda - proceeds - que é exatamente suficiente para que os empresários considerem vantajoso oferecer o emprego em questão."⁽⁴⁾ Proceeds - ou renda agregada - é o custo de fatores, pagamentos aos fatores de produção excetuando-se os efetuados a outros empresários,⁽⁵⁾ mais o lucro do empresário.

Ora, fica explícito que o valor do preço da oferta agregada (que não deve ser confundido com o preço de oferta de uma unidade de produto) é um valor imaginário. Sabe-se o custo de fatores por unidade de emprego, dada a situação da técnica e recursos, porém a magnitude do lucro é imaginada através das expectativas. É um valor mínimo de ganhos que torne custeável aquele volume de emprego. Assim, $Z=f(N)$ é a função Oferta Agregada, onde Z é o preço da oferta agregada da produção resultante do emprego de N homens. A Função Demanda Agregada $D=f(N)$, onde D considera-se como proceeds que os empresários esperam receber do emprego de N homens. Assim, se para determinado valor de N, D for superior a Z, isto é, se os ganhos imaginados na função de-

manda forem maiores do que aqueles imaginados como mínimos necessários na função oferta, os empresários aumentarão o emprego acima de N , mesmo disputando fatores e elevando custos, até o ponto em que Z iguala-se a D :

"O volume de emprego é determinado pelo ponto de intersecção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas. Chamaremos demanda efetiva o valor de D no ponto de intersecção da função da demanda agregada com o da oferta agregada."⁽⁶⁾

Agora, observe-se que ambas funções surgem a partir das expectativas, com o que o ponto de demanda efetiva é um valor geral imaginário construído a partir do cálculo dos empresários. Realização de um cálculo que já é, em si mesma paradoxal, uma vez que os agentes perscrutam um futuro que desconhecem, formam expectativas apenas, e emerge, assim, com as funções agregadas, uma demanda efetiva que é imaginária e socialmente determinada e como tal aparece na teoria geral. Para perplexidade dos que não estão na tradição, Keynes pretenderá associar àquele ponto uma situação de equilíbrio.

Sucede que as expectativas na sociedade capitalista - decisões privadas, em concorrência, ignorantes do futuro - não admitem sequer um cálculo probabilístico (nota skakle). Mesmo ao formular o preço de oferta agregada Keynes já advertia - "Um empresário que tenha de tomar uma decisão prática a respeito da sua escala de produção não terá, naturalmente, uma única expectativa indubitável sobre qual será a receita de venda de uma produção determinada, mas várias expectativas hipotéticas, formuladas com graus variáveis de probabilidade e exatidão. Por sua expectativa de receita quero dizer, portanto, aquela que, se formula em condições de certeza, o levaria à mesma conduta que o conjunto das possibilidades mais diversas e vagas que compõem o seu estado de expectativa no instante de tomar sua decisão."⁽⁷⁾

Desta forma, efetivamente, a decisão do agente capitalista não supõe equilíbrio presente, nem implica a possibilidade futura deste. O equilíbrio que as funções agregadas sugerem é uma figura imaginária de um momento futuro que redonda de decisões empresariais que se caracterizam como verdadeiras especulações sobre este futuro.

Mas esta demanda efetiva que Keynes considera com a essência da Teoria Geral do Emprego, torna-se ainda mais complexa se consideramos os fatores de que dependem aquelas duas funções. Vejamos como, do cálculo capitalista, o equilíbrio exigiria não apenas acerto na previsão de receitas como acerto na proporcionalidade entre produção de bens de consumo e de bens de investimento:

"A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real agregada aumenta, o consumo também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato. Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso de produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessidades para induzi-los a oferecer tal volume de emprego. Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante do investimento corrente... (que) dependerá do incentivo para investir (que) depende da relação entre a escala da eficiência marginal de capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos. Assim sendo, dada a propensão a consumir e a taxa do novo investimento, haverá apenas

um nível de emprego compatível com o equilíbrio, visto que qualquer outro levaria a uma desigualdade entre o preço da oferta agregada da produção em conjunto e o preço da demanda agregada." (8)

Ora, o que Keynes sugere implicitamente é que este equilíbrio é inalcançável. O decurso do tempo entre o momento das decisões empresariais até aquele momento futuro onde se processaria, no mercado, a demanda efetiva imaginada (no momento das decisões), tem como conteúdo expectativas que deflagram novas decisões, e assim, mesmo que o equilíbrio imaginário se realizasse, no momento desta realização, já estaria em curso o processamento de novas decisões expansionistas ou contracionistas, tornando aquele equilíbrio ultrapassável. Ou seja, o sistema não descansa, porque sua temporalidade é das expectativas. É claro que a consciência disso levou, ao final, Keynes, a atribuir à sua cadeia de raciocínio o ciclo econômico como resultado, coisa que criticaremos mais à frente.

O que importa, agora, é mostrar como um tempo é de expectativas no âmago dos conceitos implica variabilidade permanente: o investimento corrente depende da eficiência marginal do capital que por sua vez depende da renda esperada. As expectativas aparecem como elemento determinante se a produção tem de ser realizada por processos que requerem tempo. (9)

"Deste modo, o comportamento de cada firma individual, ao fixar sua produção diária, é determinado pelas expectativas a curto prazo-expectativas relativas ao custo da produção em diver-

sas escalas e expectativas relativas ao produto (proceeds) da venda desta produção."⁽¹⁰⁾ Diária, entretanto, não é o tempo do calendário, é "... o intervalo mais curto após o qual a empresa se acha livre para revisar sua decisão quanto ao volume de emprego que pretende oferecer. É, por assim dizer, a unidade efetiva mínima de tempo econômico".⁽¹¹⁾ Este é um dos raros momentos em que ele explicitamente revela a estruturação de seu tempo econômico e este é um expectational-time. As expectativas movem: "todas as vezes que tiver de ser tomada uma decisão, ela o será levando em conta este equipamento e estes estoques (adquiridos sob a condição de expectativas passadas), mas à luz da expectativas atuais a respeito dos custos e das vendas futuras".⁽¹²⁾

No percurso cronológico, sucedem-se, portanto, os em-
bricamentos do expectational-time próprio da estrutura econômica capitalista. Se um estado de expectativa dura o tempo suficiente para que seus efeitos se realizem plenamente, ter-se-á um volume estável de emprego a longo prazo, correspondente a este estado de expectativas. Porém, ainda que a cada estado de expectativa corresponda um volume específico de emprego a longo prazo, as expectativas podem mudar com tal frequência que aquele volume jamais venha a ser alcançado.⁽¹³⁾

O curso real dos acontecimentos é complexamente determinado por esta temporalidade:

"... pois o estado de expectativas está sujeito a variações constantes, surgindo uma nova expectativa antes que a anterior haja produzido todo o seu efeito, de tal modo que o mecanismo econômico está sempre ocupado com numerosas atividades que se sobrepõem, cuja existência se deve aos vários estados anteriores das expectativas."⁽¹⁴⁾

A despeito disso, no entanto, é importante observar que "as expectativas passadas que ainda não se dissolveram por completo estão incorporadas no equipamento de capital atual..." com o que "... o emprego de hoje é governado pelas expectativas de

de hoje, consideradas juntamente com o equipamento de capital de hoje".⁽¹⁵⁾

Este ponto é importante porque dele deriva-se um outro elemento da estruturação do tempo em Keynes, que criará uma tensão com o expectational-time. Ou seja, o tempo virá a ser organizado, por ele, com base na extensão da vida útil dos bens duráveis e nas despesas correntes de conservação dos estoques excedentes, e esta organização determinará a duração do movimento descendente no mecanismo cíclico, que ele assume no capítulo 22. Retornaremos a este ponto.

Retomando o fio de nosso raciocínio, cabe adicionar os elementos em Keynes que apontam para a miragem do equilíbrio e a dissolução da estática.

Consideremos a eficiência marginal do capital, que é "a relação entre a renda esperada de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição".⁽¹⁶⁾ Trata-se como se vê, e ele advertiu, de uma expectativa de rendimentos expressa numa série Q_1, Q_2, \dots, Q_n , referente ao período de utilização do bem de capital adicional. "Este aspecto envolve toda a questão do papel das expectativas na teoria econômica. A maioria das discussões sobre a eficiência marginal do capital parece desconsiderar os outros termos da série, excetuando-se Q_1 . Tal posição, porém, só poderia justificar-se numa teoria estática em que todos os valores de Q fossem iguais. A teoria usual da distribuição, na qual se supõe que o capital obtém, no presente, valor igual a sua produtividade marginal (num sentido ou noutro), só é válida numa situação estacionária".⁽¹⁷⁾

A estática rompe "o elo teórico entre o hoje e o amanhã", despreza a "influência do futuro na análise do equilíbrio presente".⁽¹⁸⁾ A existência de equipamento durável liga "a economia futura à presente" e por isso mesmo a presença dos conceitos de custo de uso e de taxa monetária de juros, além do de eficiência marginal do capital, fazem do momento presente um momento do qual o futuro não está ausente e que portanto não apenas não é estático, como também, ele deveria dizer, não é um equilíbrio, nem

mesmo um equilíbrio dinâmico, pois a possibilidade mesma de sua transformação em não-imaginário é ultrapassada pelo expectational-time.

Numa economia monetária, a propriedade de um ativo fixo - tal como um bem de capital - não equivale imediatamente a que sua utilização seja lucrativa. O dispêndio em pôr a funcionar um equipamento, já instalado, pode mostrar-se pouco rentável em relação a aplicações alternativas, de modo que o resultado de expectativas passadas, incorporado na capacidade produtiva atual, pode ter seu impacto, sobre o nível de emprego, reavaliado, não havendo portanto determinismo sequer do passado. É isto que o custo de uso implica: uma reavaliação do passado porque aquele custo é um elo que liga o presente e o futuro; "pois quando um empresário fixa sua escala de produção, tem de escolher entre utilizar imediatamente o seu equipamento ou conservá-lo para o utilizar mais tarde. O que determina o montante do custo de uso é o sacrifício esperado de lucros futuros decorrentes da utilização imediata, e é o volume marginal deste sacrifício que, juntamente com o custo marginal dos fatores e a receita marginal esperada, determina sua escala de produção".⁽¹⁹⁾

E quando à expansão do estoque de capital, como é possível que ele se efetive se o mercado de investimentos torna possível em alguns momentos, adquirir um bem de capital por um valor inferior ao que correspondia a produção de uma nova unidade - (custo de reposição ou preço de oferta)? Isto é, se o preço de demanda - dado pelo retorno esperado do ativo descontado à taxa corrente de juros - for inferior ao preço de oferta daquele ativo, não se expande a produção deste.

Retornamos às influências das expectativas, porque ainda que a taxa de juros seja virtualmente um fenômeno corrente; ela não o é plenamente uma vez que reflete em parte a incerteza do futuro, e a relação entre as taxas de juros para diferentes prazos depende das expectativas.⁽²⁰⁾

É porque tais incertezas rondam a taxa de juros que

existe a preferência pela liquidez como meio de conservação de riqueza. O dinheiro aparece em seu nexos causal através da taxa monetária de juros, cuja variabilidade está ligada ao motivo especulação, na retenção de dinheiro, que a preferência pela liquidez expressa. E o dinheiro caracteriza-se por ser um bem cuja elasticidade de produção é nula e a de substituição nula ou quase nula, com o que sua taxa de juros⁽²¹⁾ é a mais inflexível à baixa, comparativamente a dos demais bens, quando a produção destes se amplia; e, desta forma, a taxa monetária de juros elimina tendencialmente a produção lucrativa dos demais bens.

Conseqüentemente, no centro da discussão sobre o estado da expectativa a longo prazo⁽²²⁾ estão os efeitos do desenvolvimento de mercados financeiros organizados, nos quais são reavaliados, diariamente⁽²³⁾, os investimentos já realizados, com o que procedem-se transferências de riqueza velha entre os agentes, viabilizando-se a transformação de um ativo ilíquido num ativo líquido. Com isto, sobre o curso do novo investimento podem emergir outras determinações:

"... não há nenhum sentido em criar uma empresa nova a um custo maior quando se pode adquirir uma empresa similar existente por um preço menor, ao passo que há uma indução para se aplicarem recursos em um novo projeto que possa parecer exigir uma soma exorbitante, desde que esse empreendimento possa ser liquidado na bolsa de valores com um lucro imediato."⁽²⁴⁾

O que fica posto é um tempo financeiro como forma de respaldar a realização de riqueza capitalista, dada a "... extrema precariedade da base de conhecimento sobre o qual temos de fazer nossos cálculos das rendas esperadas".⁽²⁵⁾ A despeito de ter advertido para o fato de que estes mercados "... às vezes facilita o investimento, mas ... às vezes contribui sobremaneira para agravar a instabilidade do sistema", Keynes não desdobrou a autonomia desta instância financeira face à eficiência marginal do capital, o que certamente vulnerabilizaria ainda mais a postulação de equilíbrio.⁽²⁶⁾

Os mercados financeiros, organizados em torno da liquidez, reforçam a especulação que já marcava estruturalmente as expectativas sobre as rendas esperadas no processo produtivo e agrava a instabilidade sistêmica, dado que tanto pode acelerar especulativamente os investimentos correntes quanto desacelerá-los repentinamente.

Frente ao fetiche da liquidez que orienta a gestão financeira na posse de valores "líquidos", coloca um diagnóstico que retira do mercado a capacidade de regulação da instabilidade capitalista:

"Ela (finança ortodoxa) ignora que não existe algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habitualmente efetuados em nossos dias é 'sair disparado na frente' como se diz coloquialmente, estimular a multidão e transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação."⁽²⁷⁾

O exposto conduz à avaliação de que Keynes está no tempo capitalista, que não supõe a vigência de um mecanismo diacrônico - à semelhança daqueles baseados em estruturas de lags e permanent frame of thought - pelo qual a história seria governada pelo seu próprio passado. Indica, como sugeriu Shackle, um método achronic, pan-chronic, em que as expectativas se apresentam como fonte e origem da história. Neste sentido, construindo um tempo lógico-histórico que, ao apreender o movimento conjuntural próprio da estrutura capitalista, revela as transformações que surgem deste mesmo movimento.

Afirmações como as que seguem mostram a compreensão do novo que surgia na instabilidade dos anos 30 - que o mercado não promovia nem a regulação do equilíbrio, nem a regulação cíclica que é uma modalidade de pressupor a auto-regeneração da estrutura.

"Não há evidência clara para demonstrar que a política de investimento socialmente mais vantajosa coincida com a mais lucrativa. É preciso mais inteligência para derrotar as forças do tempo e da nossa ignorância sobre o futuro do que para sair na frente."⁽²⁸⁾

A instabilidade decorrente do cálculo financeiro remete à necessidade de uma organização supra-mercado:

"Encontrando-se o Estado em situação de poder calcular a eficiência marginal dos bens de capital a longo prazo e com base nos interesses gerais da comunidade, espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos, ainda mais considerando-se que, provavelmente, as flutuações, na estimativa do mercado, da eficiência marginal dos diversos tipos de capital, na forma descrita antes, serão demasiado grandes para que se possa compensá-las por meio de mudanças viáveis na taxa de juros."⁽²⁹⁾

Entretanto, Keynes prossegue não apenas com suas referências ao equilíbrio, como sanciona, em linhas gerais, a ciclicidade e considera a crise como parte do ciclo econômico. Se bem é verdade que ele não chega a elaborar o determinismo e o mecanismo cíclico, não se pode iludir o fato de que seus comentários nos capítulos 18 e 22 implicam uma concepção de temporalidade oposta àquela que domina a análise sobre o incentivo para investir.

Reaparece a autonomia do ciclo e a duração das fases está ligada a um elemento tempo cujo conteúdo é o tecnológico, é o de normalidade datada da taxa de crescimento, é o dos custos da conservação de estoques.⁽³⁰⁾

Surpreendentemente, o que é admitido por ele é um ciclo automático - como foi amplamente desenvolvido por Kalecki - no qual "existe certo grau reconhecível de regularidade na seqüência e duração dos movimentos ascendentes e descendentes" e atribui esse caráter cíclico essencialmente "... ao modo como flutua a eficiên-

cia marginal do capital".⁽³¹⁾

Postas as coisas desta forma, é de perguntar-se se muda aqui o conceito de eficiência marginal do capital, já que aquele que discutimos páginas atrás não se adequa à temporalidade mecânica e "exterior" incompatível com as expectativas, como é o elemento tempo desta ciclicidade.

Ademais, considera que "... devemos incluir outra característica do chamado ciclo econômico, ou seja, o fenômeno da crise - o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina".⁽³²⁾ A crise é determinada pelo colapso repentino da eficiência marginal do capital e, somente após, é que se eleva a preferência pela liquidez e portanto a taxa de juros. A saída da depressão depende da recuperação da eficiência marginal do capital e não da queda da taxa de juros ainda que esta seja condição necessária. A magnitude do movimento descendente, entretanto, não é fortuita, e o elemento tempo que determinará o intervalo necessário para a recuperação da eficiência marginal "... pode ser uma função estável da duração média do capital numa época dada... existe uma relação definida ligando a duração da depressão à extensão da vida útil dos bens duráveis e à taxa normal de crescimento em época determinada".⁽³³⁾ Isto é, no curso deste intervalo, a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência contribuiriam para elevar a eficiência marginal do capital, ajudados pela queima dos estoques excedentes, a qual se segue recomposição de estoques e levacão de capital circulante.

Entretanto, relembando sua pele nova, após fazer menção às avaliações que o mercado pratica, resvala para o ceticismo acerca de regulação cíclica e encerra:

"Portanto em condições de laissez-faire, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimen-

to, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento."⁽³⁴⁾

Ou seja, a estagnação do investimento, na crise, pode ser apenas questão de um momento do ciclo. Ela pode ser a destruição da regulação cíclica; ciclo e crise não são conceitos compatibilizáveis; o segundo não é um sub-conjunto do primeiro.

As forças do tempo que constituem o núcleo da reflexão de Keynes através das expectativas⁽³⁵⁾ apontam menos para a totalidade cíclica do que para uma noção de instabilidade marcada por flutuações de perfis cambiantes, sem temporalidade rígida, em que os pontos de reversão devem ser questionados pois a interação com a tendência estrutural, não explicada por ele, os constitui como "nós" da tensão expansão-crise. As oscilações teóricas de Keynes entre o equilíbrio imaginário - considerado como número? - e a ciclicidade são resultados da pele velha cujo cheiro a força do tempo fê-lo esquecer, poucos anos depois da teoria geral.

4.2 - KALECKI: TERMINALIDADE TEÓRICA DA REGULAÇÃO CÍCLICA

Kalecki utiliza o conceito de demanda efetiva para a formulação de uma teoria do ciclo econômico. Não lhe diz respeito o discurso tradicional calcado na noção de equilíbrio; assume de imediato a construção de uma dinâmica cíclica. Assim, a teoria que involucra a determinação dos lucros e da renda nacional, bem como a determinação das decisões de investimento, é submetida a uma estruturação formal de parâmetros e lags que viabiliza a representação de uma dinâmica em que o tempo é tomado como espaço, como coordenada.

Sendo o investimento a variável independente estratégica, é na equação que lhe corresponde que estará centrada a análise do mecanismo do ciclo econômico. Considerando que os lucros são determinados pelo investimento, assim como os salários, dada a distribuição funcional da renda, Kalecki estabelece a seguinte base para a análise do processo econômico dinâmico que contém flutuações cíclicas: "... o investimento numa época dada é determinado pelo nível e pela taxa de variação do próprio investimento numa época anterior".⁽³⁶⁾

A equação do investimento⁽³⁷⁾ expressará enquanto cadeia de investimentos, temporalmente defasados, a causalidade para o mecanismo cíclico, insertando-se os parâmetros e seus valores, com base em certos supostos sobre a natureza e o curso das decisões capitalistas. Assim, um parâmetro dará conta dos efeitos positivos da acumulação interna das empresas sobre as decisões de investir, ao compensar as possíveis limitações do mercado de capitais e o fator de "risco crescente". Outro, detectará os efeitos negativos decorrentes da ampliação do estoque de capital uma vez que isto pode implicar, sendo constantes os lucros e/ou ampliando-se a concorrência, redução da taxa de lucro corrente. Um outro, estará associado à influência positiva da elevação dos lucros em decorrência de investimentos pretéritos. Outro refletirá o impacto da distribuição da renda sobre a produção. Enquanto outro espelhará a sensibilidade do investimento em estoques frente à variação no produto.

Para tratar do ciclo econômico "puro" abstrai-se os fatores de crescimento a longo prazo, de modo que o processo dinâmico fica restrito às flutuações cíclicas, excluído portanto o tratamento da tendência a longo prazo. As flutuações cíclicas verificam-se em torno a um nível de investimento que corresponde ao da depreciação.

Estabelecidas portanto as defasagens temporais - lags - e os valores dos parâmetros, é possível, com a equação do investimento, descrever um ciclo econômico automático, em que as fases - recuperação, auge, recessão, depressão e recuperação - sucedem-se, observando regularidade na seqüência e na duração dos movimentos ascendentes e descendentes tal como postulava Keynes nas notas sobre o ciclo.

Ora, a temporalidade assim estabelecida é mecânica, automática como o próprio termo com que Kalecki designa o ciclo. O substrato econômico - a interação do investimento com os lucros e o estoque de capital, fundamentalmente, nas decisões capitalistas - assume um formato rígido, um critério técnico-mecânico para seccionar o tempo como coordenada, intervalos de tempo, conservando a unidade do tempo como espaço. Ou seja, a temporalidade vira uma cronometria, e, neste sentido, a repetição do movimento automático - perpetuum mobile - acaba tornando o tempo em consideração, um tempo exterior à natureza econômica capitalista. Fica um tempo lógico-formal e como tal inadequado, ahistórico.

De fato, Kalecki concebe teoricamente a interação investimento - lucros - estoques de capital como constitutiva de uma ciclicidade automática, uma totalidade cíclica autônoma. O recorte analítico - flutuações versus tendência - produz um mimetismo na teoria. Ao tomar-se como objetivo o ciclo a teoria mimetiza-se em modelo, "a business engine", na expressão de Shackle. Essa mimetização dá-se no momento mesmo da pressuposição que é o de associar a teoria dos lucros e do investimento com um objetivo: a totalidade autônoma do ciclo. Esta é que é a operação metodológica importante. A partir daí, fixar os valores dos parâmetros de modo a descrever o ciclo é uma consequência operacional do pressu-

posto. É portanto o pressuposto na redução analítica, tempo cíclico versus tempo da tendência, que acaba implicando uma temporalidade exterior às determinações complexas da estrutura.

Esta mimetização da teoria, a que me referi, e a operacionalização do pressuposto é explicitada por Kakecki:

"O anterior mecanismo do ciclo econômico se baseia em dois elementos: a) quando o investimento chega ao nível de depreciação desde abaixo (na trajetória de recuperação) não se detém ali senão que cruza este ponto e segue em ascensão... porque os aumentos dos investimentos, em consequência dos lucros e da produção total, provoca, antes de alcançar o nível de depreciação, que o investimento seja superior a este nível no período subsequente. Só pode haver equilíbrio estático se o investimento está ao nível da depreciação e ademais não mudou de nível no passado recente. A segunda destas condições não se cumpre no ponto A e é esta a razão de que o movimento continue em ascensão. Quando o investimento chega ao nível da depreciação desde acima (ponto A') a situação é análoga, quer dizer, o investimento não se detém senão que cruza, para baixo, o nível de depreciação e segue descendente. b) Quando o movimento ascendente do investimento se detém, não permanece neste nível senão que começa a descender. Isto ocorre porque o coeficiente $a/1+c$ é inferior a 1, o que reflete a influência negativa que sobre o investimento exerce o incremento do equipamento de capital ($c > 0$) e talvez também o fator de reinvestimento incompleto da poupança (se $a < 1$). Mas de fato a acumulação de capital, que com um nível estável de atividade econômica, produz uma taxa de lucros descendente, exerce um efeito adverso tangível sobre o investimento (ou seja que c não é negligenciável). Ademais, o reinvestimento da poupança pode ser incompleto (quer dizer, $a < 1$). Em consequência, o investimento diminui e se inicia o descenso cíclico. A situação no fundo da depressão é análoga àquela do pico do auge. Nesta,

a taxa de lucros se reduz devido aos incrementos do equipamento de capital, enquanto que naquela se eleva porque não se repõe a depreciação do capital."⁽³⁸⁾

Colocada a autonomia cíclica nestes termos, surgem dois problemas:

- 19) o cálculo capitalista, naquele mecanismo, automatismo, tem o seu curso, suas decisões, pré-estabelecidas. Não há novidades, nem expectativas, nem inovações na economia. Há repetições de decisões pressupostas, comportamento normatizado. O automatismo elimina o equilíbrio estático e instaura a regulação cíclica;
- 29) a tendência, determinada independentemente deste mecanismo, através de "fatores de desenvolvimento" (o progresso técnico principalmente) dará uma referência exterior àquele mecanismo, modulando as fases do ciclo, um tempo à parte, o longo prazo.

Desta forma, a demanda efetiva aparece, como uma interação automática dos elementos, e assim, como o princípio do movimento da estrutura capitalista.

Ora, o princípio da demanda efetiva é aplicável a qualquer tipo de sociedade em que ocorra uma interação dinâmica entre gasto, renda, e "stock" de capacidade produtiva. O que é específico do regime de produção capitalista é que, neste, a interação dinâmica ao nível da demanda efetiva é determinada a partir de uma teoria do gasto (investimento capitalista) no interior de uma problemática maior: a instabilidade dinâmica do cálculo capitalista, submetido a determinações técnico-econômicas e financeiras. A questão é esta: como se move o gasto dos Capitalistas, em que circunstâncias se expande e em que outras se contrai; quando ele incorpora inovações técnicas e quando não o faz, em que condições conjunturais/estruturais ele desenvolve as forças produtivas e em quais não o faz, como é afetado o cálculo capitalista pelos juros, pelos lucros e pelos preços relativos dos ativos; qual o dilema que as formas capitalistas de riqueza engendram para o desenvolvimento

da sociedade, ainda mais consideradas ao expectativas que marcam o cálculo propriamente privado.

Esta complexidade das decisões capitalistas não é apreendida pela dinamização cíclica da demanda efetiva enquanto princípio automático de movimento. O "custo" de uma rigorosa formulação analítica do ciclo econômico nos modelos no princípio da demanda efetiva - tanto na versão multiplicador/acelerador dos mal-fadados modelos macro-econômicos, quanto na versão de ciclo econômico "puro" e automático de Kalecki - em que os câmbios tecnológicos e financeiros não contam, é sua incompatibilidade (analítica) de explicar simultaneamente a tendência.

Kalecki, com o ciclo econômico automático, fez o que Keynes insinuava nas notas do capítulo 22, e ao fazê-lo detectou um problema, não uma solução: considerando o ciclo e a tendência como entidades independentes criou um tempo lógico-formal, no qual as influências de curto prazo estavam separadas desde longo prazo, uma cisão arbitrária na temporalidade que o impedia de apreender a dinâmica como um todo.

Cabe registrar o modo pelo qual se referiu a esta questão num de seus últimos trabalhos:

"A teoria contemporânea do crescimento das economias capitalistas tende mais a considerar esse problemas em termos de um equilíbrio movel do que a adotar um enfoque semelhante ao aplicado na teoria dos ciclos econômicos." (39)

Que enfoque é este? Ele é fundado em duas relações. A primeira é "baseada no impacto que a demanda efetiva gerada por investimento causa sobre os lucros e a renda nacional... (que) não envolve atualmente questões particularmente intrincadas". (40)

A segunda relação sim, é a que ele considera "... a principal pièce de resistance da Economia", aquela que "... mostra a determinação das decisões de investir pelo - falando em ge-

ral - nível e taxa de variação da atividade econômica".⁽⁴¹⁾

Imediatamente ele afirma:

"Não vejo porque esse enfoque deveria ser abolido em face do problema do crescimento a longo prazo."

"De fato, a tendência de longo prazo nada mais é do que um componente vagarosamente mutável de uma cadeia de situações de curto prazo; ela não tem uma existência independente, e as duas relações básicas mencionadas acima devem ser formuladas de modo a dar como resultado o fenômeno da tendência junta com o ciclo econômico."

"É verdade ser essa tarefa incomparavelmente mais difícil do que no caso de uma outra abstração - a do "ciclo econômico puro" - e, como será visto adiante, os resultados de tal investigação são menos "mecanicistas"."

"Isso, entretanto, não é desculpa para abandonar para esse enfoque, que me parece ser a única abertura para a análise realista da dinâmica da economia capitalista."⁽⁴²⁾

O que antecede deixa claro que a formulação do "ciclo puro" era um procedimento analítico de validade transitória na sua evolução para a compreensão da dinâmica:

"... abordei esse problema em minha Teoria da Dinâmica e em minhas Observações sobre a Teoria do Crescimento de um modo que agora não considero inteiramente satisfatório: comecei desenvolvendo uma teoria do "ciclo econômico puro" numa economia estacionária e depois modifiquei as respectivas equações para introduzir a tendência. Com essa separação das influências de curto e longo prazos, deixei de levar em conta certas repercussões do progresso técnico que afetam o processo dinâmico como um todo. Tentarei agora não dividir minha análise nessas duas etapas assim como não aplicar o enfoque do equilíbrio móvel ao problema do crescimento."⁽⁴³⁾

Logo mais retornaremos ao problema da tendência em relação ao ciclo, via inovações tecnológicas, uma vez que os esquemas de Kalecki não o solucionam plenamente, ainda que as passagens mencionadas revelem uma reformulação em relação ao esquema inicial do ciclo: a consideração do progresso técnico no cálculo capitalista fica sugerida como a via para superar a separação entre influências de curto e longo prazos, significando assim outra temporalidade.

Mas, o que é relevante no "ciclo puro" de Kalecki? É que mesmo quando não consideramos as instabilidades do progresso técnico e das finanças, no cálculo capitalista, mesmo assim, é possível deduzir uma instabilidade estrutural, cíclica, decorrente do caráter contraditório do investimento capitalista, instabilidade essa que deixaria o sistema movendo-se perpetuamente em torno da reprodução simples.

Vencida essa etapa analítica, é preciso perguntar: mas o que é uma representação da dinâmica capitalista onde "faz-se de conta" que os dilemas do progresso técnico e das finanças capitalistas não existem? Ora, é uma representação parcial que, ao excluir outras determinações teoricamente reais, não dá conta nem da complexidade das flutuações, nem da tendência. Ou seja, não apreende a totalidade da instabilidade dinâmica propriamente capitalista.

Todas as representações de dinâmica automática que excluem determinações importantes (como as financeiras e do progresso técnico) para dar curso à razão analítica, não podem compreender, a totalidade da dinâmica capitalista como um desenvolvimento interno à estrutura, mas, apenas, revelar parcialidades - o que não deixa de ser útil - as quais, entretanto, uma vez postas em interação, na totalidade dinâmica, encontram seus resultados analíticos, modificados, retraduzidos, qualificados, ou até mesmo, negados.

Sabedor disso, Kalecki tratou de avançar. Não podia deixar de fazê-lo. Disse-o explicitamente: o "ciclo puro" é um caso

especial do fenômeno geral da tendência econômica junto com o ciclo, e isto se devia a uma inadequada consideração pelo progresso técnico, ciclo amarrado a uma economia estacionária, tendência determinada independentemente; limitação a ser superada na direção de um movimento que compreenda tanto a tendência como as flutuações.

A consequência desse desenvolvimento, deixado em suspenso, por ele, é: quando se considera a complexidade das determinações estruturais, muda-se a temporalidade em questão: ciclo e tendência passam a constituir uma unidade teórica, com o que o próprio ciclo e a própria tendência já não são as mesmas entidades que eram antes, quando, por razões analíticas eram consideradas como tendo, cada uma, vida independente. Isto é, enquanto entidades independentes, é claro que ciclo e tendência não são integráveis: porque o procedimento, neste caso, consistia em formular o ciclo, por um lado, e a tendência, de outro, com o que a própria lógica formal implícita, nesta "teoria", já trazia a semente da incompatibilidade da integração.

Logo, a solução disto é simultaneamente uma transformação teórica da problemática que decorre da consideração da complexidade estrutural a qual traz consigo uma retradução da temporalidade. É a isto que me referia quando disse que os resultados analíticos, parciais, uma vez transportados para a totalidade dinâmica, são modificados ou até negados.

Neste sentido, a solução/transformação referida não é a da integração de ciclo e tendência; é outra, é a da "determinação simultânea" de ambos na temporalidade da estrutura capitalista, o que implica não considerá-los como entidades independentes e logo não há porque colocar-se o problema em termos de integração.

Este "salto qualitativo" já estava presente na obra de Kalecki; a despeito de que ele continuasse formulando o problema em termos de integração, devido a seu impasse frente às duas problemáticas.

Quer isto dizer que deixam de operar as flutuações fundadas na demanda efetiva? Evidentemente que não, porém elas devam agora, estar integradas às determinações tecnológicas ("profit oriented") e financeiras no interior do cálculo capitalista, que, permanentemente, condicionam a interação do investimento com os lucros e o "stock" de capacidade produtiva. Condicionamento esse, permeado pela concorrência e pela valorização do capital em geral.

O que está sendo reconsiderado é o próprio conceito de ciclo como um movimento de repetição automática das mesmas fases, sem problematização das causas da reversão. Ao contrário, para uma teoria da instabilidade geral, o que importa é o conceito de flutuações com perfis alternativos. Flutuações inexoráveis, em consequência das instabilidades internas ao capital, de raízes técnico-econômica e financeira, condicionando as interações do investimento/"stock de capital" (que interagem com aquelas), sob o móvel da concorrência; flutuações inexoráveis, porém, de perfis cambiantes, porque os pontos de reversão devem ser objeto de determinação teórica: quando (teoricamente) as forças são expansivas e promovem uma sucessão de "flutuações de auge" ou seja onde estes são mais intensos que as recessões e quando sucede o contrário ("flutuações de recessão").

À mudança no conceito de ciclo corresponde uma transformação conceitual sobre a tendência. A introdução do progresso técnico nas decisões de investimento, corresponde a um movimento estratégico para a determinação simultânea das flutuações e da tendência.

Sucedem que o tratamento das inovações como um elo que dissolve as entidades independentes (ciclo e tendência) reabre a conexão do progresso técnico com a instabilidade estrutural, ele emerge, numa dimensão, como um elemento fundante e transformador da estrutura técnico-econômica de acumulação do capital. Ou seja, seu estatuto teórico transcende o plano das interações do processo de investimento: o efeito dual, de demanda e de criação de capacidade produtiva.

Como Kalecki não chegou a desdobrar esta ruptura, na ambigüidade, continuou com a dicotomia "originária", mantendo a explicação do progresso técnico no âmbito do processo de investimento, unicamente. Este lado de sua formulação levou-o a "resolver" a tendência a partir da estrutura pretérita como um pressuposto - desenvolvimentos técnicos, econômicos e sociais passados - a qual justificaria que, através dos coeficientes da "equação de tendência" se garantisse o crescimento. A estrutura dada estabelece a possibilidade de uma expansão no tempo cronológico e o princípio de demanda efetiva gera o ciclo econômico - uma cronometria - no interior desta estrutura pressuposta. Ora, nesta versão, a dinâmica econômica é análoga à dinâmica cíclica de demanda efetiva, e a tendência permanece deduzida à parte.

Não terá sido por outra razão que, aquele que talvez sido seu último comentário sobre isto, caracterize-se como uma pergunta. Discutindo uma situação de tendência à queda da taxa de acumulação advertiu:

"Alguns economistas tendem a considerar esse fenômeno como a fase declinante do ciclo econômico a qual se processa em torno da trajetória inicial de crescimento. Tal proposição todavia, não está bem fundamentada: não há razão para que, tendo deixado a instável trajetória inicial, o investimento deva flutuar em torno dela em vez de em torno do nível de depreciação. Ou, para dizê-lo em termos marxistas: porque não pode um sistema capitalista, uma vez que tenha se desviado para baixo a partir da trajetória da reprodução ampliada, encontrar-se numa posição de reprodução simples a longo prazo?

Estamos inteiramente no escuro quanto ao que acontecerá de verdade em tal situação, na medida em que não solucionamos o problema dos determinantes das decisões de investimento. Marx não desenvolveu tal teoria, mas isso tampouco foi realizado pela Economia moderna. Têm sido feitas algumas tentativas no desenvolvimento da teoria das flutuações cíclicas. Mas os problemas da determina-

ção das decisões de investimento envolvendo elementos ligados com a tendência de longo prazo são muito mais difíceis do que no caso do "ciclo econômico puro" (isto é, num sistema que a longo prazo está sujeito à reprodução simples). Eu mesmo tentei fazer alguma coisa nesse sentido, mas considero meu trabalho nesse campo como sendo de natureza evidentemente pioneira."⁽⁴⁴⁾

Com isto fica diagnosticada a complexidade da tendência e apontada sua relação com a crise capitalista. Como dizia Kalecki, um trabalho a ser prosseguido.

Fica posto que a dinâmica capitalista como um todo não pode ser subsumida na noção de ciclo. Na verdade, a consequência que fica para ser desenvolvida teoricamente é a de que a regulação cíclica como totalidade autônoma de movimento não compreende a dinâmica em geral.

Esta é a questão deixada por Kalecki, depois de ter esgotado o alcance do esquema cíclico automático; de ter percebido que ciclo e tendência não são entidades independentes; de ter indicado que o cálculo capitalista sobre o progresso técnico determina a dinâmica como um todo; de ter percebido que o processo capitalista não é unidirecionalmente o de crescimento com ciclos. Há uma passagem tendencial da reprodução ampliada para a reprodução simples que não corresponde à fase de baixa do ciclo, o que sugere uma antinomia na tendência.

Por fim, ter escrito "Os aspectos políticos do pleno emprego" entre outros trabalhos de perfil semelhante, revela a percepção de que o próprio "ciclo", de fato, desde os anos 30, era claramente caracterizado como um problema de regulação definível no âmbito da relação entre Estado e classes sociais. A crise da década de 30 destruiu não só a ficção da regulação pelo equilíbrio, como a da regulação cíclica automática:

"Esse padrão de "ciclo econômico político" não é inteiramente conjectural; alguma coisa de muito parecido acon-

teceu nos Estados Unidos em 1937-38. A interrupção da prosperidade na segunda metade de 1937 deveu-se realmente à drástica do déficit orçamentário. De outro lado, na aguda recessão que se seguiu, o Governo prontamente reverteu à política de gastos."⁽⁴⁵⁾

A discussão crítica que se realizou da concepção de demanda efetiva, em Keynes e Kalecki, mostrou os limites e a inadequação, para a dinâmica capitalista, dos conceitos de equilíbrio e ciclicidade.

O desenvolvimento teórico a que procedemos indica que o conceito de demanda efetiva é fundamental para a compreensão simultânea da instabilidade - flutuações de perfis cambiantes - e da complexidade da tendência e que isto só é possível se a aplicação do conceito não for mecânica tal como nos modelos, nas representações diacrônicas. Nesta percepção, a disposição mecânica do princípio da demanda efetiva, automatismo cíclico e tendência posta independentemente (e representada formalmente pela operacionalização de parâmetros), não está qualificada como teoria (explicativa) da dinâmica capitalista. Como máximo é uma representação lógico-formal, uma cronometria, tempo como coordenada, vazio; ou uma constatação empírico-cronológica, ex-post.

Consideremos o caminho teórico que se abre a partir desta crítica. Joan Robinson após mencionar que a parte mais confiável do aparato dos economistas é a análise da demanda efetiva iniciada por Keynes e Kalecki recomendou: "Os câmbios na atividade devem ser vistos, not as starting up from cold, mas como revestindo mudanças lentas de longo prazo na capacidade produtiva produzida pela acumulação, no progresso técnico (incluindo câmbios nos métodos de operação da força de trabalho) e nas alterações na composição do produto. A interação entre as conseqüências de curto e longo prazos das inovações técnicas é um tema complicado que requer mais estudo."⁽⁴⁶⁾

O progresso técnico deve ser considerado como um nexo na temporalidade capitalista que dissolve as separações lógico-formais entre as conseqüências de curto e longo prazos. É um elemento a mais a invalidar a temporalidade mecânica, a diacronia dos modelos por onde escapa o tempo lógico-histórico.

As inovações técnicas afetam o processo dinâmico como um todo. O ritmo das mudanças técnicas, as expectativas de capturar lucros a ele ligadas, interagem com o processo geral de valorização. Esta dimensão, portanto, ao lado da dimensão financeiro-monetária em que se avaliam os ativos capitalistas são determinações a serem incorporadas ao movimento da demanda efetiva.

Para tanto a análise da demanda efetiva deve inserir-se no plano de uma teoria do capital e das decisões capitalistas sobre investimento e valorização em geral.

A dinâmica do cálculo capitalista tem a propriedade de gerar uma temporalidade que sintetiza, no presente, o resultado do passado, cristalizado nos ativos de capital, e, a partir das expectativas, a construção do futuro que não está controlado, nem por cada comando de uma parte alíquota do capital global, nem pelo conjunto dos capitalistas enquanto classe.

Os capitalistas constroem, em concorrência, desde o "curto prazo", o seu futuro, o "longo prazo", sem controlá-lo, porque não investem enquanto classe, e o fazem com base em expectativas, apropriações estruturalmente instáveis. É esta característica do tempo econômico capitalista que despertou em Kalecki tiradas como - os capitalistas ganham o que gastam (e ganham mais hoje quanto mais decidiram gastar ontem); o investimento provoca a crise precisamente porque é útil. E em Keynes, a de que no longo prazo estaremos todos mortos.

É pertinente observar a concepção de tendência a que os economistas em geral se têm restringido. Na verdade, por tendência, trend, referem-se a uma trajetória cuja temporalidade não é esclarecida. Admitimos que seja o longo prazo, mas o que é isto? Que seja um período tal que, nele, a capacidade produtiva global

da economia sofra câmbios intermitentes. Pois bem, logicamente, pode-se ter um período em que estes câmbios constituam uma trajetória ascendente e outro período em que redundem numa trajetória descendente. Ou seja, por esta via, podemos ter várias trajetórias, vários longo-prazos. E de fato, a história do capitalismo é feita de longos períodos de prosperidade e também de longos períodos depressivos. No entanto, pensa-se, em geral, no longo prazo como o período de crescimento - ainda que com ciclos - e recorre-se ao Empirismo, acidentes históricos, causalidades externas, para explicar os sustos estagnacionistas; e de outro lado, alguns pensam o longo prazo como estagnacionista.

Desta dicotomia estéril só é possível sair se admitimos uma antinomia intrínseca ao movimento da economia capitalista e por consequência assumimos que a tendência só pode ser compreendida como um desenvolvimento contraditório interior à estrutura do sistema capitalista. Disto resultam trajetórias tanto de expansão quanto de estagnação, como expressões histórico-concretas da tensão expansão- crise na estrutura. Os trends portanto só têm sentido empírico, com sua finitude claramente definida.

Não se pode, "a priori", determinar teoricamente um movimento cíclico, por exemplo, de fases simétricas, ad eternum, nem uma tendência, seja expansiva, seja depressiva, ad eternum, insistamos. O tempo é construído pelo cálculo capitalista, em relação com o movimento do capital social geral. Há o tempo "flutuante-expansivo" e o tempo "flutuante-estagnacionista". O chamado longo-prazo não é único, portanto, e se desdobra num tempo expansivo como também no seu contrário, um tempo estagnacionista; e não deve ser confundido com a dita "tendência secular".

A formulação de perfis mutáveis das flutuações não pode ser denominada de ciclo porque, para estes se reserva aquela concepção em que ocorre uma repetição automática das mesmas fases, sem problematização das causas da reversão, sendo este mecanismo cíclico irrelevante para a teoria da instabilidade a que nos incluimos.

Fica entendido que a única "tendência secular" do Capitalismo de que se pode falar é: um desenvolvimento econômico vigoroso, e por isso mesmo, marcado de instabilidades estruturais, no curso das quais emerge uma crise que resulta numa trajetória estagnacionista, cuja reversão não é automaticamente determinada pelo mercado e que, conseqüentemente, impõe uma tal perturbação (econômica e política) que redundando em mutações estruturais, em câmbios nas modalidades de interação dos níveis econômico e político, em "revoluções tecnológicas", em transformações no conteúdo das instituições, tudo isso, como expressão de que aquele desenvolvimento vai alterando - sem um fim histórico pré-determinado - as propriedades fundamentais deste modo de produção.

A concepção de instabilidade que foi aqui associada à análise da demanda efetiva implica a existência de decisões no âmbito do cálculo capitalista. Por isto a recusa da autonomia da ciclicidade. Shackle reaparece com sabedoria:

"No universo sem inspiração, o universo determinístico, as decisões são vazias... () ... decisões não podem ser meramente ligações mecânicas. Liberdade para decidir implica que as decisões são criativas (creative), capazes de injetar algo essencialmente novo no curso dos eventos, algo que não estava já implícito na história passada. (47)

Porém as decisões seriam vazias caso fossem supostas num mundo anárquico de pura fantasia e imaginação.

"... no universo sem ordem, sem ligação entre ação e conseqüências, as decisões são sem sentido... é num mundo de ordem e inspiração, if at all, que as decisões tendo conteúdo e interesse são possíveis." (48)

As decisões do cálculo capitalista far-se-iam assim num universo capitalista que nem é completamente anárquico, nem é completamente determinístico, isto é, há incerteza.

Com isto fica posto o problema de como compreender teoricamente esta ordem e o curso das decisões empreendidas em seu âmbito. Por isto a referência anterior à interação entre uma teoria do capital e uma teoria do cálculo capitalista, na qual se trata de verificar o sentido de lei econômica. (conteúdo da ordem?)

Fazê-lo, com a consciência de ter de lidar criticamente com a seguinte conclusão da professora Robinson que dizia, após mencionar os trabalhos a serem feitos, da necessidade de executá-los "... desde que se abra mão da busca de grandes leis gerais e se contente em indagar como as coisas acontecem". (49)

NOTAS - PARTE I - CAPÍTULO 4

- (1) Keynes, John Maynard - Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p.4.
- (2) Idem, ibidem, p.9.
- (3) Idem, ibidem, p.10.
- (4) Idem, ibidem, p.29.
- (5) Keynes alerta aqui para a eliminação do custo de uso tanto da receita quanto do preço de oferta agregada de determinado volume de produção, ambos, portanto, líquidos daquele custo. O objetivo é definir receitas agregadas e preço de oferta agregada sem ambiguidades. "Visto que, evidentemente, o custo de uso depende do grau de integração da indústria e da importância das compras que os empresários realizam entre si, não pode haver definição das somas agregadas pagas pelos compradores, incluindo o custo de uso, que seja independente desses fatores". O custo de uso é discutido mais à frente nesta tese. Ver Keynes, J. M. - op. cit., p.29. nota 3.
- (6) Keynes, J. M. - op. cit., p.30.
- (7) Idem, ibidem, p.30, ver nota 4.
- (8) Idem, ibidem, p.31.
- (9) Idem, ibidem, p.43.
- (10) Idem, ibidem, p.43.
- (11) Idem, ibidem, p.43, nota 2.
- (12) Idem, ibidem, p.44.
- (13) Idem, ibidem, p.44.

- (14) Idem, ibidem, p.45.
- (15) Idem, ibidem, p.45.
- (16) Idem, ibidem, p.101.
- (17) Idem, ibidem, p.103.
- (18) Idem, ibidem, p.107.
- (19) Idem, ibidem, p.58.
- (20) Idem, ibidem, p.107, nota 7.
- (21) Considerando estas características disse Dillard: "A eficiência marginal de possuir dinheiro pode elevar-se sem limite, mas dado que não é produzível privadamente, nunca descende além de um mínimo. Já a eficiência marginal de possuir outros ativos não pode elevar-se muito mas sim, pela produção privada adicional deles, pode descender quase ilimitadamente e até assumir valores negativos. Dado que as eficiências marginais de todos os ativos tendem à igualdade, incluindo o dinheiro, e considerando que a eficiência marginal deste tem um limite mínimo superior ao dos demais ativos, inexoravelmente a produção dos demais ativos tende a desacelerar-se no tempo."
Ver Dudley Dillard - Keynes: teoria de uma economia monetária. in Kurihara, K., (org.), "Economia pós-keynesiana". Aguilar, Madrid, 1964.
- (22) Keynes chama de expectativas a curto prazo aquelas referentes ao "preço que um fabricante pode esperar obter pela sua produção "acabada", no momento em que se compromete a iniciar o processo que o produzirá, considerando que os produtos estão "acabados" (do ponto de vista do fabricante) quando prontos para serem usados ou vendidos a outrem". As expectativas de longo prazo referem-se ao que "... o empresário pode esperar ganhar sob a forma de rendimentos futuros, no caso de comprar (ou talvez manufaturar) produtos "acabados" para os adicionar a seu equipamento de capital". Ver Keynes, J. M. - op. cit., p.43.

- (23) "Diária significa aqui o intervalo mais curto após o qual a empresa se acha livre para revisar sua decisão quando ao volume de emprego que pretende oferecer. É, por assim dizer, a unidade efetiva mínima do tempo econômico." Ver Keynes, J. M. - op. cit., p.43, nota 2.
- (24) Keynes, J. M. - op. cit., p.111.
- (25) Idem, ibidem, p.110.
- (26) Ver: Minsky, H. P. - John Keynes, New York, Columbia University Press, 1975, ch. 6, p.117.
- (27) Keynes, J. M. - op. cit., p.114.
- (28) Idem, ibidem, p.115.
- (29) Idem, ibidem, p. 119.
- (30) O caráter de ciclo automático é dado pelas referências à relação entre eficiência marginal e duração média do capital numa época dada, por menções à estabilidade de duração temporal vinculada aos custos de conservação dos estoques excedentes, por ligar a duração da depressão à extensão da vida útil dos bens duráveis e à taxa normal de crescimento em época determinada. Ver: Keynes, J. M. - op. cit., p.220.
- (31) Keynes, J. M. - op. cit., p. 217.
- (32) Idem, ibidem, p.218.
- (33) Idem, ibidem, pp. 219/220.
- (34) Idem, ibidem, p.221.
- (35) Ver: Schwartz, Gilson - J. M. Keynes: O tempo da economia política - Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, São Paulo, 1985.

(36) Kalecki, M. - Teoria de la dinamica economica, México, Fondo de Cultura Economica, 1968, p.121.

(37) A equação ampliada da qual ele parte para a análise do ciclo é:

$$I_{t+0} = \frac{a}{1+c} I_t + \frac{1}{1-q} \left(b' + \frac{e}{1-x'} \right) \frac{I_{t-w}}{t} + d'$$

Ou seja, o investimento na época $t+0$ é função do investimento na época t e da taxa de variação do investimento $t-w$. O primeiro termo representa a influência da poupança presente (a) sobre as decisões de investimento e o efeito negativo do aumento do estoque de capital $\left(\frac{1}{1+c} \right)$ como condição formal para existência de ciclo. O segundo termo representa a influência das taxas de variações dos lucros $\left(\frac{b'}{1-q} \right)$ e da produção $\left(\frac{e}{(1-x')} \right)$. Para comentários detalhados destes coeficientes ver Parte III Capítulo 1 desta tese. Ver Kalecki, M. - Teoria da dinâmica econômica, p.124.

(38) Kalecki, M. - op. cit., pp.127/128.

(39) Kalecki M. - Tendência e ciclo econômico in: Crescimento e ciclo das economias paulistas. (Ensaio selecionados e traduzidos por Jorge Mielioli). São Paulo, Ed. Hucitec, 1977, p.105.

(40) Idem, ibidem, p.105.

(41) Idem, ibidem, p.105.

(42) Idem, Ibidem, p.

(43) Idem, ibidem, pp.105/106.

(44) Ver: "As equações marxistas de reprodução e a economia moderna" in Kalecki, M. - Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Estes comentários são posteriores ao artigo Tendência e Ciclo Econômico mencionado antes, e foram apresentados ao seminário sobre "A influência de Karls Marx no Pensamento Científico Contemporâneo" realizado em Paris em maio de 1968.

- (45) Kalecki, M. - Crescimento e ciclo das economias capitalistas, p.60.
- (46) Robinson, Joan - Time in economic theory. Revista Kyklos, v.33, 1980, p.228.
- (47) Shackle, G. L. S. - Time in economics. Amøsterdam, Nort Holand, 1959.
- (48) Idem, ibidem, p.34.
- (49) Robinson, J. - op. cit., p.228.

PARTE I - CAPÍTULO 5

PROPOSIÇÕES FACE ÀS APORIAS DA TEORIA NA TEMPORALIDADE

O desenvolvimento desta Parte I mostrou-nos que na passagem da estática para a dinâmica, em se lidando com os conceitos de equilíbrio e ciclo, a teoria econômica vive uma aporia, ou aporias, para apreender a temporalidade capitalista.

A aporia seria a dificuldade lógico-formal - beco sem saída - da teoria econômica em compreender a temporalidade propriamente capitalista, em pensar a tempo econômico capitalista, o que significa abrir-se ao lógico-histórico.

Permita-se uma digressão apenas para sugerir uma metáfora. Trata-se da conhecida aporia de Aquiles e a tartaruga na argumentação de Zenão de Eleia contra o movimento:

"Suponhamos que Aquiles, o homem mais veloz, e a tartaruga, o animal mais lento por excelência, partem simultaneamente para uma corrida de velocidade na mesma direção. Suponhamos também que Aquiles corre dez vezes mais depressa do que a tartaruga. Se no instante inicial da corrida se dá à tartaruga um metro de vantagem sobre Aquiles, acontecerá que quando Aquiles tiver percorrido esse metro, a tartaruga terá percorrido já um decímetro... e assim sucessivamente de tal modo que Aquiles não poderá alcançar nunca a tartaruga, embora se vá aproximando infinitamente dela. Se reduzirmos Aquiles e a tartaruga a dois pontos que se deslocam ao longo de uma linha com vantagem inicial por parte do ponto mais lento e uma velocidade superior uniforme por parte do ponto mais rápido; verificaremos que a distância entre os dois pontos dados, embora se vá reduzindo progressivamente a zero, nunca poderá atingir o zero."⁽¹⁾

É irresistível a lembrança da teoria econômica frente à dinâmica capitalista. Ainda mais se registramos a refutação de Bergson que se funda em sustentar que Zenão especializou o tempo.

Ao contrário, refutou ele, se considerarmos o tempo como uma fluência indivisível que, em princípio, não se pode decompor em momentos concebidos por analogia com os pontos espaciais, Aquiles, poderá alcançar a tartaruga. Segundo ele toda a dificuldade consiste em ter aplicado ao tempo e ao movimento os conceitos de ser e de coisa, em vez de lhes aplicar os conceitos de fluência e de ato.

De fato, a tradição equilíbrio-ciclicidade, sincronia-diacronia, na teoria econômica corresponde a considerar o movimento real capitalista de tal forma que ele se torna inapreensível pela teoria, principalmente pela dissociação entre o tempo lógico e o tempo histórico, em que o tempo lógico é espacializado e o histórico é, apenas, a cronologia dos eventos. Esta teoria considera o sistema capitalista como uma-coisa-que-se-põe-em-movimento num tempo espacializado (ver adiante o item 1º).

Admitindo provisoriamente, a Bergson, poder-se-ia dizer que a estrutura capitalista mais bem origina o tempo como, de fato, uma fluência relacionada ao ato dos agentes capitalistas. É esta afinal a grandiosa percepção de Keynes sobre a temporalidade capitalista; analisando a instabilidade numa paradoxal referência ao equilíbrio, porém, caracterizando-o como inalcançável, imaginário; sugerindo "forget about periods", "study the moment", "take expectations as source and origins of history", na brilhante interpretação e recriação de Shackle. É este também o substrato do questionamento de Kalecki - inclusive a si próprio - sobre ciclo e tendência como entidades independentes. E é esta também a questão que nos remete ao conceito de Capital como sujeito em Marx, movimento-sujeito, a partir do qual a estrutura econômica capitalista é compreendida como coisa-movimento ao contrário de coisa-que-se-põe-em-movimento. (ver adiante o item 1º).

Então, com Keynes e, num certo sentido com Kalecki, temos as determinações na teoria do investimento de como o cálculo capitalista, nas conjunturas, em cada momento, no tempo fluente, instabiliza a estrutura econômica capitalista. Não encontramos neles, um conceito de capital como sujeito que permita apreender

a contraditoriedade da tendência da estrutura, devir. Não temos em Marx uma teoria do investimento para mediação estrutura/conjuntura. Este movimento simultâneo (estrutura/conjuntura) requer uma teoria da tendência da estrutura e uma teoria da instabilidade estrutural, conjunturalmente determinada.

A partir da crítica desenvolvida nos capítulos anteriores coloca-se as seguintes proposições:

- 19) A temporalidade involucrada nos conceitos de equilíbrio e ciclicidade não é a temporalidade propriamente capitalista, isto é, não se adequa às propriedades intrínsecas à estrutura econômica capitalista. Assim a dinâmica que lhe corresponde é um movimento mas não é o movimento capitalista.

As teorias da combinação equilíbrio/ciclo, ou simplesmente da ciclicidade estabelecem relações funcionais (matemáticas) de causalidade entre variáveis selecionadas e assim determinam a natureza do sistema estrutural.⁽²⁾ Desde esta perspectiva funcional o fenômeno econômico é reduzido ao encadeamento das variáveis com o que representa-se o mecanismo e se prevê o curso.⁽³⁾ A forma matemática que as relações econômicas assumem no mecanismo (cíclico) diacrônico implica, em princípio, uma dissociação daquelas em relação teórica e relação histórica.⁽⁴⁾ Este tipo de matematização das relações econômicas requer por sua vez uma elaboração axiomática, explícita ou implicitamente, da ação econômica elementar.⁽⁵⁾ O movimento desta estrutura está calcado na permanência de certas relações que viabilizam um encadeamento de proposições e a demonstração daquele movimento (o exemplo é a interação mecânica de multiplicador/acelerador).

É portanto tal sistema, tendo sua estrutura definida daquela forma, que é-posto-em-movimento. Este movimento permanece na distinção sincronia/diacronia (equilíbrio/ciclo), no mínimo devido a que é um movimento de uma estrutura cujas transformações não se explicam por este movimento.

As teorias da dinâmica perpassadas, direta ou indiretamente, pela distinção estática/dinâmica, sincronia/diacronia, das quais se poderia dizer que põem-uma-estrutura-em-movimento (com o que não logram uma teoria da tendência da estrutura), não têm efetivamente explicado o movimento tendencial, sua periodização, transformações na natureza de sua dinâmica. As teorias do ciclo aqui se enquadram. Correspondem, em geral, a um sistema de relações (funcionais) que-se-põe-em-movimento.

Sobre este tipo de movimento, é fundamental a inspiração metodológica oriunda do trabalho de Ruy Fausto⁽⁶⁾ que, ainda que referido a outra discussão, contra o althusserismo, em minha interpretação, trata do mesmo problema que nos ocupa: o "horror" do movimento.

É evidente que sempre se poderá constatar os ciclos empiricamente, como uma reconstrução cronológica do que sucedeu, dada a resolução histórica. Entretanto, a teoria da dinâmica econômica capitalista não pode estar subsumida na teoria da ciclicidade uma vez que esta é vazia das propriedades do movimento intrínseco à estrutura capitalista; instabilidade, complexidade da tendência, crise num sentido técnico conexo às primeiras.

Interessa ressaltar que aquele movimento - cíclico, diacronia - é diferente do movimento-sujeito que aqui supõe-se imprescindível para a dinâmica. Propõe-se que o movimento econômico capitalista, não o movimento econômico em geral, seja compreendido pelo conceito de capital como sujeito⁽⁷⁾ e o de decisões provenientes do cálculo dos agentes capitalistas e assim o é inclusive por uma propriedade estrutural que é a concorrência a qual, na verdade, está posta já em ambos conceitos. Disto, impõem-se uma problemática de mediação, onde se reconsidera a concepção da relação entre micro-estrutura e macro-estrutura para fins de uma teoria da dinâmica econômica capitalista.

A problemática da ordem, mencionada por Shackle (vide parte

final, Capítulo 4) é abordada nesta tese desde a concepção do capital como coisa-movimento, de um conceito de capital que, enquanto relação complexa, instaura a sociabilidade capitalista propriamente. Há portanto um universo econômico ordenado pelo capital, que implica determinações sociais. A problemática das decisões, no cálculo dos agentes capitalistas, está em interação (tensão) com este ordenamento socializado pelo capital.

A dinâmica é assim compreendida como um processo associado ao movimento-sujeito, o capital como relação complexa, na qual estão postas condições gerais⁽⁸⁾ nas quais se realizam as decisões capitalistas. Estas portanto não se realizam num vazio, num caos, têm conseqüências, implicam numa estruturação socialmente determinada que irão condicionar as decisões futuras. As relações entre os elementos da estrutura pensadas de modo a apreender a contraditoriedade da estrutura, a tendência, o devir. Neste caso, não há a dissociação entre a noção de relação entre os elementos e aquela de processo, e portanto não há dissociação entre o lógico e o histórico.⁽⁹⁾ Já na abordagem do entendimento sobre a dinâmica - tal como no esquema cíclico em que a tendência da estrutura está ausente como interioridade explicada - existe esta dissociação; ela é a própria condição para o mecanismo diacrônico.

A propósito do embricamento relação-processo considere-se:

.. "Trata-se sempre de mostrar que cada momento do capital (da relação-capital) para ser pensado, enquanto tal (enquanto momento do capital) deve remeter a uma "história", no sentido da temporalidade econômica. Cada momento refere um momento passado - é memória retrospectiva de um momento anterior do processo, ou remete a um momento futuro - é memória prospectiva. A dissociação entre a noção de relação (rappor ou relation) e a noção, ou a idéia, de processo é característica das leituras do entendimento."⁽¹⁰⁾

É com base nas permanências implícitas nas relações (funcio-

nais) que se fundamenta a dinâmica cíclica. As permanências, entretanto, se permitem um encadeamento de proposições que dão um movimento, excluem daquelas relações a noção de processo. É esta exclusão do processo que não permite teoricamente a simultânea consideração da tendência da estrutura como interioridade explicada. Ao contrário, se não há dissociação entre relação e processo, isto é possível. Neste caso, a relação involucra em si mesma um movimento de transformação, um processo. Assim, a relação entre investimento e lucros posta funcionalmente, como um encadeamento com lags, dada a estrutura técnica e suposta uma interação automática com o estoque de capital, expressa uma flutuação cíclica sem que se compreenda a transformação de estrutura. Ao contrário, o movimento do capital como coisa social ao lado da relação entre investimentos e lucros, admitindo-se o cálculo dos lucros esperados pelas inovações, considerando-se a interação das consequências destas sobre a composição do capital social, sobre a resultante competitiva entre os capitais à guisa de exemplo - implica a possibilidade de elaboração de duas teorias conexas - a da instabilidade na estrutura (na estruturação) e a da tendência da estrutura - portanto o processo da estrutura.

Então a concepção de dinâmica proposta é composta de uma teoria da tendência da estrutura, calcada na idéia de (capital como) processo-sujeito, coisa-movimento em conexão com uma teoria da instabilidade onde as decisões de investimento se processam num tempo-expectativas. Esta concepção⁽¹¹⁾ implica que as decisões capitalistas nem seriam meros automatismos, como no universo determinístico da ciclicidade; nem estariam ausentes como quer a concepção que atribui aos agentes capitalistas, enquanto suportes do capital, caráter passivo absoluto, interpretação esta que reforçaria, ainda que não como responsável única, um determinismo originário das leis gerais do capital, cuja expressão máxima seria o "colapso" do sistema capitalista.

Há portanto uma interação entre a ordem (tendência) instaurada pelo processo-sujeito (coisa-movimento) e as decisões capi-

talistas. O capital como sujeito, como coisa social, implica um movimento autônomo relativo da estrutura, o seu processo como coisa-movimento, cuja natureza é supra-agentes, e de cujo processo emergem as tendências antinômicas - expansão-cri-se. O capitalista é suporte do dinheiro (enquanto capital) e como tal é suporte - predicado - do capital (como o é o operário como suporte da mercadoria força de trabalho). Desta forma, na qualidade de suporte do capital, os capitalistas enquanto detentores do dinheiro como capital, efetuam decisões de investimento, de inovações, de capitalização - em concorrência - cuja resultante compõe (co-determina) o movimento econômico geral. Tais decisões não podem implicar controle do processo - uma vez que há concorrência - daí que o capital como coisa social instaure um movimento autônomo relativo de expansão-cri-se. Entretanto, tais decisões determinam ritmo e padrão do processo (isto é, a instabilidade revelará flutuações de intensidade, duração e perfil diferenciados de desestruturação, o mesmo acontecendo com as expansões). Esta limitação ao controle do processo valerá também para a regulação estatal.

Há um processo autônomo (tendência da estrutura) do capital como coisa social e há sua qualificação (ritmo e padrão) pelas decisões capitalistas e pela presença estatal o que invoca resolução histórica.

- 29) A teoria é dinâmico-estrutural e ao conceito de equilíbrio cabível na passagem da estática à dinâmica - sincronia/diacronia - contrapõe-se o de reprodução da estrutura. O capital como processo-sujeito, coisa social, é um movimento de acumulação e reprodução no qual se apreende a questão tendencial.⁽¹²⁾

Para a dinâmica, resgata-se as leis de desenvolvimento interno à estrutura que compreendem - desde o processo de estruturação/desestruturação; compreendem portanto a tensão entre conservação e transformação das prioridades fundamentais da estrutura. A dinâmica somente assim não está alheia às condições da tendência da estrutura, tais como expansão-cri-se,

concorrência-monopólio (considerado este não como forma de mercado). Neste movimento dos conceitos e das Leis apreende-se transitoriamente o histórico, estando portanto o tempo compreendido como lógico-histórico, isto é, sem dissociação entre tempo lógico e tempo histórico. Pensa-se a partir desta temporalidade a periodização do capitalismo - tipos, fases, etapas podem vir a ser qualificadas teoricamente - e ainda mais, qualifica-se as transformações da própria dinâmica - concorrencial, monopolista, dinâmica com presença estatal.

O tempo histórico estaria portanto pensado desde as categorias e conceitos cuja interação são o movimento da estrutura, consubstanciado nas Leis. Assim não há exterioridade do tempo histórico em relação ao lógico; porém, o histórico está transitoriamente⁽¹³⁾ apreendido, no sentido de que as tendências - ou as contradições da tendência da estrutura - estão detectadas, cabendo entretanto, analisá-las à luz das interações com as decisões capitalistas, cabendo verificar os eventos, para a completa identificação do histórico.⁽¹⁴⁾

A cronologia é assim apenas o espaço de representação - post-festum - da compreensão lógico-histórica. A cronometria e o tempo lógico-mecânico que lhe está associado - qualquer que seja o substrato econômico, as variáveis - dissolve-se como validade teórica, fica como uma formalização modelística do tempo.

A concepção de dinâmica aqui proposta é liberada de combinações equilíbriciclicidade, sincronia-diacronia, modelo-historicismo. O processo econômico capitalista, cuja complexidade foi aqui indicada, produz sua própria temporalidade, e os conceitos, leis e forma de pensar, para compreender esta dinâmica, lhe devem ser adequados.⁽¹⁵⁾

- 39) O processo da dinâmica econômica capitalista é compreendido como expansão - instabilidade-crise. A contradição na tendência deve lidar com a antinomia expansão/cri-se.⁽¹⁶⁾ A insta-

bilidade produz flutuações de perfis cambiantes, onde cabem qualificações sobre as reversões, entre outras, a qualificação que leva à simultaneidade de instabilidade e crise. Não há mecanismos automáticos baseados em pressupostas normatizadores das decisões tal como no equilíbrio e no ciclo. A crise como linha nodal - conjunto de realidades conexas atravessando a mesma crise, submetidas a transformações solidárias, cada ponto de transformação como um "nó" de relações e mudanças. ⁽¹⁷⁾

A um processo expansão-instabilidade-crise não se segue outro de igual natureza, é uma crise aberta a resoluções históricas, ainda que com as tendências detectadas teoricamente.

Não há portanto, nesta dinâmica como processo, o mecanismo diacrônico, pelo qual "history is governed by its own past" (Shackle). Na diacronia - tal como ela está posta na ciclicidade - não se pode pensar o processo uma vez que a totalidade autônoma do movimento cíclico só pode corresponder a idéia de ruptura, de corte, daí que, mais uma vez, revela-se a impossibilidade dela captar a tendência da estrutura e ter o conceito de crise, de apreender as transformações da estrutura. Ou bem a estrutura está sempre em regeneração, ou bem, após a ruptura, toma-se o resultado dado, a "nova" estrutura, e trata-se de pô-la em movimento. ⁽¹⁸⁾

A temporalidade lógico-histórica da dinâmica como processo, permite pensar a crise como aberta à resolução histórica no sentido de redefinição da natureza do processo subsequente frente à tensão conservação/transformação das propriedades fundamentais da estrutura (capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista...).

A crise é assim uma instabilidade desestruturante, é momento em que a temporalidade da estrutura está posta (problematizada) como existência histórica, é transformação das propriedades fundamentais.

Assim, se não é possível formular a teoria geral da crise, no sentido de teoria que apreende todas as determinações permanentes de todas as crises, é, no entanto, possível e necessário atribuir um sentido técnico rigoroso à crise, e assim elaborar uma teoria transitória da crise capitalista. Isto é, uma teoria da crise enquanto abstração transitória, no sentido de uma teoria que contempla a simultaneidade do tempo lógico-histórico - leis de tendência da estrutura, inclusive - e, portanto, uma teoria que torna as tendências abertas pela crise compreensível, e, ela mesmo, a teoria, admite a incorporação dos novos conteúdos da resolução histórica, e assim mantém sua significação e adequação. (19)

NOTAS - PARTE I - CAPÍTULO 5

- (1) Ver: José Ferrater Mona, sobre Aporia, no Dicionário de Filosofia, Publicações Dom Quixote- Lisboa, 1978. Considerar que: "O propósito de Zenão de Eleia consistia em defender a doutrina de Parmênides que exigia a negação do movimento real e a afirmação de que todo movimento é ilusório... Aquiles alcança a tartaruga (mas esse fato é para Zenão, fenomênico, e portanto não conclui nada contra a aporia".
- (2) Granger, G. G. - Métodologie économique. Paris, Presses Universitaires de France, 1955, p.279.
- (3) Granger, G. G., op. cit., pp.225-283.
- (4) Idem, ibidem, pp.288-292.
- (5) Idem, ibidem, p.288.
- (6) Fausto, Ruy - Marx - Lógica & Política, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

Ao criticar o entendimento de Balibar do que seja "relação" na expressão "relação de produção", Ruy Fausto esclarece o capital como relação complexa, processo-sujeito, o qual não tendo sido captado por Balibar implica nos seguintes equívocos por parte deste - "... a relação de produção (na qual ele não reconhece o próprio capital) é, como vimos, uma coisa bem diferente de um movimento. É se no capítulo de seu texto consagrado a reprodução, o movimento "entrara em cena", tratar-se-a não do movimento-sujeito, de uma coisa-movimento, mas de uma coisa (um sistema de relações no sentido usual) que-se-põe em movimento ... O entendimento tem horror do movimento - de movimento-sujeito, este "irracional" (não do movimento em geral) - como a natureza teria horror do vazio ... e substituindo o problema do movimento-sujeito pelo problema do movimento em geral que as leituras vulgares falseiam o sentido profundo da dialética". (p.72 e nota 39 p.83).

Balibar afirma - "... a análise da reprodução parece por em mo-

vimento, propriamente, o que até aqui só fora visto de forma estática", ao que retruca Ruy Fausto - "Isto significa que a diferença entre as suas primeiras seções do Livro I de O Capital (ou mais exatamente as seções de dois a seis) e a seção sétima, que trata de reprodução e da acumulação, representariam uma passagem do ponto de vista estático ao ponto de vista dinâmico. Ora, não se trata disso. Na obra de Marx, o capital é considerado sempre em movimento, porque ele é movimento. A diferença entre as primeiras seções e a sétima reside no fato de que, nas primeiras, o movimento depende ainda de certas suposições, enquanto que na análise da reprodução, estas são apresentadas como sendo postas pelo próprio capital. Trata-se assim de uma passagem que é interior ao movimento. Observemos que esta queda na distinção não dialética entre o "estático" e o "dinâmico" é tanto mais surpreendente em Balibar, porque ela é criticada num outro ponto do seu texto" - pp.82-83 nota 37.

- (7) À guisa de sustentação metodológica consideramos a significação desta noção de sujeito. Há que compreender como registrou Belluzzo que "O dinheiro, antes simples expressão de uma sociabilidade própria de uma sociedade de produtores independentes, se converte, agora, no sujeito de um processo que permite aos detentores do dinheiro (como capital) o comando de meios de produção e de trabalhadores assalariados ... é o trabalho acumulado, materializado nos meios de produção, o qual, agindo como capital, se conserva e se acrescenta segundo trabalho vivo, tornando-se valor que se valoriza" - Ver: Belluzzo, L. G. M. - Valor e capitalismo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, p.85.
- Nesta perspectiva é necessário, como diz Ruy Fausto, assumir "a coisa social capital - a substância que se tornou sujeito". (RF 131), se a concepção de dinâmica adotada requer uma teoria da tendência da estrutura. Assim, cabe resgatar o sentido pleno do capital como sujeito num discurso sobre a estrutura capitalista - "... se se diz que o capital é sujeito ... é porque ele é um movimento autônomo, um objeto-movimento. O capital só aparece como sujeito se o visamos em movimento (mas só em movimento ele é o que é). Se o movimento se detém, só teremos os predicados (ou os momentos) do capital : o dinheiro e a mercadoria" (RF,30).

Ora, esta colocação tem o objetivo de ressaltar, para a discussão de dinâmica, a imprescindibilidade daquele conceito para a tendência da estrutura e portanto para a tensão expansão-crise, e ressaltar que a ausência deste conceito na teoria econômica torna inapreensível, mesmo em Schumpeter e Keynes, os conceitos técnicos de tendência e crise. A origem desta aporia esta nos clássicos como Marx já tinha criticado. Vejamos o comentário de Ruy Fausto - "Marx critica os clássicos, Ricardo em particular - por só ter visto o lado quantitativo do trabalho abstrato ... não tê-lo pensado como "coisa social" ... Por trás do quantun de tempo de trabalho é necessário evidentemente pensar uma qualidade, e essa qualidade é preciso tomá-la em sentido forte. O que permite pensar os agentes como suportes da relação valor e do trabalho abstrato, que são logicamente os verdadeiros pontos de partida. A incapacidade de pensar o trabalho abstrato como "coisa social" (como substância) impede que os clássicos se liberem de todo antropologismo na sua visada dos agentes... há uma relação entre a concepção de trabalho abstrato enquanto substância e a do capital enquanto sujeito (valor que se valoriza, movimento-sujeito). Incapazes de pensar o trabalho abstrato enquanto substância os clássicos também não chegam a pensar o capital como movimento-sujeito (a substância que se tornou sujeito) e caem numa representação naturalizante e portanto mistificante do capital. É necessário fazer do trabalho abstrato uma coisa-social substância - porque o valor não é um quantun que os agentes estabelecem subjetivamente ... mas algo que se impõe socialmente, e que é ao mesmo tempo qualidade e quantidade, para chegar a uma definição do capital em termos de movimento-sujeito ... trabalho e coisa social ... coisas sociais são também o valor, o capital ... substância se opõe a sujeito (a substância trabalho abstrato ao sujeito capital, a substância que se tornou sujeito), (RF, 100/101).

Alguns dirão que nesta base ter-se-á uma dinâmica metafísica. Apoio-me entretanto em Ruy Fausto para lembrar "que Marx concebe a realidade (social) como um universo habitado por "coisas" e "forças" é um fato ... ele reconhece que o seu discurso tem algo de metafísico. Mas a metafísica do seu discurso é a reprodução de metafísica do real. É o real, o capitalismo, que é em certo sentido metafísico, e o discurso quase metafísico é por isso o

verdadeiro discurso científico, assim como o discurso claro da "ciência" se torna quase inadequado" (RF 101).

- (8) Condições gerais tais como produção de mais-valia, imprescindibilidade da concorrência por inovações, dinheiro como forma geral do capital. Estas condições além de demarcarem o universo ordenado no qual se tomam as decisões capitalistas, implicam que o capital como coisa social tem um movimento autônomo, que escapa ao controle e ao planejamento dos agentes, que é o movimento de tendências contraditórias da estrutura, tal como expressas na Lei da taxa de lucro, na tensão expansão/crise, nas transformações da dinâmica que podem ser periodizadas.
- (9) O conceito de capital que aqui se considera relevante para a dinâmica é tal que o invés de excluir os processos de transformação, é ele mesmo uma relação (na produção de mais-valia, na concorrência etc.) que produz um processo de transformação de estrutura. A lei de centralização dos capitais, decorrente do próprio conceito de capital, é uma delas e que implica em diferenciar o capitalismo concorrencial do capitalismo monopolista.
- (10) Fausto, Ruy - op. cit., p.82 nota 5.
- (11) Pode-se assim evitar axiomatização/homo oeconomicus/antropologismo.
- (12) "Os conceitos de equilíbrio e desequilíbrio não se compadecem com a dialética materialista ... a adoção dos esquemas de reprodução funciona como uma contraprova da natureza "harmonica" do capitalismo, no sentido de que seria do setor de meios de produção se ajustasse inteiramente à expansão do setor de meios de consumo. Em outras palavras, tal coisa seria possível se as necessidades comandassem a produção e não o inverso. Ver: Belluzzo, L. G. M., op. cit., p.98.
 Considere-se ainda que:
 "Acumulação e reprodução são, na realidade, dois momentos iminentes do mesmo movimento regulado pela lei do valor, como lei do processo de valorização. A distinção entre esses dois momentos

imanes de um mesmo movimento é de importância teórica decisiva, porquanto é ela que permite que a forma desse movimento seja definida como tendência" - Ver: Belluzzo, L. G. M., op. cit., p.90.

- (13) Badaloni, Nicola - Marx e a liberdade comunista, in História do marxismo, I. org. Eric J. Hobsbawn. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, pp.252-256.

Aquela formulação inspira-se em Badaloni que considera: "Marx procede segundo o método de reduções ou abstrações transitórias. Não se trata apenas de analisar fenômenos em estado puro, mas de fazê-lo transitoriamente se processar de modo tal que o conjunto resulte iluminado ora por um lado, ora pelo outro, e, correspondentemente, outras zonas do mesmo apareçam ora sob uma luz mais forte, ora mais fraca... A lógica do perspectivismo ou das relações reflexivas, ou ainda a lógica redutivista, Marx opõe essa lógica das abstrações transitórias, que desvanecem deixando traços bem definidos e cujo deslocamento funcional é representativo de possíveis modificações históricas".

- (14) Giannotti, José Arthur - Trabalho e reflexão. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p.341.

Considere-se para reflexão metodológica: "... a explicação histórica precisa combater em duas frentes - a exposição categorial das figuras, fornece o ponto de referência para que se proceda a investigação detalhada da ocorrência".

Assim a temporalidade lógico-histórica (tendência/crise, transformações da dinâmica) não corresponde um modelo de sequência temporal. Portanto, o referencial capitalismo concorrencial, monopolista, com presença estatal e posto transitoriamente pela teoria para uma completa identificação histórica. Não é portanto um caminho cronológico inexorável. Aquela identificação requer pensar um determinado processo - de um capitalismo ou de capitalismo análogos - no quadro capitalista geral, na interação endógeno/exógeno, podendo-se vir a qualificar padrões diferenciados de dinâmica a partir da mencionada concepção de temporalidade.

- (15) Considere-se a título indicativo, o seguinte comentário de Giannotti, op. cit, p. 322: "... a partir de Kant a história não é uma questão teórica mas prática e, se a Hegel foi possível jogá-la de novo para o campo da teoria, foi porque tratou de desligar essa última das representações e dos modelos científicos ... os fenômenos sociais se individualizam por um movimento prático onde forma e conteúdo se põem um para o outro; assim, a linguagem que fala dele precisa se resolver sobre si mesma, como a gramática, a fim de capturar seu movimento constituinte".
- (16) Ver: em Ruy Fausto, op. cit., p. 121, a objetivação da "antinômica em dialética". Esta é uma referência que chama à reflexão sobre "... a irredutibilidade do discurso de Marx a toda lógica da identidade". A idéia de antinomia na tendência, com que trabalhamos nesta tese inspira-se no discurso de Marx sobre as leis tendenciais. Mas não se deve parar na identificação da antinomia. Por isto, relembramos a crítica de Fausto a Cístoridis: "Ele não vê onde o movimento de oposto a oposto, o mau movimento infinito de oposto a oposto poderia encontrar um ponto de parada ... como esse ponto é a contradição: diante da alternativa entre conservar a identidade como "critério", fazendo com que as contradições apareçam como uma má "antinômica" e objetivar a "antinômica em dialética" pondo em cheque o ponto de vista fixo da identificação, ele prefere seguir o primeiro caminho ... um pensamento que aparecia então como dialético pode ser rigoroso não ainda que contraditório mas porque contraditório".
- (17) Lefebvre, Henri - Lógica formal/lógica dialética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- (18) Ver em Ruy Fausto - op. cit., p. 49 o seguinte:
 "Quem diz contradição (dialética) diz tensão, separação, mas também união entre os dois termos. Quem diz ruptura, corte, diz, "separação": cada termo fora do outro. Com efeito, se a relação entre os dois momentos é uma ruptura não pode haver posição da passagem - um corte, uma ruptura é um vazio - e que não haja posição da passagem significa que o primeiro momento está fora do segundo, o segundo só pode aparecer como resultado

(em sentido abstrato) que substituí o primeiro".

(19) Ver: Marramao, Giacomo - Lo político y las transformaciones, México, Cuadernos de Pasado y Presente (95), 1982, p.68.

"... as transformações históricas que se verificaram, em progressão geométrica, nas últimas décadas: as categorias como "estado" e "economia" designam atualmente (depois da revolução keynesiana, depois das variáveis introduzidas nas relações de produção do gasto público) esferas morfologicamente distintas não somente do capitalismo próprio do século XIX, como também do "capitalismo organizado" dos anos vinte ..."

PARTE II - PROCESSO DE VALORIZAÇÃO: CAPITAL, CONCORRÊNCIA E
CÁLCULO CAPITALISTA

"O espírito, portanto, pode ser em cada oportunidade e ao mesmo tempo Natureza, Deus, Idéia, Capital, Fantasma. Pois bem: todos esses conceitos são resumidos sinteticamente no cinema. Para parafrasear a terminologia hegelo-marxiana, o espírito do cinema é a forma alienada através da qual o capital se manifesta em sua fenomenologia; é a ideologia do capital que põe a si mesmo como contingência, como aparição milagrosa, como parábola - fábula - mito. É espírito porque sua potência não é tanto de natureza físico-material imediata, porém mais insidiosa, impalpável, luminosa, como que transfigurada... Por outro lado, o conceito de imaterialidade não exclui o de realidade como pensam muitos materialistas de tipo positivista, que consideram como sinônimos matéria e realidade."

Mássimo Canevacci

A crítica e as proposições postas na parte I indicam a necessidade teórica de elaboração em torno dos conceitos e problemas vinculados à interação entre capital, concorrência e cálculo capitalista para a compreensão da dinâmica econômica.

De que modo pensá-los, articulá-los, reconhecendo a problemática das mediações, para a apreensão da antinomia da tendência – expansão/ crise – e da instabilidade capitalistas?

Reconhecer a problemática das mediações significa evitar dois equívocos. Um é aquele que se refere à dedução da dinâmica unicamente das "leis gerais". Outro é aquele que, simetricamente, pretende construí-la a partir de singularidades como o comportamento dos agentes, determinações das formas de mercado, determinismo tecnológico, modalidades da concorrência.

A crítica da dinâmica enquanto diacronia mostrou sua inadequação à temporalidade capitalista e apontou para o conceito de capital como sujeito – coisa-movimento – e para as decisões capitalistas como constitutivos do movimento tipicamente capitalista. A concorrência é da natureza do capital e o cálculo capitalista processa-se num regime de concorrência. Desta forma é na relação entre capital e concorrência que, segundo as proposições desta tese deve ser buscada a compreensão da temporalidade lógico-histórica do capitalismo que é a expressão de sua dinâmica. Este esclarecimento teórico possibilitará a compreensão da relação entre concorrência e monopolização do capital que é de fundamental importância para elucidar a natureza da dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo. Processo de monopolização este que implica alterações na dinâmica.

Em seguida, contribuiu-se, para a formulação da idéia de dominância financeiro-monetária – que marca a temporalidade no capitalismo plenamente desenvolvido – e suas determinações para a dinâmica em seu conjunto. Os conteúdos dessa formulação são o proces-

so de centralização do capital em sua conexão com a constituição do capital financeiro; bem como a interação entre valorização e concorrência, o que significa esclarecer, inclusive no âmbito do cálculo capitalista e de formação de preços a problemática da realização do lucro em suas determinações dinâmicas.

PARTE II - CAPÍTULO 1

CAPITAL EM GERAL E CONCORRÊNCIA

O propósito deste capítulo não é o de realizar mais uma história de como estes conceitos foram tratados ao longo pensamento econômico; aparecendo as referências devidas somente na medida em que o percurso teórico assim o exigir.

O percurso a que me refiro é um desenvolvimento teórico da relação entre capital e concorrência, a partir de Marx. Entretanto, procede-se aqui não com intenções de exegese, mas sim com a de fornecer uma interpretação sobre o sentido daquela relação e desdobrar as questões que emergirem desta interpretação.

De modo sintético, é necessário estabelecermos os conteúdos do conceito de Capital que são imprescindíveis para a análise da concorrência e da dinâmica capitalista, no sentido proposto.

Por certo, a compreensão da tríade valor – dinheiro – capital é o ponto de partida. No âmbito desta compreensão, coloca-se, para fins dos problemas de valorização, concorrência e dinâmica, desenvolver as implicações teóricas da relação entre a concepção de trabalho abstrato enquanto substância – coisa-social – e de capital enquanto sujeito, valor que se valoriza, movimento-sujeito. Por que? Porque a substância trabalho abstrato se opõe ao sujeito capital, que é a substância que se tornou sujeito.⁽¹⁾ Porque compreender isto é a condição para uma utilização contemporânea fecunda da teoria da valorização do capital (que se encontra nos Grundrisse e no livro O Capital) resgatada criticamente para uma apreensão lógico-histórica do movimento do capital.⁽²⁾ Como isto se manifesta? Basta lembrarmos – entre outras – da "história" da transformação dos valores em preços de produção para percebermos a repercussão teórica em torno do seguinte feixe de problemas conceituais e lógicos: valor/trabalho abstrato/capital/concorrência/preços capitalistas/valorização do capital.

1.1 - O CAPITAL COMO AUTONOMIZAÇÃO DO VALOR

A análise da mercadoria se fez para esclarecer as condições em que os produtos do trabalho humano assumem a forma-valor. De modo generalizado, esta forma é logicamente apreensível nas sociedades mercantis (de produtores independentes) e encontra sua plenitude lógico-histórica na sociedade mercantil capitalista. A característica da sociedade mercantil, onde os produtores privados e independentes produzem para a troca, está em que o valor de uso decorrente de cada trabalho concreto, cuja resultante é uma mercadoria, exprimir-se-á como valor. As mercadorias umas frente às outras, como valor, implicam o surgimento do valor de troca, sua determinação, no processo mesmo das trocas. A sociabilidade promovida pelo intercâmbio revela cada trabalho como elemento do trabalho social; a mercantilização da produção significa portanto que a substância do valor é o trabalho abstrato.

"Na sociedade mercantil simples o trabalho concreto de cada produtor só é trabalho social enquanto trabalho abstrato".⁽³⁾ No entanto, ainda que a substância do valor seja o trabalho abstrato, a expressão do valor de uma mercadoria se faz através de outra, e assim a generalização do intercâmbio pela sociedade, em interação com o avanço da divisão social do trabalho, promove a substantivação do valor de troca no dinheiro, assumindo este a representação do tempo de trabalho abstrato.

Na sociedade mercantil capitalista, verificar-se-á o desenvolvimento desta autonomização do dinheiro frente aos produtores. Nesta sociedade, em que a força de trabalho é mercadoria e em que há propriedade privada dos meios de produção, o dinheiro transformar-se-á em capital no exercício do comando sobre o trabalho assalariado e os meios de produção, para um processo de trabalho cujo destino é, agora, não apenas a troca, mas o incremento do dinheiro como capital, a sua valorização.

Nesse processo (lógico-histórico) o dinheiro enquanto capital é a substância trabalho abstrato tornada sujeito. Que tipo de relação existe entre trabalho abstrato enquanto substância – coisa-social – e capital enquanto valor que se valoriza, movimento-sujeito? detenhamo-nos neste problema porque de sua compreensão depende, insistamos, a formulação da interação entre valorização – formação dos preços capitalistas – e concorrência que é vital para as mediações da dinâmica no sentido aqui proposto.

A relação (trabalho abstrato/capital como sujeito) obedece à lógica da contradição que transfigura a lei do valor em si do processo de valorização do capital. Isto tem implicações teóricas não apenas para o esclarecimento da lógica da relação valores/preços como para a formulação da dinâmica efetivamente baseada no movimento do capital.

No trabalho abstrato e no valor como abstrações sociais reais está todo o peso da questão. Pensá-los pela lógica da contradição é considerá-los como universais concretos, cada qual, "... como um objeto que contém ao mesmo tempo a universalidade e a singularidade".⁽⁴⁾

Assim considerado "o trabalho abstrato não é nem uma construção do espírito, embora o espírito a reproduza, nem uma generalidade fisiológica: é o movimento da abstração que se opera no próprio real. A produção de mercadorias opera, ela própria, a abstração: ela – e não nós, que nos limitamos a reproduzi-la – opera a redução ... do concreto ao abstrato".⁽⁵⁾

Pode-se, dessa forma, dar consistência às oposições trabalho abstrato/trabalho concreto, valor/valor de uso. Tal formulação, em desdobramento, conduz a pensar a oposição trabalho abstrato/capital para a compreensão dos dilemas da valorização capitalista.⁽⁶⁾

Vamos a este ponto. O trabalho abstrato é mesmo 'coisa social', substância, e disto depende o conceito de capital. Consideremos este arremate de Ruy Fausto:

"... há uma relação entre a concepção do trabalho abstrato enquanto substância e a do capital enquanto sujeito (valor que se valoriza, movimento-sujeito). Incapazes de pensar o trabalho abstrato enquanto substância os clássicos também não chegam a pensar o capital como movimento-sujeito (a substância que se tornou sujeito) e caem numa representação naturalizante e portanto mistificante do capital. É necessário fazer do trabalho abstrato uma coisa-social substância - porque o valor não é um quantum que os agentes estabelecem subjetivamente ... mas algo que se impõe socialmente, e que é ao mesmo tempo qualidade e quantidade, para chegar a uma definição do capital em termos de movimento-sujeito".⁽⁷⁾

Já recuperamos, momentos atrás, a idéia de que o dinheiro é a mercadoria geral ou universal, sendo ele, também, ao mesmo tempo, uma mercadoria. Neste momento cabe reafirmar - "Se temos pois sucessivamente o trabalho abstrato, o valor como trabalho objetivado (portanto como objetivação - em sentido estrito - da abstração do trabalho) o dinheiro como ser-aí da mercadoria enquanto valor e portanto como ser-aí da abstração do trabalho - mas é preciso introduzir descontinuidades nesse movimento trabalho abstrato /valor/ dinheiro -, tem-se com o capital (e há aqui uma descontinuidade de outra ordem, uma interversão) a abstração-sujeito".⁽⁸⁾

De fato trabalho abstrato e valor considerados como abstrações sociais reais, neste movimento, que implica interversão esclarece a valorização do capital e a dinâmica baseada em seu movimento com uma temporalidade lógico-histórica.⁽⁹⁾

Vejamos uma maneira de perceber a interversão:

"... uma volta do capital ou cada volta do capital obedece à lei de apropriação ou de propriedade das economias

mercantis, lei segundo a qual a apropriação dos produtos se faz pela troca de equivalentes e depende, em última instância, do trabalho próprio. Mas a repetição das voltas do capital — e portanto o cumprimento reiterado da lei de apropriação pelo trabalho e pela troca de equivalentes — interverte esta Lei na Lei de apropriação capitalista, apropriação sem equivalente do trabalho alheio⁽¹⁰⁾.

Compreender o trabalho como coisa-social, substância, requer levar isto às últimas conseqüências pensando que: substância se opõe a sujeito. Se o capital é a substância trabalho abstrato tornará sujeito, voltamos a que a substância trabalho abstrato opõe-se ao sujeito capital.⁽¹¹⁾

Nesta "démarche" estamos na realidade penetrando a fundo no núcleo da dinâmica capitalista assentada na teoria da valorização do capital. A natureza do capital não admite sua naturalização (especialização); a sua valorização obedece a uma lógica da contradição — na oposição ao trabalho abstrato, que é sua substância originária — que ilumina, de modo adequado ao conceito (de capital), o conteúdo daquela valorização (a relação valores/preços capitalistas) e sua interação com a concorrência.

Da sociedade mercantil simples, onde a teoria do valor é uma teoria dos "valores" relativos⁽¹²⁾, passa-se, com o capital, à sociedade mercantil capitalista, em que ele mesmo e a reiteração de seu processo, tranfiguram a teoria do valor-trabalho em teoria da mais-valia:

"A lei do valor, a partir desse momento, é lei reguladora do processo de "criação de valores" apenas enquanto lei imanente do processo de valorização do capital... o surgimento do capital a partir das determinações mais gerais do valor de troca e do dinheiro subverte as relações da sociedade".⁽¹³⁾

A presença do capital na sociedade mercantil significa o império da lei do valor como lei de valorização e não mais como lei de uma teoria dos "valores" relativos da qual deve-se passar aos preços. Não, aqui já está posta a perspectiva teórica da autonomização financeiro-monetária do capital enquanto sujeito que, como tal, determina a formação dos preços capitalistas, sendo que a dinâmica desta valorização e a dinâmica mesma da economia só pode ser compreendida se não perdermos (teoricamente) o elo originário do movimento que é a oposição trabalho abstrato/capital. (14)

Fica-se portanto com o problema da autonomização do valor que vem a se completar com o capital. Este movimento é simultaneamente lógico e histórico, marca as transformações dinâmicas do capitalismo-livre concorrência, monopolização, "regulação estatal" ... e marca o modo de analisar a concorrência como a interação da pluralidade de capitais em que cada um como tal (capital) realizará seu lucro, na senda desta autonomização, de consequências contraditórias para o conjunto da economia.

Estamos agora diante da posição do valor no capitalismo, problema posto pela questão da autonomização, originada na oposição trabalho abstrato/capital. Considere-se esta observação de Ruy Fausto a propósito da démarche de Marx

"o valor — que aparece nos preços — é, sem dúvida, uma coisa-social, ele não é uma relação que os agentes estabelecem subjetivamente. O que há "atrás" do valor, e portanto, "atrás" dos preços? Essa pergunta parece se impor. Existe alguma coisa, a saber, o trabalho como abstração. E como exprimir esse "algo" de que é constituído o valor? Nada parece exprimi-lo melhor do que a noção de substância nas suas três referências: ele é coisa, ele é coisa fluída, ele é coisa que só é, ainda, num primeiro nível da sua autonomização (se se comparar com a coisa social capital: a substância que se tornou sujeito)". (15)

Pois bem, a autonomização que se completa com o capital como valor que se valoriza significa uma negação – no sentido teórico forte da lógica da contradição – do valor no capitalismo. Isto é, o movimento do capital numa sociedade mercantil, que implica o intercâmbio de mercadorias enquanto produtos do capital, provoca a negação do valor na fenomenologia dos preços capitalistas. O capital subverte a lei do valor, lei esta de onde nasce a sua própria compreensão (do capital) no movimento trabalho abstrato/valor/dinheiro. Sabe-se que esta subversão é usualmente localizada na passagem aos preços de produção onde se encontram os problemas da distribuição da mais-valia, da formação de uma taxa geral de lucro, da concorrência. No entanto, esta interversão, rigorosamente formulada, já está latente no próprio conceito de capital. A compreensão lógico-genética é impossível sem a categoria valor e, no entanto, a autonomização do valor com o capital, torna o valor negado na história, nos eventos capitalistas. Por isso, é um movimento lógico-histórico. A questão dos preços capitalistas (e sua conexão lógica com o valor) será retomada ao final desta Parte II. Agora, é o momento de detalhar a figura o capital para elucidar o conteúdo da mencionada autonomização bem como o da concorrência.

1.2 - O CAPITAL EM GERAL

Trata-se de captar a significação de capital em geral. Pois, nesta direção, cabe verificar a especial forma de pensar a relação entre valor e capital que não é aquela de basear-se em princípios, noções primeiras, fundamentos. (nota rf explicando). A propósito Marx anuncia - "... o conceito de valor precede ao de capital, ainda que para chegar a seu desenvolvimento puro deva supor-se um modo de produção fundado no capital"⁽¹⁶⁾

Já registramos a passagem valor, valor de troca e dinheiro e é oportuno ir ao âmago do dinheiro como capital.

"O dinheiro como capital é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode-se considerá-la como uma realização superior, do mesmo modo que pode dizer-se que o desenvolvimento do macaco é o homem".⁽¹⁷⁾

Aqui se acentua teoricamente que o dinheiro como capital está diferenciado do dinheiro como dinheiro. O movimento de valores de câmbio na circulação pura (simples), o intercâmbio de mercadorias mediado pelo dinheiro, não realiza o capital. Quer dizer, é quando posto o regime de produção capitalista que verificar-se-á a autonomização do valor no dinheiro transformando-se em capital.

Por isto, "... para alcançar o conceito de capital, é necessário partir do valor e não do trabalho, e concretamente do valor de câmbio já desenvolvido no movimento da circulação".⁽¹⁸⁾

A mercadoria, enquanto produto do trabalho, assume a forma valor constituída pelo trabalho abstrato, e o dinheiro, na circulação, como representação universal concreta da forma valor/trabalho abstrato. Mas a realização do dinheiro na circulação, uma vez efetivada, deixa-o apenas como valor de troca e meio de câmbio em relação à circulação, no dinheiro enquanto tal, não é

uma autonomização plena; ela é negativa, fugitiva ou ilusória, nas palavras de Marx.

É o capital que realizará uma plena autonomização do valor aparecendo como o próprio valor a valorizar-se, e estabelecendo já, nesta autonomização, a possibilidade dele mesmo capital tornar-se uma mercadoria especial frente às demais, criando uma circulação do capital como tal capital, relativamente autônoma em relação à circulação das demais mercadorias. Ora, isto já indica a circulação da figura capital, como capital a juros/capital financeiro, que só não aparece de imediato por um procedimento de abstração transitória, vindo a fazê-lo somente após o movimento produção de mais-valia/acumulação/reprodução, quando uma vez revelada a produção como um meio de valorização, pode-se desdobrar esta contradição e revelá-la como contradição absoluta, na circulação autônoma do capital como tal, a determinar as crises, onde valorizar não é produzir.

É a circulação do dinheiro transfigurado em capital – figura complexamente contraditória – com todas as conseqüências, que cabe desdobrar. Marx acentuou que – "Tão pronto como o dinheiro se põe como valor de câmbio que não somente se torna autônomo com respeito à circulação, senão que se mantém nela deixa de ser dinheiro, pois este enquanto tal não vai além de sua função negativa: é capital". (19)

Revela-se a totalidade complexa que ele é

"É no capital, pela primeira vez, que o valor de câmbio se põe como tal, e de tal maneira que se conserva na circulação; vale dizer, não perde sua substância, senão que se transforma sempre em outras substâncias, se realiza numa totalidade das mesmas.

E não perde tampouco sua determinação formal, senão que mantém, em cada uma das diferentes substâncias, sua identidade consigo mesmo. Permanece sempre como dinheiro e como mercadoria. Em cada momento, ele representa os dois momentos que na circulação desaparecem um no outro. Mas é isto, somente enquanto constitui um

ciclo de intercâmbios que permanentemente se renova. Também a este respeito distingue-se sua circulação daquela dos valores de câmbio simples enquanto tais. A circulação simples, de fato sô é circulação desde o ponto de vista do observador, ou sem si, mas não está posta como tal. Não é o mesmo valor de câmbio — precisamente porque sua substância é uma mercadoria determinada — que primeiro se converte em dinheiro e logo novamente em mercadoria, senão que são sempre outros valores de câmbio, outras mercadorias, que aparecem frente ao dinheiro. A circulação consiste meramente na repetição simples ou na alternância da determinação de mercadorias e de dinheiro, e não porque o verdadeiro ponto de partida seja também o ponto de retorno. A isto se deve que, quanto se considera a circulação simples como tal, e sendo o dinheiro o único elemento duradouro, denomine-se simplesmente circulação monetária ou do dinheiro".⁽²⁰⁾

A figura capital — antes nos referíamos a trabalho abstrato e valor — vai-se revelando como uma abstração social real e como um universal concreto. É nesse modo de pensar que chegaremos à concepção de capital em geral que será tomada como sujeito-conteúdo para a discussão e concorrência e valorização. Desde logo, deixemos registrado que a citação anterior nos aponta para que a circulação⁽²¹⁾ imposta pelo capital não propriamente a monetária mas sim financeiro-monetária o que decorre de ser o capital um valor permanente e que se multiplica a si mesmo — esta permanência e multiplicação é a determinação financeira imanente a ser representada monetariamente.

Vamos à consideração do capital como um universal concreto. Em primeiro lugar, mais um acento quanto à transfiguração do dinheiro

"O caráter imperecível a que aspira o dinheiro, ao colocar-se negativamente ante a circulação e retirar-se dela, é alcançado pelo capital, que se conserva precisamente ao

entregar-se à circulação. ... O capital se transforma alternativamente em mercadoria e dinheiro, mas 1) é ele mesmo a mutação destas duas determinações, 2) vem a ser mercadoria, mas não esta ou aquela mercadoria, senão uma totalidade de mercadorias. Não é indiferente com respeito à substância, senão com relação à forma determinada; assim sendo, aparece como uma perpétua metamorfose dessa substância; enquanto se põe como conteúdo particular do valor de câmbio, esta particularidade mesma é uma totalidade de particularidade. Daí que seja indiferente não com respeito à particularidade enquanto tal, senão com relação à particularidade separada ou dispersa. A identidade, a forma da universalidade que conserva, é a de ser valor de câmbio e, em tal qualidade, dinheiro. Conseqüentemente, põe-se ainda como dinheiro, mas se troca in fact como mercadoria por dinheiro. Não obstante, posto como dinheiro, vale dizer como forma contraditória da universalidade do valor de câmbio, está posto em si mesmo o fato de que não deva perder, como na circulação simples, a universalidade, senão sua determinação contraditória, ou que a adote tão somente de modo fugaz. De modo que se troca de novo por mercadoria, mas como mercadoria que, em sua particularidade mesma, expressa a universalidade do valor de câmbio e portanto troca constantemente sua forma determinada". (22)

Com a presença do capital o valor de câmbio não apenas conserva sua identidade, como na circulação simples, senão que se coloca frente à circulação com a perspectiva de reprodução de si próprio.

"O valor de câmbio se põe a si mesmo somente como valor de câmbio, enquanto se valoriza, quer dizer, aumenta seu valor. O dinheiro (enquanto saído da circulação e retornando a si mesmo perdeu como capital sua rigidez e se transformou de coisa palpável num processo". (23)

O capital é relação, é processo. Não basta considerar o capital como trabalho objetivado, instrumento de produção, forma material específica e cristalizada, e assim naturalizá-lo e torná-lo ahistórico. Assim procedendo "o capital é concebido como coisa, não como relação". No capital como processo"... o trabalho modificou sua relação com sua condição de objeto: também regressou a si próprio. Este retorno consiste em que o trabalho objetivado no valor de câmbio põe ao trabalho vivo como meio da reprodução desse valor, enquanto que originalmente o valor de câmbio somente aparecia como um produto do trabalho.⁽²⁴⁾

A autonomização do valor, exteriorizada pela autonomização do valor de câmbio, completando-se no capital, é um passo teórico estratégico para uma concepção do capital como universal concreto, como relação, como processo, para o movimento propriamente capitalista. Em Marx, acompanha uma metáfora reveladora

"O valor de câmbio posto como unidade da mercadoria e do dinheiro é o capital, e esse próprio por-se apresenta-se como a circulação do capital. (a qual, porém, é uma linha em espiral, uma curva que se amplia, não um simples círculo)".⁽²⁵⁾

Tendo elaborado estas conexões reconsideramos as proposições da Parte I desta tese acerca do capital como sujeito. Nos Grundrisse, Marx diz do processo de valorização sob comando do capital que — "O valor entra em cena como sujeito"⁽²⁶⁾ O segredo da linha em espiral está em que a circulação do capital contém unidade e contradição do processo de produção e de valorização, sem o que a própria passagem de valor a capital é incompreensível. Sobre a conhecida fórmula da circulação capitalista $D-M-D'$ onde $D' = D + D$, o comentário decisivo é: "Este incremento ou excedente que resta depois de cobrir o valor primitivo é o que eu chamo de mais-valia (surplus value). Portanto, o valor primeiramente desembolsado não somente se conserva na circulação, senão que sua magnitude de valor experimenta, dentro dela, um câmbio, se incrementa com uma mais-valia, se valoriza. E este processo é o que o converte em capital".⁽²⁷⁾

Portanto o capital tem a "curiosa" propriedade de só poder emergir na circulação e, ao mesmo tempo, fora da circulação. Esta é uma das marcas do capital como sujeito que tanto abasbacava aos contemporâneos de Marx, e que só se soluciona, considerando a troca de equivalentes na circulação, e considerando que o capital, como valor, realiza-se na circulação, se se apreende que ele, como sujeito, opera o "segredo" da geração de mais-valia na circulação (como capital). Na fórmula genérica do capital — D-M-D' — está expresso seu movimento incessante como sujeito

"O valor passa constantemente de uma forma a outra, sem perder-se nestes trânsitos e convertendo-se assim em sujeito automático. Se plasmamos as formas ou manifestações específicas que o valor que se valoriza reveste sucessivamente ao longo do ciclo de sua vida, chegaremos às seguintes definições: capital é dinheiro, capital é mercadoria. Em realidade, o valor ergue-se aqui em sujeito de um processo no qual, sob o câmbio constante das formas de dinheiro e mercadoria, sua magnitude varia automaticamente, desprendendo-se como mais-valia de si mesmo como valia originário, ou o que equivale, valorizando-se a si mesmo. Com efeito; o processo em que engendra mais-valia é seu próprio processo, e, portanto, sua valorização, a valorização de si mesmo. Obteve a virtude oculta e misteriosa de engendrar valor pelo fato de ser valor. Lança ao mundo crias viventes, ou ao menos põe ovos de ouro".⁽²⁸⁾

De fato esta fórmula geral traz já latente a verdadeira magia dos ovos de ouro que se materializará na capitalização financeira. O ouro do capital é o trabalho, e aqui retoma-se a oposição trabalho abstrato/capital: "O valor de uso oposto ao capital enquanto valor de câmbio posto, é o trabalho. O capital se intercambia, ou, neste caráter determinado, só está em relação com o não-capital, com a negação do capital, com respeito ao qual somente ele é capital; o verdadeiro não capital é o trabalho".⁽²⁹⁾

Dizer que "o valor se converte ... em valor progressivo, em dinheiro progressivo, ou o que é o mesmo, em capital"⁽³⁰⁾

posto o trabalho abstrato como substância do valor e o trabalho como não-capital é pôr com toda a força a contradição do capital como a substância (trabalho abstrato) que se tornou sujeito, numa relação (valor-capital/trabalho abstrato) e num processo (de valorização de si mesmo).

A fórmula genérica não só dá conta das modalidades capital mercantil e capital industrial como é um prenúncio do desenvolvimento de uma dimensão da modalidade capital financeiro que é aquela a que Marx se referia como vulgar e antediluviana: "... no capital dado a juros a circulação D-M-D' se apresenta sob uma forma concentrada, sem fase intermediária nem mediador, por dizer assim um estilo lapidar, como D-D', ou seja dinheiro, que é ao mesmo tempo mais dinheiro, valor superior a seu próprio volume".⁽³¹⁾

Pois então todas estas determinações apontam para o capital como a figura que enquanto valor progressivo, por sua própria lógica interna, tende a mover-se incessantemente entre o dinheiro e o conjunto das mercadorias, generalizando as mercadorias que operarão como produto para valorização, até converter-se ele próprio em mercadoria, na modalidade do capital a juros, onde o dinheiro é lançado à circulação para valorizar-se pelos juros e é convertido em mercadoria como capital, o capital como tal capital.

Tal natureza conduz à discussão do crédito, do capital financeiro, da dominância financeiro-monetária, da capitalização; porém ainda não é o momento de detalhá-la, cabendo-nos aguardar o final deste capítulo e os próximos.

É o momento de enfeixar estas determinações afirmando que toda fração (parte alíquota) do capital social tende a dotar-se de autonomia e a realizar-se como valor progressivo, a constituir-se como capital em geral e não como capital deste ou daquele mercado, deste ou daquele produto, desta ou daquela fonte tecnológica, ou até mesmo desta ou daquela fronteira nacional. O valor progressivo como capital em geral (um universal concreto) é a substância tornada sujeito e, neste movimento, o universal invadindo o particular (reproduz-se em nível superior a relação entre dinheiro e mercadoria), apropriando-se tendencialmente de cada mercadoria para

valorizar-se, porém, mantendo com elas uma tensão, porque numa relação de contrariedade, que agora se expressa não apenas no problema de realizar o valor (contido na mercadoria, possibilidade formal de crise) mas em que o capital tende a voltar-se para si mesmo como mercadoria-capital, capitalização em espiral (possibilidade de crise nas várias instâncias da estrutura econômica – industrial, financeira, padrão monetário ...). O capital em geral é a mercadoria geral ou universal convertida em sujeito do processo de valorização e é também ele próprio uma mercadoria. É este conceito que pode orientar a elucidação dos problemas da valorização dinâmica e da concorrência uma vez que contém todas as determinações do valor no processo de valorização de si mesmo⁽³²⁾. Não é passível de naturalização, espacialização, cristalização em mercados específicos. Como tal é lógica interna, dinâmico-estrutural, da fusão de modalidades do capital, da fusão de formas de valorização (lucros e juros) da concentração e da centralização, da conglomeração, da transnacionalização ou internacionalização, aspectos surgidos ao longo dos desenvolvimentos históricos.

Consideremos o aparecimento deste conceito nos Grundrisse e em O Capital. Surge nas considerações sobre a terceira forma do dinheiro – que sucede àquelas relativas a medida de valor e meio de circulação – e indica todo um desenvolvimento que culmina no texto de O Capital acerca do "Desdobramento do lucro em juros e lucro de empresário. O capital a juros".

Inicialmente é dito

"A terceira forma do dinheiro como valor autônomo que se comporta negativamente frente à circulação, é o capital, mas não o capital que novamente passa, como mercadoria, do processo de produção ao intercâmbio, para converter-se em dinheiro, mas sim o capital que, sob a forma do valor que se relaciona consigo mesmo, se converte em mercadoria e entra na circulação. (Capital e juros). Esta terceira forma implica no capital sob suas formas anteriores e constitui ao mesmo tempo a transição desde o capital para os capitais em particular, os capitais

reais; pois agora, sob esta última forma, já o capital se divide, de acordo a seu conceito, em dois capitais de existência autônoma. Com a dualidade está dada já a pluralidade em geral. Such is the march of this development". (33)

Segue-se a significação plena do conceito

"O capital em geral, diferentemente dos capitais em particular, se apresenta, na verdade, 1) somente como uma abstração; arbitrária, senão uma abstração que capta a differentia specifica do capital em oposição a todas as demais formas da riqueza ou modos em que a produção (social) se desenvolve. Trata-se de determinações que são comuns a cada capital enquanto tal, ou que fazem de cada soma determinada de valores um capital. E as diferenças dentro desta abstração são igualmente particularidades abstratas que caracterizam toda espécie de capital, ao ser sua afirmação ou negação (por exemplo capital fixo ou capital circulante; 2) mas o capital em geral, diferenciado dos capitais reais em particular, é ele mesmo uma existência real. A economia vulgar reconhece este fato, ainda que não o compreenda, pese a que constitui um momento muito importante em sua teoria das compensações etc. Por exemplo, o capital nesta forma universal, ainda que pertencente a diversos capitalistas, em sua forma elementar como capital constitui o capital que se acumula nos bancos ou se distribui através destes e, como expressa Ricardo, se distribui tão admiravelmente em proporção às necessidades da produção. Constitui a si mesmo, mediante empréstimos etc. um nível entre os diferentes países. Por consequência, é lei do capital em geral, a título de exemplo, para que valorizar-se tem que colocar-se de maneira dupla, e tem que valorizar-se sob essa forma dupla. Por exemplo, o capital de uma nação particular, que em contraposição a outra representa par excellence ao capital, haverá que empres-

tá-lo a uma terceira nação para que seja possível sua valorização. Este duplo por-se, este relacionar-se consigo mesmo como um estranho neste caso torna-se condenadamente real. Enquanto que o universal é por uma parte somente uma diferença specifica ideal, é simultaneamente uma forma real particular ao lado da forma do particular e do singular. ... Outro tanto em algebra. Por exemplo: a, b, c, são números em geral; mas ademais são números inteiros frente a a/b, b/c, c/a etc., que os pressupõem em qualidade de elementos universais" (34)

Tem-se aí a essência do conceito de capital em seus termos mais gerais e mais abstratos de onde se compreende sua valorização e seu desenvolvimento. Cada capital particular tendencialmente há que adequar-se a este conceito que revela a forma especificamente capitalista de riqueza (ainda que nem todo capital logre essa realização tendo em vista a tensão entre livre concorrência e monopolização, que será considerada mais à frente). Aqueles que são chamados de capitais reais, adequando-se efetivamente ao conceito de capital em geral que é por sua vez uma realidade social, uma abstração real. Portanto, nele está o movimento, a dinâmica realmente capitalista, nele constituída, porque síntese das determinações comuns aos valores como capital. A dinâmica dos capitais é plenamente real justamente quando os capitais particulares reais realizam-se como capital em geral dando curso ao comando sobre vários mercados, fusão de formas de valorização e outros desenvolvimentos conforme já indicou-se. É nesta abstração real, portanto, que está a determinação dinâmico-estrutural. E não se trata que o real venha a ser constituído desde as particularidades dos capitais reais porque isto seria inverter e confundir a determinação. Seria supor que o conceito tem uma oposição: pensamento/realidade. Aquela abstração é a reprodução teórica do processo real do capital, de sua essência real que poderá aparecer invertida no mundo fenomenal. A propósito cabe o seguinte esclarecimento

"... Wirklichkeit não é simplesmente o real ou a realidade, mas a realidade efetiva. Ora, a realidade efetiva

(Wirklichkeit), não é coextensiva à ordem do real, ela designa o momento da aparicação da essência; é assim que Marx dirá frequentemente a propósito dos conceitos desenvolvidos no livro III (Lucro etc.), conceitos que correspondem à aparicação da essência, que eles pertencem à Wirklichkeit. Para dar apenas um exemplo: 'Mas na realidade efetiva (Wirklichkeit), isto é, no mundo fenomenal (Erscheinungswelt), a coisa se inverte'. A diferença entre a categoria e a realidade efetiva remete assim não à oposição pensamento/realidade mas à diferença entre a realidade só no nível da essência e a realidade que se manifesta também no fenómeno unidade que se tornou imediata da essência e a existência ou do interior e o exterior', é assim que Hegel define a Wirklichkeit na Pequena Lógica". (35)

Manter consistentemente todo o peso deste conceito de capital para a dinâmica capitalista implica considerar que nele já está a dinâmica real que não pode vir a ser construída, invertidamente, desde os capitais particulares reais com suas especificações efetivas (em dado mercado, com dada tecnologia... particularidades). Ainda assim, são necessárias as mediações mas elas devem ser compatíveis com a abstração (real) mais alta. Para exemplificar: a mediação da concorrência que se impõe é aquela concernente aos desdobramentos (lógico-históricos) do capital em geral, a pluralidade de capitais que nele mesmo já está posta (enquanto universal concreto). A saber: o que é a concorrência entre os capitais centralizados (*), sob a lógica financeiro-monetária, determinação oriunda da abstração mais alta; quais suas injunções dinâmicas; como se efetivam, historicamente, estes capitais, na articulação das modalidades industrial, bancária e mercantil. E ainda, considerar que do processo do capital em geral faz parte a monopolização (do capital) em tensão com a livre concorrência (propriedade estrutural), de cujo movimento a oligopolização dos mercados é uma expressão fenomênica parcial (realidade efetiva). Dessa concepção surge a formulação de que a concorrência não deve ser entendida, para fins da dinâmica, principalmente, no âmbito das particularidades dos mercados. Da noção de capital em geral, monopolização/concorrência, capital

centralizado, o que vem é o percurso do capital (tendencialmente) pelos vários mercados. Para fins do movimento capitalista os oligopólios são particularidades de mercado subsumidas na idéia de monopolização do (e sob) o capital.⁽³⁶⁾ A circunscrição do capital a um dado mercado se apresenta (a ele, capital) como uma barreira e como tal condenada a ser suplantada.⁽³⁷⁾

1.3 - A POSIÇÃO TEÓRICA DA CONCORRÊNCIA

Elucidemos agora, para consolidar o que acaba de ser enunciado, qual o tratamento adequado à concorrência na relação com o conceito de capital.⁽³⁸⁾ Frise-se, que a concorrência aparece de várias formas no fenômeno capitalista e pode ser considerada sob distintos ângulos analíticos. Mas a questão é: qual o tratamento pertinente e uma teoria da dinâmica em que o capital está pensado como sujeito do processo, valor progressivo, coisa-movimento?

Nesse sentido, é possível demonstrar que a concorrência tem uma posição teórica definida na dinâmica de valorização do capital concebida por Marx. Ainda que não tenha sido desdobrada (via certas mediações lógico-históricas) ela já está presente (a um determinado nível lógico) na teoria do processo do capital, bem como, conseqüente, pode-se detectar qual o caminho a ser coerentemente (do ponto de vista metodológico) seguido.

Nos Grundrisse existe a ênfase em considerar a concorrência como algo para si, observação feita num momento do texto em que é realizada a crítica à economia política clássica por não compreender as crises modernas:

"... até agora nunca os economistas analisaram a livre concorrência por mais que se fale dela e por mais que a convertam em fundamento de toda a produção burguesa, asentada no capital. Ela é concebida apenas negativamente: quer dizer, como negação de monopólios, corporações, disposições legais etc. Como negação da produção feudal. Entretanto, a livre concorrência tem que ser também algo para si, já que um simples zero é uma negação oca, abstração de uma barreira que, por exemplo, sob a forma de monopólio, monopólios naturais etc., de imediato volta a levantar-se".⁽³⁹⁾

Ora, está dito que o modo adequado de pensar a livre concorrência não é por contraponto a formas econômico-institucionais de organizar os mercados. A livre concorrência não é para ser pensa-

sada predominantemente no plano das tipologias de mercado. O desenvolvimento do capitalismo repõe, sob novas formas, o que antes existia sob velhas formas (restrições com resquícios pré-capitalistas), e mesmo nesta reposição persiste a tensão com a livre concorrência, uma vez que esta é uma propriedade mais essencial (da estrutura). Qual o alcance deste algo para si? Marx responde assim::

"Por definição, a concorrência não é outra coisa que a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que se apresenta e realiza como ação recíproca dos diversos capitais entre si; a tendência interna como necessidade exterior. O capital existe e somente pode existir como muitos capitais; por consequência sua autodeterminação se apresenta como ação recíproca dos mesmos entre si".⁽⁴⁰⁾

Por isto insistimos no resgate do conceito de capital. Porque desde esta compreensão é possível precisar o sentido de uma afirmação tal como: "A aparência da concorrência". (cap. L da seção sétima do livro 3 de O Capital. É natureza interna, determinação essencial do capital o qual existe como muitos capitais; entretanto, e por isso mesmo, não se pode efetuar uma inversão na determinação e propor que são os capitais particulares ou os mercados que estabelecem as leis; estas surgem do capital como sujeito-movimento a partir do que a hierarquização (na teoria) e o modo de tratar a ação recíproca se esclarece.

São variadas as qualificações de Marx sobre a "tendência interna como necessidade exterior". Diz que "A livre concorrência é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, vale dizer, o comportamento real do capital enquanto capital"⁽⁴¹⁾. Na interação entre os capitais, exterioriza-se a essência do capital em geral (abstração real) ao mesmo tempo em que os capitais particulares mais dinâmicos se adequam ao conceito. Assim, "A livre concorrência é o desenvolvimento real do capital. Através dela se põe como necessidade exterior para cada capital aquilo que corresponde à natureza do capital... o que corresponde ao conceito"⁽⁴²⁾ As particularidades de cada capital como dos indivíduos tendem a supri-

mir-se uma vez que a "... livre concorrência é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital" e "a coerção recíproca que nela exercem os capitais entre si, sobre o trabalho etc. (a concorrência dos trabalhadores entre si não é mais que outra forma da concorrência entre os capitais, é o desenvolvimento livre, e ao mesmo tempo real, da riqueza enquanto capital" e a lógica interna da coisa-movimento se exterioriza na livre concorrência que é "a forma adequada do processo produtivo do capital. Quanto mais tenha se desenvolvido a livre concorrência, tanto mais puramente terão relevo as formas do movimento daquele".⁽⁴³⁾

Porém, o processo do capital implica concentração e isto implica que capitais particulares atrelados a determinados valores de uso constituirão mercados oligopolizados (com uma tipologia estabelecida a partir do tipo de valor de uso; alguns admitindo, outros não, diferenciação de produto; com graus de condicionalidades tecnológicas - escalas, indivisibilidades ... - variados) nos quais erigir-se-ão, segundo o tipo, níveis diferenciados de barreiras à entrada. Ao contrário do que pode parecer não por esta segmentação de mercados que o movimento explicitado pela livre concorrência cessará. E não é assim porque cada capital singular (concreto) em sua tendência a por-se como geral, remove barreiras.

Numa referência histórica, Marx aponta

"O domínio do capital é o suposto da livre concorrência, exatamente como o despotismo dos imperadores romanos era o suposto do livre "direito privado" romano. Enquanto o capital é débil, se apoia nas muletas de modos de produção perimidos ou que caducam com a aparição daquele. Tão logo se sente robusto, livra-se das muletas e se move de acordo com suas próprias leis. Tão pronto como começa a sentir-se a si mesmo como barreira ao desenvolvimento, recorre a formas que, ainda que parecem dar os últimos toques ao domínio do capital moderando a livre concorrência, ao mesmo tempo anunciam a dissolução daquele e do modo de produção nele fundado".⁽⁴⁴⁾

É claro que aí está a crítica corrosiva sobre o considerar a livre concorrência como o desenvolvimento da liberdade humana. Sob o suposto do capital ela é supressão desta. Quanto à lógica econômica, o que está em questão é como quanto mais tenham se desenvolvido a livre concorrência e as formas de movimento do capital vai simultaneamente configurando-se a dissolução. Como apreender moderação da livre concorrência e plenitude das formas de movimento? Esta deveria ampliar aquela. Isto tem-se que resolver na contradição entre livre concorrência e monopolização do capital. As barreiras dos mercados são suplantadas pela variedade de formas de movimento do capital. Entretanto quais as barreiras que o capital põe a si mesmo na monopolização? O que é a monopolização como processo superior à estratificação de mercados oligopolizados? Estas questões devem ser adiadas momentaneamente.

Antes, é necessário detalhar: o capital põe-se como geral, desenvolve-se a livre concorrência, as formas de movimento do capital têm mais plenitude.

Consideremos teoricamente – entremeando comentários – a seguinte passagem dos Grundrisse:

"Na concorrência, a lei fundamental – que se desenvolve de maneira diferente àquela baseada no valor e na mais-valia – consiste em que o valor está determinado não pelo trabalho nele contido, ou o tempo de trabalho em que foi produzido senão pelo tempo de trabalho em que se pode produzi-lo, ou pelo tempo de trabalho necessário para a reprodução" (grifo nosso).

O surgimento aqui da idéia de reprodução é significativo da tendência interna como necessidade exterior, porque ela indica a operação dos capitais uns frente aos outros e isto é o movimento da abstração realizando-se socialmente, é a ação recíproca dos capitais operando a redução do concreto ao abstrato, com o que o capital em geral mostra-se socialmente real.

"Somente nessa maneira o capital singular é posto realiter nas condições do capital em geral, ainda que a aparência seja então como se houvesse ficado sem efeito a lei originária. Mas somente dessa maneira o tempo de trabalho necessário é posto como determinado pelo movimento do capital mesmo. Esta é a lei fundamental da concorrência" (grifo nosso).

Na concorrência, a interação entre os capitais representa uma inversão em relação à determinação vista desde o capital em geral, porém esta é a fenomenologia que sanciona a abstração (real) do capital como valor progressivo (determinação essencial) a qual aparece negada ao nível dos preços capitalistas.

"Demanda, oferta, preço (custos de produção) são determinações formais posteriores; o preço como preço de mercado ou o preço geral. Posteriormente, o posicionamento de uma taxa geral de lucro. Como resultado do preço de mercado, os capitais se distribuem nos diversos ramos. Redução dos custos de produção etc. Em resumo, aqui, todas as determinações se apresentam a la inversa do que ocorreria com o capital em geral. Ali, o preço determinado pelo trabalho; aqui, o trabalho determinado pelo preço".

Do ponto de vista de uma dinâmica desde o capital como sujeito, as ações da concorrência constituem uma realidade teoricamente subordinada e invertida, a qual não se deve deixar de estudar, porém deve-se fazê-lo consistentemente com a determinação essencial. Mais ainda, o processo desse sujeito-movimento é um pelo qual os capitais particulares crescentemente põem-se, efetivamente, como gerais e ao fazê-lo, realizam no mundo fenomenal, tendencialmente, uma negação da lei originária que já estava implícita no conceito. Tal é o movimento que conduz ao crédito, ao capital financeiro (fusão das formas juros e lucro empresarial), à capitalização fictícia; aspectos esses que formam o estudo lógico-histórico da concorrência, compatível com a concepção dinâmica proposta. No capital por ações, fica enunciado o embrião do pleno movimento do capital.

"O influxo de uns capitais individuais sobre os outros se origina precisamente em que têm de comportar-se como capital; a ação aparentemente autônoma dos indivíduos e suas colisões não sujeitas a regras, são precisamente a exposição de sua lei geral. O mercado adquire aqui outro significado mais. A ação recíproca dos capitais enquanto entidades individuais se converte precisamente no por-se dos mesmos como gerais (grifo nosso) e na supressão da independência aparente e a não menos aparente existência autônoma dos indivíduos. Esta supressão tem lugar, ainda mais nitidamente, no crédito. E a forma extrema em que ocorre a supressão, que é por sua vez, entretanto o colocar-se extremo do capital na sua forma que lhe é adequada, é o capital por ações".⁽⁴⁵⁾

A lei fundamental da concorrência está em que os capitais individuais põem-se como gerais. "O inerente à natureza do capital é posto desde fora como necessidade externa, pela concorrência, que não é outra coisa senão que os muitos capitais se impõem, entre si e a si mesmos, as determinações imanentes do capital"⁽⁴⁶⁾ E aqui é necessário mais uma vez consciência de que na categoria capital em geral não está a oposição pensamento/realidade (ver pg. atrás). As leis imanentes da produção capitalista estão, portanto, neste conceito de capital e é a livre concorrência que as impõe aos capitalistas como leis coativas externas. Imanentes do capital como coisa social (redução do concreto ao abstrato, reprodução, pelo pensamento, da operação realizada pela ação recíproca dos capitais e de cada capital consigo mesmo). Por leis imanentes deve-se compreender" ... que já têm o objeto de si ou ainda que são leis estruturais do próprio objeto e não leis empíricas deste mesmo objeto, nem leis relacionadas artificialmente de outro objeto com este"⁽⁴⁷⁾. Isto é, considerar a dinâmica e a concorrência desde os capitais particulares, desde as formas de mercados, para fins de uma teoria da dinâmica capitalista, é inadequado, é resvalar para o empiricismo. Neste caso, a concorrência é tomada como constitutiva da dinâmica real; logo, pensa-se que há uma distinção abstrato/real.

O conjunto de argumentos confirma a definição da seguinte posição para a concorrência

"A concorrência, em suma, este motor essencial da economia burguesa, não estabelece as leis desta, senão que é sua executora. Portanto, a illimited competition não é o pressuposto da verdade das leis econômicas, mas a consequência; a forma de manifestação na qual se realiza sua necessidade. Para os economistas, dar por suposto — como o faz Ricardo — que existe a illimited competition é dar por supostas a realidade e a realização plena das relações de produção burguesas em sua differentia specifica. Conseqüentemente a concorrência não explica estas leis, senão que as deixa ver; logo, não as produz".⁽⁴⁸⁾

Afastado o empiricismo e compreendido as leis básicas da dinâmica já estão no próprio conceito de capital em geral. Cabe indagar sobre o papel analítico da questão da concorrência para uma teoria da dinâmica, uma vez que a demonstração anterior não exclui a concorrência de toda e qualquer cogitação. São necessárias mediações lógico-históricas articuladas àquelas leis.

É pertinente partir da lei fundamental da concorrência: os capitais individuais põem-se como gerais. Já fica explícito que há uma hierarquização de leis. As da concorrência têm a ver com a problemática da interversão. Tratem-se do papel lógico-histórico que a livre concorrência ocupa na teoria da valorização do capital (tal como exposta em O Capital). Daí extrairemos a forma correta de desdobrar o estudo da concorrência e de como inseri-la na teoria da dinâmica.

A hipótese central é: a categoria capital em geral faz a mediação da essência da forma valor aos preços capitalistas; faz a mediação dos capitais individuais à dinâmica do capital social em conjunto, no âmbito da problemática da reprodução enquanto entrelaçamento de capitais; é também a determinação essencial da forma que assumirão os capitais como capitais centralizados, autonomizados para a valorização financeira geral (síntese das formas de valoriza-

ção) e para a capitalização fictícia.

Consideremos até que ponto isto está desenvolvido no capital e detectemos quais lacunas e equívocos persistiram na formulação de Marx que requereram e continuam a requerer novo trabalho, tal a sua força (ainda) como um pensador "contemporâneo".

Neste ponto, privilegio como elemento de pesquisa e reflexão o texto de Roger Establet por ser este, a meu juízo, que de forma mais rigorosa e coerente (com o método) enfoca o papel da concorrência em O Capital. Isto não significa uma concordância plena com as teses de Establet, mas privilegiá-lo para uma discussão crítica.

A tese central deste autor é que Marx, a partir do estudo da reprodução no Livro II, e, em seguida, no Livro III opera uma mudança de objeto: passa do estado de "uma fração do capital social dotada de autonomia" para aquele referente ao "entrelaçamento" dos capitais — o estudo do capital social considerado como um todo. Até aquele ponto (seção 3ª do Livro II, haveria, desde o Livro I, um campo teórico não elaborado: a concorrência.⁽⁴⁹⁾

De fato, nos Livro I e (parte) do Livro XCIX, Marx se dedicou ao estudo dos processos capitalistas de produção e circulação, fazendo-o sempre a partir de um capital individual — a dinâmica de uma parte substantivada do capital social.⁽⁵⁰⁾ Neste contexto (como já nos Grundrisse) enfatizava que a livre concorrência é uma propriedade do capital, natureza interna, que se apresentava aos capitalistas como "leis coativas externas". Embarcar nesta ilusão, inversão, seria acreditar que a concorrência poria as leis da economia, quando na verdade elas estão postas como imanentes ao capital, e a concorrência é uma tendência interna deste cuja aparência é a de necessidade exterior. Assim, para compreender o capital como valor progressivo, a produção de mais-valia, a conversão desta em capital, a acumulação capitalista (sua lei geral) e a circulação do capital, fazia-se necessário apenas registrar a concorrência como necessidade exterior e deter-se nas propriedades do capital, entre

as quais se encontrava a própria livre concorrência.

Por isso tem razão Establet

"... desde o ponto de vista do capitalista individual, as leis imanentes aparecem como leis coativas externas, sob as formas de leis da concorrência. Quando o capitalista invoca a concorrência, baseando-se nas mesmas leis de Marx, mas dando-lhes a forma de necessidade externa, não pode reconhecer seu verdadeiro significado (e nem o economista, permita-se-nos acrescentar). A concorrência é portanto o enunciado de uma ilusão, quer dizer, da forma enganosa que toma a estrutura em lugar del que alli ocupa uma posição determinada."⁽⁵¹⁾

Trata-se de colocar a análise das leis da concorrência no seu devido lugar, hierarquizado, para que a determinação da dinâmica se faça adequadamente ao conceito de capital como sujeito do processo. Desta perspectiva, "as leis coativas externas não são somente outro nome, o nome ideológico, das leis imanentes elaboradas nos livros I e II, são também o nome provisório de um certo conjunto de leis necessárias na elaboração das leis imanentes dos Livros I e II e que entretanto não podem receber nos livros I e II outra qualificação diferente que as que elas têm no discurso ideológico".⁽⁵²⁾

Na elaboração das leis de dinâmica de "uma fração de capital social dotada de autonomia" verifica-se o que Establet denomina de redução decisiva do conceito de concorrência (nos livros I e II); porém, isto não significa o seu desaparecimento teórico, mas sim o fato de que ele é "o enunciado ideológico de um conjunto de determinações efetivas que já que transformar em problema para dotar O Capital de seu objeto teórico sob uma forma integral"⁽⁵³⁾

Há que compreender pois quais os limites que as leis imanentes do processo de trabalho capitalista – como processo de valo-

rização do capital – impõem ao tratamento da concorrência: "1º – A concorrência não designa o conjunto dos conceitos necessários para construir esta estrutura; 2) A concorrência não designa nem a relação entre circulação e produção, nem, no interior desta relação, a pretendida dominante das leis da circulação como "leis de mercado", nem ainda, invertendo esta relação de dominação, a eficácia relativa das leis da circulação sobre as leis da produção".⁽⁵⁴⁾

Isto posto, o autor diz que a concorrência deve receber "um novo lugar de formulação" com relação ao que serve ordinariamente para construí-lo (a circulação, as leis do mercado) e conseqüentemente, abandonar a função de explicação global que, desde o centro deste lugar, recebe no discurso ideológico ordinário ... eis aqui este lugar novo que vai permitir transformar o conceito ideológico de concorrência num objeto teórico novo: que designa a palavra concorrência é precisamente o conjunto das leis que regem a coexistência dos processos de produção capitalista".⁽⁵⁵⁾

A passagem portanto para o Livro III destina-se exatamente a liquidar "a ilusão da concorrência"⁽⁵⁶⁾ realizando a elaboração científica de suas leis, metodologicamente consistente com as leis imanes do capital. Ou seja, não se trata de que, agora, as leis da concorrência estabeleçam a dinâmica real (recaindo na falsa oposição pensamento/realidade), mas sim completar as determinações ao nível da realidade efetiva sem perder as abstrações (reais) mais altas – uma delas, fundamental, a de capital em geral.

A "ponte" é "A reprodução e circulação do capital social conjunto" – seção 3ª do Livro II. Referindo-se ao Livro II. Referindo-se ao Livro II, Marx faz as seguintes observações que, corretamente, Establet propõe estender para o Livro I "... tanto na seção primeira como na segunda, se tratava sempre de um capital individual, da dinâmica de uma parte substantivada do capital social. Entretanto, os ciclos dos capitais individuais se entrelaçam uns com os outros, se pressupõem e se condicionam mutuamente, e este entrelaçamento é precisamente o que forma a dinâmica do capital social em conjunto"⁽⁵⁷⁾ Antes desta passagem, Marx esclarecera – "... cada capital por si mesmo não é mais que uma fração substantivada, dotada, di-

gamos, assim, de vida individual, do capital social em conjunto, do mesmo modo que cada capitalista por si não é mais que um elemento individual da classe capitalista. A dinâmica do capital social se acha formada pela totalidade dos movimentos de suas frações substantivadas, das rotações dos capitais individuais".

Na seção 1ª do Livro III, Marx comenta a relação deste com os dois primeiros e fica evidente o seu procedimento por abstrações transitórias pelo qual a observação da superfície da sociedade não se destina a opor categoria/realidade, mas ao contrário, demonstrar como a realidade efetiva produz ela mesma as abstrações (reais), captadas pelo pensamento, desde as quais é possível reproduzir um concreto pensado. Uma redução do concreto ao abstrato (real) e deste ao concreto pensado, com o que, na observação da superfície da sociedade, mantem-se, pela teoria, as determinações devidamente hierarquizadas. Para o que nos interessa: o caminho da teorização da concorrência é qualificado, os fenômenos desta apreendidos, sem que as leis imanentes (do capital) se percam, insistindo, na contraposição pensamento/realidade.

É relevante, por inteiro, o esclarecimento que faz Marx:

"No Livro I investigaram-se os fenômenos que oferece o processo de produção capitalista considerado em si mesmo, como processo direto de produção, prescindindo no momento de todas as influências secundárias provenientes de causas estranhas a ele. Mas este processo direto de produção não preenche toda a órbita de vida do capital. No mundo da realidade aparece completado pelo processo de circulação, sobre o qual versaram as investigações do Livro II. Nesta parte da obra, sobretudo na seção terceira (grifonosso), ao examinar o processo de circulação, como mediador do processo social de reprodução, vimos que o processo capitalista considerado em seu conjunto representa a unidade do processo de produção e do processo de circulação. Aqui, no Livro III, não se trata de formular reflexões gerais acerca desta unidade, mas, ao contrário, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital, con-

siderado como um todo. Em seu movimento real, os capitais se enfrentam sob estas formas concretas, nas quais tanto o perfil do capital no processo direto de produção como seu perfil no processo de circulação não são mais que momentos específicos e determinados. As manifestações do capital, tal como se desenvolvem neste livro, vão aproximando-se, pois, gradualmente à forma sob a qual se apresentam na superfície mesma da sociedade através da ação mútua dos diversos capitais, através da concorrência, e tal como se refletem na consciência habitual dos agentes da produção". (58)

Sinteticamente, as determinações que surgem dizem respeito à conversão da mais-valia (e taxa) em lucro (e taxa); à formação da taxa geral de lucro; à lei de tendência da taxa de lucro; ao capital comercial, ao desdobramento do lucro em juros, lucro empresarial e renda da terra; à capitalização fictícia; às origens das rendas, onde se destacam as considerações sobre a aparência da concorrência.

Este é o núcleo de questões a que deve referir-se o estudo da concorrência. Delé emergem novas leis, conectadas, pela lógica da contradição, com as leis imanentes do capital. No âmbito destas leis está a problemática da mediação via concorrência, com o que identificamos, já com o próprio Marx, o antídoto contra o dedutivismo mecanicista (desde as leis imanentes) como contra o empiricismo que desde o(s) mercado(s) pretendem construir a "realidade capitalista". Executando corretamente o projeto das mediações – lógico-históricas – pode-se complementar as leis para uma teoria da dinâmica. (59) Relembremos que a lei fundamental da concorrência enunciada nos Grundrisse é a de que os capitais individuais põem-se como gerais. Pois bem, reconheçamos que isto de um certo modo sintetiza o núcleo de questões mencionadas há pouco. A presença do capital em geral na ação recíproca das capitais revela-nos o sentido da mediação; desta percepção teórica devemos desdobrar as questões pertinentes para o nível dinâmico de reprodução/concorrência.

De fato a coexistência dos capitais está posta pela reprodução e pela concorrência. Mostrada, pela análise da reprodução glo-

bal, a possibilidade de existência do regime de produção capitalista, Marx trata da distribuição da mais-valia pela ação recíproca dos capitais⁽⁶⁰⁾, pela concorrência. É com este propósito que é discutida a formação da taxa geral de lucro⁽⁶¹⁾ que é uma imposição do capital relacionando-se consigo mesmo, através de outro capital; apresenta-se a pluralidade. Os preços relativos são uma decorrência disto; e na formulação destes é evidente a insuficiência de Marx que fez "rolar" tanta tinta e papel para a transformação dos valores em preços de produção. Mas, é importante, aqui, não esquecer que desde muito antes já estava posta a posição negada do valor no capitalismo. Ademais, pela concorrência, os capitais porem-se como gerais (compreendida toda a significação de capital em geral, conforme discutimos), postula algo mais do que a distribuição da mais-valia. Então, permanece como questão para reflexão a formação dos preços capitalistas (sua relação com a forma essencial valor), seu papel na teoria da dinâmica.

Entretanto, o capital como valor progressivo, as propriedades do capital em geral, os desdobramentos do lucro, conduziram Marx a discutir, no âmbito da concorrência, os problemas relativos ao crédito, ao capital por ações, à capitalização fictícia. Daí o surgimento do complexo debate em torno da categoria de capital financeiro, inaugurado por Hilffending, e que implica uma mediação lógico-histórica, atrelada à concorrência, à formação da taxa geral de lucro, à formação dos preços capitalistas, às repercussões dinâmicas. Esta é outra questão relevante, na senda de Marx, sobre a concorrência, a merecer "novo trabalho" teórico. A autonomização financeiro-monetária dos capitais pondo-se como gerais é o problema da mediação da concorrência.

Relacionada ao anterior está a lei de centralização dos capitais constitutiva de algo que se poderia denominar de capitais centralizados, denominação abstrata, em cuja lógica de movimento estaria a determinação do capital financeiro, e cuja emergência histórica estaria relacionada com o posicionamento dos capitais individuais como capital em geral na concorrência.

Partindo das propriedades do capital, Marx via como a execução da concorrência implicava no mercado mundial. A internaciona-

lização do capital como conteúdo do estudo da concorrência, suas implicações dinâmicas, a interação das dinâmicas dos diversos capitalismos nacionais, as relações de dominação/subordinação, consequências para as dinâmicas de industrialização.

O conjunto de questões mencionadas aponta para uma mediação histórica importante no estudo da concorrência: as articulações entre os capitais industrial, bancário e mercantil implicam formas diferenciadas, entre os distintos capitalismos, de centralizar os capitais, de forjar o capital financeiro, de competir internacionalmente; e compõem um nível a considerar para a completa determinação de suas dinâmicas.

Todos estes desdobramentos são portanto mediações lógico-históricas para a compreensão da livre concorrência como propriedade interna do capital e, ao mesmo tempo, indicam uma contradição existente no próprio conceito de capital que é a que corresponde à gestação da monopolização como o contrário da livre concorrência.

Em seguida, trataremos dessa oposição para qualificar, no plano teórico geral, o processo de monopolização, como o que corresponde ao desenvolvimento pleno do capitalismo, e como um processo ligado às leis imanentes do capital e à execução destas, pela concorrência, conformando leis complementares.

NOTAS - PARTE II - CAPÍTULO 1

- (1) Ver a seguir, os segmentos sobre o capital como autonomização do valor e sobre o capital em geral.
- (2) Tavares, Maria da Conceição - "Ciclo e Crise", Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da UFRS, concurso de Professor Titular. Mineo. Rio de Janeiro, 1978. Ver Capítulo II.
- (3) Belluzzo, L.G.M. - Valor e capitalismo, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, p.83.
- (4) Fausto, Ruy - Marx - Lógica & Política, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983, p.98.
- (5) Idem, *ibidem*, p.123.
- (6) Idem, p.98. Atentar Para comentário sobre mercadoria e dinheiro,
- (7) Idem, *ibidem*, p.100.
- (8) Idem, *ibidem*, p.92.
- (9) O tema da interversão merece algumas observações para esclarecer a natureza da diferença entre o discurso dialético e os discursos do entendimento. Estes, segundo Ruy Fausto "... oscilam entre a afirmação - a posição plena - dos princípios primeiros e sua negociação abstrata, e que por isso mesmo não escapam à má dialética da interversão (quando eles não se refugiam na "tautologia")... ". Já o pensamento dialético"... suprime esses princípios - os nega e os afirma ao mesmo tempo - o que lhe permite evitar a interversão sem se refugiar na "tautologia"."

A supressão dos princípios primeiros permite dominar a contra-

dição. Isto pode ser visto quando o pensamento dialético demonstra que, no capitalismo, o homem se interverte em não-homem (o homem é de fato o operário, o capitalista...), a liberdade em não-liberdade (a liberdade burguesa é liberdade do capital), a propriedade em não-propriedade (a propriedade privada burguesa é menos propriedade do indivíduo sobre o capital do que propriedade do capital sobre ele mesmo). Ver Ruy Fausto, *op.cit.*, pp.46,47.

É desta forma que o pensamento dialético se deixa interverter, enquanto o não-dialético bloqueia a interverção. O exemplo lembrado por Ruy Fausto é o de Ricardo e a economia clássica em geral, "... incapaz de ultrapassar o limiar dialético da interversão de lei de apropriação." Exatamente nesta incapacidade reside a incompreensão da origem do lucro capitalista e as limitações da teoria do valor-trabalho tanto em Adam Smith como em Ricardo.

Arremata Ruy Fausto: "Assim, a dialética que aparecia inicialmente como o pensamento da supressão - supressão cuja função era exatamente a de impedir a interversão-se apresenta agora como o discurso da "interversão"... "aceita a interversão, para não cristalizar como positivo o que contém o negativo".

Questões cruciais da dinâmica capitalista tais como a antinomia expansão/crise na tendência da estrutura requerem a interverção desta lógica que é a compatível com a temporalidade lógica-histórica: "Quando se trata da apresentação da estrutura (econômica) do capitalismo - estrutura que contém momentos ou estratos contraditórios - o pensamento dialético não aparece mais suprimindo para não cair na interversão, mas ao contrário, como o pensamento que dá livre curso à interversão, que se deixa levar por ela". Ver Ruy Fausto, *op.cit.* pp.55/56.

(10) Idem, *ibidem*, p.48.

(11) Idem, *ibidem*, p.100,101

(12) Belluzzo, L.G.M., *op.cit.*, p.87.

- (13) Idem. ibidem, p.87
- (14) Idem, ibidem, p.89. Atentar para lei da mais-valia.
- (15) Idem, ibidem, p.131.
- (16) Marx, Karl - Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina Ed. S.A., 1971, vol.I, p.190.
- (17) Idem, ibidem, p.189.
- (18) Idem, ibidem, p.199.
- (19) Idem, ibidem, p.199.
- (20) Idem, ibidem, p.100.
- (21) Marx, Karl - op.cit, Vol.II, p.4.
- (22) Marx, Karl - op.cit, Vol.I, p. 201.
- (23) Idem, ibidem, p.203.
- (24) Idem, ibidem, pp.197/203.
- (25) Idem, ibidem, p.206.
- (26) Idem, ibidem, p.251.
- (27) MARX, Karl - El capital, Mexico-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2964, Vol. I, p.107.
- (28) Idem, ibidem, p.p.109/110.
- (29) Idem, ibidem, p.215
- (30) Idem, ibidem, p.110.

- (31) Idem, ibidem, p.111
- (32) Tavares, Maria da Conceição. op.cit. pp.50,58/63.
- (33) Marx, Karl - Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Vol.I, p.409-
- (34) Idem, ibidem, pp.409/410.
- (35) Fausto, R. - op.cit., p.96.
- (36) Tavares, Maria da Conceição - Ciclo e Crise, pp.15-16. - "Por grau de monopolização não me refiro apenas aos coeficientes de concentração técnica, econômica, e financeira existentes num determinado mercado. Entendo, sobretudo, o poder de controle das grandes empresas, como blocos de Capital Global, exercido a partir de uma dada estrutura produtiva".
- (37) Ver passagens sobre o fato de que todo limite se apresenta ao capital como uma barreira a superar, e sobre a tendência a comportar-se (o capital) frente a todo limite à sua valorização como frente a uma barreira. Ver Karl Marx, Elementos fundamentales... pp. 359, 376 Tomo I.
- (38) Mazzucchelli, F. - op.cit. ver o item "A passagem da Concorrência".
- (39) Marx, K. - op.cit., Vol.I, 366p.
- (40) Idem, ibidem, 366p.
- (41) Idem, ibidem, Vol.III, p.167.
- (42) Idem, ibidem, p.168.
- (43) Idem, ibidem, pp.167/168.
- (44) Idem, ibidem, p.168.

- (45) Idem, ibidem, pp.175/176. Estas citações compõem texto em sequência.
- (46) Idem, ibidem, p.168.
- (47) Establet, Roger - Presentación del Plan de "El Capital" - in Lectura de el capital, Ranciére, Machery & Establet, Colombia, Edição Conjunta la oveja Negra y Zeta, 1971. p.248.
- (48) Marx, K. op.cit., Vol.II, p.45.
- (49) Establet,R - op.cit., p.241 e segs.
- (50) Marx, K - El capital, op.cit. Vol.II, pp.314,316.
- (51) Establet, R. - op.cit. p.248.
- (52) Idem, ibidem, p.249.
- (53) Idem, ibidem, p.251.
- (54) Idem, ibidem, pp.251,252.
- (55) Idem, ibidem, p.252.
- (56) Idem, ibidem, p.253.
- (57) Marx, K., El Capital, op.cit. Vol.II, p.316.
- (58) Idem, Vol.III, p.45.
- (59) Segundo Establet (op.cit., p.246):

"Evidentemente Marx não faz a teoria do "todo", do "Entrelaçamento", do "capital considerado como um todo", pelo prazer de agregar a seus estudos anteriores a "dimensão" da totalidade. A necessidade de novas leis não pode fundar-se senão sobre a insuficiência das antigas, não para esgotar o processo real,

mas para fazer o completo das leis" - Sobre as formas autôno-
mas, ver El Capital, Vol.III, pp.788/789.

(60) Ver, Marx, K., - El Capital, Vol.I, p.474.

(61) Tavares, M. Conceição - op.cit., cap.2.

Napoleoni, Claudio - Lecciones sobre el capítulo sexto (inédi-
to) de Marx, Mexico, Ed.ERA, 1976, Ver particularmente Lección
14 - La cuota de Ganancia.

PARTE II - CAPÍTULO 2

MONOPÓLIO E CAPITAL FINANCEIRO:
A ILUSÃO DO PODER DE REGULAÇÃO

A monopolização é característica do amplo desenvolvimento das propriedades do capital ao ponto de verificar-se, simultaneamente, um movimento de negação daquelas propriedades.

Nesse capítulo, trataremos, inicialmente, da oposição entre a livre concorrência e o monopólio (do capital) procurando um esclarecimento à luz das leis imanentes do capital. Assim procedendo tornar-se-á possível evitar o equívoco que decorre da atribuição de um evolucionismo à concorrência, como também aquele que decorre do entendimento do monopólio (ou dos oligopólios) subsumido na noção de forma de mercado. É no tratamento da mencionada oposição que se torna possível resgatar as alterações de dinâmica que a história registra ao longo do processo de monopolização.

Num segundo momento, desse capítulo, trata-se dos desdobramentos dinâmicos daquela oposição a partir da lógica do capital financeiro. Nesse procedimento, fica evidente o complemento de determinações - via mediações lógico-históricas - que a análise da concorrência requer, uma vez que ela tenha sido apreendida como algo para si (ver Capítulo 1 da Parte II). desde o conceito de capital em geral. No fundamental, tenta-se decifrar qual o enredo do capital financeiro e as tendências críticas que ele desenvolve.

2.1 - MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL E LIVRE CONCORRÊNCIA - UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

O processo de monopolização é considerado aqui desde a perspectiva lógico-histórica. Isso significa apreendê-lo desde as leis imanentes do capital, em simultâneo às determinações das leis da concorrência e apontar as necessárias mediações históricas. Essas, evidentemente, não podem ser desenvolvidas amplamente, no âmbito desse trabalho, devendo se tratadas parcialmente e indicada sua pertinência e posição metodológica. Os traços comuns, entretanto, estarão posicionados através da consideração da monopolização, como conteúdo para periodização do desenvolvimento capitalista (de sua dinâmica) e portanto, como categoria historicamente determinada.

Coerentemente com toda a argumentação do item anterior, o conceito de monopolização está no plano do capital - dos capitais individuais em ação recíproca, do capital em geral; isto é um movimento - e não análise da empresa ou das formas de mercado, embora essas devam ser consideradas como micrologias úteis para uma incorporação teórica, desde que não conduzam a uma inversão de determinações, ao empirismo etc.

O monopólio do capital ⁽¹⁾ desde essa perspectiva engloba duplo significado. É monopólio de classe, dos proprietários dos meios de produção frente aos não-proprietários desses meios. É centralização de capitais, capitalização monopolista.

A temporalidade lógico-histórica desse conceito, em seus termos gerais, isto é, em seus traços comuns relativos aos distintos capitalismo nacionais (para cuja consideração seria necessário aprofundar mediações) é explícita na formulação de Marx acerca da "Tendência histórica da acumulação capitalista". ⁽²⁾

Nesse texto, após referir-se aos métodos de acumulação originária do capital, que põem os meios de produção como monopó-

lio de classe, Marx trata de explicitar o processo da lei de centralização dos capitais:

"Uma vez que este processo de transformação corrói suficientemente, em profundidade e em extensão, a sociedade antiga, uma vez que os trabalhadores se convertem em proletários e suas condições de trabalho em capital; uma vez que o regime capitalista de produção se move já por seus próprios meios, o rumo ulterior da socialização do trabalho e da transformação da terra e demais meios de produção em meios de produção explorados socialmente, quer dizer, coletivos, e, portanto, a marcha ulterior da expropriação é levada a cabo pelo jogo das leis iminentes da própria produção capitalista, a centralização dos capitais. Cada capitalista desloca a muitos outros. Paralelamente a essa centralização do capital ou expropriação de muitos capitalistas por uns poucos, desenvolve-se em escala cada vez maior a forma cooperativa do processo de trabalho, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração sistemática e organizada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis somente coletivamente, a economia de todos os meios de produção ao serem empregados como meios de produção de um trabalho combinado, social, a absorção de todos os países pela rede do mercado mundial e, como consequência disso, o caráter internacional do regime capitalista. Conforme diminui progressivamente o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam esse processo de transformação cresce a massa de miséria... O monopólio do capital se converte em trava ao regime de produção que cresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que fazem incompatíveis com sua envoltura capitalista." (3)

Além do caráter de classe, pois, a monopolização, que está centrada na lei de centralização dos capitais, como lei ima-

nente do capital e de expropriação dos capitais uns frente aos outros, contém o devir, - implicando um movimento de negação do regime de produção. É uma lei de expropriação específica da forma capitalista, de cunho estritamente econômico, e que redundando em outras condicionalidades para a dinâmica. A monopolização é um processo do capital como sujeito - movimento - com sua temporalidade lógico-histórica apropriada à lógica da contradição que lhe é pertinente.

É por isso que a mencionada tendência histórica é assim formulada em seus termos gerais:

"O sistema de apropriação capitalista que brota do regime capitalista de produção e, portanto, a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no próprio trabalho. Mas a produção capitalista engendra, com a força inexorável de um processo natural, sua primeira negação. É a negação da negação. Essa não restaura a propriedade privada já destruída, mas uma propriedade individual que recolhe os progressos da era capitalista: uma propriedade individual baseada na cooperação e na posse coletiva da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

A transformação da propriedade privada dispersa e baseada no trabalho pessoal do indivíduo em propriedade privada capitalista foi, naturalmente, um processo muitíssimo mais lento, mais duro e mais difícil, do que será a transformação da propriedade capitalista, que em realidade já se apoia sobre métodos sociais de produção, em propriedade social." (4)

A lei da centralização, que engendra a monopolização é, portanto, de alcance dinâmico-estrutural; é um processo de transformação (lógico-histórico) da propriedade capitalista em propriedade social, perpassado por condicionalidades ao nível da dinâmi-

ca econômica - barreiras ao regime de produção. É preciso considerar todo o peso do sentido dinâmico-estrutural: o problema vai além do aspecto formal da propriedade (nível jurídico, burocratização das funções empresariais etc) e alcança o âmago da forma de riqueza capitalista porque leva ao paroxismo o capital como unidade e contradição do processo de produção e o processo de valorização. (5)

Como considerar a monopolização face à livre concorrência? Para enunciar prontamente o problema: a livre concorrência converte-se em monopólio. O desenvolvimento da livre concorrência é o próprio desenvolvimento de um conjunto de propriedades do capital que, como valor progressivo, amplia a acumulação (conversão da mais-valia em capital) reprodução, eleva a composição orgânica (meio de elevar a produtividade social do trabalho para a valorização), concentra e centraliza os capitais, crescentemente põe os capitais como capital em geral.

Esse movimento produz, como síntese, capitais centralizados como capital em geral, isto é, dotados de pleno movimento para a valorização, nos vários mercados produtivos e financeiros, o que significa maximização de sua capacidade concorrencial, porém, ao mesmo tempo, isso significa monopolização desse poder, isto é, capitais existentes e outros por existir estão alijados dessa capacidade, o que implica uma das formas de negação da livre concorrência, o que se expressa tanto em cada capitalismo, como no plano da economia internacional.

Está posta, portanto, uma oposição: a livre concorrência como propriedade fundamental do regime capitalista de produção e a monopolização, que se desenvolveu a partir daquela, como negação de propriedades fundamentais do regime capitalista de produção.

Lenin, ainda que de modo apenas indicativo, foi o autor, após Marx, a colocar o problema. Considera-se, nesse momento, apenas aquela oposição, adiando a discussão do "monopólio como base do Imperialismo - fase superior ao capitalismo". Pois bem, quanto

ã formulação econômica (que acaba levando-o a essa última afirmação) o cerne é o seguinte:

"O que há de fundamental nesse processo (transformação do capitalismo em imperialismo capitalista) é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a propriedade fundamental do capitalismo e da produção de mercadorias em geral; o monopólio se acha em oposição direta com a livre concorrência"... (concentração industrial e bancária) mas "ao mesmo tempo, os monopólios, que se derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem sobre ela e ao lado dela, engendrando assim uma série de contradições, atritos e conflitos particularmente agudos." (6)

Ou seja, o desenvolvimento do capital expõe a contradição entre livre concorrência e monopólio; não é, unilinearmente, quer o evolucionismo da concorrência, quer a sua restrição. Trata-se da vigência dessa contradição na valorização dos capitais centralizados, com repercussões para a instabilidade e crise da economia em seu conjunto.

Poder-se-ia dizer que a concorrência também tem a sua temporalidade modificada com o processo de monopolização. A saber, em que momentos verifica-se uma extensão da concorrência e em quais verifica-se uma contenção da mesma; quais as consequências disso para o dinamismo da economia? (7)

O desenvolvimento das leis imanentes do regime capitalista de produção resulta num capitalismo plenamente desenvolvido, estrutura monopolista, no sentido do desenvolvimento pleno da dupla significação de monopólio do capital.

Admitido o percurso da lei de Centralização, qual o conteúdo de uma fração substantivada do capital social? Tal fração só pode ter significação, enquanto valor progressivo, como massa de

valor-capital que dotada de mobilidade tende a perpassar vários ramos, mercados e órbitas para valorizar-se, exercitando, de tal forma, seu poder de concorrência. Desse ponto de vista, cada fração de capital salta as barreiras dos mercados oligopolizados. Marx já colocara que o capital por ações é uma expressão do posicionamento do capital em geral. Mas isso requer uma discussão desdobrada, inclusive para explicitar de que forma esse movimento pode implicar em negação da livre concorrência, e enquanto contrapor-se ao que ela tem de positivo como unificadora do processo de produção e valorização, sob o capital.

É enfim a essa discussão, de valorização e concorrência, para dizê-lo sinteticamente, que passaremos a seguir, sob condições de monopolização. Faça-se o registro de que a admissão de condições de monopolização - característica do capitalismo contemporâneo - é feita com a consciência teórica de que as referidas condições são postas via resoluções históricas abertas pela crise capitalista ao final do Século XIX; bem como a combinação entre monopolização e presença estatal (amplamente reguladora) é fruto das resoluções no curso da crise dos anos 30, deste século.

2.2 - O ENREDO DO CAPITAL FINANCEIRO

A raiz da compreensão da dominância financeira, que caracteriza o capitalismo contemporâneo, está, logicamente, na discussão que empreendemos no Capítulo 1 desta parte II. Alií, registramos como a concorrência põe os capitais como capital em geral. Ou seja, é a própria lógica interna do capital, e a execução da concorrência que tornam real a abstração capital em geral, que é a essência do capital financeiro. A significação importante do capital financeiro está em que seu movimento é a forma totalmente desenvolvida do capital; é a forma pela qual os capitais se põem como capital em geral para a valorização. É a forma, por isso mesmo, que mais revela, como síntese, as contradições da realização da riqueza capitalista. É a realização plena do capital como coisa-movimento e o conceito ao qual se adequa ao cálculo capitalista e daí as determinações da dinâmica. É gestado pela lei de centralização dos capitais e ao mesmo tempo a promove. As modalidades de sua existência em cada capitalismo são determinações da concorrência que afetam as respectivas dinâmicas nacionais e a dinâmica internacional.

Desdobremos os argumentos necessários a essa demonstração, de modo sintético e direto aos pontos. A premissa fundamental é a de que o dinheiro funcione como capital. A conversão da mais-valia em capital, recorrente, dada a natureza desse como valor progressivo; a autodeterminação do capital, apresentando-se como ação recíproca dos capitais entre si (concorrência), são forças que empreendem, na história do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas; elevação da produtividade social do trabalho ao lado da crescente divisão técnica e social deste; para tanto, elevação da composição orgânica do capital que implica escalas crescentes de produção; concentração e centralização dos capitais, impulsionadas não só por esse caráter progressivo, intrínseco à valorização, como também pelas desvalorizações (de capitais) que culminam nas crises; desenvolvimento ampliado dos mecanismos financeiros próprios da economia mercantil capitalista, indispensáveis ao

processo técnico-econômico de valorização, consubstanciados num diversificado sistema de crédito, que agiliza a valorização e desenvolve ao máximo a potência do capitalismo como regime de produção.

Pois é no âmbito do financeiro-creditício que estão condensadas as características do capital como valor progressivo. A questão pode ser resumida dizendo-se que é ali onde o capital converte-se verdadeiramente em mercadoria. No processo de circulação, seja como capital-mercadoria, seja como capital-dinheiro, o capital, em realidade, funciona como mercadoria e como dinheiro, ainda que se diferencie da simples mercadoria e apresente-se como meio de compra dos elementos da produção.⁽⁸⁾ É no processo de produção - gerando mais-valia - que o capital existe como tal. Porém, cabe perguntar sob que forma o capital é verdadeiramente síntese de dinheiro e mercadoria? Ou seja, o caráter monetário da produção capitalista está em que o dinheiro aparece como uma forma de capital (capital-dinheiro) que condiciona o movimento do conjunto do capital (D-M-D'). Porém, a autonomização do dinheiro como capital, dá-se quando o dinheiro é convertido em mercadoria como capital. Ser o capital mercadoria, significa que ele é posto em circulação como tal capital dotado do valor de uso de criar mais-valia, engendrar lucro em geral.⁽⁹⁾ Isso verifica-se com o capital-dinheiro de empréstimo, como capital a juros; cria-se assim uma circulação do capital como tal capital, como mercadoria. É justamente quando o capital se converte em mercadoria - como capital a juros - que se revela a determinação do capital (como mercadoria) como meio de apropriação - sem mediação da produção - de trabalho abstrato.⁽¹⁰⁾ Forma mais geral e mais abstrata de realização de riqueza capitalista. Sendo o dinheiro a mercadoria geral, valor de troca em geral, impõe-se à produção o objetivo monetário e a circulação é unicamente monetária. Entretanto, a circulação do capital como mercadoria (de empréstimo), relação de valorização imediate do capital consigo mesmo, constitui uma problemática financeiro-monetária (na não compreensão disso, diga-se de passagem, está a raiz dos equívocos da determinação monetarista).

Aquela problemática condiciona o cálculo capitalista por razões profundas, que marcam a instabilidade capitalista e gestam uma temporalidade cujo conteúdo são as expectativas. ⁽¹¹⁾ Pode-se por o problema dessa forma - "o capital a juros é o capital como propriedade frente ao capital como função". ⁽¹²⁾ Os juros e o lucro empresarial têm conexão com a mais-valia, por ser essa a substância social da valorização do valor. Todo capital se distingue em juros e lucro líquido (empresarial). Há que pensar, portanto, numa categoria como Lucro Geral que se desdobra naquelas formas. Marx referiu-se a elas como duas categorias distintas do lucro, que tem relações distintas com o capital e em relação com determinações distintas do capital. ⁽¹³⁾ O lucro do empresário como a forma anti-tética dos juros. E o termo antagônico ao capital a juros, enquanto tal, não é o trabalho assalariado, mas sim o capital industrial ou comercial. ⁽¹⁴⁾ Ademais, todo o capital global da sociedade e a classe capitalista em seu conjunto estão submetidos à essa divisão qualitativa. ⁽¹⁵⁾

Assim, a divisão está em cada fração do capital global como está (reproduzida) no seio da classe capitalista - capitalista industrial, capitalista do dinheiro. Assim, já está determinado que o cálculo correspondente a cada capital, para a valorização, se dê, simultaneamente, tanto como capital ativo quanto como capital a juros. A concorrência impulsiona esse cálculo. As modalidades de capital - industrial, comercial, bancário - exprimem também a concorrência por valorizar-se duplamente e nisso, passam umas nas outras, no sentido de que cada qual ver valer-se da possibilidade de valorização que a outra oferece. Isso, orientado por um cálculo financeiro global em busca de realizar o lucro geral.

Para tanto, dá-se como um processo natural que cada fração de capital - qualquer que seja a modalidade a que esteja originariamente vinculada mova-se no sentido de acumular massa de valor cuja magnitude permita-lhe operar segundo aquele cálculo financeiro global.

É esse o sentido lógico essencial de capital financeiro.

Emerge da ação recíproca dos capitais (em concorrência) pondo-se como capital em geral. É o resultado mais expressivo da significação da concorrência: tendência interna como necessidade exterior. É o capital a juros e é o capital em função simultaneamente e, por isso, é, logicamente, uma terceira entidade. É a síntese maior do capital como unidade e contradição do processo de produção e de valorização. Ao potencializar os mecanismos financeiro-creditícios realiza um desdobramento do capital a juros. É o desenvolvimento das possibilidades de valorização fictícia que já estavam dadas pelo capital a juros: multiplicação financeiro-contábil de um dado capital real. É o comando - seja diretamente, seja como propriedade jurídica que viabiliza a apropriação - sobre os vários mercados existentes, bem como sobre a criação dos "novos mercados". No capital a juros - a despeito da possibilidade de formação de capital fictício - o estabelecimento do limite de sua autonomização está logicamente assentado na valorização do capital produtivo. ⁽¹⁶⁾ No capital financeiro - enquanto conceito que reproduz as instituições que o efetivam - é como se o estabelecimento de tal limite estivesse logicamente suplantado. O limite é a sanção estatal e, na ausência desta, a falência das instituições financeiras em seu conjunto. O movimento do capital financeiro, assim, origina a regulação financeiro-monetária por parte do Estado capitalista ao mesmo tempo em que condiciona essa regulação e a enreda no seu processo, daí ser essa regulação uma contradição em termos. ⁽¹⁷⁾ As instituições que tornam visível o capital financeiro, criam múltiplas formas de existência para o dinheiro - os ativos financeiros - e sua interação com a dívida pública é a maior expressão do enredo mencionado, com o que problematizam-se as políticas fiscal, monetária e financeira. O capital financeiro, portanto, traz em si a oposição máxima entre riqueza capitalista e riqueza social, ao tempo em que socializa o capital, porque, entre outras razões, comanda a centralização creditícia.

O capital financeiro se constitui naquelas frações onde as massas de valor acumulam uma magnitude tal que sua quantidade permite uma mudança qualitativa no processo de valorização. Esse executa-se não apenas nos setores/modalidades originárias, mas,

generalizadamente, pondo-se efetivamente como capital em geral.

As interações entre capital a juros/crédito e concentração/centralização, enlaçadas pelo processo do capital e pela concorrência que lhe é inerente, forjam os capitais centralizados que executam a lógica de valorização do capital financeiro. Explicitemos sinteticamente essas interações.

Já registramos como, na produção, o processo do capital como valor progressivo impulsiona o progresso técnico, com o que o movimento técnico-econômico implica o requerimento de aglutinação de massas crescentes de capital. Se considerarmos como a ação recíproca dos capitais - a concorrência - executa esse processo, constataremos as transformações que sofrem as empresas e os mercados produtivos. A ação combinada de acumulação de lucros/requisitos da evolução tecnológica/disputa por participação em cada mercado, produz a oligopolização da estrutura produtiva da qual só podem participar, diversificada e rentavelmente, as empresas que comandam grandes magnitudes de capital, ao mesmo tempo em que o impulso por ampliar a acumulação interna de lucros é móvel da oligopolização. Entretanto, o que a análise da concorrência nessa estrutura oligopolizada demonstra é que as empresas oligopolistas não cabem nos mercados, nas indústrias, dos quais elas são causa e efeito simultaneamente.⁽¹⁸⁾ Seu destino - por força da mencionada ação combinada - é ir além de seu locus originário de acumulação de lucros. Portanto, a própria dinâmica de acumulação e concorrência, em cada mercado industrial, ao produzir a oligopolização, faz com que a circulação do capital industrial sob comando da empresa oligopolista redunde numa acumulação de capital-dinheiro destinado a desdobrar-se noutros mercados, como capital industrial ou como capital-dinheiro de empréstimo.

É da lei geral da acumulação capitalista ser o crédito um auxiliar da acumulação e arma da concorrência e da centralização de capitais, acelerando a oligopolização dos mercados; possibilitar o financiamento articulado às necessidades temporais distintas dos distintos capitais. A existência do sistema de crédito

é a própria possibilidade do sistema capitalista reproduzir-se. A oligopolização dos mercados, que eleva os requerimentos de capital por parte das empresas produtivas, deve corresponder uma capacidade análoga do sistema bancário em mobilizar capital monetário em magnitude e em tempos compatíveis. Dessa forma, grandes indústrias e grandes bancos reforçam-se mutuamente como fenômenos da produção em larga escala.

Sendo o crédito o mecanismo pelo qual se cria poder aquisitivo adicional, ele é estratégico para os empreendimentos capitalistas, especialmente aqueles que trazem em seu bojo inovações tecnológicas e, portanto, riscos e rentabilidades igualmente ampliados. Pois é esse mecanismo que vem a ser centralizado pelos grandes capitais. Pelo crédito, as empresas podem dispor do capital social além de seu capital próprio e, assim, distender ainda mais as escalas de produção e o acesso a vários mercados. Os capitais individuais enquanto tal, estão alijados do dinamismo capitalista, da liderança técnico-econômica. Nas sociedades anônimas, apontava Marx, "o capital... adquire assim diretamente a forma de capital da sociedade (capital de indivíduos diferentes associados) por oposição ao capital privado e suas empresas aparecem como empresas sociais por oposição às empresas privadas. É a supressão do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio regime capitalista de produção". Para ele, "o sistema de ações ... vai destruindo a indústria privada à medida que se estende e assimila novos ramos da produção".⁽¹⁹⁾ Assim, os capitais centralizados em interação com o crédito se movem como capital em geral, não são mais privados, porém, valorizam-se como capital e, nesse movimento, executam a expropriação de outros capitalistas,⁽²⁰⁾ tornam-se cada vez mais capital social no sentido indicado.

São esses capitais centralizados - que comandam o crédito, as inovações tecnológicas, vários mercados - que se movem como capital financeiro, monopolizando os meios de valorização. São capitais que representam (contraditoriamente) a unidade entre propriedade social e valorização capitalista e como tal não se move pela lógica da riqueza social mas sim pela da riqueza privada. É

o capitalismo monopolista porque realiza a expropriação, já parece ser propriedade social (e não mais individual) mas essa é apenas uma ocorrência formal que possibilita ao capital, ainda, valorizar-se como riqueza privada. Por isso, Marx considerava esta "... uma contradição que se anula a si mesma e aparece prima facie como simples transição para uma nova forma de produção".⁽²¹⁾ Monopolização opondo-se à livre concorrência, riqueza privada opondo-se à riqueza social, significam um outro momento da temporalidade lógico-histórica do capitalismo em que o movimento da estrutura aponta para uma transição ao contrário do momento pretérito que apontava para o desenvolvimento das propriedades do regime de produção.

O conceito de capital financeiro revela-se importante porque ele é o sujeito desse movimento da estrutura. Dele devemos extrair as mediações da concorrência a nível nacional e internacional. Em sua configuração estrutural estão postas as oposições monopolização/livre concorrência, riqueza social/riqueza privada que caracterizarão do dilemas de seu processo.

Dessas considerações, registre-se que podemos indicar o modo adequado de analisar a concorrência: trata-se de identificar as articulações entre capital industrial, capital bancário e capital mercantil, para esclarecer as determinações da concorrência na dinâmica de cada capitalismo nacional e na dinâmica da economia internacional. Não é por acaso que estão interpenetradas em Hilferding a concepção abstrata de capital financeiro e a análise das relações entre as modalidades do capital. É porque, ainda que não o explicita (ou até mesmo tenha generalizado equivocadamente) trata do conceito e faz a mediação lógico-histórica que a concorrência requer.

Avaliemos o essencial da contribuição de Hilferding sobre esse ponto. Seu mérito fundamental é o de ter percebido como a oligopolização da produção deveria corresponder uma forma mais avançada de mobilizar, associar e redistribuir o capital existente na sociedade, de modo a viabilizar a valorização tipicamente capitalista. O próprio caráter do capital como valor progressivo e a dinâmica da concorrência que lhe corresponde impõem a necessidade de

superar as barreiras que se antepõem às suas tendências, aparecendo como principal, dentre essas, a de igualação das taxas de lucro.

Sem dúvida, Hilferding apreende a tensão entre monopolização e livre concorrência - em cujo âmbito se encontram o obstáculo e a solução para a tendência à igualação das taxas de lucro - e trata de analisá-la sob as formas concretas da concorrência, entre as modalidades de capital na economia alemã. Ao fazê-lo, identificou um determinado tipo de liderança do capital bancário, específico do quadro político-econômico da Alemanha, sobre o capital industrial. A essa configuração atribuiu a denominação de capital financeiro, quando na verdade essa era uma configuração específica que a concorrência - até mesmo relacionada com o momento da industrialização alemã ⁽²²⁾ - determinava como expressão histórica da lógica do capital.

Explicitemos a interpenetração desses elementos na teoria de Hilferding. Como se fora um autor da atualidade - posterior aos que desvendaram as micrologias das formas de mercado, com suas barreiras técnico-econômicas - consciente dos obstáculos ao movimento geral do capital, ele trata de verificar como as organizações econômico-financeiras processam a valorização em meio à oposição concorrência/monopolização.

A "combinação" de empresas de diferentes setores produtivos atende à pretensão de eliminar as oscilações de lucro, decorrentes das taxas diferenciais inter-setores, o que é logrado pela "empresa combinada". É evidente que as taxas de lucro em cada setor não se alteram.

A combinação de empresas de um mesmo setor mostra o objetivo de elevar a taxa de lucro, o que é viável com maior controle do mercado.

Essas buscas fizeram surgir, ao longo do desenvolvimento do Capitalismo, os "Cartéis", forma de associação em que é mantida a interdependência de cada firma-membro, com a qual se pretende

conseguir aumento de preços, maiores lucros e a menor competição possível entre as firmas existentes, as quais são sobreviventes do anterior período de acirrada competição pela qual se atingem graus superiores de concentração.

Os "Trusts" surgiram com os mesmos objetivos, perseguindo-os entretanto, pela fusão monopolista.

Representam a forma para qual evoluem os "Cartéis" como resposta à instabilidade que os "Ciclos" lhes impõem, coesão na alta e dissolução na baixa. Passo a passo, a anterior independência de cada unidade é negada pela "empresa combinada", cuja organização evoluiria do acordo de preços para as quotas de produção, daí ao controle de vendas até à especialização de produto.

O processo de concentração no setor produtivo e as associações de empresas significam alterações profundas nas relações entre Capital Industrial, Comercial e Monetário.

Em realidade, as transformações operadas na área de produção vão gradativamente estimulando mudanças no comércio e no setor financeiro, de tal forma que essas transformações se estimulam e reforçam mutuamente.

Anteriormente à evolução industrial, o Capital Comercial associado aos bancos exercia poder sobre a Indústria, de cujo sobre-valor se apropriava.

O processo industrial, os fenômenos de concentração, de cartelização, impõem ao comércio a necessidade de se concentrar para poder operar à escala em que passou a atuar a indústria.

Mas a evolução industrial explicita o caráter supérfluo do Comércio diante da inovadora organização do capital produtivo. A subjugação do comércio se manifesta porque o Capital Industrial deseja reter o sobre-valor que antes o Capital Comercial lhe extraía. Essa mudança de dominância é facilitada pelo rompimento da

aliança que o capital bancário enquanto principal agente mobilizador do Capital Monetário mantinha com o Comercial. Os bancos associam-se aos agentes localizados na área fundamental, essencial, do sistema capitalista, aquela responsável pela geração de sobre-valor. Essa aliança condena o Capital Comercial a papel secundário, a um agente do Capital Industrial que controla os rendimentos daquele.

Com o declínio da dominância comercial, o Capital produtivo libera o caminho para o exercício do controle de mercados, domínio de preços, razão entre outras de extensão de seus lucros.

À aliança do Capital Monetário com o Industrial correspondem a modificações essenciais da sua natureza, da sua função no sistema capitalista.

No espaço histórico entre a Produção Artesã e a Produção Capitalista, em que a indústria implanta sua dominância, operava o Capital Monetário na qualidade de usureiro e comercial.

Antes da evolução maior das relações entre Capital Industrial e Monetário, esse desenvolveu o chamado "Crédito de Circulação", que correspondia a um crédito de pagamento. Pora-se o dinheiro que é substituído assim por dinheiro de crédito e se atende às exigências monetárias para a comercialização dos produtos. Essa foi a forma básica das relações entre Capital Monetário e Comercial, significando a primeira evolução para o Capital Bancário, cujo progresso se consolida com o desenvolvimento da relação entre Capital Industrial e Monetário.

Esse avanço promove a negação do Capital Usureiro pelo Bancário. Esse, evolui para uma atitude coordenada e coopera com o Capital Industrial, sem que isso signifique a inexistência de uma transformação preocupada com a liderança que, por sua vez, não pode ser entendida como criadora de um polo subjugado. Essa é a natureza peculiar da relação que o Capital Financeiro, negação do Capital Bancário, vem a estabelecer com o Capital Industrial, esse sob

a liderança daquele.

Essa integração se faz pelo crescente grau da interdependência entre o setor produtivo e financeiro. O movimento de ambos difundiu pela Economia Capitalista o fenômeno da concentração, impulsionado originariamente pelo Capital Industrial, no que foi seguido e reforçado pelo Capital Monetário, agilizado pela intermediação bancária.

O avanço de "Cartéis" e "Trusts" insinua o avanço da concentração bancária e essa por sua vez, acelera a cartelização.

Ambos os setores buscam maior potência tentando evitar a subjugação. Ademais do "Crédito de Circulação" os bancos passam a operar com o "Crédito de Capital", destinado à produção e correspondente à transferência de dinheiro acumulado para agentes que possam empregá-lo produtivamente. Há a transformação de Capital Monetário congelado em ativo, de onde surge um Capital Monetário ampliado. Parte do Capital Social que funciona na produção está sempre "congelado" em forma de Capital Monetário, em processo de acumulação para aplicação produtiva. A "congelamento" contradiz a função do Capital que é produzir lucro. Com a produção a grande escala se aprofundaria o congelamento e a contradição. Busca-se, então, reduzir a um mínimo essa imobilização de Capital, o que se torna função do crédito: transferir capitais de uma área a outra, de acordo com as necessidades que se alternam entre os setores.

Os bancos executam essa tarefa, respondem a uma necessidade criada pela evolução do modo de produção capitalista, asseguram sua funcionalidade, aceleram sua integração com o Capital Industrial.

Os bancos necessitam ampliar seu poder captador dos fundos acumulados socialmente, o que se realiza pela segurança do rendimento oferecido. Isso é possível pela vinculação com o Capital Industrial, a fonte geradora de mais-valia, através da apropriação do valor criado pela força de trabalho.

Como "Crédito de Circulação", o interesse dos bancos sobre as empresas era momentâneo. O "Crédito de Capital", entretanto, faz com que a Indústria eleve a participação do capital externo no seu capital total. Isso significa que cresce o volume do Capital aplicado pelos bancos na indústria. Aqueles, agora, preocupam-se com o futuro das firmas com que operam porque a sua "quebra" induziria o setor financeiro a perdas.

Interessa então aos bancos a diminuição da competição. Eles promovem as associações empresariais sem entretanto eliminar empresas, destruir Capital. Possibilitam assim, a elevação de lucros em que também participam crescentemente.

Esse processo de integração entre Capital Industrial e o Bancário gerou as condições objetivas para a transformação deste, a qual, na realidade, é o próprio processo de crescente participação no setor produtivo. Os bancos gradativamente captaram não só "o capital de reserva total das classes capitalistas, como também a maior parte do dinheiro das classes não produtivas". (23)

Essa massa de recursos se dirigiu para o atendimento dos elevados requerimentos de capital do setor industrial.

Desse modo, o Capital Bancário se transforma crescentemente em Capital Produtivo.

Surge, assim, o Capital Financeiro, que Hilferding chama "ao Capital Bancário, isto é, Capital em forma de Dinheiro, que desse modo se transforma realmente em Capital Industrial". (24)

O capital financeiro é assim a nova forma que o capital bancário adota no seu processo de vinculação com o capital industrial. Seu desenvolvimento se dá com a evolução da sociedade por ações. Assim, os Bancos adquirem o "Lucro de Fundador", consequência de "transformação do Capital portador de lucros para produtor de juros". (25) Os bancos possuidores das "ações" das empresas obtêm, ao transformá-las em dinheiro, uma massa de Capital superior

ã transferida para a Indústria e portanto, obtêm lucro. Um lucro de caráter especial, não extraído do setor industrial mas "gerado" na órbita do Capital Financeiro. As empresas industriais aplicam suas massas de lucro disponíveis com o mesmo propósito.

Dessa forma, o Capital Monetário transformado em Financeiro além de participar no lucro gerado pelo setor produtivo é capaz de gerar um lucro extra pela negociação das "ações" em Bolsa e de outros ativos financeiros.

As possibilidades de crédito se ampliam para as empresas em relacionamento com o Capital Financeiro, quer dizer, para as sociedades por ações, que sustentam seus créditos como emissão de ações e rendimentos, enquanto que a empresa individual só possui esses últimos como suporte.

O Capital Financeiro assume função adequada às características, necessidades e exigências do setor produtivo, no Capitalismo que evoluiu de tal modo a confundir os capitalistas industriais com os capitalistas do dinheiro.

A questão da liderança é assim explicitada por Hilfreding:

"Ainda que tenhamos vistos que a Indústria cai em uma dependência cada vez maior do Capital Bancário, isso não significa que os magnatas da indústria dependam dos magnatas bancários. À medida que o Capital mesmo, em seu grau superior, se converte em Capital Financeiro, o magnata do Capital, o capitalista financeiro, vai reunindo em si a disposição de todo o Capital nacional em forma de domínio do Capital bancário. A união pessoal também joga aqui um papel importante." (26)

O Capital Industrial não está agora sob a dominância do Capital bancário como esteve em relação ao Capital Comercial nas fases anteriores da evolução industrial.

Trata-se, agora, de uma relação de natureza especial, fruto da essência do modo de evoluir do Capitalismo e que Marx, ainda que não tenha analisado o Capital Financeiro, previu:

"... quanto maiores sejam as perturbações, tanto mais capital monetário tem que possuir o capitalista industrial para poder esperar a compensação; e como na modalidade de produção capitalista se amplia a escala de todo o processo de produção individual e com ela a magnitude mínima do capital que há que antecipar, se une aquela circunstância às outras, que transformam cada vez mais a função dos capitalistas industriais em um monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados." (27)

No fenômeno do Capital Financeiro, está a Centralização Financeira que significa mobilizar, associar e redistribuir o Capital existente na sociedade. É a captação e redistribuição do sobre-valor pelo Capital Financeiro que permite ao capitalismo enfrentar as limitações à mobilidade do Capital Interssetores que ele próprio gerou pelas manifestações da "rigidificação" das operações a grande escala, da concentração.

Nessa nova forma de organização do sistema financeiro, "a retransformação do Capital Industrial, inclusive do Fixo, em Capital Monetário é o mais independente possível do verdadeiro refluxo, depois do transcurso de um período de rotação, durante o qual há de funcionar o Capital Fixo". (28)

Os fundos acumulados individualmente não eram suficientes para vencer a barreira dos altos requerimentos de Capital. Agora, ocorre a união desses fundos, com o que se amplia o volume acumulado. A barreira já é superável. A massa de capital centralizada se mobiliza. A acumulação e reunião dos fundos acumulados é contínua e a canalização ao longo de vários períodos, se faz para as diversas áreas de produção, cujas exigências de recursos se alternam.

O capital já investido tem sua imobilidade compensada pela ação do Capital Financeiro que o retransforma em dinheiro, independentemente das limitações impostas pela natureza da rotação do Capital Fixo.

A nova funcionalidade do sistema financeiro nega as limitações à mobilidade do Capital. Está reconstituída a condição básica para a tendência à igualação da taxa de lucro.

Essa mobilização do Capital é de caráter distinto. Ela deixa intacta a diferenciação no processo de produção, sanciona a estrutura heterogênea de taxas de lucro industrial.

Mas a persistência dos custos diferenciais e taxas diferenciais de lucro entre empresas e setores industriais conduzem à existência de "Lucros de Fundador" distintos. Há, então, o movimento dos capitais financeiros para os setores que lhes garantem maior "Lucro de Fundador". Reconstituí-se a possibilidade do Capitalista, cuja expressão máxima é o capitalista financeiro, de realizar sua aspiração pelo lucro maior, que se manifesta no maior dividendo e no aumento da cotação das ações.

O movimento do Capital Financeiro constrói, assim, a tendência à igualação da taxa de lucro, negada pela anterior evolução e forma de organização do Capitalismo.

No processo evolutivo do Capital Bancário e Industrial para Financeiro se encontram influências sobre o processo de concentração.

A princípio, os Bancos promovem as associações empresariais para atenuar a competição e evitar, assim, a "quebra" de firmas-clientes. Quer dizer, para limitar as possibilidades de perdas para o Capital Bancário. Mas os Bancos perseguem o maior lucro possível. Interessa, portanto, criar condições para que as empresas produtivas ampliem seus lucros e dessa forma também os Bancos que assumem gradativamente maior participação nos frutos do

setor produtivo. Essa ampliação de lucros pela Indústria é viável quanto maior seja o controle dos mercados, quanto mais arbitrárias sejam as determinações das margens de lucro. Isso é possível à medida em que a estrutura industrial se oligopoliza.

Assim, os Bancos acabam por incentivar o avanço da concentração, seja facilitando a eliminação das empresas mais débeis pelas mais potentes, cujo poder financeiro eles reforçam; seja pela aceleração da perda de independência das firmas em associação, com o que os "Cartéis" evoluem para "Trusts", isto é, para uma fusão monopolista.

Transformando-se em Capital Financeiro, o Capital Bancário, ao fazer avançar a concentração, gerou as condições para o "êxtase" daquele que se "desenvolveu com o auge da sociedade por ações e alcança seu apogeu com a monopolização da Indústria", segundo Hilferding.

Mas não resulta clara, desse processo, uma tendência à concentração absoluta, nos termos do "Grande Cartel" de Hilferding.

Ocorre que a concentração avançada se tornou ela própria um obstáculo à sua continuidade. As características da indústria oligopólica corresponde à situação, razoavelmente generalizada, de empresas grandes, potentes e similares que o torna inviável a perspectiva de uma empresa ampliar seu domínio pela eliminação competitiva da outra.

Um "esforço de vendas" - via competição de preços - nesse estágio, provocaria efeitos seriamente depressivos na taxa de lucro e portanto, não se justificaria. Ademais, a centralização, não necessariamente levaria à destruição de Capital porque promove o controle das empresas menores sem eliminá-las, adquirindo sua propriedade pela ação do Capital Financeiro.

A própria concentração gerou os limites para sua continuidade pelos quais se obstaculiza a concentração e a centraliza-

ção absolutas.

O estágio avançado da concentração industrial e do Capital Financeiro constroem a "organização conglomerada" do Capitalismo.

Esse novo arranjo funcional sintetiza a adequação entre o Capital bancário, industrial e comercial, lograda pelo Capital Financeiro, sobre a base de relações que esses três agentes forjaram na evolução do sistema capitalista, concretizando o próprio conceito de capital.

Na "organização conglomerada" está a dependência do Capital Comercial transformado em agente remunerado da Indústria, quando não é de todo prescindido por esta. Está a liderança do Capital Financeiro, adquirindo e transferindo a propriedade sobre as empresas produtivas, de modo a maximizar os lucros do "conglomerado" que dirige. Está a integração essencial entre Capital Bancário e Capital Industrial, que, anteriormente separados, distintos, se transformaram, agora, em um só, no Capital Financeiro.

A difusão dessa centralização transforma o caráter da competição, mas não a elimina. As massas de capital competem entre si, e cada qual, sob a liderança do Capital Financeiro, mobiliza seu Capital em busca do maior lucro.

Há a base produtiva de cada capital centralizado composta por setores de "ponta", "estratégicos", e que variam de grupo para grupo, nos quais cada "conglomerado" exerce os esforços principais de inovação tecnológica, redução de custos, ampliação das margens de lucro.

Restringida a tradicional "competição por preços", agora prejudicial ao lucro, persiste a competição, a extensão dos domínios de cada grupo, o que se faz não pelo enfrentamento de "vida ou morte", das unidades de produção oligopólicas, mas pela operação do capital financeiro, a partir de cada núcleo de capital.

O equívoco que se deve registrar em Hilferding está na avaliação de que o capital financeiro implicaria uma regulação exitosa. E isso se deve a conclusões equivocadas sobre a dinâmica da concorrência. Isso é, uma precisa percepção das determinações do capital como sujeito e sua interação com a concorrência teria evitado o evolucionismo em direção ao cartel geral, cuja tendência, ao lado da formação de um Banco Central, seriam convergentes, segundo ele, e "de sua união nasce a potente força de concentração do capital financeiro".⁽²⁹⁾ Ou seja, há implícita a dedução de que a concorrência deixaria de ser algo para si⁽³⁰⁾ em decorrência da articulação (que ela própria gerou) entre capital bancário e capital industrial. Desfeito esse equívoco, cabe resgatar a contribuição dele tanto a nível do conceito de capital financeiro, como da análise da concorrência entre as modalidades do capital. Tenha-se em conta que a versão contemporânea desse equívoco é atribuir ao Estado capitalista, em relação com os monopólios, a maximização da eficiência regulatória.

Na seguinte passagem aparecem juntos o acerto e o erro. O acerto quanto ao significado mais abstrato do capital financeiro e o erro em atribuir-lhe a capacidade de ordenação econômica da sociedade.

"No capital financeiro aparecem unidas em sua totalidade todas as formas parciais do capital"; deveria ter, entretanto, continuado e dito que essa é uma unidade contraditória que não elimina a concorrência, uma vez que a autodeterminação do capital se faz através de uns capitais frente aos outros. Prossegue corretamente - "O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, efetivamente, sua forma de movimento D-D', dinheiro produtor de dinheiro, a forma mais geral e mais absurda do movimento do capital. Como capital monetário é posto à disposição dos capitais produtivos nas duas formas de capital de empréstimo e fictício." A seguir, estabelece algo discutível - "... a independência do capital comercial se elimina cada vez mais, enquanto que a separação do capital bancário e do produtivo se elimina (grifonosso) no capital financeiro". Na verdade, o capital financeiro como fusão da forma lucro,

da forma juros e da capitalização fictícia requer a existência de instituições bancárias e financeiras, mas não precisa da eliminação da separação entre capital bancário e capital industrial. Por isso ainda que ele tenha razão ao afirmar que "dentro do próprio capital industrial se suprimem os limites dos setores individuais mediante a associação progressiva de ramos da produção antes separados e independentes...", que "... se extingue no capital financeiro o caráter específico do capital...", que "... apresentam-se a propriedade, concentrada e centralizada em mãos de algumas grandes associações de capital..."; que "a questão das relações de propriedade recebe assim sua expressão mais clara, inequívoca e agudizada"; disso não deveria concluir, como faz em seguida, que "... a questão da organização da economia social se soluciona cada vez melhor com o desenvolvimento do próprio capital financeiro". (31)

Ao fazê-lo, dotá a fusão do capital bancário com o industrial, manifestação do capital financeiro, do caráter de uma entidade capaz de promover a sociedade regulada como tendência histórica:

"Como resultado do processo se daria, então, um cartel geral. Toda a produção capitalista é regulada por uma instância que determina o volume da produção em todas suas esferas... a estipulação de preços é puramente nominal e não significa mais que a distribuição do produto total entre os magnatas do cartel, de um lado e entre a massa dos demais membros da sociedade de outro... O dinheiro não joga então nenhum papel... É a sociedade regulada conscientemente em forma antagônica. Mas este antagonismo é o antagonismo da distribuição... a própria distribuição está regulada conscientemente... A circulação do dinheiro se fez desnecessária, a incansável circulação do dinheiro alcançou sua meta, a sociedade regulada, e o perpetuum mobile da circulação encontra seu descanso." (32)

Por coerência, Hilferding, e com ele os regulacionistas contemporâneos nossos, poderia ter diagnosticado o fim das crises capitalistas. Entretanto, ele não o faz, como tampouco admite o fim da concorrência:

"Os cartéis fazem que cesse a concorrência dentro de um ramo de produção... que não se manifestem os efeitos reductores de preços da concorrência nessa esfera... mas não podem mudar nada na concorrência dos capitais por áreas de investimento, nos efeitos da acumulação sobre formação de preços, e por isso, não podem impedir o nascimento de relações de desequilíbrio." (33)

Entretanto, as contradições do capitalismo ficam restritas ao plano da distribuição, tanto da distribuição salário/lucro como da distribuição dos capitais pelos distintos ramos. Daí que a crise esteja explicada por alterações nos preços relativos que implicam uma distribuição dos capitais pelos ramos, provocadora de desproporções e superprodução. (34)

O ponto é, portanto, que a entidade por ele suposta implica uma fusão totalizadora entre capital bancário e industrial, que implicaria o fim da concorrência no sentido de propriedade fundamental que temos apontado; do capital manifestando-se através do confronto de capitais. E assim, o que é típico do capitalismo, sob dominância financeira, que é a instabilidade derivada da concorrência entre os capitais, pela valorização financeira, não fica apreendido. Para ele é como se a estrutura econômica já tivesse um movimento capaz de anular as contradições econômicas, ainda que não as sociais e políticas, com o que, não é ilegítimo dizer que, para ele, o Estado poderia fazer "o resto". Isso é sancionado pela seguinte afirmação:

"Um cartel geral seria em si economicamente concebível, um cartel que dirigisse a produção total e suprimisse assim as crises, ainda que semelhante situação é uma impossibilidade social e política, posto que sucumbi-

biria ante a contraposição de interesses, agudizada ao máximo." (35)

Mas Hilferding não foi o único grande cientista social a sugerir utopias reformistas sob a égide do capital financeiro. (36) Dentre os pioneiros da análise da dominância financeira, no capitalismo moderno, encontra-se Hobson que a despeito de apreender a essência desse processo de constituição falha, também, na identificação na natureza das crises que lhe correspondem.

A dominância financeira no capitalismo moderno é analisada por Hobson com instrumentos teóricos distintos. Ele apreende o caráter geral do processo, ao salientar que suas origens podem ser distintas e ao dar-se conta da interpenetração das massas financeiras acumuladas. Também ao considerar a dinâmica da concorrência na economia norte-americana, revela a forma específica de manifestar-se aquela dominância.

Afirma que "um estudo da origem e carreira dos grandes financistas norte-americanos revela três principais fontes do poder financeiro—ferrovias, trustes industriais e bancos — sendo que a união, nas mesmas mãos, do controle dessas três funções econômicas, é um testemunho esclarecedor da natureza do novo poder. Os reis das ferrovias e os construtores dos grandes trustes industriais são atraídos para as finanças gerais por necessidades econômicas". (37)

O papel das ferrovias na industrialização norte-americana dá determinadas feições ao mecanismo da concorrência entre os setores que implica numa mediação financeira, o mesmo ocorrendo com os trustes industriais ainda que com uma causação diversa. Num caso, "o controle exercido pelas ferrovias norte-americanas sobre a agricultura, irrigação, mineração e desenvolvimento das cidades levou os dirigentes dessas companhias a fomentar todos os tipos de empreendimentos comerciais mais ou menos dependentes das ferrovias; paralelamente, a tortuosa história financeira da maioria das estradas de ferro mostrou a necessidade de recorrer ao mecanismo geral das finanças". Noutro caso, "é impossível, ex hypothesi, que um

construtor de truste consiga continuamente proporcionar pleno emprego aos altos lucros que obtêm, ampliando as instalações e o capital de giro de sua própria empresa: tal política seria evidentemente um suicídio... tem de procurar fora de sua própria empresa áreas de investimentos vantajosos para seus lucros ... (como) organizar outros trustes industriais em negócios relacionados com os seus ... (cujo) êxito produz novos lucros, que devem ser aplicados mais adiante". (38)

Não há dúvida que Hobson está descrevendo fenômenos do capital financeiro e da concorrência, sob dominância financeira, que marcam o capitalismo moderno e condicionam mesmo as industrializações capitalistas, uma vez que está posta a existência de capitais centralizados, os quais por sua capacitação financeira, monopolizam os meios técnico-econômicos de produção à escala nacional e internacional.

Em síntese exemplar, ele diz:

"... os lucros provindos de monopólios específicos no mundo do transporte ou da manufatura são logicamente aplicados nas áreas mais gerais das finanças. Elas formam um fundo grande e crescente de capital disponível, que naturalmente se associa aos fundos disponíveis em mãos de banqueiros e realiza, pelos meios que descrevemos, o fortalecimento de um controle financeiro geral sobre 'os negócios', o que permite à classe financeira retirar uma cota maior de riqueza geral." (39)

Sobre os personagens dessa classe financeira poder-se-ia dizer que desdobram-se como o capital. Dando "nomes aos bois", Hobson ilustra como construtores de trustes e dirigentes de estradas de ferro tornaram-se banqueiros ou diretores de companhias de seguro, enquanto banqueiros organizavam combinações na indústria de aço e navegação e participavam em diversas diretorias de companhias ferroviárias e industriais. (40)

Do ponto de vista institucional, fica claro que o poder monetário é exercido pelos bancos e demais organizações financeiras, qualquer que tenha sido a origem na acumulação e centralização das massas de valor e essa origem, na verdade, como já registramos, está tanto no capital industrial, como no bancário e até mesmo no mercantil.

"Os grandes bancos constituídos como sociedades por ações são os centros desse poder na maioria dos países... As relações diretas entre o banco e a indústria têm-se apresentado de forma diversa em diferentes países. Na Alemanha e nos Estados Unidos, a dependência financeira direta, em que grandes empresas manufatureiras e outras firmas mercantis se mantêm em relação aos bancos, tornou-se mais profunda que na Grã-Bretanha. Mas, em todo o país avançado, o desenvolvimento dos bancos e das companhias de seguros, tanto extensiva como intensivamente, tem sido um traço marcante de nossa época." (41)

São consideráveis, portanto, as semelhanças entre os pioneiros Hilferding e Hobson na identificação dos traços gerais dessa dominância financeira. Entretanto, o primeiro foi mais "longe" ao identificar no capital financeiro uma entidade reguladora com amplas possibilidades de evolucionismo econômico.

Segundo Maria da Conceição Tavares, (42) aquele teria uma visão de "totalidade orgânica" do grande capital, enquanto o segundo, veria "... uma relação funcional de dominação, relação interna de dominação que se tornaria geral mas não orgânica". Entretanto, Hobson, ainda que tenha concebido a especulação com base na ampliação fictícia do capital, não tratou-a em toda sua amplitude de determinações na crise capitalista e isso, paradoxalmente, por não haver incorporado determinações conceituais-gerais sobre a dinâmica do capital com dominância financeira. (43)

Portanto, fica caracterizada a atualidade de ambos auto-

res e a permanência de lacunas que ainda estão presentes no debate contemporâneo sobre a dominância financeira e a dinâmica do capitalismo.

Sintetizemos, a seguir, quais os conteúdos atuais que cabem ser resgatados para uma reflexão sobre o capitalismo hoje.

O capital financeiro deve ser compreendido como a expressão mais elevada do movimento do capital como valor progressivo e da lei fundamental da concorrência, segundo a qual, os capitais individuais põem-se como capital em geral. A lei de centralização impõe como realidade histórica que somente os capitais centralizados possam operar essa lógica do capital financeiro. Ou seja, movem-se na valorização pela lógica da dominância financeira. O dinheiro (como capital) faz uma ligação estrutural entre acumulação industrial e financeira através do próprio capital que se acumula, centraliza e monopoliza os meios de valorização. A centralização monopolista é assim o processo pelo qual aquela ligação estrutural se constitui, valorizando-se os capitais centralizados como capital financeiro. Desse modo, a dicotomia capitalista industriais versus capitalistas do dinheiro fica subordinada à unidade contraditória que é em si o capital financeiro. Neste, a contradição específica é a do capital em geral consigo mesmo, em grau mais elevado: a monopolização que ele promove é a tendência da supressão do capital como propriedade privada; persiste, entretanto, a oposição entre riqueza privada e riqueza social. É por isso que o capital financeiro enquanto sujeito desse processo de monopolização (e as organizações que o expressam, que lhe dão realidade efetiva, sejam cartéis, trustes, acordos de negócios entre financistas etc.) não pode realizar a regulação da sociedade que se lhe atribui.

Os capitais centralizados - resultado da lei de centralização como lei de expropriação - valorizam-se como capital financeiro, e a monopolização que lhes corresponde significa supressão

do capital como propriedade privada ao mesmo tempo que manutenção da oposição riqueza privada versus riqueza social. Isso é o núcleo quanto a propriedades e valorização que determina o agravamento estrutural das instabilidades e das crises capitalistas.

O capital financeiro é estruturante (e desestruturante) do capitalismo neste Século XX, impõe-lhe a dominância financeira (forma aguda da oposição riqueza privada versus riqueza social) e a monopolização, e estabelece a trama complexa entre monopólios e Estado capitalista sem que com isso cheguemos, muito pelo contrário, à sociedade regulada e sem crises, já que o Estado não é uma entidade exterior ao enredo do capital financeiro.

A livre concorrência é suprimida quando os capitais centralizados monopolizam os meios de valorização (crédito, progresso técnico) e impedem a emergência de novos capitais com possibilidade de liderança dinâmica, a nível nacional e internacional. Ao mesmo tempo, a concorrência é tornada mais livre de barreiras quando o processo do capital financeiro (ao centralizar, mobilizar e redistribuir as massas de capital monetário tanto à escala nacional quanto à escala internacional) permite aos capitais centralizados uma concorrência dotada de fluidez, mobilidade e liquidez do capital; quando desenvolve a capitalização - formação de capital fictício ⁽⁴⁴⁾ - à escala internacional; quando a valorização processa-se nos mercados industriais, de empréstimos monetários, no mercado acionário, no mercado cambial. A livre concorrência é de novo controlada quando a desvalorização se torna necessária pari passu com a renovação das bases técnicas e o confronto entre os capitais centralizados cerceia a introdução de inovações, ao tempo em que garantem a valorização pelas práticas e circuitos financeiros. Revela-se a tensão monopolização versus livre concorrência; livre curso para a riqueza privada, contenção da riqueza social pelo capital. ⁽⁴⁵⁾

O capital financeiro estabelece a razão interna da forma monopolista de concorrência entre os capitais centralizados:

1º - O Progresso Técnico, redutor de custos no interior de uma dada estrutura técnica, objetivando diferenciação favorável de margens de lucro, frente aos concorrentes, está firmemente condicionado à estratégia tríplice de valorização: rentabilidade, risco e liquidez. Esse mesmo condicionamento se impõe ao "investimento com inovações" que, na ausência de determinados condicionantes, implica saltar à frente como líder(es) do processo de reordenação da "Estrutura Técnica de Produção". A persistência de condicionantes da valorização fictícia rigidifica relativamente a estrutura técnica, deslocando a concorrência basicamente para a circulação financeira, e para uma redução de custos parcial, bem como, para inovações setoriais, sem uma generalização da reordenação da estrutura técnica.

2º - Horizontalização/verticalização da produção/comercialização, tendo em vista a pressão da acumulação interna ampliada nos ramos originários; expandindo-se por vários mercados nacionais.

3º - Operações de centralização industrial-financeira para potencializar a acumulação, como prática corrente e não unicamente nas crises (de desvalorização).

4º - Crescimento como objetivo estratégico da grande empresa, pelo que introduz-se, nesta, princípios de planificação, que pretendem planejar a expansão da capacidade produtiva ao nível do mercado mundial, as margens brutas de lucro e a própria taxa de lucro, numa intenção que é, na verdade, mostra de como o desenvolvimento do Capital desenha indícios de "anti-capitalismo".

5º - Inovações financeiras, que ampliem as possibilidades de centralização e mobilização de lucros, tendo em vista a acumulação produtiva, facilidades de renovação do capital de giro, superação do tempo de rotação glo-

bal do capital, acumulação financeira etc.

6º - Diversificação dos ativos produtivos e financeiros sob controle de cada massa de capital dentro da estratégia tríplice de rentabilidade, menor risco e liquidez (estratégia tríplice de valorização).

7º - Formação de preços de acordo com a realização de lucros gerais, numa estratégia de valorização ditada pelas forças do risco (que se pretende reduzir, sem prejuízo da expansão), rentabilidade e liquidez, que é a forma pela qual os capitais em concorrência conformam a estrutura geral de preços relativos; preços de produção e preços financeiros. A centralização, sob a égide do capital financeiro, pela dinâmica da concorrência entre os capitais, vai construindo a monopolização. A natureza especulativa do capital faz com que cada capital particular - segundo sua magnitude monopólica - procure todos os espaços para valorizar-se segundo as possibilidades de rentabilidade, risco e liquidez, dado que o seu objetivo em última instância - isto é, decisivamente - é monetário, não havendo relação de solidariedade absoluta para o capital, enquanto tal, com qualquer das esferas de que ele seja originário.

Assim, o avanço da acumulação de capital promove uma tendência a que cada massa de capital contenha em si - real ou potencialmente - todas as formas que assume o capital global da sociedade. Cada massa é onipresente, no sentido de que está em todas as esferas e a medida em que o fará dependerá das possibilidades que se lhe oferecem para valorizar-se. Isso é algo imperioso ao Capital com o avanço da centralização monopólica. Do ponto de vista da organização da grande empresa isso se expressa assim:

"... o desenvolvimento da distinção entre o escritório geral da corporação e as várias divisões operacionais. Enquanto os últimos gerenciam a produção e ganham lu-

cros em diferentes esferas, o escritório geral da corporação gerencia a firma como uma simples entidade financeira." (46)

Os capitais centralizados movem-se segundo essa natureza financeira, independentemente das formas histórico-institucionais que assume a organização concreta do capital industrial, bancário e mercantil.

Os agentes da centralização monopólica não são apenas os bancos, mas também, o capital industrial e o grande capital mercantil. Não é uma questão institucional embora se manifeste através dela também. Existe, por exemplo, com ou sem conglomeração enquanto forma de organização.

Por Centralização Monopólica do Capital designamos o processo de generalização das formas do capital em cada massa de capital com poder de acumulação ampliado; e é porque essas partes alíquotas se concentram e centralizam que sua velocidade de circulação interesferas econômicas (cada qual dominada por capitais monopólicos) é elevada, e isso substantiva com maior eficiência o fim último do capital - o decisivo - que é sua valorização monetária.

Atuar como capital financeiro é vocação de todo e qualquer capital, quer ele se origine na indústria, no comércio ou no banco. Enquanto assim se move, cada capital é fortemente concentrado, exerce um papel centralizador, aglutina capitais menores ou até mesmo similares, eventualmente em fase de desvalorização; funde ou associa capitais oriundos de distintos setores e multiplica assim as possibilidades de seus investimentos produtivos e financeiros; diversifica os ativos sob seu comando, enriquece sua estratégia especulativa de valorização global; e assim o capital centralizado monopolicamente está cada vez mais colado ao seu desiderato enquanto capital: o dinheiro incrementado. Agiliza-se a liquidez e a rentabilidade e amplia-se os limites de risco das aplicações e alavancagens financeiras, eleva-se a aptidão para o exercício da preferência pela liquidez. O fato da riqueza para o capital - o dinheiro -

ser riqueza não-real para a sociedade é uma contradição desenvolvida ao máximo. A centralização monopólicia habilita os capitais a desenvolver, expandir e revolucionar, aceleradamente, as estruturas técnicas quando as determinações da valorização assim o permitem. Contraditoriamente, uma avançada centralização tende, nas crises, a colocar problemas de valorização financeira que cristalizam as estruturas técnicas dadas.

A centralização monopólicia reúne um conjunto de determinações que compõem as contradições no processo de transformação da propriedade capitalista em propriedade social. Do ponto de vista tecnológico, encontramos a capacidade internalizada nos monopólios de conformar elos de uma Fronteira Técnica e também de tendencialmente imobilizá-los, isto é, rigidificar a estrutura técnica, nas crises. No aspecto financeiro-monetário identifica-se, nos capitais centralizados, a potencialização das dimensões internacionais dos investimentos e dos mercados, bem como, a dinamização da riqueza tipicamente capitalista - a liquidez rentável do dinheiro. A convivência da produção capitalista com o capital "socializado" (tanto o estatal quanto o "privado") dá feições de paradoxos aos movimentos financeiro-monetário e de solidarização/inversão do conjunto progresso técnico-acumulação.

A centralização é agora uma força "ex-ante" e não apenas "ex-post" da dinâmica de valorização. Ela não é um resultado do esgotamento da expansão. Ela é a razão e potencialização da expansão. Na recessão, essa centralização "ex-ante" é que também amplifica o risco da transformação da recessão em estagnação (crise de reprodução ampliada). Então manifestar-se-á a toda prova o caráter limitante da monopolização sobre a propriedade fundamental do capitalismo que é a concorrência como meio de desenvolvimento das forças produtivas.

A concorrência tem assim sua própria temporalidade. Exacerba-se na expansão e limita-se na crise. Nessa, ademais, restringe-se no âmbito do investimento com inovações para propagar-se na circulação financeiro-monetária. Esse tempo de cerceamento da

concorrência pelos poderes monopolísticos constrói obstáculos à desvalorização dos capitais e agudiza a oposição da riqueza privada com a evolução da riqueza social. Essa temporalidade lógico-histórica da concorrência permite contrastar o período de monopolização com o da vigência plena da concorrência (dinâmica concorrencial versus dinâmica monopolista).

A formulação da centralização monopólica permite-nos entender que a passagem para a crise de reprodução ampliada é antecipada por uma tensão na estrutura geral de preços relativos (da produção e do mercado financeiro) que advém de uma dupla determinação sobre o esgotamento da expansão: a financeira e a produtiva. Não é que a primeira responde, reflete a segunda. Não, a financeira desdobra autonomamente suas contradições e pode reverter o crescimento. A configuração da crise de reprodução ampliada (representação da superação), no entanto, é um aprofundamento dessa simultaneidade de contradições que acabam por comprometer a mudança da estrutura técnica (inovações produtivas e financeiras são postergadas), ou, pelo menos, obedecem a um ritmo ditado pelas conveniências da valorização financeira, com o que a crise prolonga-se.

E defrontamo-nos, assim, com a questão para a qual convergem esses pontos sobre concorrência e auto-limitação do capital: a da regulação da acumulação de capital.

Tem-se afirmado que a economia monopolista não dispõe de formas de auto-regulação (que passam a ser exercidas no âmbito do próprio Estado) enquanto na economia concorrencial sim, pela ação de mecanismos estritamente econômicos. ⁽⁴⁷⁾

De fato, estamos diante de uma dificuldade: exatamente quando a centralização monopólica confere ao Capital enorme poder técnico e econômico-financeiro configura-se um desvanecimento dos mecanismos de auto-regulação da economia. Aqui, escorregam várias interpretações sobre monopolização e Estado no capitalismo atual. ⁽⁴⁸⁾

O que cabe explorar é o seguinte: é exatamente porque o

capital monopolista detém enorme poder de auto-regulação, enquanto massa centralizada, e sob as determinações múltiplas, enunciadas antes, que o seu movimento tende a imprimir limitações à concorrência (sem exterminá-la), inclusive pelo temporário privilegiamento financeiro-monetário, na equalização das taxas de lucro, que, na passagem da recessão à crise de reprodução ampliada, termina por furta-
tar à estrutura monopólica global os mecanismos regulatórios, construtores de um movimento básico, o do desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, a regulação do capitalismo monopolista global, isto é, a estrutura monopólica em seu conjunto, é assincrônica em relação ao timing das Inovações, necessário à superação da crise, justamente porque a concorrência capitalista tende à limitação, por uma regulação poderosa de cada massa de capital centralizada monopolicamente. Em consequência, a tendência à igualação da taxa de lucro, predominantemente financeiro-monetária, se contrapõe à reprodução ampliada, na crise.

É esse extremo poder de regulação de cada capital monopolista, contralitado, no entanto, pelas limitações da concorrência, que clama por um "supra-poder" estatal - tanto ao nível da política econômica quanto da ação produtiva estatal - cuja intervenção é condição para a renovação da estrutura técnica, uma vez que a centralização monopólica do capital tende a inverter os termos dinâmicos da concorrência.

Dessa forma, esse processo denota como a produção capitalista vai negando certas propriedades do capitalismo, explicitando a necessidade geral de uma regulação socializada, no limite, uma planificação centralizada, enquanto oposto da planificação capitalista que requer concorrência permanente, especialmente para a expansão futura, quando, na verdade, a expansão pretérita tende à construção de limites à própria concorrência. E ademais, nas crises, as oposições entre monopolização/livre concorrência e riqueza privada/riqueza social corroem a capacidade de regulação alcançada pelo Estado no período de expansão.

Essa compreensão escapa às interpretações que vêm nas relações Estado/monopólios um conluio regulatório contra os "outros" capitais e o conjunto dos não-proprietários. A trama é mais complexa e, por isso, não escapa da crise, provocada por aquelas oposições mencionadas, nem o próprio Estado capitalista, senão que se agudiza em seu âmbito a tensão público/privado, já determinada na estrutura sócio-econômica.

O capital financeiro é a realização plena do capital como a substância que, em se tornando sujeito, opõe-se ao trabalho abstrato. E como tal é com o capital financeiro que se exacerba a negação da forma valor como a própria negação da forma de riqueza do capital. Ele implanta a possibilidade de realização de uma temporalidade lógico-histórica de negação da adequação da riqueza capitalista ao desenvolvimento da sociedade.

A concorrência sob a égide do capital financeiro - lógica de valorização dos capitais centralizados monopolicamente - significa a dominância desses sobre as dinâmicas nacionais e internacionais. A concorrência entre esses capitais passa a verificar-se, necessariamente, à escala internacionalmente, porém, de um modo adequado à tendência de generalização e universalização, o que significa dizer que seu papel é decisivo nos processo de industrialização em todo o mundo capitalista. É sua força financeira, no crédito de capital, no financiamento do comércio internacional, na concessão de empréstimos monetários (inclusive de curto prazo), na viabilização creditícia de fronteiras técnicas que torna sua presença a própria condição das industrializações. Essa mesma presença é que dá às crises do Século XX um caráter marcadamente internacional, sem solução possível ao nível de cada capitalismo nacional, a provocar uma reestruturação de tal magnitude que as posições relativas das nações, no cenário mundial político-econômico, ficam em questão. A ordem econômica internacional fica problematizada sem o pressuposto de qualquer mecanismo regulatório - nem econômico, nem político. Muito menos a regulação dos mecanismos cíclicos e de equilíbrio.

NOTAS - PARTE II - CAPÍTULO 2

- (1) BRAGA, José Carlos e Mazzucchelli, Frederico - "Capitalismo monopolista" - in - Revista e Economia Política, S.Paulo, Ed. Brasiliense - Vol. I, nº2 - abril/junho 1981, p.52.
- Mazzucchelli, Frederico - "A contradição em processo". São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- (2) Este é o título do último item do capítulo XXIV - A chamada acumulação originária -, momento especial dos desenvolvimentos lógico-genéticos em Marx. Ver El Capital, Tomo I, F.C.E.
- (3) Marx, Carlos - "El capital" - Tomo I, Mexico DF - Fondo de cultura Economica, 1964. Sección Obras de Economia, p.648.
- (4) Idem, ibidem, p.649.
- (5) Marx, Karl - "Elementos fundamentales para la crítica de la Economia Política". (Borrador) 1857-1858. Vol.I - Buenos Aires. Siglo XXI Argentina Editores S.A., 1971., p.353.
- Ver maior detalhamento na parte III, deste trabalho.
- (6) Lenin, V.I. - El imperialismo, fase superior del capitalismo, Pekin, Editorial del Pueblo, 1968. pp.111-112.
- (7) Detalhamento na parte III, deste.
- (8) Marx, Carlos - "El capital" - Tomo III. Mexico DF. Fondo de cultura Economica, 1968. Seccion obras de Economia. pp.329/330.
- (9) Idem, ibidem, p.331.
- (10) Idem, ibidem, p.365.
- (11) Minsky, Hyman P. "John Kaynard Keynes" - London, England - The Macmillan Press Ltd. 1976.

- Esta idéia encontra-se desenvolvida, na parte III, deste trabalho
- (12) Marx, Carlos - "El capital" - Tomo III, Mexico DF. - F.C. Economica, 1968, p.363.
- (13) Idem, ibidem, p.360. et segs.
- (14) Idem, ibidem, p. 363.
- (15) Marx fala da passagem da divisão quantitativa à qualitativa, porque lucro do empresário e juros são duas categorias distintas de lucro, que têm relações distintas com o Capital e em relação com determinações distintas do capital. Ver El Capital, Tomo III, F.C.E., p. 360 et segs.
- (16) A mais-valia como limite quantitativo de suas formas de renda. A taxa de lucro como limite superior da taxa de juros.
- (17) Ver Maria da Conceição Tavares - Ciclo e Crise - Capítulo I, item 4.
- (18) Ver a interessante análise de Josef Steindl sobre a dinâmica de transformação das economias capitalistas em direção a estruturas oligopolizadas. Steindl, J. - Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.
- (19) Marx, Carlos - "El Capital" - Tomo III, Mexico DF - Fondo de Cultura Económica, 1968. Sección obras de Economía, pp.415-417.
- (20) "O sistema de ações entranha já a antítese da forma tradicional em que os meios de produção aparecem como propriedade individual; mas, ao revestir a forma de ações, seguem enquadrados dentro do marco capitalista; conseqüentemente, este sistema em vez de superar o antagonismo entre o caráter da riqueza privada, se limita a imprimir-lhe uma nova forma".
Idem, ibidem, p.418.

(21) Idem, ibidem, p.417.

"Os triunfos e os fracassos conduzem por igual à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação em escala mais gigantesca".

Idem, ibidem, p.418.

(22) Edwards, George W. - The evolution of finance capitalism - New York, Augustus ;. Kelley, Publishers, 1967. Capítulo 6.

A organicidade entre capital bancário e industrial na Alemanha pode ser vista como a forma de recuperar o atraso relativo da industrialização deste país comparativamente à França, à Inglaterra no contexto dos conflitos político-econômicos da Europa.

(23) Hilferding, R - El Capital Financiero, Madrid, Ed. Tecnos S.A. 1963, p.254.

(24) Hilferding, Rudolf - "El Capital Financiero", Madrid, Editorial Tecnos S.A., 1963 - Coleccion de Ciencias Sociales.p.253.

(25) Idem, ibidem, pags.253.

(26) Idem, ibidem, pags.253.

(27) Citação de Marx feita por Hilferding no Capítulo - "O dinheiro na circulação do capital industrial" pp.76,77.

(28) Hilferding, R - op.cit, p.205.

(29) Idem, ibidem, p.264.

(30) Ver Parte II, capítulo 1, desta tese.

(31) Hilferding, R. - op.cit. pp.264,265.

(32) Idem, ibidem, p.264.

- (33) Idem, ibidem, p.331
- (34) Ver Mazzucchelli, Frederico - A contradição em Processo - item "A crítica de um debate". Ed. Brasiliense.
- (35) Hilferding, R - op.cit., p.332.
- (36) Ver introdução de Maria da Conceição Tavares ao livro de J.A. Hobson, Ed. Abril Cultural.
- (37) Hobson, J.A. - A evolução do Capitalismo Moderno, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983, p. 189.
- (38) Idem, ibidem, p.189,190.
- (39) Idem, ibidem. p.190.
- (40) Idem, ibidem, p.190.
- (41) Idem, ibidem, p.342.
- (42) Apresentação de Maria da Conceição Tavares à edição de John. A. Hobson - A evolução do Capitalismo Moderno - São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.
- (43) A análise da dinâmica feita, nesta tese, no último capítulo, deixará explícito quais os conteúdos cuja incorporação é necessária.
- (44) No capítulo 3 da Parte II, desta tese, desenvolve-se a noção de processo de capitalização que implica a formação de capital fictício. Ver Marx, C. - El Capital, Vol.III, Seção Quinta de Ed. Fondo de Cultura. Economica. Ver Maria da Conceição Tavares - Ciclo e Crise, Cap.I, item 4 e Cap.2. Ver Hilferding, R, - El Capital Financeiro, Segunda parte.
- (45) Isto encontra-se detalhado nos capítulos 3, da ParteII e 4, da parteIII. Ver Clifton, J.A. - Competitive conoitions in theories fo price ano valve, London, University Microfilms Inter-

national, 1980.

- (46) James A. Clifton, in "Competition and the evolution of the capitalist mode of production" citando Alfred J. Chandler Jr. - Evolution of Enterprise in the United States.
- (47) Cardoso de Mello, J.M. - "O Estado brasileiro e os limites da estatização" Cardernos Opinião . pp.15/16, v.5. Ed. Inubia Ltda.
- (48) Não é possível desenvolver aqui comentários sobre a polêmica em torno de Capitalismo Monopolista e Capitalismo Monopolista de Estado que a literatura européia e norte-americana revela. Entretanto, esta tese assume posições sobre a maiorias dos problemas que compõem a mencionada polêmica: concorrência versus monopolização, regulação e papel do Estado... Assim, os interessados neste debate perceberão as diferenças desta tese com as dos demais autores. Ver: Boccara, Paul - Estudos sobre o capitalismo monopolista de estado, Lisboa, Ed. ESTAMPA, 1978
 - Aglieta, Michek - Regulación y crisis del capitalismo, Mexico, Siglo Veintiuno ed. 1979.
 - Mandel, Ernest - O Capitalismo Tardio, São Paulo, ed. Abril Culturas, 1982.
 - Baram, P.A. y Sweezy, P.M. - El Capital Monopolista, México, Ed. Siglo XXI, 1972-

PARTE II - CAPÍTULO 3

O ENTRELACAMENTO DE CAPITAIS E A VALORIZAÇÃO:

"METAFÍSICA DO VALOR"

Discutiremos a seguir as determinações da dinâmica de valorização capitalista no que elas têm de relevante para a compreensão da dinâmica como expansão, instabilidade e crise.

Trata-se de fazer esta discussão de acordo com as proposições enunciadas ao final da Parte I. Alií, enfatizava-se a necessidade de considerar o capital como sujeito, ao mesmo tempo em que não se desqualificava a consideração sobre o cálculo capitalista. A concorrência — tendência interna como necessidade exterior — coloca justamente a necessidade desta dupla consideração para a teoria da dinâmica. Cabe pensar a teoria da tendência da estrutura (processo-sujeito) em conexão com uma teoria da instabilidade, onde o cálculo capitalista sobre as decisões de investimento se dá sob o móvel da concorrência pela valorização. Com isto apontávamos para um aspecto da complexidade da temporalidade capitalista, da dinâmica.

O movimento da estrutura reflete uma composição da temporalidade capitalista dada pelo capital como sujeito e pelo cálculo dos capitais em concorrência. O conteúdo interno desta discussão está no capital como valor-progressivo e no seu modo de exteriorizar-se, uns capitais frente aos outros. É importante ressaltar que é justamente quando da monopolização que esta dupla composição se revela mais agudamente. O processo do capital (como sujeito) vis a vis as decisões capitalistas. Estas qualificam aquele processo, co-determinam a dinâmica, mas delas não pode deduzir-se o controle sobre o movimento. Da mesma forma, não cabe determinismos desde as leis imanentes do capital. Ou seja, assume-se a problemática das mediações:

Cabe às leis do capital (como coisa-movimento) e à interação cálculo/concorrência capitalista a ordenação da temporalidade capitalista. A ordenação da temporalidade (lógico-histórica) da estrutura significa determinação da temporalidade de acumulação, valorização, reprodução; temporalidade do desenvolvimento e trans-

formação das propriedades fundamentais; temporalidade de criação/destruição da estrutura. Descarta-se assim a constituição de um tempo econômico arbitrário/formal, mecanismo e automatismo no processo da estrutura.

3.1 - O CÁLCULO CAPITALISTA E A CONCORRÊNCIA: PROCESSO RENDA E PROCESSO VALORIZAÇÃO/CAPITALIZAÇÃO

As demonstrações nos conduzem para a compreensão de como se processa a concorrência no entrelaçamento de capitais e ao fazê-lo apreende-se o processo de movimento do capital como um todo.

É a análise da ação mútua dos diversos capitais, complementação das Leis da dinâmica, análise (para a síntese) das modificações visíveis do capital na sociedade e de como elas aparecem no cálculo capitalista.

Como avançar esta teorização, admitindo realmente o conceito de capital tal como elaborado anteriormente? Marx fez assim a análise da concorrência, porém, ela contém insuficiências e lacunas. Cabe avançar o trabalho, inclusive, através da interlocução com autores pertinentes.

A análise da reprodução e das várias formas de valorização dos capitais constituem o eixo teórico para este fim. Em Marx a análise da reprodução aponta o processo pelo qual os capitais se entrelaçam e repõem tanto o valor como o material necessários ao movimento do capital global. A natureza do capital promove a reprodução ampliada, e a ação recíproca dos capitais a executam. Entretanto, não há mecanismo que assegure a perpetuidade do equilíbrio nas trocas entre os departamentos de produção⁽¹⁾ e portanto a reprodução ampliada do capital, executada pela interação dos capitais, se move o regime de produção o faz sob a lógica da instabilidade e da crise. O conteúdo desta lógica encontra-se na problemática da realização do lucro capitalista pelos capitais em concorrência; daí as considerações sobre a distribuição da mais-valia, sobre a formação de capital fictício a partir do crédito, a formação da taxa geral de lucro e a formação dos preços de produção enquanto modo de expressar-se o valor.

Num discurso do Século XX - o de Kalecki - aparecem também juntas a problemática da reprodução e da realização do lucro capita-

lista e pressuposta a conversão da mais-valia em lucro. A trama da instabilidade e da crise aparecerá tal como a superfície da sociedade a revela, isto é, no processo de investimento que obedece às direções dadas pelo cálculo capitalista, na formação da renda global e sua distribuição funcional (lucros/salários), no cálculo capitalista formando preços para a apropriação de uma parte do lucro geral. Entretanto a problemática realização do lucro/reprodução espelha-se no movimento do investimento que provoca instabilidade cíclica e mais que isso, dilemas para a reprodução ampliada.

Complementar as leis da dinâmica com a análise da concorrência pode ser resumido como o pensar simultâneo de uma teoria do capital e uma teoria do investimento. Mas esta não pode ser uma teoria mecânica porque o próprio conceito de capital atribui ao cálculo capitalistas uma instabilidade que não permite a sua representação mecânica num tempo exterior. A teoria do investimento, ou mais amplamente, uma teoria da dinâmica do cálculo capitalista, tem de estar permeada das determinações oriundas da lógica de valorização do capital.

É possível a interlocução com autores distintos sem cairmos na "salada metodológica", ou na "sopa eclética". Keynes percebeu aquele problema e formulou-o através da questão — os incentivos para investir. Se a economia é empresarial e monetária, se nela o dinheiro é um ativo estratégico, se a forma de riqueza permite a ilusão da liquidez, o cálculo econômico sucumbe às expectativas cambiantes e é estruturalmente instável. E o é, ademais, porque estes conteúdos não estão alijados da concorrência — quaisquer que sejam as formas de mercado —. As decisões de valorização frente ao conjunto de ativos faz-se sob a avaliação incessante, por parte dos agentes, de seus comportamentos mútuos. Quais os ativos que vale reter e quais deve-se passar adiante segundo o timing de valorização? O cálculo financeiro-monetário determina as decisões de investimento produtivo e isto, ao lado da validade do dinheiro como riqueza privada, conduz à percepção de que a realização do lucro instabiliza a evolução da produção.

Assim, a trama forjada pela ação recíproca dos capitais dá curso aos dilemas da realização do lucro via a vis a reprodução (con-

tinuidade do regime de produção). Aprofundemos a seguir os conteúdos da dinâmica do cálculo capitalista e da concorrência aos quais esclarecerão os mencionados dilemas.

A observação imediata da economia capitalista indica que o cálculo e a concorrência processam-se em mercados específicos, através das firmas decidindo o quanto investir, produzir, endividar-se, fixando margem de lucro sobre seus custos primários (salários e matérias-primas), estimando taxa de lucro sob determinada expectativa de demanda. Estas decisões corresponderiam às interações da concorrência numa determinada indústria, num determinado ramo, para a produção de determinado produto (ou produtos da mesma natureza que configurariam uma indústria ou um ramo).

A análise do movimento da concorrência que corresponde a este espaço firma/indústria conduz entretanto à identificação de que esta unidade, que se apresenta de imediato, deve ser superada (o que não quer dizer eliminada) para fins de uma teoria da dinâmica global. De fato a interação entre investimento da firma, processo técnico, acumulação interna de lucros, ampliação do stock de capital, e concorrência entre os participantes de um dado mercado, leva à superação daquela unidade. A concorrência leva a que algumas firmas logrem, pela redução de seus custos gerais, acumular uma massa de lucros e um stock de capacidade produtiva que promovem a elevação de sua participação no mercado, inclusive apropriando-se de ou eliminando firmas concorrentes. Neste processo, o cálculo sobre custos e preços ocupa um papel central para abrir, no mercado, o espaço de que estas firmas necessitam. Esta mesma concorrência faz com que as decisões sobre capacidade produtiva instalada estabeleçam taxas de expansão superiores às do mercado, o que acirra, intermitentemente, a disputa pelas participações relativas no mesmo. Esta é uma dinâmica econômico-financeira que implica concentração de capital (intensificação da relação capital/produto, elevação da participação no mercado) e centralização de capital (aglutinação de capitais) que dá aos mercados, em geral, uma estruturação oligopólica. Neste tipo de estrutura, as firmas que comandam o mercado

detêm ^â igual poder de concorrência — inovações tecnológicas, alavancagem financeira, estratégias mercadológicas. Com isto fica quase que absolutamente excluída a possibilidade de que rivais eliminem-se, com o que, a concorrência executa-se predominantemente pelas vias tecnológicas, financeira e mercadológica. Por consequência, os investimentos das firmas tendem a produzir dois efeitos: acumulação de massas de lucros e de stocks de capacidade produtiva, tendencialmente incompatíveis com os limites da indústria ou do mercado específico.⁽²⁾ Os investimentos passam a obedecer o cálculo sobre o grau de utilização dos equipamentos instalados, para este dado mercado, e as massas de lucro excedentes têm necessariamente que migrar. Ou seja, a concorrência nas estruturas de mercado oligopolizadas rompe a unidade firma/indústria ou firma/mercado. Este é um movimento geral, correspondente ao oligopólio e independente da configuração específica do oligopólio: puro ou concentrado, diferenciado, competitivo.⁽³⁾ O rompimento desta unidade não depende da definição de indústria ou de mercado⁽⁴⁾, segundo critérios de homogeneidade ou diferenciação de produtos. Isto é, para fins de compreensão da dinâmica global da economia, o que importa reter, da oligopolização, é o fato de que emergem das mais variadas indústrias — por força da concorrência — firmas que rompem a unidade originária (com seu mercado específico) devido à força das massas de lucros acumulados, diversificando assim seus investimentos por várias indústrias (setores) e calculando sua taxa de lucro de acordo com esta diversificação. (Retornaremos a este ponto). Isto não significa negar a persistência de formas de mercado onde operam pequenas empresas com poderes de mercado bem definidos, sem romper a mencionada unidade. Esta micrologia tem seu lugar ao âmbito da análise microeconômica, porém é completamente secundária (ou mesmo irrelevante) sua consideração para a dinâmica do conjunto. Ademais, estas pequenas empresas podem em alguns casos ser entendidas como apêndices, ou melhor, como controladas (acionariamente) pelas grandes empresas cuja origem foram firmas que romperam a unidade mencionada.

Assim, deve-se concluir que a análise da concorrência nos mercados ou indústrias específicas, no processo geral de oligopolização, aponta para a constituição de firmas que tendem a generalizar seu espaço econômico constituindo-se cada um dos mercados/indústrias

em que atua, partes que compõem seu cálculo econômico geral. Quando consideramos as determinações do capital, a concorrência como lei interna pondo os capitais como capital em geral, chegamos à tendência a universalização do capital. Agora, partindo da unidade firma/indústria chegamos a resultado análogo. Portanto, para fins da interação entre concorrência e dinâmica global, cabe concluir que é necessário passar do nível da firma/indústria para o de capitais centralizados, que significam o comando centralizado sobre um conjunto de empresas a partir dos quais se exerce a concorrência, segundo um cálculo econômico geral. O capitalismo contemporâneo impõe esta mediação como a adequada entre o nível firma/indústria e a dinâmica econômica em seu conjunto. Nestes capitais centralizados, está não só a combinação de diferentes empresas industriais, como financeiras e comerciais. O formato organizacional pode ser variado — conglomerado, grupo, holding —, a origem pode estar numa empresa não-financeira ou financeira, mas o que há de comum é serem capitais centralizados com tendência a generalizar a concorrência, o seu espaço econômico-financeiro, e o cálculo econômico geral para a valorização. Por isto, do ponto de vista de uma teoria da dinâmica, o conceito a ser retido é o de capitais centralizados. Os capitais centralizados configuram-se como centros gravitacionais de vários mercados financeiros e não-financeiros. Este movimento das firmas/indústrias (ou estruturas de mercado) aos capitais centralizados — mediação para a dinâmica global — é a passagem adequada ao conceito de capital que resgatamos e à temporalidade lógico-histórica (significação de dinâmica) própria do movimento capitalista.

O movimento de concorrência e oligopolização implica o posicionamento dos capitais como capital em geral — lei fundamental da concorrência — e assim, o que é pertinente é compreender a mobilidade do capital a partir da "estrutura interna das unidades sobreviventes dos próprios capitais" ao invés de fazê-lo a partir de noções como "indústria" ou "mercado".⁽⁵⁾ Neste ponto, mostra-se extremamente fértil e correta a análise de James Clifton que atribui aos capitais sobreviventes aos processos de concentração e centralização, o caráter de valor progressivo ("cada firma como a capital do Capital, uma soma de pure self-expanding value, uncostrained in investment possibilities by geography, culture, commodity or industry" —⁽⁶⁾).

A mudança substantiva a registrar na concorrência não está no âmbito da formação de preços, mas sim no fato de que a competição passa a ser de tipo interindustrial e não apenas intra-industrial. A visão da concorrência subordinada à teoria dos preços é, no fundo, um viés neo-clássico, tendo o intercâmbio como objeto de sua preocupação teórica. A concorrência predominante é aquela entre unidades de capital e não entre produtos⁽⁷⁾. As empresas são multi-industriais, respondendo as unidades de capital às taxas diferenciais de retorno⁽⁸⁾. As inovações de processos persistem, mas a supremacia é de inovações e diferenciações de produtos, com o que os capitais criam e recriam novas esferas de produção e valorização. A concorrência intersetorial passa a característica dominante. A mobilidade de que são dotados estes capitais centralizados promove uma contínua alteração do commodity space⁽⁹⁾ no qual eles competem. Trata-se de tornar obsoleto o produto, a mercadoria, o setor, o espaço econômico ocupado pelo capital concorrente. Rompem-se as fronteiras dos mercados pelo movimento combinado inovação/valorização, que torna inviável definir mercados fechados em si mesmos, com número definido de firmas concorrentes, uma vez que a inovação e diferenciação de produtos pode implicar a criação de um mercado/produto substituto (as indústrias de aço não apenas competem entre si mas enfrentam a competição dos produtores de alumínio e de plástico)⁽¹⁰⁾.

Estes capitais centralizados criam uma vida organizacional de tipo conglomerado/corporate structure, desenhada com "purely financial criteria in mind"⁽¹¹⁾. Organizações empresariais portanto, de corte multi-industrial, multifuncional (aglutinação de empresas financeiras e não-financeiras) e multinacional.⁽¹²⁾

A concorrência capitalista não pode estar encerrada e subsumida na idéia de intercâmbio ou de atividade de mercado entre vendedores e compradores⁽¹³⁾. Assumir a natureza do capital implica apreender a concorrência (e o capital) no processo de generalização e universalização decorrente da relação que já demonstramos entre concorrência e capital em geral.

Isto posto cabe advertir que não se pode ir ao ponto - como faz Clifton - de identificar um evolucionismo da concorrência no capitalismo, como se o desenvolvimento deste assegurasse unicamente o aperfeiçoamento crescente daquela. Não, na verdade, conforme já demonstramos, cabe apreender a tensão entre livre concorrência e monopolização. Nisto está envolvida também uma questão de temporalidade. O timing da concorrência, em suas diversas formas, no movimento de instabilidade e crise. Clifton reconhece isto ao mencionar a relação entre periodicidade da concorrência e "business cycle"⁽¹⁴⁾, porém não o desenvolve e, assim, o conjunto de seu texto admite este senão. Voltaremos a este ponto na terceira parte, como retornaremos à relação entre concorrência, igualação da taxa de lucro e preços, ainda neste capítulo.

Posta esta compreensão da concorrência, que é a pertinente ao conceito de capital e àquele de dinâmica, cabe revisar alguns conceitos atrelados ao cálculo capitalista e às decisões de investir.

O declínio do grau de utilização planejada, utilizando-se o corte analítico firma/indústria, produz, na formulação Kalecki-Steindl, a queda da taxa de investimento e por consequência a reversão cíclica recessiva ou mesmo um trend estagnacionista. Isto, porque o cálculo capitalista era proposto como imediatamente sensível àquela variável. A superação deste corte analítico sugere mediações adicionais: a queda do grau de utilização na firma/indústria, os capitais centralizados tenderão a responder com um cálculo econômico voltado para a diversificação dos investimentos, acompanhados de inovações tecnológicas na linha de diferenciação de produtos e criação de novos mercados. Para tanto é necessário a vigência de um quadro financeiro - crédito e taxa de juros - compatível com a manutenção da expansão. Admitidas estas condições não há porque passar imediatamente da decisão firma/indústria/grau de utilização para uma resultante macroeconômica de reversão cíclica, ainda mais quando já vimos que tal globalidade cíclica implica a adoção de restrições paramétricas que implicam uma temporalidade mecânica, um cálculo mecânico. Isto não significa a eliminação do papel analítico do grau de utilização, porque é evidente que, mesmo admitida a

diversificação mencionada, chegará o momento em que as indústrias comandadas pelos capitais centralizados apresentarão uma ociosidade que acabará por fazer declinar a taxa de investimento.

Entretanto, adotando-se o cálculo desde o movimento dos capitais centralizados (e da concorrência que lhes corresponde), impõe-se a consideração teórica sobre crédito/finanças e inovações. Isto, aliás, é coerente com a posição da Parte I de não dissociar "ciclo" e "tendência". Pois bem, o poder de concorrência detido por aqueles capitais assegura-lhes uma capacidade de mobilização de crédito e de inovações que determinam um efeito compensatório (finitamente) da instabilidade associada à interação investimento/stock de capacidade produtiva/demanda/grau de utilização. Aquela mobilização, ademais, é extremamente potenciada pelo fato de que o cálculo daqueles capitais permite distender os limites impostos pelo princípio do risco crescente (Kalecki) ou pelo gearing ratio (Steindl).⁽¹⁵⁾ Os capitais centralizados, (não submetidos às limitações implícitas no corte firma/indústria, frente ao mercado de capitais), estruturados em empresas multi-funcionais, podem acelerar a alavancagem financeira; podem transgredir a máxima de que "investir é emitir dívidas e reduzir liquidez"⁽¹⁶⁾, no sentido de que investem, inovam, fazem dívidas, porém, simultaneamente, viabilizam liquidez (via suas empresas e funções financeiras); e, desta forma, instauram expectativas expansionistas ("boom"), que encontram correspondência na dilatação dos investimentos, fazendo, entretanto, emergir, simultaneamente, a dilatação das dívidas, o cálculo especulativo (tanto nas expectativas de ganhos produtivos – euforia das vendas – quanto de ganhos financeiro-contábeis) e a ilusão da liquidez. Esta circulação financeiro-monetária é a instabilidade por si mesma, que dá ao cálculo uma vulnerabilidade especial frente a câmbios de expectativas altamente prováveis, não por razões psicológicas (embora elas não estejam ausentes) – mas porque a concorrência entre os capitais, nos vários mercados, pode produzir bruscas alterações de preços relativos que desatem decisões em cadeia que destruam as expectativas expansionistas. A capitalização, possível, no tempo eufórico, via mercado de ações, pode ganhar uma autonomia que venha a dar prioridade às transferências de propriedades de ativos ao invés de produção de novos ativos produtivos.⁽¹⁷⁾

As especulações com ativos financeiros, com reservas cambiais, com matérias-primas, podem cumprir o mesmo papel. Conturba-se assim o cálculo econômico. Semelhante potenciação promovida pelos capitais centralizados vai além da instabilidade pensada por Keynes. A preferência pela liquidez transforma-se em ilusão da perenidade da liquidez ou ilusão da liquidez perene, antecedendo assim a própria queda da eficiência marginal do capital. Esta instabilidade financeiro-monetária é que por si pode sinalizar ao cálculo capitalista a ruptura do fluxo inovador, substituindo pela atração da valorização financeiro-monetária imediata, fazendo então aparecer os efeitos depressivos da ociosidade do capital sobre as decisões de investir.

Detenhamo-nos na seguinte questão teórica: a idéia de demanda efetiva comanda a relação estratégica do ganho capitalista com o tempo econômico. Faz-se necessário retornar a esta questão — já tratada na Parte I — para a compreensão da realização do lucro capitalista, da valorização em geral e da reprodução.

Na teoria da demanda efetiva está a chave da instabilidade capitalista. A formação da renda — salários e lucros — que é a forma visível de animar a reprodução sócio-econômica, depende das decisões capitalistas sobre, fundamentalmente, seus dispêndios de investimentos.

Estas, entretanto, obedecem a um cálculo geral de valorização feito sob a égide da concorrência. Conseqüentemente, não há controle sobre o processo de formação da renda, uma vez que esta é uma resultante global das decisões de rivais capitalistas. O lucro de cada unidade de capital é permanentemente uma incógnita, uma vez que depende de decisões correspondentes a outras unidades de capital. A cada momento existe o lucro já realizado e o lucro expectável. O percurso do tempo e as decisões/cálculo formam o processo que determinará o lucro. O risco inerente à realização do lucro imprime ao cálculo capitalista uma contradição muito especial: a capitalização e a liquidez impõem-se como normas de cálculo devido a que o lucro derivado dos investimentos é fundamentalmente uma categoria expectável. Isto é tanto mais exequível na medida em que avançou a constituição de capitais centraliza-

dos. Viabiliza-se esta prática através do que Keynes chamava de "os mercados organizados de investimentos"⁽¹⁸⁾. Ora, a capitalização e a liquidez – manifestações plenas da riqueza privada – trazem em seu bojo o antagonismo com a riqueza social, porque são formas de realizar e manter lucro que se opõem à formação da renda, atrelada aos investimentos produtivos. No entanto, é a própria natureza do lucro capitalista, eivado de expectativas, que dá aquela natureza ao cálculo econômico no capitalismo. Sendo a formação recorrente da renda, a trama econômica visível da reprodução, aquela que sanciona a realização de lucros e salários, e estando aquela formação dependente de um cálculo econômico contraditório, compreende-se o que denominávamos os dilemas da reprodução e valorização. Entre o processo Renda e o processo Capitalização é posta em jogo, tendencialmente, a reprodução capitalista.

Assim, considerar a teoria da demanda efetiva como elo entre uma teoria do capital e uma teoria do investimento, possibilita a compreensão das interações entre valorização e concorrência: a tríade Renda, Capitalização e Reprodução capitalista sintetiza a questão da instabilidade desestruturadamente que aponta para uma teoria da crise.

Isto é, as decisões de investimento na teoria da demanda efetiva promovem a instabilidade na realização do lucro. Não somente porque o fluxo contínuo dos investimentos produtivos, adequado à expansão continuada da renda, dependa de uma sincronização inter-setorial (ou interindústrias) que a concorrência torna, intermitentemente, inexequível. Mas, também, porque as decisões de investimento que conformarão a demanda efetiva se dão simultaneamente a decisões de valorização que são relativamente autônomas vis a vis o processo de formação da renda. ou seja, a circulação financeira, lastreada em diversos ativos financeiros – ações, títulos da dívida pública, títulos de dívida do mercado monetário, entre outros – tem uma temporalidade de valorização, realização de ganhos monetários, que é relativamente independente da circulação renda/produção. As

financeira) que contém em seu bojo a formação de capital fictício. Estas duas ordens, ao possuírem temporalidades distintas de valorização dão aos capitais centralizados a possibilidade de valorização simultânea em ambas. É uma lógica de valorização presidida pelo capital financeiro que é o ordenador da busca de lucro geral por parte daqueles capitais. O específico do período de monopolização é a simultaneidade do cálculo capitalista nas duas ordens, e a consequente possibilidade da instabilidade originar-se autonomamente da circulação financeira. É mais que isso, a persistência da instabilidade financeira, na crise, vir a cercear as potencialidades de recuperação oriundas do processo de formação da renda. (Isto pode ser exemplificado com a incapacidade da simples recuperação do grau de utilização promover a expansão dos investimentos, tal como é pressuposto no esquema cíclico). O processo Renda é o que executa, ao nível dos preços capitalistas, a exequibilidade da reprodução ampliada (reposição em valor e em matéria). Na medida em que o capital e o cálculo capitalista determinam a tensão entre processo Renda e processo Capitalização e, especialmente, quando o predomínio deste é a tendência, nas crises, é a própria reprodução do regime capitalista que está em questão. Não há a autonomia da totalidade cíclica. É isto porque a própria concorrência – razão interna do capital – impõe este movimento aos capitais na tendência à igualação da taxa de lucro geral. Isto nos conduzirá em seguida a discutir o problema da formação dos preços capitalistas.

Antes sintetizemos alguns pontos, originados da formulação sobre centralização e capital financeiro, cálculo capitalista e concorrência, e que, a rigor, conectam com a formulação de capital em geral.

O capitalismo plenamente desenvolvido é uma economia financeiro-monetária instaurada pelo capital em geral pelos capitais em concorrência. Este devir da estrutura já está posto tecnicamente desde a transformação do dinheiro em capital, o que traz, logicamente, a questão da totalidade do capitalismo financeiro – estrutura e movimento com dominância financeira. Importa apreender o objetivo financeiro-monetário da economia mercantil capitalista não apenas no sentido de que a circularidade da produção arranca e completa-se com o

dinheiro funcionando como capital (apreender-se-ia assim unicamente o dado monetário); como também apreender que é desde este caráter financeiro-monetário que o capital se revelará como uma "mercadoria em si mesmo", constitutivo de um mercado financeiro-monetário que gira em torno do capital como mercadoria.

É o resultado deste desdobramento lógico e histórico — um mercado de empréstimos monetários e de circulação de títulos financeiros — que, em geral, é tomado como uma simples dimensão natural e funcional da dinâmica capitalista, que enquanto tal, no máximo, admitiria algum tipo de problematização teórica em torno da taxa de juros, considerada apenas como o "custo do dinheiro", seja na versão da "abstinência de consumo" ou na de "concessão de liquidez". Este resultado é, no entanto, somente uma ponta do "iceberg".

A constituição do Capital como entidade complexa é simultaneamente motivo e resultado do processo global de acumulação/reprodução sob a lógica da concorrência. Como tal entidade, o capital, como sujeito do processo do regime de produção capitalista, como o agente propriamente dominante da dinâmica, só pode ser a síntese das distintas formas de apropriação de riqueza. A interdependência das condições técnico-econômicas e financeiro-monetárias, decorrente da continuidade do movimento acumulação/reprodução, determina que, para fins desse movimento, só tenha sentido um conceito de Capital que fusione as modalidades. Na ausência deste conceito de Capital deixa-se de apreender o conjunto de determinações da dinâmica.

A inevitabilidade de considerar-se essa determinação complexa do Capital é aqui adotada tendo em vista o objeto teórico em questão: a instabilidade dinâmica do capitalismo, inclusive como ela aparece nas flutuações e na antinomia da tendência. Nesta dinâmica, é este Capital que se impõe como razão interna na dinâmica do cálculo capitalista, e que, assim, ordenará os dispêndios capitalistas. É necessário entender que essa complexidade do Capital se expressa heterogêneamente no conjunto formado pelos capitais singulares. Há partes alíquotas do capital global que já são a encarnação daquela entidade complexa geral e há outras que ainda não o são, e não necessariamente virão a sê-lo. As primeiras são as unidades de

Capitais centralizados monopolicamente, que detêm, por isso mesmo, o poder integrado de concorrência. Entretanto, aquela heterogeneidade não é obstáculo a que o movimento global obedeça ao capital como entidade complexa. A realização disto se faz, tanto pelo resultado da ação particular de cada modalidade (industrial, bancária, mercantil) de capital que, ao relacionar-se com as demais fundam a complexidade; como pelo fato de que a formação de capitais representantes daquele caráter geral é, ao mesmo tempo, a instauração de agentes dominantes, e de princípios de concorrência, entre estes e entre todos os capitais, que não só estabelecem a norma geral de cálculo, para cada capital, como afetam a reprodução e a riqueza capitalistas, permitindo, que o Capital em geral, tenha, em sua temporalidade, espelhadas, para si mesmo, tanto a miragem de seu apogeu como a de sua destruição.

Podemos então formular que os dispêndios capitalistas assim determinados geram não só um processo renda como um processo valorização/capitalização que, não só contém aquele, como o transcende, porque ele não é apenas um processo monetário de realização dos lucros produtivos (derivados da produção de mercadorias) mas é o processo financeiro-monetário da realização geral e transcendente da valorização capitalista. Vale dizer, é o campo da realização global da capitalização, que implica uma superação do capital como produtor de mercadorias, no sentido de formação de capital fictício. Esta formação não é apenas um aspecto da crise, é um dado permanente do Capitalismo. Assim, é necessário considerar aquele processo como motivo intrínseco do Capital de fundar o seu próprio campo de movimento autônomo, enquanto mercadoria.

3.2 - VALOR, PREÇOS CAPITALISTAS E TAXA DE LUCRO: "FICÇÃO SOCIAL" NA REALIDADE E REALIDADE DA "FICÇÃO SOCIAL"

Em razão das determinações do capital como valor progressivo faz-se necessário, neste momento, considerar o problema lógico da posição do valor em relação à taxa geral de lucro e aos preços capitalistas.

Esta questão corresponde ao que Marx chamava de "... formas concretas que brotam do processo de movimento do capital, considerado como um todo"⁽¹⁹⁾. O processo da produção capitalista, em seu conjunto – objeto do livro terceiro de Marx – implica compreender, sem perda dos conteúdos do capital em geral, aquilo que o nível da concorrência explicita como complementação de leis: preços de produção/distribuição da mais-valia, tendência da taxa de lucro, desdobramento do lucro nas formas lucro empresarial, juros e renda da terra.

O propósito aqui, portanto, é o de resgatar as determinações do capital em geral e ao mesmo tempo avançar o trabalho sobre o nível da concorrência. Aquele resgate requer compreender – no momento da discussão dos preços capitalistas – que a lei do valor, no capitalismo, transfigura-se em lei de valorização. Permanecem as determinações do capital como valor progressivo, porém não é pertinente estabelecer uma equivalência entre um sistema de valores relativos e um sistema de preços relativos de equilíbrio.

Ou seja, assume-se aqui a posição de que a lógica de determinações do capital, como valor progressivo, não deve ser identificada com a de uma teoria dos valores como base para uma teoria dos preços relativos, porque para tratar do movimento do capital (dinheiro progressivo) Marx não se baseia numa teoria do valor mas sim "... numa fenomenologia do valor de cambio, modo em que se expressa o valor".⁽²⁰⁾

Por que? Justamente porque, na sociedade mercantil capitalista, a posição do valor é uma posição negada. Isto é coerente com o que já foi tantas vezes lembrado (e poucas vezes compreendido):

Marx não parte do valor, parte das mercadorias. A análise destas mostra que os produtos do trabalho humano assumem a forma-valor. Na sociedade mercantil, o valor de uso (de cada trabalho concreto) resulta numa mercadoria e exprime-se como valor. O surgimento do valor de troca advém do posicionamento das mercadorias umas frente às outras na forma (estrutural) valor; determinando-se o valor de troca no processo mesmo das trocas. O intercambio, portanto, o que faz é promover a sociabilidade e revelar cada trabalho como elemento do trabalho social. A mercantilização da produção o que faz é promover a realidade de que a substancia do valor é o trabalho abstrato. E a mercantilização que faz cada trabalho concreto ser social, enquanto trabalho abstrato, e assim os produtos do trabalho assumem a forma valor e, nesta forma socializada, a substancia correspondente é o trabalho abstrato. Agora, atenção, isto não significa que se possa reduzir o valor de cambio (e os preços) a quantidades de trabalho. Vejamos. Trabalho abstrato e valor são abstrações sociais reais porque é a própria mercantilização que opera a redução do concreto ao abstrato – do trabalho concreto ao trabalho abstrato, do valor de uso ao valor. Esta é portanto uma primeira determinação teórico-abstrata-real.

Seguem-se, entretanto, as determinações complementares. Mesmo na sociedade mercantil simples, o valor de troca não está determinado pelas quantidades de trabalho empregadas individualmente, sendo que o valor de troca efetivo decorre do próprio intercambio que constitui o tempo de trabalho socialmente necessário. Com base neste, na sociedade mercantil simples, as mercadorias trocar-se-iam segundo seus valores. Entretanto, advirta-se que mesmo ali, já a existencia do tempo de trabalho socialmente necessário, indica que, considerando a fenomenologia do valor de troca, este não pode ser reduzido absolutamente a quantidades (originárias) de trabalho.

Mas isto não é tudo. A generalização do intercambio e o avanço da divisão social do trabalho promovem a substantivação do valor de troca no dinheiro, este como representação do trabalho abstrato. Mas na sociedade mercantil capitalista o dinheiro está transformado em capital; ele não é apenas o valor de troca substantivado, está autonomizado frente aos produtores; e sendo o

processo de trabalho não apenas para a troca mas sim para a valorização, o fim é o incremento do dinheiro como capital. Ora, então, se o dinheiro era a representação do trabalho abstrato e transformou-se em coisa autônoma, como capital, frente aos produtores, o que assistimos é que o dinheiro enquanto capital é a substância trabalho abstrato tornada sujeito. O incremento do dinheiro como capital é o processo do valor progressivo, valor cuja substância era o trabalho abstrato. O capital como valor que se valoriza contém a oposição (entre a substância trabalho abstrato e o movimento-sujeito). É esta oposição que transfigura a lei do valor em lei do processo de valorização. É esta determinação que já traz em si o fato de que, no capitalismo, o valor de troca não possa mais ser reduzido às quantidades de trabalho. O valor-trabalho é negado. Porque o capital como sujeito – valor progressivo – comandará os preços. E o cálculo capitalista implicará – admitida a livre concorrência como propriedade do capital – que a capitais iguais devem corresponder iguais taxas de retorno. A vigência de diferentes composições orgânicas realiza então a negação do valor – impossibilidade da redução dos valores relativos a quantidades de trabalho – que está na oposição trabalho abstrato/movimento-sujeito.

Esta lógica deixa claro que para Marx não se trata de reduzir a quantidades de trabalho os preços; isto é, um sistema de valores relativos não tem vigência com a presença do capital e, assim, muito menos a passagem daquele a um sistema de preços relativos. O problema (e a solução insuficiente) da passagem dos valores aos preços de produção existe em Marx. Não se deve escamoteá-lo, mas, sim, refletir sobre o modo de avançar coerentemente com o que demonstramos acima. (retornaremos a este ponto).

Então a transfiguração da lei do valor em lei do processo de valorização significa o seguinte: o valor-trabalho está negado como determinante de um sistema de valores e preços relativos, entretanto, o valor está afirmado no capital – como valor que se valoriza – movimento-sujeito em oposição a trabalho abstrato.

A negação tem várias implicações, sintetizadas em que o valor de cambio é a forma do valor. O valor de cambio como forma,

entretanto, não é fiel ao valor; o preço é a forma necessária – dada a ação recíproca dos capitais – e adequada, mas não é uma forma fiel ao valor. ⁽²¹⁾

Do ponto de vista lógico, na sociedade mercantil simples, ao existir tempo de trabalho socialmente necessário, as mercadorias trocar-se-iam por seus valores. Entretanto, historicamente, em tempos pré-capitalistas não está posto socialmente o tempo de trabalho, logo não se pode dizer da vigência da lei do valor. É o capitalismo – como sociedade mercantil – que põe lógica e historicamente, o tempo de trabalho socialmente necessário; porém, é também o capitalismo que nega a troca segundo a lei do valor, e impõe os preços de produção (preço de custo mais taxa média de lucro) às mercadorias que são produtos do capital. É através desta contradição que se compreende a categoria valor.

A afirmação desta categoria se faz através de expressões fenomênicas que não lhe são fiéis. ⁽²²⁾ É pela lei da mais-valia que se afirmam as determinações do valor no processo de valorização. Este significa que o capital em geral se apresenta como valor progressivo pela ação recíproca dos capitais. À forma fenomênica preço correspondo o Lucro como transfiguração da Mais-Valia. A afirmação da lei do valor como lei de valorização só pode dar-se através do seguinte: a relação tempo de trabalho não-pago/tempo de trabalho pago, correspondente ao capital social, determina o sentido da variação da taxa geral de lucro. Sendo aquela uma determinação proveniente do capital em geral, cada capital individual mover-se-á pela lei de valorização, buscando o lucro com a ampliação da produtividade do trabalho. O cálculo capitalista, em concorrência, realiza aquela lei de valorização, ainda que o cálculo não seja conscientemente efetuado em termos de quantidades de trabalho e mesmo que as taxas de salário deixem de ameaçar os lucros individuais. A concorrência por progresso técnico entre os capitais rivais realiza a pretensão do cálculo capitalista em atingir a taxa geral de lucro que só se amplia se ampliar-se o tempo de trabalho excedente global em relação ao tempo de trabalho pago em proporção superior à ampliação da composição orgânica. O movimento concorrência progresso técnico/acumulação (conversão da mais-valia em capital) obedece à

lei da mais-valia como lei de valorização do valor-capital ainda que na superfície da sociedade, na consciência e no cálculo dos capitalistas, seja invisível esta determinação que corresponde ao trabalho abstrato como substância do valor. Esta invisibilidade, aliás, registre-se de novo, tem tudo a ver com a oposição trabalho abstrato/capital como movimento-sujeito.

O que está demonstrado é o seguinte: 1) A afirmação da lei de valorização está "no movimento do capital considerado como um todo" e portanto na equivalência global entre mais-valia e lucro, este como transfiguração daquela. Porém, atenção, porque esta transfiguração só pode dar-se ao nível do capital como um todo, já que a busca pelos capitais individuais de lucros equivalentes para capitais equivalentes (infidelidade do valor de troca ao valor) rompe, para cada capital, a equivalência entre mais-valia e lucro. Este é a forma fenomênica, mistificada, daquela; 2) Entretanto, vejamos que as formas concretas que brotam daquele movimento de conjunto, as formas que aparecem na superfície da concorrência, são a negação da possibilidade de reduzir aquelas formas a quantidades de trabalho, e, neste sentido, o valor fica em posição negada. Mas isto se deve à lei fundamental da concorrência e à relação entre esta e o capital em geral. Com isto quero dizer que à negação, num nível, corresponde a afirmação noutra nível. Quando discutimos a posição teórica da concorrência alertávamos já sobre este ponto. Na concorrência, a lei fundamental se desenvolve de maneira diferente daquela baseada no valor e na mais-valia dizia Marx. O valor fica determinado não pelo tempo de trabalho em que foi produzido (trabalho contido), mas sim pelo tempo de trabalho necessário à reprodução. É somente assim que o capital singular é posto realiter nas condições do capital em geral. A aparência, ele dizia, é como se a lei originária tivesse ficado sem efeito. É assim que o movimento do capital mesmo põe o tempo de trabalho necessário. Na concorrência as determinações apresentam-se inversamente do que ocorria com o capital em geral — neste o preço determinado pelo trabalho; naquela, o trabalho determinado pelo preço. ⁽²³⁾ Ora, o que isto significa com todas as letras é que a negação do valor nas formas concretas, na interação entre os capitais, é o modo mesmo destes capitais afirmarem-se como capital em geral e afirmarem assim (negação via forma fenomênica) a determinação originária do valor-capital. E es-

ta contradição do valor, assim o é, porque a concorrência é a natureza interna do capital, a tendência interna como necessidade exterior, o capital só existindo como muitos capitais e, conseqüentemente, sua autodeterminação apresentando-se como ação recíproca dos mesmos entre si. (24)

Como analisar, à luz desta demonstração, o problema da transformação dos valores aos preços de produção, em Marx? Sem dúvida, o problema foi posto no livro terceiro e deu origem à "história da transformação" conforme observou Napoleoni. (25) A verdade está em que, ali, Marx vive uma ambigüidade mesmo. Há um caminho errado ao lado de outro caminho certo. Este é o que corresponde à linha da demonstração anterior e que a partir da equivalência global entre mais-valia e lucro conduz à formação da taxa geral de lucro. O erro consiste em passar de um sistema em quantidades de trabalho (sistema de valores) para um sistema de preços. Erro porque, como vimos, a determinação em valor só é pertinente ao nível do capital em geral, que, como termo médio, uma abstração para a mediação, permite sustentar a equivalência global. Entretanto, quando a concorrência é considerada, as determinações invertem-se e sequer é possível pensar em sistema de valores relativos, com o capital, e, como já dissemos, muito menos pensar a passagem de um sistema que não existe (do angulo lógico-histórico) para um sistema de preços.

Detenhamo-nos nos contornos do erro. Devemos esclarecer o 'erro' ou insuficiência de Marx que originou aquela "história" como também esclarecer o "erro" dos comentadores que fizeram esta "história". O "erro" destes consiste em acreditar que este caminho era o único possível na obra do autor. Ou seja não buscam o desenvolvimento coerente, na obra de Marx, com o outro caminho, que foi o que demonstramos.

É sintomática a forma como Napoleoni explica o dilema de Marx:

"Assim pois, qual é o dilema ante o qual se encontra Marx? Que o movimento real, ou seja, a natureza e as

leis da economia capitalista, foram representadas e descritas por ele até o momento mediante a lei do valor; agora descobre que este movimento real, tal como se expressa na realidade da concorrência, é inconciliável com a lei do valor. Mas se é inconciliável com a lei do valor — que por outro lado segue sendo para Marx o fundamento da produção capitalista — então quer dizer que o movimento real é incompreensível, ou seja não é reduzível a uma lei. Este é o problema com o qual se enfrenta Marx". (26)

Pode-se dizer que todos os que seguem o caminho da transformação do sistema de valores aos preços concordariam com esta síntese de Napoleoni. Entretanto, os leitores que seguiram as demonstrações desta Parte II hão de concordar que esta posição é um equívoco escandaloso. O equívoco é dizer que ao defrontar-se com os preços de produção Marx desencantou-se, embasbacou-se, com a lei do valor. Ora, o equívoco escandaloso é dizer que este é o problema do Marx. É não perceber todo o outro caminho que tem a ver com capital, concorrência e posição negada do valor, perseguido por Marx desde os Grundrisse.

A trilha da transformação dos valores aos preços, aberta por Marx, não é compatível com o conjunto da estrutura e do movimento de seu próprio pensamento, e se aduzirmos a isto o fato de que, ademais, nesta trilha, ele cometeu insuficiências lógico-formais, entenderemos a longa vida da "história da transformação".

Quais as insuficiências lógico-formais? A raiz está em que a solução de Marx foi parcial: ela aplicou a taxa geral de lucro apenas aos produtos e não o fez aos elementos que constituem o capital. Assim, os meios de produção e os meios de subsistência que entram na produção de cada produto não foram transformados de valores a preços. Assim, diz Napoleoni, "... uma mesma mercadoria é calculada de dois modos distintos: é calculada como um preço se sai do processo produtivo, é calculada como um valor se entra nele". Chegasse assim ao absurdo de que uma mesma mercadoria tem duas relações de troca "... das quais uma coincide com o preço quando a mercado-

ria é um meio de produção." (27)

Tanto não é uma situação de equilíbrio, aquela em que as taxas de lucro são distintas entre os ramos, como não o é aquela situação em que uma mercadoria tem diferentes relações de troca. Atentemos para o fato de que caminhar por esta trilha, suprimindo os percalços lógico-formais, vai contrabandeando, para aquilo que seria o problema de Marx, conceitos que lhe são estranhos tais como o de um sistema de preços relativos de equilíbrio.

O ponto seguinte da "história" é desqualificar a taxa geral de lucro tal como ela foi formulada por Marx, isto é, em termos de valor - valor do produto excedente e valor do capital. Se se deve transformar o valor do capital em preços como é possível ter a taxa geral de lucro calculada em valor? Também, como se pode calcular os preços antes da taxa de lucro, se os preços incluem a taxa de lucro? A conclusão lógica é que preços e taxa de lucro devem ser calculados simultaneamente, através de um sistema de equações.

Se se monta um sistema de equações "a la Sraffa" chega-se à transformação de todos os valores incluindo os do capital. (28) Entretanto, a taxa de lucro obtida já não coincide com aquela da solução de Marx, que provinha de um cálculo em valor e que aplicada aos valores dos produtos os transformava em preços. Porém a taxa de lucro obtida pela transformação simultânea não tem mais nada a ver com a taxa de lucro calculada em quantidades de trabalho; não é mais a taxa de lucro concebida a partir da equivalência global entre mais-valia e lucro, entendido este como transfiguração daquela. Então, pergunta-se: "... que sentido podemos dar à proposição de que os valores determinam os preços? Este é o problema." (29)

Mas não apenas isso. Seguindo a mesma trilha, há novos percalços. Na solução anterior, o capital constante e o variável estavam constituídos por uma mercadoria cada um. Cada um correspondia a um agregado de mercadorias e isto implicitamente significava que as mercadorias que de fato compunham cada um dos agregados se trocariam ainda, entre si, pelos valores. A transformação ainda está incompleta. (30)

A solução final apresentada na nota 30, de fato corresponde a uma determinação dos preços e da taxa de lucro a partir das únicas magnitudes dadas que são os valores de cada mercadoria individual. Percebe-se que aqui o ponto de partida são os valores-trabalho contidos (dispendidos na produção) em cada mercadoria individual. Portanto já se perde a inversão que é promovida pela concorrência: tempo de reprodução ao invés de tempo contido. Perde-se a contradição da categoria valor, ficam equalizados valor e valor de cambio; perde-se o movimento valor de uso, valor e valor de cambio; perde-se o sentido da inversão segundo a qual, com o capital em geral, o preço é determinado pelo trabalho e, na concorrência, o trabalho determinado pelo preço. Ademais, na solução lógico-formal completa, a taxa geral de lucro pensada coerentemente com o movimento teórico capital singular – capital em geral (termo médio) – capital global, já não tem nenhum sentido teórico.

Concluindo, o ponto crucial é o seguinte: as quantidades de trabalho expressas nos coeficientes do sistema de equações desempenham simplesmente a função de medir as quantidades de mercadorias. Assim, a hora de trabalho pode vir a ser substituída por outra unidade de medida, tantos hectares de trigo, sem nenhum prejuízo, para a determinação simultânea de preços e taxa de lucro.⁽³¹⁾ "Em lugar das quantidades de trabalho, podemos por as correspondentes quantidades físicas de mercadorias, e de tal modo podemos determinar a taxa de lucro e o sistema de preços independentemente das quantidades de trabalho contidas nas mercadorias".⁽³²⁾

A trilha da transformação é um beco sem saída. Chega-se a uma determinação dos preços independentemente dos valores. Sraffa é bem sintetizado por Napoleoni – "... a taxa de lucro e o sistema de preços de produção são determinados a partir, simplesmente, de uma determinada configuração produtiva, ou seja, a partir de quantidades físicas de mercadorias, de quantidades físicas de produtos e meios de produção, sem nenhuma referência a quantidades de trabalho objetivadas nas mesmas mercadorias."⁽³³⁾

O resultado não poderia ser outro. O próprio Marx teria chegado a este, caso houvesse dedicado seu tempo – talvez como um hobby ex-cêntrico em seguir esta trilha com a qual desviou-se, momentânea-

mente, de seu próprio caminho estratégico. Para tanto, teria de construir um modelo de equilíbrio geral onde se determinassem preços de equilíbrio com um sentido matemático inequívoco. Nada seria mais estranho ao seu caminho estratégico. Tanto é assim que, como lembrou-nos o próprio Napoleoni, Marx, ao perceber que, naquela trilha, seria necessário também transformar os valores das mercadorias que compõem o capital, concluiu: "Não é necessário, para os fins da presente investigação, seguir aprofundando neste ponto."⁽³⁴⁾

Napoleoni segue achando que o problema de Marx, e daqueles que o tomam como inspiração teórica, é a "transformação" na qual ele — Marx — fracassou.⁽³⁵⁾ (208) Para Napoleoni o problema segue aberto.⁽³⁶⁾ Uma das posições pós-Sraffa que ele desqualifica assemelha-se, ainda que seja menos ampla, à posição que é adotada por nós. Tratemos de responder às críticas de Napoleoni.

Ele a chama de terceira posição: seria aquela que elimina o problema da transformação deixando de lado a categoria valor de cambio. "Os produtos da economia capitalista são valores antes da troca e independentemente da modalidade de desenvolvimento da troca." Para esta posição, segundo ele, a troca intervem num segundo tempo lógico, para redistribuir a mais-valia entre os capitais individuais. Ele considera que haveria uma "elusão da análise do capital da categoria de valor de troca: por uma parte está o valor; por outra o preço de produção; nem o valor tem sua prolongação no valor de câmbio nem o valor de câmbio é a premissa imediata do preço de produção. Assim, certamente, o problema da "transformação" fica eliminado, porque o valor e o preço de produção permanecem cada um em sua própria esfera, sem que surja sequer o problema de sua relação."⁽³⁷⁾ Frente a isto, Napoleoni não nega que a categoria de valor tenha procedência com respeito à categoria de valor de câmbio — "as mercadorias se trocam porque são valores" (Marx) e não, "as mercadorias têm valor porque se trocam" (economia burguesa). Mas, ele trata de "... reafirmar que sem o valor de câmbio, ou seja sem a realização do valor no mercado como conjunto de relações entre quantidades de trabalho, o valor nem sequer existiria, porque os produtos não assumiriam a forma de valor". ... o problema da relação com o preço de produção sim se coloca, porque também o preço de produção é uma relação de câmbio."⁽³⁸⁾

Há semelhanças entre esta posição e a que venho defendendo. Porém, insisto, minha posição é mais completa, a meu juízo. Respondendo a Napoleoni darei mais uns passos para especificar minha colocação.

Desde logo, não se trata de abandonar a categoria valor de câmbio, mas de localizá-la lógica e historicamente. Trata-se de compreendê-la como a forma fenomênica infidel ao valor, ainda que adequada. Não se trata de que a troca intervenha num segundo tempo lógico. É que a troca, a mercantilização da sociedade, é quem opera a redução do concreto ao abstrato: do valor de uso ao valor, do trabalho concreto ao trabalho abstrato. A generalização das trocas de mercadorias dão a forma valor ao trabalho humano; é assim, pela interação das mercadorias estabelecendo os valores de câmbio, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário (e não segundo o trabalho contido), que se realiza a abstração real. Portanto, se mantermos a terminologia de Napoleoni, na verdade o segundo tempo lógico é o valor de câmbio. A infidelidade da forma valor de câmbio está, na sociedade mercantil simples, no fato de que a troca não está determinada pelo trabalho contido. E o valor é o segundo tempo justamente porque Marx parte do mundo das mercadorias e não da abstração formal valor.

O que Napoleoni não compreende é a contradição da categoria valor. Portanto não capta a fenomenologia do valor de câmbio à semelhança de todos os "transformistas". A sociedade mercantil simples é para Marx uma abstração transitória. Em que sentido? Ele abstrai o capital e a relação assalariada para desvendar logicamente a genese da sociedade mercantil: produtores privados independentes produzindo para a troca e realizando o intercâmbio segundo a lei do valor, isto é, as mercadorias trocando-se segundo valores de câmbio determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Porém a troca não se generaliza antes do capitalismo; a saber, no pré-capitalismo não tem vigência a lei do valor. É o capitalismo que generaliza a troca, porém existindo capitais, as trocas não se dão mais de acordo com os valores, a lei do valor transfigura-se. Logo, na sociedade mercantil simples, a vigência da lei do valor exerce o papel de uma abstração transitória, sem efetividade histó-

rica. A existência lógica, ali, de um sistema de valores relativos cumpre o papel lógico-genético de mostrar, a partir do universo das mercadorias, como o valor tem sua forma fenomênica no valor de câmbio. Com o capitalismo, a temporalidade lógico-histórica destrói a vigência de um sistema de valores relativos. À forma valor-capital, mercadorias como produtos do capital, corresponderá, na fenomenologia do intercâmbio, a forma fenomênica preço. O valor de câmbio, agora, é o preço de produção.

Portanto, não existe tal coisa que Napoleoni disse – "realização do valor no mercado como conjunto de relações entre quantidades de trabalho." Não, com o capitalismo o que existe é um conjunto de relações entre quantidades de mercadorias do capital, relações essas que redundam em preços de produção (preço de custo mais lucro), que são a negação de pretensos valores relativos, e portanto a negação da lei do valor como reguladora das trocas capitalistas segundo quantidades de trabalho. A persistência de uma categoria estratégica para Marx como a de trabalho abstrato – coisa reconhecida pelo Napoleoni⁽³⁹⁾ – não depende da transformação mencionada. A afirmação dela se dá pari-passu à forma valor-capital na lei de mais-valia como lei de valorização, transfiguração da lei do valor. No entanto, a afirmação da categoria trabalho abstrato está inscrita numa contradição com o capital como movimento-sujeito. A partir disto pode-se pensar a relação entre o universo valor e o universo preço: equivalência global entre mais-valia e lucro, formação da taxa geral de lucro, movimento capitais singulares – capital em geral – capital global.

Este sim é o problema aberto, coerente com o caminho estratégico de Marx, e que tem no Livro terceiro uma genial e moderna fonte de inspiração. Dedicuemo-nos a isto, reconhecendo a necessidade de "trabalho novo".

O caminho estratégico leva-nos em primeiro lugar à pergunta: o que é o lucro? Para Marx "... ainda que a taxa de lucro difira numericamente da taxa de mais-valia, enquanto a mais-valia e o lucro sejam em realidade o mesmo e igual numericamente, o lucro é, entretanto, uma forma transfigurada da mais-valia, forma na

qual se desfiguram e se apagam sua origem e o segredo de sua existência. "Em realidade o lucro não é mais que a forma sob a qual se manifesta a mais-valia ... na mais-valia põe-se a nu a relação entre capital e trabalho, quer dizer, entre o capital e a mais-valia, tal como aparece, de uma parte, como 'el remanente' sobre o preço de custo da mercadoria realizado no processo de circulação, e de outra parte, como um 'remanente' que há de determinar-se mais concretamente por sua relação com o capital total, aparece o capital como uma relação consigo mesmo, relação na qual se distingue como soma originária de valor, do valor novo acrescentado por ele mesmo". (40)

Já consideramos que ao nível dos preços — interação dos capitais particulares — em razão das distintas composições orgânicas, para cada capital, haverá permanentemente divergência entre magnitude da mais-valia e do lucro. É o movimento do capital, considerado como um todo que pode realizar a transfiguração da mais-valia em lucro e estabelecer a equivalência entre o universo em valor e o universo em preços. Como se fará isto? A conexão está na taxa geral de lucro. Aqui, o trabalho abstrato, como valor acrescentado ao valor-capital originário. Esta taxa geral ao conectar os dois universos expressa que a lei do valor (trocas segundo as quantidades de trabalho) transformou-se em lei de valorização. No universo-valor, da substância trabalho abstrato, esta inclusive torna-se sujeito no capital, as magnitudes (mais-valia e valor-capital) são socialmente reais, e como tais, apreendidas pelo pensamento, porém são invisíveis na superfície da sociedade, incomensuráveis, e ausentes do cálculo capitalista.

Há sobre isto passagens cruciais de Marx que merecem ser consideradas, a fim de registrarmos que para fins da dinâmica ambos universos tem de ser mantidos pela teoria. A transfiguração da mais valia em lucro implica compreender que têm a mesma magnitude, apresentadas porém sob medidas distintas

"A taxa de mais-valia, medida pelo capital variável, se chama taxa de mais-valia; a taxa de mais-valia, medida pelo capital total se chama taxa de lucro. São duas me-

didadas distintas da mesma magnitude, que expressam proporções ou relações distintas da mesma magnitude como consequência da distinta medida aplicada" (41)

Ademais, para a persistência das determinações dinâmicas em torno de trabalho abstrato e valor-capital, não pode estar determinada independentemente a taxa de lucro da taxa de mais-valia

"A transformação da mais-valia em lucro deve derivar-se da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro e não o contrário. Em realidade, foi a taxa de lucro que serviu, historicamente, de ponto de partida. Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial (grifo nosso) que se trata de investigar, enquanto que a taxa de lucro é, portanto, a forma da mais-valia como forma de lucro se manifestam na superfície dos fenômenos" (42)

Ora, isto posto, aparece até como uma ingenuidade teórica pretender, ou esperar, que a taxa geral de lucro assim determinada, possa vir a igualar-se com aquela determinada, simultaneamente aos preços, via um sistema de equações em que o capital e os produtos são transformados de valores a preços. (43) É, entretanto, a formulação do próprio Marx nos preços de produção, que contribuiu para este "embroglio". É isto porque ele afirma que os preços de produção têm como premissa "... a existência de uma taxa geral de lucro, a qual pressupõe, por sua vez, que as taxas de lucro de cada esfera especial de produção, considerada por si, se tenham reduzido já a outras tantas taxas médias. Estas taxas especiais de lucro são em cada esfera de produção = p/C , devendo desenvolver-se ... à base do valor da mercadoria. Sem este desenvolvimento, a taxa geral de lucro (e também, portanto, o preço de produção da mercadoria) seria uma idéia absurda e carente de sentido ... em consequência da distinta composição orgânica dos capitais investidos nos distintos ramos de produção ... as taxas de lucro que regem originariamente nos distintos ramos de produção são muito distintas. Estas diferentes taxas de lucro são compensadas entre si por meio da concorrência para formar uma taxa geral de lucro, que representa a média de

todas aquelas taxas de lucro distintas." (44)

Portanto existe mesmo uma tentativa infrutífera de pensar desde os valores um sistema de preços relativos. Infrutífera porque ele sequer poderia supor aquelas taxas especiais de lucro à base do valor da mercadoria, uma vez que aquelas taxas dependem da transformação simultânea dos valores do capital em preços. Esta é uma exigência lógica na passagem de um sistema de valores a outro de preços.

Quero dizer o seguinte: que sistema é este que ele supõe ter uma vigência originária com taxas de lucro diferenciadas e a partir do qual a concorrência promoveria a igualação das taxas? Este sistema é um sistema de valores-relativos ao qual corresponderiam taxas especiais de lucro, diferentes, à base do valor da mercadoria. Qual a realidade deste sistema? Logicamente é nenhuma porque os "valores de troca", no capitalismo, terão sempre sua realidade em preços e portanto todo sistema relativo de intercâmbio só tem vigência se todos seus componentes estiverem expressos como preços, o que implica realização simultânea de taxas de salários e de taxas de lucro. Naquele sistema originário, portanto as taxas que aparecem são um cálculo formal (p/C), as mercadorias "começam" trocando-se por seus valores, o que é uma irrealidade na sociedade mercantil capitalista. É como se a transfiguração da mais-valia em lucro se desse pela vigência, num primeiro momento, do sistema de valores, cuja inadequação, devido às taxas diferenciais de lucro, conduzisse, pela concorrência, ao sistema de preços. Nem aquele sistema de valores tem sentido lógico e histórico, nem este sistema de preços teria rigor lógico uma vez que os componentes do capital, na solução de Marx, seguem expressando-se em valores. Ou seja, em seguindo este caminho da transformação, insistamos, a consistência paradoxal (por redundar no abandono das quantidades de trabalho) está mesmo nas soluções "a la Sraffa". No âmbito deste tipo de "transformação" as inconsistências de Marx não são resolvidas com recursos às observações que ele fez tais como - "Em toda a produção capitalista ... a lei geral somente se impõem como uma tendência predominante de um modo muito complicado e aproximativo, como uma média jamais susceptível de ser fixada entre perpétuas flutuações." (45) Ou "A nivelção

constante das constantes desigualdades..."⁽⁴⁶⁾. Estas atenuantes não valem se objetivo declarado é "... como os valores das mercadorias se convertem em preços de produção".⁽⁴⁷⁾ Se a proposta é esta não há como evitar – por rigor lógico – a determinação simultânea de preços e taxa de lucro com todas as conseqüências que já comentamos.

Então a "transformação" que deve ser feita é aquela da transfiguração da mais-valia (global) em lucro geral (global) neste compreendidos os juros, o lucro empresarial e a renda da terra. Assim é consistente falar de uma taxa geral de lucro, no universo valor, que é invisível na superfície capitalista. Com isto, cabe uma reconsideração radical acerca de como devem ser tratados os preços capitalistas consistentemente com a lei da mais-valia, com a lei de valorização. Vamos a isto.

Todas as demonstrações, nesta Parte I, desde o capital como autonomização do valor, permitem afirmar que em cada período de produção existe como realidade social (ainda que invisível nas medidas da superfície) uma taxa geral de lucro cujo conteúdo é o trabalho abstrato. Esta taxa, no universo de valor, é estabelecida pela relação entre trabalho excedente (não-pago) e valor-capital. A taxa geral é portanto = Mais-Valia/Valor-Capital. Desde o universo valor, portanto, esta taxa α é a que corresponde à valorização do capital em seu movimento de conjunto na apropriação de trabalho abstrato. É uma taxa posta pela natureza do capital em geral e "medida" em valor-trabalho através daqueles agregados – mais-valia e valor-capital global.

Seu caráter é teórico e não empírico. Negá-la, no universo valor, corresponderia a negar que o capitalismo é uma sociedade mercantil em que os produtos do trabalho humano assumem a forma valor, negar que estes produtos são mercadorias do capital, negar que o valor-capital é a substância trabalho abstrato tornada sujeito (havendo neste movimento uma inversão sujeito/objeto), negar que a relação capital/trabalho assalariado corresponde uma apropriação capitalista de trabalho abstrato.

Com isto quero dizer o seguinte: qualquer que seja o processo de formação de preços, o movimento de conjunto do capital como valor que se valoriza, assegura que ao Lucro Geral, no universo preços, corresponda, no universo valor, a Mais-Valia. Estas magnitudes serão – consideradas as determinações teóricas mencionadas – necessariamente equivalentes, dada a estrutura de apropriação da sociedade mercantil capitalista. O trabalho social excedente é, nesta sociedade, mais-valia, e a acumulação é a conversão da mais-valia em capital ampliado. O critério de validade disto é fundamentalmente teórico; é o movimento de conjunto do capital, do capital global, mediado pelo conceito de capital em geral. O critério de validade não pode ser a redução dos preços relativos a quantidades de trabalho, uma vez que do ângulo do intercâmbio a posição do valor é negada, conforme já demonstramos.

E portanto a taxa geral de lucro que faz a conexão entre o universo valor e o universo preços. Através dela os dois universos vêm a ser sincronizados; e esta sincronização significa que a lei do valor como lei do processo de valorização faz-se valer: os movimentos da taxa geral de lucro (no universo valor) e os da taxa média de lucro (realizada efetivamente no universo preços) estão sincronizados, processam-se na mesma direção.

É a partir deste sentido que se pode sustentar a afirmação de Marx:

"Qualquer que seja o modo como se fixem ou regulem os preços das distintas mercadorias entre si, seu movimento se acha presidido sempre pela lei do valor. Quando diminui o tempo de trabalho necessário para sua produção baixam os preços; pelo contrário, os preços sobem quando o tempo de trabalho necessário para sua produção aumenta e as demais circunstâncias permanecem invariáveis". (48)

O movimento da taxa média de lucro é presidido por aquele da taxa geral de lucro.

Fica claro que estamos explicitando uma diferença conceitual entre as duas taxas, coisa que não é feita por Marx no mencio-

nado Capítulo 9. Ao fazê-lo é evidente que fica descartada, de partida, qualquer igualação quantitativa entre ambas. Esta problemática é pertinente para a transformação dos valores aos preços, a qual já criticamos.⁽⁴⁹⁾ É a partir da explicitação desta diferença conceitual que se pode – de modo logicamente consistente – resgatar as afirmações de Marx acerca das diferenças persistentes entre a taxa geral e aquela taxa média lograda pela concorrência (compensação das taxas diferentes pelo movimento dos capitais entre os distintos ramos). Antes da explicitação da diferença conceitual mencionada, afirmações como as que seguem, apareciam como "remendos lógicos" para a transformação infrutífera (dos valores aos preços).

Agora, a taxa geral de lucro pode ser assumida como a média ideal, forjada pela totalidade do capital no universo valor, e assim ganha consistência o seguinte:

"... é evidente que a compensação entre as distintas esferas de produção de composição orgânica direta deverá tender sempre a igualá-las com as esferas de composição média... Entre as que se aproximam mais ou menos prevalece, por sua vez, a mesma tendência à nivelção, orientada para a posição média ideal, quer dizer, não existente na realidade (grifonosso) ou o que é o mesmo, a tendência a regular-se em torno a si mesma... a tendência a converter os preços de produção em formas simplesmente transfiguradas do valor, ou os lucros em simples partes da mais-valia, distribuídas não em proporção à mais-valia obtida em cada ramo especial de produção, senão que em proporção à massa de capital empregado em cada ramo... de tal modo que as massas de capital de igual magnitude, qualquer que seja a composição, orgânica, correspondem participações iguais (partes alíquotas iguais) da totalidade da mais-valia obtida pelo capital da sociedade em conjunto"⁽⁵⁰⁾

Ganha consistência a afirmação anterior de que a lei geral se impõe como tendência... de modo aproximativo... média jamais

susceptível de ser fixada entre perpétuas flutuações.

Este tipo de conexão entre os dois universos, via taxa geral de lucro, coloca, ironicamente, a questão da metafísica do valor. A "metafísica" que se encontra neste pensamento sobre o capitalismo é aquela que está posta pelo capitalismo.⁽⁵¹⁾ Por isto, cabe registrar o seguinte. O lucro como mais-valia tranfigurada adequa-se a esta formulação: é a "ficção social" invadindo a realidade dos fenômenos capitalistas (a realidade dos preços). E a mais-valia como abstração socialmente real adequa-se a esta: o movimento do capital dá realidade à "ficção social".

Neste sentido, a taxa geral é uma "ficção social" e a taxa média é efetivada pelos preços capitalistas, em movimentos sincronizados. Já descartada a necessidade teórica da igualação quantitativa, cabe discutirmos a tendência à formação da taxa média e como o movimento dos capitais gesta no universo valor, aquela taxa geral; este segundo ponto impõe-se, porque não se trata de adotar esta taxa como um dado abstrato-formal.

Os capitais em concorrência, em ação recíproca, pondo-se como capital em geral, dão origem, num período de produção, a partir do capital investido, a massas de trabalho vivo excedente. A este processo que, em valor conduzirá à formação da taxa geral, corresponde no plano da formação de preços, à concorrência entre os capitais realizando um cálculo — a partir das medidas do mercado — sobre as diferentes possibilidades de taxa de lucro que conduzirão à taxa média cuja direção equivale àquela do movimento mais-valia/valor-capital (taxa geral de lucro). Então, a expansão da taxa média de lucro tem como condição necessária a expansão da taxa de mais-valia. O movimento daquela está presidido por esta.⁽⁵²⁾

Vejamos como se passam as coisas no universo de preços capitalistas. A condição básica é que o preço da força de trabalho aparecerá na forma tranfigurada de salário, enquanto no outro polo a mais-valia aparecerá na forma tranfigurada de lucro.⁽⁵³⁾ Pensemos, então, a partir desta relação de assalariamento como se formam os

preços de produção ou os preços produtivos.

Consideremos que existe na economia um conjunto de capitais centralizados, cada um destes capitais atuando simultaneamente na produção de várias mercadorias. Em cada área produtiva, a formação dos preços parte da contratação de força de trabalho, posta em combinação com "valores já constituídos" (capitais fixos e circulantes). A base de cada preço é portanto a taxa de salário vigente e os preços das partes do capital. Esta contratação e combinação são "postas em marcha" pelas decisões de investimento pautadas naqueles custos de produção e na aplicação de margens de lucro.

A composição do preço da mercadoria pode ser assim sistematizada: custos básicos (em salário e matérias-primas) mais margem de lucro bruto. Esta margem está em função da composição técnica do capital (intensidade de capital por unidade de produto); da concorrência decorrente dos capitais produtores tanto da mesma mercadoria como de mercadorias "substitutas" desta; em função também de outros elementos de "overhead". (54)

Cada capital centralizado forma dessa maneira seus preços correspondentes a cada área produtiva ou estrutura de mercado em que se encontra. A resultante destes preços é uma taxa de lucro para cada conjunto de capital centralizado, que podem ser diferenciadas em razão de que as unidades de capital comandam áreas produtivas distintas e portanto com custos e margens de lucro díspares. Assim, os diferenciais de rentabilidade decorrentes das diferenças técnico-econômicas em cada área produtiva (ou estrutura de mercado) refletir-se-iam em taxas de lucro desiguais entre os conjuntos de capital centralizado de igual magnitude num mesmo período. Isto significa que o sistema de preços forja uma hierarquia de taxas de lucro em referência à taxa geral de lucro que formou-se, no universo valor, a partir dos dispêndios capitalistas. Esta situação, implicitamente, significa que o sistema de preços está sinalizando que a composição produtiva (de mercados) afasta os conjuntos de capital – em maior ou menor grau – de realizar uma apropriação equivalente àquela ditada pelo movimento global do capital. Isto conduzirá a modificações no cálculo capitalista no sentido de alterar a composição produtiva

via decisões de investimento.

A mobilidade que o poder de concorrência confere aos capitais centralizados lhes permitirá inovar em produtos (criando novas áreas, mercados ou indústrias), deslocar-se de áreas antes ocupadas, inovar em processos produtivos (para reduzir custos). Desta forma os capitais alteram sua composição produtiva e, mesmo que permaneçam os diferenciais por áreas ou estruturas de mercado, modificam sua taxa de lucro em relação à hierarquia mencionada.

Assim, os capitais movem-se promovendo tendencialmente a igualação de suas taxas de lucro e constituindo assim uma taxa média que é a transfiguração da taxa geral. Assim a impossibilidade de igualar taxas de lucro entre produção de mercadorias é irrelevante. A mobilidade dos capitais centralizados, explícita no seu poder de concorrência multi-industrial⁽⁵⁵⁾, acaba por realizar a taxa média de lucro em sincronia com a taxa geral. Isto nos remete mais uma vez à consciência de que a autodeterminação do capital se dá pela ação recíproca dos varios capitais.

Esta formulação corresponde à tendência de que cada capital centralizado contenha em sua composição produtiva a composição técnica (e organica) média, o que significa que o conjunto de preços de produção sob seu comando provoque a taxa média como resultante periódica, em meio às flutuações próprias da concorrência.⁽⁵⁶⁾

Isto é estritamente rigoroso com a compreensão teórica de que a lei fundamental da concorrência é porem-se os capitais como capital em geral. Neste sentido, cumpre-se a proposição da taxa geral como conexão entre os dois universos. A relação/concorrência faz com que a referência (invisível) de valorização (taxa geral) se realize noutra universo através da taxa média, com o que a distribuição da mais-valia segundo a lei de valorização dos capitais se cumpre. A concentração/oligopolização dos mercados não é impecilho para que os preços de produção (redefinidos) tenham vigência e assim a tendência à igualação das taxas entre os capitais.

A insistência de Marx sobre que os valores estão por detrás dos preços de produção fica admitida pelo movimento sincrônico, anunciado com os dois conceitos de taxa de lucro. Pela tese aqui defendida, o movimento dos capitais, associado ao cálculo que lhe é inerente, supera o conceito de ramo ou estrutura de mercado para fins da tendência à igualação da taxa de lucro (formação da taxa média). Mesmo que raciocinando ainda em torno da noção de ramo, Marx já indicava a importância do cálculo nos preços:!

"Ademais, tão logo a produção capitalista alcança certo grau de desenvolvimento a compensação entre as diversas taxas de lucro vigentes nos distintos ramos, para formar uma taxa geral de lucro, não se opera já, muito menos, simplesmente pelo jogo da atração ou repulsão em que os preços comerciais atraem ou repelem o capital. Quando os preços médios e os preços comerciais que a eles correspondem se consolidaram durante algum tempo, os distintos capitalistas adquirem a consciência de que neste processo se compensam determinadas diferenças e as incluem em seus cálculos mútuos. Apresentam-se à mente dos capitalistas e são tidas em conta por eles como outras tantas causas de compensação"⁽⁵⁷⁾

Uma vez descartada a intenção de reduzir os preços de produção a quantidades de trabalho, é possível pensá-los, consistentemente, como demonstrei, e registrar que sua vigência pode ser admitida tanto para o capitalismo de livre concorrência como para o período de monopolização. Naquele, a tendência à igualação da taxa de lucro é pertinente inclusive ao nível dos ramos ou esferas de produção, tal como Marx formulou, No chamado "capitalismo monopolista", onde os capitais centralizados monopolizam o poder de concorrência, aquela tendência se processa entre estes capitais, que são os relevantes pois são os que estabelecem a dinâmica.

À irrelevante observação empiricista de que a economia não é composta unicamente de capitais dotados daquele poder de concorrência, cabe lembrar uma advertência, que Marx já considerava válida em seu tempo — "O fato de que alguns capitais investidos em

determinadas esferas de produção possam não submeter-se, pela razão que seja, ao processo de nivelção a que estamos nos referindo, não muda em nada os termos do problema. Neste, caso, o lucro médio se calculará com base na parte do capital social que entra no processo de nivelção."⁽⁵⁸⁾

Ademais, insistamos mais uma vez em que o papel de conexão realizado pela taxa geral está assentado no movimento que o capital em geral e a concorrência estabelecem na apropriação de trabalho abstrato. E a taxa média, como transfiguração daquela, aparece claramente no cálculo capitalista como revelação da busca desta apropriação.

"A idéia fundamental em torno a qual gira tudo isto é a de lucro médio, idéia de que os capitais de igual magnitude tem necessariamente que proporcionar, nos mesmos períodos de tempo, lucros iguais. Idéia baseada, por sua vez, na concepção de que o capital de cada ramo de produção tem que participar na mais-valia total, arrancada aos trabalhadores pelo capital global da sociedade, em proporção a sua magnitude, ou a idéia de que cada capital por si só pode considerar-se como um fragmento do capital total, com o que cada capitalista deve conceber-se em realidade como um acionista da grande empresa coletiva, interessado no lucro total, em proporção à magnitude do capital com que nela participa" ... "A esta idéia responde o cálculo dos capitalistas quando, por exemplo, imputam a um capital cujo ciclo de rotação é mais lento, seja porque as mercadorias permaneçam mais tempo no processo de produção, seja porque tenham de vender-se em mercados mais distantes, o lucro que deixa de obter por essa razão, ressarcindo-se dela mediante um recargo sobre o preço"

"Na prática, tudo isto conduz a que cada circunstância que torne um investimento de capital ... menos

rentável e outro mais rentável seja tido em conta como uma causa de compensação válida de uma vez por todas, sem que seja necessário que intervenha a cada passo a ação da concorrência para fazer valer este motivo ou fator de cálculo." (59)

Ou seja, a recorrência da ação recíproca dos capitais como capital em geral, o que é uma tendência interna do capital, faz com que o cálculo capitalista introjete as medidas correspondentes ao universo de preços que permitem a cada capital atuar adequadamente como "acionista da grande empresa coletiva".

O problema dos preços capitalistas deve ademais merecer duas outras ordens de consideração. Uma, relacionada com as decisões de investimento baseadas em expectativas, o que marca a categoria lucro como tipicamente expectacional. E outra, relacionada com o movimento do capital financeiro.

Consideremos primeiro os problemas da demanda efetiva. Os preços formados nos mercados a partir do estabelecimento de margem de lucro bruto sobre os custos básicos são preços que trazem uma determinada expectativa sobre a massa de lucros a realizar, considerando a demanda esperada; ou alternativamente, trazem implícito um determinado grau de utilização planejada. (60) Isto é, aqueles preços corresponde uma "taxa de lucro calculada", um "resultado esperado", porém realizável na dependência da resultante agregada das decisões capitalistas em concorrência. Ou seja, a demanda efetiva, a realização do lucro global, sanciona ou não as expectativas de rentabilidade nos preços formados. A sucessão deste movimento marcado por expectativas de curto e longo prazo (ver Capítulo 1) imprimirá instabilidade à concretização da "taxa de lucro calculada". Portanto, o cálculo e a concorrência pela taxa média de lucro é um processo no qual o equilíbrio é uma ilusão. As flutuações na realização daquela taxa média vão pari passu com a instabilidade que marca as decisões de investimento. Os problemas em torno da realização das taxas calculada e média refletem, de uma forma geral, os problemas da unidade entre processo de produção e processo de valorização, no capitalismo. O mecanismo capitalista de "alocar" recur-

so é formado pela concorrência e pela realização daquelas taxas de lucro; e este é um mecanismo incapaz de gerar equilíbrio, do qual os capitalistas não têm controle.

Esta instabilidade determinará uma complexidade adicional ao universo de preços no capitalismo. Combinar produção e valorização, imobilização e liquidez, risco e garantias, são necessidades da forma de riqueza capitalista que não estão plenamente satisfeitas pelo sistema de preços de produção.

Estas necessidades e o movimento do capital financeiro gestam o processo valorização/capitalização no qual corresponde especificamente a formação do que se poderia denominar preços financeiros.

As condições financeiro-monetárias para a realização da produção – o crédito "latu sensu" – introduzem, pela via do "capital a juros", concomitantemente com as condicionalidades da "taxa de lucro calculada", a concorrência pelos lucros locais (ramos industriais, títulos financeiros, ramos mercantis) gerados diferenciadamente, segundo rentabilidade, risco e liquidez. Essa concorrência instaura assim a circulação permanente dos "direitos de lucro" – títulos representantes de propriedade – cujos resultados irão compor a taxa de lucro de cada massa de capital. Ou seja, a lógica do capital financeiro, que preside a valorização dos capitais centralizados, faz com que o cálculo sobre a taxa de lucro seja simultaneamente calcado nos lucros empresariais (oriundos dos mercados industriais sob seu comando direto) e nos lucros financeiros (formas diversas de aplicação de seus "lucros excedentes" sob a forma de capital a juros).

Estas determinações – oriundas da instabilidade da categoria lucro e do movimento do capital financeiro – colocam novos problemas no âmbito da transfiguração da mais-valia nas formas de renda-lucro empresarial, juros e renda da terra. Se se trata simplesmente da questão do crédito de circulação e do crédito de capital não haveria dificuldade, uma vez que os juros correspondentes estariam

enquadrados na transfiguração da mais-valia em lucro geral. Porém, não se trata disto apenas. O cálculo capitalista agora deve ser considerado como referido a uma taxa de lucro que se processa nos dois conjuntos de preços – os produtivos e os financeiros. A partir disto a taxa média de lucro a que os capitais centralizados são impulsionados guarda uma relação de oposição como a taxa geral de lucro, do universo valor. Os lucros financeiros, mencionados acima, têm uma realidade monetária e contábil cuja regulação não é presidida pela taxa geral de lucro. Ou seja, a valorização com base em títulos financeiros é relativamente autônoma em relação ao processo de produção. A contabilidade em torno destes ativos financeiros tem seu registro próprio. A valorização independente de ações no mercado de capitais pode não ter o correspondente lastro em lucro produtivo, num determinado período, e no entanto, com base nelas podem realizar-se lucros financeiro-monetários. A circulação do mercado de capitais e de títulos financeiros no mercado monetário dá curso ao processo de capitalização que é sancionado pelos sistemas bancários público e privado. Este processo corresponde a elasticidade do capital, à sua valorização como mercadoria.

O circuito próprio do capital como tal capital é este de valorização/capitalização, que, como já acentuamos, abarca o processo renda, porém o subsume. Ou seja, a taxa média que agora corresponderá a cada capital centralizado não será mais necessariamente a transfiguração daquela taxa geral. Os capitais podem realizar contábilmente, e dar, inclusive, uma realidade monetária (ainda que periódica e transitória), aos ganhos fictícios, independentemente determinados em relação à taxa de mais-valia e à taxa geral, oriundas do universo valor.

É este o processo que torna necessário aduzir outras determinações à formação dos preços capitalistas. A taxa de juros instaura-se como elemento de cálculo e os ganhos que a ela correspondem, no mercado monetário, interferirão na constituição dos preços produtivos. Não apenas no sentido de custos financeiros incorridos por razão de endividamento. Mas, também, no sentido de que, lucros acumulados internamente, pelas empresas produtivas, têm seu

retorno referido àquele parâmetro de valorização, e, então, a fixação de margens de lucro, em cada mercado, é afetada pelas flutuações da taxa de juros monetária. A variabilidade, daí decorrente, das margens de lucro, é expressão de um dos tipos de conexão entre os preços produtivos e os preços financeiros.⁽⁶¹⁾

Ademais daquele mercado monetário, existe o fenômeno da capitalização possível no mercado de capitais, onde os capitais centralizados, através de seus bancos, realizam operações de underwritting efetuando o que Hilferding denominava de Lucro de Fundador. Neste mercado, também há a possibilidade de ganhos fictícios adicionais através da circulação secundária das ações, movimento pelo qual dá-se a transferência de títulos de propriedade, representantes de ativos fixos já existentes ou em construção na economia. Realiza-se assim outra conexão entre os existentes ou em construção na economia. Realiza-se assim outra conexão entre os preços das ações e os preços produtivos. A subida da taxa de capitalização neste mercado corresponde uma queda dos preços das ações o que torna possível adquirir um ativo fixo a um preço que pode ser inferior ao equivalente à construção de um novo ativo deste tipo, aos preços de produção corrente. Isto pode afetar, portanto, as decisões de investimento produtivo negativamente. É o problema tratado por Keynes através dos conceitos de preço de demanda e preço de oferta.⁽⁶²⁾

As margens de Lucro, dos preços de produção, podem variar em resposta a esta capitalização. Assim, se é verdade que a oligopolização tenderia a cercear a concorrência em preços (de produção), o movimento dos capitais valorizando-se, simultaneamente, em ambas esferas de preços tende a flexibilizar aquele cerceamento.

Em consequência deste processo valorização/capitalização, o cálculo capitalista orienta-se agora para a formação de uma taxa média de lucro financeiro. Com este conceito pretendemos denominar o processo de valorização presidido pela lógica do capital financeiro composto de ganhos oriundos tanto do gerenciamento direto de unidades produtivas, quanto do gerenciamento de operações financeiras, no mercado monetário, no mercado de capitais.

É agora uma "taxa de lucro calculada" desde o comando de cada capital, na síntese de várias formas de valorização. Uma vez que o cál-

culo sobre esta taxa esperada não obedece mais unicamente à ótica de um capital industrial "ancorado" numa dada estrutura de mercado, mas, no contrário, obedece a um cálculo geral sobre rentabilidade, risco e liquidez; em mercados produtivos e não produtivos, deve-se, rigorosamente, considerá-lo como um cálculo financeiro-monetário. A concorrência processa-se, portanto, desde os capitais, numa projeção da "taxa de lucro calculada", a partir da produção de mercadorias, para um processo (valorização/capitalização) onde combinações múltiplas de rentabilidade, risco de liquidez, são homogeneamente (medida financeiro-monetária) oferecidas ao cálculo capitalista.

Neste processo do capital financeiro, a realização do lucro financeiro-monetário, a mobilização e a contabilidade elástica do capital, a mutação de formas de riqueza, asseguram aos capitais a sua realização permanente como mercadoria, e reafirmam uma temporalidade própria capitalista de valorização, finitamente independente do circuito produtivo em que o capital não é integral e verdadeiramente mercadoria.

Àquela tendência à igualação da taxa de lucro no âmbito dos preços de produção (movimento de transfiguração da taxa geral) superpõe-se outra. É a tendência à igualação da taxa média de lucro financeiro, oriunda da interação dos preços produtivos e dos preços financeiros. Atentemos, porém, para o fato de que, agora, está em negação o papel de conexão que a taxa geral realizava entre o universo valor e o universo preços capitalistas. É portanto este movimento do capital financeiro no processo de monopolização que realiza a negação daquela que era a instância de afirmação da forma valor nos preços capitalistas: a taxa geral de lucro. A forma valor já estava negada, unilateralmente, na medida em que os preços de produção não podiam ser reproduzidos, enquanto sistema de trocas relativas, a quantidades de trabalho. Agora, com a taxa média de lucro financeiro, os capitais pondo-se como capital em geral, nega-se plenamente a forma valor, que era a forma da riqueza capitalista estruturar a contradição entre o processo de produção e o de valorização. A temporalidade própria de realizar a riqueza capitalista já não assegura a reprodução da unidade entre produção e valorização. A realização daquela taxa média de lucro financeiro torna a

especulação uma norma do processo capitalista em quaisquer de seus momentos (tanto na expansão quanto na estagnação). A valorização capitalista já não está diretamente dependente da temporalidade da formação da renda global (investimentos, emprego, mercadorias, realização do lucro industrial). A temporalidade de formação da taxa média de lucro financeiro é autonomizada em relação àquela da formação da renda global. A contabilidade das Contas Nacionais de uma dada economia "não bate" com a contabilidade da valorização dos capitais. A taxa média de lucro financeiro não obedece os limites da taxa média de lucro (preços de produção). O processo valorização/capitalização torna os ganhos fictícios viáveis macroeconomicamente. Esta viabilização se dá pela articulação entre o movimento do capital e as formas econômico-financeiras estatais – regulações fiscal, monetária e creditícia. Como exemplo: as intermitências da política monetária dão realidade monetária aos ganhos fictícios contabilizados pelos capitais com títulos públicos e privados. Outro exemplo: a circulação internacional do capital financeiro autonomizando-se frente às políticas monetárias nacionais⁽⁶³⁾ e aos fluxos reais de produção e comércio internacionais.

Entretanto, é exatamente a finitude destes ganhos fictícios, no plano macroeconômico, que aponta para instabilidades especificamente originadas naquele movimento. O processo valorização/capitalização instabiliza por si o andamento dos investimentos produtivos, independentemente da "taxa de lucro produtivo calculada" (ou da eficiência marginal de capital, keynesiana). A conexão mencionada entre preços produtivos e preços financeiros pode implicar, via capitalização, que a formação da taxa média de lucro financeiro promova, autonomamente, a instabilidade dos investimentos.

Aquela conexão de preços é igualmente determinante do estado inflacionário que caracteriza as economias capitalistas contemporâneas. Ativos reais e ativos financeiros (dentre aqueles destacuem-se as matérias-primas latu sensu e dentre estes, as dívidas públicas e as moedas-padrão-de-reserva-de-valor) constituem-se como referências recíprocas para o cálculo de ganhos financeiros e assim os dois conjuntos de preços interagirão em propagação inflacionária.⁽⁶⁴⁾

Assim, a taxa de lucro financeiro, que se constitui no índice por excelência, de valorização dos capitais, pela lógica do capital financeiro, forma-se através do cálculo capitalista sobre a taxa de lucro industrial, sobre a taxa de capitalização (operações no mercado acionário, no de "commodities" e com certos ativos financeiros) e sobre a taxa de juros propriamente dita em operações no mercado monetário.

A mobilidade multi-funcional e multi-direcional dos capitais em concorrência, para a formação daquela taxa, redundava numa tendência à constituição de uma taxa média de lucro financeiro. As consequências macroeconômicas disto são, entretanto, diferentes daquelas que correspondiam a conexão entre a taxa geral (do universo valor) e taxa média, nos preços de produção. Aqui, ainda que o equilíbrio estivesse descartado, implicava um mecanismo de regulação pelo qual os preços capitalistas expressavam uma adequação entre processo de produção e de valorização. Agora, a formação daquela taxa média financeira revela que os preços capitalistas se constituem de modo a tornar, para qualquer período da dinâmica, assíncrono o processo produção-renda-valorização vis a vis o processo valorização-capitalização.

A concorrência por aquela taxa de lucro financeiro vai, no limite, colocar uma situação extremamente paradoxal. Vimos que, na concorrência, o valor aparece como determinado pelo tempo de trabalho necessário para a reprodução. Ora, mas ao nível dos preços de produção (e taxa média de lucro correspondente) a reprodução, ali, devia ser compreendida como reprodução em material e em valor das mercadorias. Agora, os preços capitalistas que se formam (conexão de preços produtivos com financeiros para a taxa média de lucro financeiro) tornam possível a reprodução do valor (medida financeiro-monetária dissociada finitamente da reprodução material das mercadorias. Quer dizer, os preços capitalistas tendem a negar a colocação em marcha socialmente (através dos dispêndios produtivos) do tempo de trabalho necessário à reprodução da sociedade. Este é o sentido forte em que os preços capitalistas expressam uma tendência à crise de reprodução ampliada, a ser considerada na Parte III.

Em síntese, os preços capitalistas e a taxa de lucro sob a lógica do capital financeiro revelam que a negação da forma valor é agora sinônimo de negação lógico-histórica da possibilidade de uma sociabilidade com base na forma de riqueza própria do capital.

Procedeu-se, nesta Parte II, à demonstração de que o capital como sujeito, a concorrência e o cálculo capitalista constroem uma interação que apresentará, nos problemas da valorização, as determinações lógico-históricas da instabilidade e da crise capitalista. As determinações do capital em geral compõem uma estrutura global de valorização – processo renda e processo valorização/capitalização – que reflete e impulsiona tendências antinômicas de criação/destruição das estruturas capitalistas. O movimento de cálculo e concorrência, no entrelaçamento dos capitais, incorpora aquelas determinações e as complementa, transfigurando conteúdos. Este movimento afetará a temporalidade e o processo da estrutura global de valorização (considere-se as demonstrações acerca do cálculo e da realização da taxa de lucro). O cálculo dos capitalistas no âmbito da concorrência incidirá nas reversões nos ritmos tecnológicos, financeiros, na afirmação/negação da concorrência etc. Este movimento do cálculo capitalista participa da determinação do ritmo de criação/destruição das estruturas mas não pode implicar o contrôle sobre o processo. E isto justamente pela concorrência, que é uma determinação geral, imanente, no conceito de capital em geral. O movimento cálculo/concorrência pode, entretanto, alterar perfis de flutuações, acelerar/retardar tendências. As determinações do sujeito-capital ao lado do cálculo capitalista em concorrência conformam a compreensão da instabilidade e da crise: inconsistência tanto da regulação cíclica quanto da de equilíbrio; flutuações de perfis cambiantes/tendências antinômicas, em determinações simultaneas. Completaremos estas demonstrações indo à Parte III desta tese.

NOTAS - PARTE II - CAPÍTULO 3

- (1) A possibilidade do equilíbrio nas relações entre os departamentos produtivos: para Marx apenas a demonstração da exequibilidade técnico econômica da dinâmica capitalista. Ao mesmo tempo, os problemas da continuidade da reprodução ampliada constituem o cerne de sua preocupação exposto via lei tendencial da taxa de lucro. Para análise daquelas condições de equilíbrio, ver *El Capital*, tomo II, Capítulos XX e XXI, Mexico. Fondo de Cultura Economica.
- (2) Steindl, Josef - Maturidade e estagnação no capitalismo americano. - S.Paulo, Editora Abril S/A. 1983. Coleção Os Economistas.
- (3) Sylos Labini, P. - *Oligopolio y Progreso Técnico*, Barcelona, Ed. Oikos-Tan, 1966. Possas, Mário - *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. S.Paulo, Ed. Hucitec, 1985.
- (4) Labini, Sylos P. - Oligopolio y Progreso Técnico. Barcelona, Ediciones Oikos-Tan, 1966. Colección "Libros de Economía Oikos".
- (5) Clifton, James Arthur - Competitive conditions in theories of price and value - CONDON University Microfilms International - 1980. p.252.
- (6) Idem, *Ibidem*, p.249.
- (7) Idem, *ibidem*, p.233.
- (8) Idem, *ibidem*, p.263.
- (9) Idem, *ibidem*, p.249.
- (10) Idem, *ibidem*, p.241.
- (11) Idem, *ibidem*, p.264.

- (12) Idem, ibidem, p.265.
- (13) Idem, ibidem, p.277.
- (14) Idem, ibidem, p.271.
- (15) Para Kalecki, o risco do endividamento é crescente proporcionalmente à relação Investimento/capital próprio. A magnitude do capital próprio condicionando o acesso das empresas ao mercado de capitais e ao crédito em geral. Steindl trabalha com um índice análogo que é a relação entre poupança externa e acumulação interna de recursos. O crescimento desta taxa sinaliza risco para o processo de investimento.
Ver Kalecki, M.-Teoria de la dinamica econômica - Parte 4.
Ver Steindl, J.-Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano, Caps.V e IX.
- (16) Minsky, Hyman P. - "John Maynard Keynes". London, The Macmillan Press Ltd. 1976.
- (17) Entram em jogo nesta determinação os preços de oferta e de demanda já comentados na Parte I, Capítulo 4 e a serem reconsiderados na Parte III. Ver os Capítulos 11, 12, 15 do livro Quarto da Teoria Geral, de J.M.Keynes.
- (18) É o problema de prodomínio da especulação sobre o empreendimento. Ver. J.M.Keynes - Teoria Geral, cap.12.
- (19) Marx, Carlos - "El Capital", Tomo III, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1968. Sección de Obras de Economia. p.45.
- (20) Banfi, Rodolfo - "Un pseudo-problema: la teoria del valor-trabajo como base de los precios de equilibrio in Estudios sobre el capital I, p.147. Buenos Aires - Ediciones Signos, 1970. Colección Economia y Sociedad.
- (21) "O resultado é que a medida do valor (trabalho social) não é de modo algum a medida do valor de troca ou, mais simplesmente-

te, dos preços... as mercadorias que se trocam contêm uma quantidade igual de trabalho; mas a quanto ascende a quantidade de trabalho não é possível deduzi-lo da relação de troca"(p.146).

No Livro III - ao contrário do que ocorria nos livros I e II - Marx não faz abstração da forma fenomênica do valor e então ele destaca, segundo Banfi, "... que o preço é a forma necessária, adequada mas não fiel do valor".

Ver Banfi, R. - op.cit., p.160.

- (22) Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello - Valor e capitalismo. - S. Paulo - Ed. Brasiliense, 1980. p.112.
- Fausto, Ruy - Marx - Lógica & Política, Tomo I - S.Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. p.120.
- (23) Ver a citação completa de Marx, no item 1.3, capítulo 1, parte II, desta tese.
- (24) Ver capítulo 1, Parte II.
- (25) Napoleoni, Claudio - Lecciones sobre el capítulo sexto (Inédito) de Marx. - Mexico DF. Ediciones Era, 1976. Colección "el hombre y su tiempo."
- (26) Idem, Ibidem, p.182.
- (27) Idem, Ibidem, p.189.
- (28) O exercício de Napoleoni para uma "transformação a la Marx" chega a uma relação de preços de 5 a 1 com uma taxa de lucro de 25% (ver pp.192/194).

No exercício de determinação simultânea de preços e taxa de lucro chega a uma relação de preços de 5,46 a 1 e a uma taxa de lucro de 26,5%.

Neste ultimo, supõe-se a produção de duas mercadorias por dois capitais: o ferro como capital constante e grãos como capital variã-

vel. A produção em valor é igual 12 de ferro, para o que se usa o valor 8 de ferro e 2 de grãos. A produção em valor de grãos é 3 e para produzi-la se emprega o valor 1 de ferro e 1 de grão.

Seja x a relação entre o preço do ferro e o valor do ferro e o valor do ferro.

Seja y a relação entre o preço do grão e o valor do grão.

$$X = \frac{E_1}{M_1}, \quad Y = \frac{E_2}{M_2}$$

E_1 = preço do ferro

M_1 = valor do ferro

E_2 = preço do grão

M_2 = valor do grão

ou

$$E_1 = M_2 X, \quad E_2 = M_2 Y$$

Capital investido (em termos de preços) na produção de ferro = $8x + 2y$.

A produção de ferro (seu termo de preços) = $12x$

Capital investido (em termos de preços) na produção de grãos = $x + y$.

A produção de grãos (em termos de preços) = $3y$.

Seja g' a taxa de lucro, teremos este sistema:

$$(8x + 2y)(1 + g') = 12x$$

$$(x + y)(1 + g') = 3y$$

Duas equações e três incógnitas, num sistema homogêneo em x e y "...que somente pode dar a relação entre estas duas incógnitas e não também seus níveis absolutos. Assumindo então y como unidade de medida ($y=1$) o sistema permite determinar x e g' .

A solução é: $r = 1,37$; $y = 1$; $g' = 26,5\%$.

A definição de x e y saem os preços:

$$E_1 = 12 \cdot 1,37 = 16,44$$

$$E2 = 3.1 = 3$$

Aplique-se x e y aos elementos da tabela de valores:

SISTEMA DE PREÇOS

	C	V	R	E	e
I	10,96	2	3,48	16,44	5,46
II	1,37	1	0,63	3	1

Em que C e V são os capitais constante e variável; R, o lucro calculado pela taxa geral; E, o preço de produção; e, a relação entre os preços.

Nesta transformação os valores do capital e dos produtos são afetados.

Antes, na solução de Marx, apenas os produtos tinham seus valores transformados em preços.

	C	V	R	E	e
I	8	2	2,5	12,5	5
II	1	1	0,5	2,5	1

Ver Napoleoni, L. - Lecciones... pp.195,196.

(29) Idem, ibidem, p.198.

(30) Agora para completar a transformação, os coeficientes das equações referem-se não a agregados de mercadorias mas a mercadorias individuais.

L_{ij} = o valor da mercadoria i empregada na produção da mercadoria j .

L_j = valor da mercadoria j produzida no sistema.

Seja n o número total das mercadorias produzidas no sistema.

$e_1, e_2 \dots e_n$, os coeficientes de transformação dos valores em preços.

g' = taxa de lucro

$$(L_{11}e_1 + L_{21}e_1 + \dots + L_{n1}e_n)(1 + g') = L_1e_1$$

$$(L_{12}e_1 + L_{22}e_2 + \dots + L_{n2}e_n)(1 + g') = L_2e_2$$

$$(L_{1n}e_1 + L_{2n}e_2 + \dots + L_{nn}e_n)(1 + g') = L_n e_n$$

Esclarece Napoleoni que "... a incógnita genética e_i não é outra coisa que o preço daquela quantidade de mercadorias i que contém objetivada uma unidade de trabalho. Estes e, portanto, podemos chamá-los de preços... se trata dos preços unitários de cada uma das mercadorias, sempre que como unidade de medida da mercadoria se tenha tomado aquela quantidade que contém uma unidade de trabalho (por exemplo, uma hora de trabalho)."

Há um sistema de n equações com $n+1$ incógnitas, que são os n preços e a taxa de lucro.

Sendo um sistema homogêneo em e , determina as relações entre eles e não seus valores absolutos.

Há que estabelecer uma unidade de medida: $e_1=1$; donde fica um sistema de n equações e n incógnitas, ou seja $n-1$ preços e a taxa de lucro.

Em função dos coeficientes das equações que são os valores, encontram-se os preços e a taxa de lucro.

"Não se pode dizer que no interior de cada uma das quantidades tomadas como dados, tem lugar relações de troca iguais, iguais às relações entre quantidades de trabalho contidas, porque cada uma daquelas quantidades se refere agora a uma

mercadoria individual e existem portanto tantos preços quantas são as mercadorias presentes no sistema. A transformação de valores a preços é, desta maneira, realmente completa".
Ver Napoleoni, C - Lecciones... pp.199,200,201.

(31) Idem, ibidem, p.202.

(32) Idem, ibidem, pp.202/203.

(33) Idem, ibidem, p.203.

(34) Idem, ibidem, p.191.

(35) Napoleoni, Cláudio, op.cit. p.208.

(36) Idem, ibidem, p.216.

(37) Idem, ibidem, p.215.

(38) Idem, ibidem, p.216.

(39) Idem, ibidem, p.208.

(40) Marx, Carlos - El Capital - Tomo III, Mexico - D.F. - Fondo de Cultura Economica - 1968. Sección Obras de Economía, p.63.

(41) Idem, ibidem. p.58.

(42) Idem, ibidem, p.58.

(43) Para ver a perplexidade de Napoleoni, consulte a obra dele já citada p.197.

(44) Marx, Carlos - El Capital - Tomo III, pp. 163/164.

(45) Idem, ibidem, p.167.

(46) Idem, ibidem, p.198.

- (47) Marx, Carlos - "Cómo se forma una cuota general de ganancia (cuota de ganancia media), y cómo los valores de las mercancías se convierten en precios de producción..." - El capital, Tomo III, sección segunda, p.161.
- (48) Idem ibidem, pp.181/182.
- (49) Napoleoni, Claudio - Lecciones sobre el capítulo sexto (inedito de Marx - Mexico DF, Ediciones Era, 1976. Colección "El hombre y su tiempo." p.197.
- (50) Marx, Carlos - El Capital - Tomo III, pp.178/179.
- (51) Ruy Fausto, relembremos, comenta que Marx não ficaria na defensiva ante a acusação de seu discurso ser metafísico: "... a metafísica do seu discurso é a reprodução de metafísica do real. É o real, o capitalismo que é em certo sentido metafísico, e o discurso quase metafísico, é por isso o verdadeiro discurso científico, assim como o discurso claro da "ciência" se torna nesse caso inadequado" (p.101). Para Marx, a mercadoria não tem algo de misterioso? A realidade (social) não é um universo habitado por "coisas" e "forças"?
- Segundo Clifton, J. op.cit. 214: "... a teoria do valor era a base subjacente para a análise da concorrência no trabalho de Marx como um todo, assim como era subjacente para a teoria de preços. Concorrência e preços eram ambas forças visíveis, valor e mais-valia eram as forças explicativas ainda que escondidas. Esta é a diferença fundamental entre a concorrência na teoria de Marx e na teoria clássica onde a concorrência parece governar-se a si mesma".
- (53) Marx, Carlos - El Capital - Tomo III, p.53.
- (54) Clifton, James Arthur - Competitive conditions in theories of price and value. London, University Microfilms International, 1980. p.266.
- (55) Idem, Ibidem, p.282.

- (56) Idem, ibidem, p.283.
- (57) Marx, Carlos - El Capital - Tomo III - pp.210/211
- (58) Idem, ibidem, Tomo III, p.179.
- (59) Idem, ibidem, Tomo, III, p.211.
- (60) Steindl, J. - Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Capítulo X.
- (61) Tavares, Maria da Conceição - Ciclo e Crise - Capítulo 2. Mineo UFRJ.
- (62) Reconsiderar menções anteriores às obras de J.M.Keynes e H.P. Minsky.
- (63) Coutinho, Luciano - Desenvolvimentos do capitalismo avançado e a reorganização de economia mundial no pós-guerra; Percalços e problemas da economia mundial capitalista in Desenvolvimento capitalista no Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, org. L.G. Belluzzo e Renata Coutinho.
- (64) Tavares, M.C.; Belluzzo, L.G.M. - Uma deplexão sobre a natureza da inflação contemporânea. Mimeo UNICAMP, nov.84.

PARTE III - DINÂMICA CAPITALISTA:

ENTRE A LÓGICA E A HISTÓRIA

"Porque raciocinar sobre as cousas e os efeitos é coisa bastante difícil, da qual acho que o único juiz possível é Deus. Nós penamos muito estabelecendo uma relação entre um efeito tão evidente como uma árvore queimada e o raio que a incendiou, que o remontar cadeias por vezes longuíssimas de causas e efeitos me parece tão insensato quanto o querer construir uma torre que chegue até o céu."

Umberto Eco

As proposições e conceitos trabalhados nas duas primeiras partes permitem agora pensarmos a dinâmica econômica capitalista como um todo. Isto requer a construção de uma teoria da instabilidade e suas conexões com a teoria da tendência da estrutura. Semelhante procedimento possibilitará a compreensão da temporalidade lógico-histórica. Tempo lógico-histórico tanto no que tange às determinações conjunturais, apreendidas desde as instabilidades conjunturais sobre a estrutura; como tempo lógico-histórico no que tange às leis internas de desenvolvimento contraditório da estrutura. Dessa forma é possível pensar a interação conjuntura/estrutura, bem como pensar as tendências contraditórias da estrutura. A instabilidade conjuntural e as leis estruturais permitem construir transitoriamente o histórico, desde a lógica conjuntura/estrutura. Porém a completa identificação do processo requer a penetração da teoria no acontecer histórico.

Assim, os conteúdos são instabilidade/expansão e instabilidade/crise considerando a contradição entre expansão e crise na tendência. É possível e necessário formular a teoria desse movimento porém não se pode fazê-lo de modo determinístico como nos modelos cíclicos. À guisa de exemplo, diga-se: a teoria não pode e nem deve pressupor a saída da crise tal como é feito nos mecanismos dia-crônicos; pode, entretanto, determinar transitoriamente qual a temporalidade lógico-histórica em curso e embarcar no acontecer histórico para apontar tendências e inclusive ir redefinindo os conteúdos do objeto de conhecimento. Na crise de hoje coloca-se a necessidade de repensar os mecanismos de regulação estatal construídos na saída da crise dos anos 30, mecanismos estes que hoje se encontram em desestruturação.

Enfatiza-se aqui a complexidade das determinações dinâmico-estruturais. A teoria da tendência da estrutura sendo pensada desde o processo do capital como sujeito, leis do processo do capital. A teoria da instabilidade pensada desde as determinações da concorrência e do cálculo capitalista sobre as decisões de investimento. As conexões entre estas teorias permitem pensar o movimento de conjunto, a dinâmica propriamente capitalista. Pensar a contradição da tendência da estrutura e pensar a instabilidade estrutural, conjunturalmente determinada; o que significa pensar a relação es-

trutura/conjuntura sem dicotomias. A expansão como estruturalmente instável e a crise como a instalibilidade desestruturante. Passemos a estas demonstrações teóricas, recorrendo, sempre que possível, e numa dosagem adequada, aos acontecimentos históricos que moldaram a expansão pós guerra e que moldam a presente crise do capitalismo. Tal procedimento se impõe por coerência com a tese de construção de uma teoria da dinâmica enquanto abstração transitória, apreendendo a temporalidade lógico-histórica.

PARTE III - CAPÍTULO 1

A INSTABILIDADE DO PROCESSO DE INVESTIMENTO

E ACUMULAÇÃO CAPITALISTAS

Consideremos as características das decisões capitalistas sobre o investimento, com o propósito de contribuir para a teoria da instabilidade, forjada a partir do cálculo capitalista. Do ponto de vista de autores em questão o que se impõe é uma interlocução com Keynes e Kalecki.

Ambos explicitaram através da teoria da demanda efetiva a compreensão de que no processo de investimento está o dilema da dinâmica capitalista.

Pensemos o processo de investimento, considerando que o cálculo capitalista está imerso numa economia em monopolização, em que dominam os capitais centralizados cuja lógica de valorização é aquela do capital financeiro no sentido que discutimos na Parte II.

Demonstra-se que a instabilidade global do investimento decorre simultaneamente tanto de determinações financeiras e tecnológicas quanto do que tem sido chamado de "efeito dual". Quanto a este, recordemos, que se refere ao fato de que o investimento ao mesmo tempo em que amplia a massa de lucros da economia promove uma elevação do estoque da capacidade produtiva instalada. Quanto à questão financeira, sustenta-se aqui a tese de que na economia monopolizada a autonomia relativa do processo de valorização/capitalização frente ao processo de formação da renda, determina por si mesmo uma instabilidade nas decisões de investimento produtivo. Ademais os lucros com inovações exercem uma complexa conexão entre as instabilidades conjunturais e a tendência da estrutura.

1.1 - O "EFEITO DUAL" DO INVESTIMENTO E AS LIMITAÇÕES DOS MODELOS DO CICLO

Detenhamo-nos, inicialmente, no "efeito dual". A formulação analisticamente mais apropriada disto encontra-se em Kalecki que a resumiu assim:

"A tragédia do investimento é que provoca a crise precisamente porque é útil... Sem dúvida muita gente considerará que esta teoria é paradoxal. Mas não é a teoria que é paradoxal, senão que o seu objeto que o é, a economia capitalista". (1)

Esta análise, conforme já discutimos parcialmente na Parte I, conduziu Kalecki à formulação do ciclo econômico automático. Desde sua teoria dos lucros, em que estes são determinados pelo gasto capitalista - sintetizado pelo investimento - apreendeu o dinamismo da renda nacional e do emprego, dada a distribuição funcional da renda nos três setores produtivos, como marcado por flutuações cíclicas. Estas seriam inevitáveis pela interação entre investimentos, lucros e estoque de capital. O crescimento dos investimentos amplia o volume global de lucros correntes, eleva a taxa de lucro esperada, e assim propaga-se a prosperidade econômica em direção ao auge. Entretanto, neste movimento, o estoque de capacidade produtiva instalada cresce e a manutenção da taxa de lucro corrente (ou sua ampliação) depende de que o ritmo de investimento continue acelerado para assim elevar a massa global de lucros.

Porém, a ampliação do estoque de capital exerce um papel adverso sobre as decisões de investimento que são privadas e realizadas em concorrência. Este efeito pode vir a ser agravado através do princípio do risco crescente vinculado ao crescimento da relação entre capital de empréstimo e capital próprio e avaliado tanto pelas indústrias quanto pelos bancos. As decisões capitalistas em concorrência não constituem um mecanismo assegurado da continuidade da aceleração dos investimentos e em consequência verifica-se uma reversão. Joan Robinson caracterizou-o assim:

"A aceleração do ritmo de investimento real não pode durar indefinidamente. Quando o ritmo de investimento deixa de crescer, o nível de lucros correntes deixa de aumentar.

Mas o volume de capacidade produtiva que compete para vender segue crescendo de modo contínuo. Por esta razão a taxa de lucro começa a decrescer, com o que o auge chega a seu fim. A prosperidade não pode durar sempre".⁽²⁾

A recessão em direção à depressão, pela via da concorrência, promove, contudo, a eliminação de capacidade produtiva de alguns dos competidores num processo de "saneamento" do excesso de capital. A redução do estoque de capital encarrega-se assim de reanimar as decisões de investir por uma gradual recuperação da taxa de lucro corrente (bem como da esperada), viabilizando-se assim a reversão para a expansão. As recessões e depressões, igualmente, não podem durar sempre.

Esta determinada instabilidade do investimento é assim representada por Kalecki como originando perpétuas flutuações. À exceção do chamado risco crescente não entra em considerações mais complexas sobre as determinações financeiras da instabilidade. Quanto ao progresso técnico, conforme já registramos anteriormente, considera-o como elemento que dissolve ciclo e tendência como entidades independentes. Ao fazê-lo, deixa em aberto justamente a questão de que a dinâmica capitalista não se resume a perpétuas flutuações em torno a um trend de crescimento dado pelo fator de inovações tecnológicas. O "Investimento com inovações" é precisamente o elemento que revela a complexidade de interações entre as flutuações e a tendência, sendo que há reversões no crescimento que não correspondem à recessão do ciclo automático senão que podem representar uma tendência à estagnação (à reprodução simples). Consequentemente, deve-se aprofundar a análise da instabilidade dos investimentos considerando aspectos que vão além do mencionado "efeito dual".

Explicitemos agora a necessidade teórica de determinar os conteúdos da instabilidade financeira, específica da estrutura monopolista, e sem a qual a teoria do investimento é insuficiente para a compreensão da dinâmica como um todo. A raiz desta determinação está na própria lógica interna do capital e na concorrência orientar-se-á como um cálculo financeiro global pela realização do lucro geral. As decisões de valorização processam-se assim simultaneamente numa circulação renda/produção e numa circulação financeira, cu-

jas temporalidades de ganhos monetários são diferenciadas. A circulação financeira pode assim originar autonomamente (em relação à outra circulação) uma instabilidade nos investimentos produtivos. Esta instabilidade se associada a outros componentes (queda dos lucros esperados com inovações, por exemplo) pode configurar uma interação entre elementos conjunturais/estruturais num quadro crítico. Por isso, afirmei no capítulo 3 da Parte II, que entre o processo Renda e o processo Valorização/Capitalização é posta em jogo tendencialmente a reprodução capitalista. Portanto, é pertinente a consideração das decisões capitalistas em concorrência, no âmbito de uma teoria da demanda efetiva, admitida esta como elo teórico entre uma teoria do capital e uma teoria do investimento, para pensar mas a instabilidade e a tendência da estrutura.

Antes de avançarmos no tratamento destas questões retomemos brevemente as demonstrações da Parte I sobre a demanda efetiva e as forças do tempo capitalista para requalificarmos a crítica aos modelos de dinâmica que propõem a regulação cíclica e que vivem o dilema da integração entre ciclo e tendência. Demonstramos antes como a ciclicidade é uma rerepresentação lógico-formal, uma cronometria, tempo como coordenada, vazio; ou uma constatação empírico-cronológica, ex-post, com o que a teoria do ciclo não está qualificada como teoria explicativa da dinâmica capitalista. A crítica ao conceito de ciclo como totalidade autônoma de movimento e a correspondente cisão frente ao conceito de tendência levou-nos a propor a própria reconsideração dos conceitos de ciclo e tendência para a dinâmica.

Fizemos a démarche de como em Kalecki, em sua Razão, encontra-se esgotado o esquema da ciclicidade e o associado entendimento de ciclo e tendência como entidades independentes. Com isto enfatizamos que Kalecki deixou perguntas relevantes para a liberação ante aquele esgotamento. É por isto que a Razão de Kalecki está em que seu movimento teórico aponta para o questionamento dos modelos de dinâmica para cujo aprofundamento analítico ele mesmo contribuiu.

Kalecki tinha ironia pela dissociação existente entre os modelos de crescimento da chamada Teoria Econômica e a realidade da

sociedade capitalista. Parafraseando um filósofo eles seriam "abstrações irreais":

"Este trabalho visa a desenvolver a idéia de que o quadro institucional de um sistema social é um elemento básico da dinâmica econômica e, portanto, da teoria do crescimento próprias desse sistema. A idéia parece plausível, mas apesar disso há uma tendência na Economia ocidental... a tratar de alguma coisa parecida com uma teoria geral do crescimento, operando com modelos bastante afastados das realidades das atuais economias capitalistas, socialistas ou "mistas"... a literatura em questão se relaciona com alguma espécie de idealização do capitalismo de laissez-faire. Seus problemas e resultados são facilmente traduzíveis em categorias de um sistema socialista e, o que é interessante, eles se enquadram melhor aqui do que no capitalismo, mas ainda não muito bem, porque frequentemente se concentram em pontos que não parecem ser muito essenciais. Surge assim uma situação que não é incomum na história do pensamento econômico: estão sendo criadas teorias que podem levantar problemas de grande interesse, mas que não conduzem ao entendimento do que realmente aconteceu ou estaria acontecendo". (3)

Pois bem, quais as características destes modelos a que ele se refere?

De um lado estão os que encontram paternidade em Harrod onde "o crescimento se dá a uma taxa de equilíbrio de forma que o aumento do investimento é suficiente para gerar demanda efetiva que compense as novas capacidades produtivas criadas pelo investimento". (4) Quanto a esta formulação de tendência, ele recorre às interações da demanda efetiva para mostrar a instabilidade: "qualquer pequeno declínio fortuito da taxa de crescimento envolve uma redução do investimento e, conseqüentemente, da renda nacional, em relação ao estoque de equipamento, que afeta o investimento adversamente e gera uma queda maior da taxa de crescimento. É matematicamente indefensável a crença de que tal distúrbio cria meramente um movimento oscilatório em torno do crescimento que se processa a

uma taxa de equilíbrio: as equações subjacentes a essa crença são incapazes de produzir uma solução correspondente à combinação de uma curva exponencial com uma senóide"⁽⁵⁾.

De outro lado estão os modelos para os quais "qualquer que seja a taxa de crescimento, os recursos produtivos são plenamente utilizados por causa da flexibilidade de preços a longo prazo: os preços, a longo prazo, deslocam-se em relação aos salários até o ponto em que a renda real do trabalho - e, portanto, seu correspondente consumo - é adequada para causar a absorção do produto nacional a pleno emprego!"⁽⁶⁾

Contra estes, o argumento é: "Os fatores monopolísticos ou semimonopolísticos envolvidos na fixação dos preços - profundamente enraizados no sistema capitalista em todos os momentos - não podem ser caracterizados como temporárias rigidezes de preços de curto prazo, mas afetam a relação entre os preços e os salários tanto no curso do ciclo econômico como no longo prazo".⁽⁷⁾

Este tipo de modelo traz implícito o uso de lei de Say uma vez que supõe uma correção da insuficiência da demanda por flexibilidade de preços e distribuição da renda. Mais ainda não diferencia os tipos de gasto, investimento e consumo. Supõe um estranho ajuste via consumo dos assalariados e nada afirma sobre o movimento do gasto empresarial em investimento, que é a força primária dinamicamente. Quanto ao mecanismo de preços que Kalecki está sugerindo é que justamente frente ao desequilíbrio os capitalistas tentem, pela fixação do mark-up, assegurar uma taxa de apropriação da renda nacional que rentabilize o capital a despeito da ociosidade. Ou seja, não é pela distribuição de renda que se assegura o gasto correspondente ao crescimento com pleno emprego.

Agora, o que há de comum nestas críticas? Ambos conjuntos de modelos abdicam do problema da demanda efetiva no longo prazo, enquanto Kalecki não. Certo, o progresso técnico rompe o sistema estacionário, para ele, e produz uma tendência. Então, a diferença seria a de que embora admitindo a questão da demanda efetiva ele apresentaria a solução "deus ex-machina" das inovações para formular a tendência?

Ora, mas se assim fora em que ele se diferenciaria de Hansen ou dos neo-clássicos que à instabilidade no crescimento respondem com o ajuste pela técnica?

Evidentemente ele não poderia ficar acomodado com esta solução. Por isso, como já alertamos, endogenizou o progresso técnico na teoria do investimento, considerou que isto afeta o processo dinâmico como um todo, com o que a sucessão de ciclos constrói ora uma trajetória expansiva e ora uma trajetória estagnacionista. Com isto, no fundo, ele está sugerindo que se abandone o dilema falso da teoria geral do crescimento que intriga Pasinetti: como esclarecer a relação entre as flutuações cíclicas e o crescimento econômico de tipo exponencial, ou seja, o crescimento contínuo (steady growth) já que o mundo real é "um processo dinâmico complexo de crescimento com irregularidades periódicas".

Kalecki tinha presente todas as limitações que Pasinetti atribui aos modelos. Sejam as que se referem à integração ciclo e tendência, sejam as referentes aos mecanismos reequilibradores.

Diz Pasinetti das teorias(modelos⁽⁸⁾) (incluindo a de Kalecki):

"Embora capazes de dar explicações separadas de um movimento cíclico ou de um movimento de crescimento, são incapazes de explicar ambos os fenômenos em conjunto" (pg.66/67). "Todas essas teorias têm a característica comum de estarem baseadas num dinamismo endógeno resultante da interação entre o multiplicador e alguma forma de princípio de aceleração. Este último pode ser constituído de várias maneiras, mas os resultados são sempre os mesmos. Conforme o intervalo de valores no qual se situam os parâmetros da função de investimento, o sistema produz quatro tipos principais de comportamento: crescimento exponencial, ciclos explosivos, ciclos amortecidos e contração contínua, aos quais a possibilidade de ciclos constantes pode ser acrescentado como caso limítrofe entre o segundo e o terceiro tipo de comportamento. O caso de uma contração con-

tínua foi unanimemente abandonado como contrário à experiência comum; diferentes autores chegaram, então, a diferentes conclusões tomando, cada um, simplesmente, um dos possíveis resultados do modelo teórico".⁽⁹⁾

Há portanto um estado de indeterminação teórica, podendo alcançar-se qualquer resultado dependendo das preferências do economista quanto aos valores específicos dos parâmetros da função de investimento.

Inclusive, "...pelo menos no que concerne ao movimento dinâmico da demanda efetiva não há trajetória de crescimento exponencial, a uma taxa grande ou pequena de variação, conforme preferamos, que não possa ser alcançada, contanto que os empresários adaptem seu comportamento - isto é os parâmetros α e β - a essa trajetória"⁽¹⁰⁾

Ou seja, se aceitamos que o dinamismo endógeno da teoria de Kalecki é da mesma natureza que o da interação multiplicador/ acelerador poderíamos substituí-lo, segundo o gosto, no ciclo, por Kaldor ou Hicks, por exemplo, e na tendência, por Duesênberry, talvez com vantagem, porque este mostra, endogenamente, que "um sistema econômico governado pelo mecanismo multiplicador/acelerador é capaz de crescer continuamente" sem necessitar recorrer a progresso técnico exógeno ao contexto da demanda efetiva.⁽¹¹⁾

Argutamente e com elegância Pasinetti lança ao lixo os modelos macro econômicos;⁽¹²⁾ denuncia que a mutação dos valores dos parâmetros - ora no intervalo de crescimento, ora no intervalo de flutuação - correspondem a diferentes condições particulares do comportamento empresarial (que não estão explicadas); e conclui que pelo multiplicador/acelerador não dá para escolher uma ou outra das interpretações de dinâmica nele baseadas.

O que fazer? Segundo ele, algo que os modelos simplesmente negligenciaram: "investigar as causas da variação daquelas quantidades que representam os parâmetros de comportamento da função de investimento... aprofundar mais nossa análise por detrás dos próprios parâmetros agregados... investigar sua composição... indicar as diferentes causas... atuando separadamente sobre seus componentes."⁽¹³⁾

Ora, ele está propondo desenvolver uma teoria do Investimento, coisa, como já salientei, sobre a qual Kalecki e Keynes indicaram as sendas teóricas fundamentais.

Qual teoria do investimento propõe o Sr. Pasinetti?:

- 1 - Considerando que o "progresso técnico" altera a produtividade a ritmos diferentes nos diversos setores econômicos, ocasionando contínua variação de custos (e preços);
- 2 - Considerando que o "progresso técnico" provoca um crescimento contínuo da renda per capita real que - segundo a lei de E. Egel - faz variar no tempo a composição relativa das compras dos consumidores e por consequência altera a estrutura de emprego e composição relativa do produto nacional em termos reais;
- 3 - Considerando que em face de 1 e 2, os empresários terão o "... grande problema ... (de) descobrir aqueles ramos produtivos (sempre diferentes à medida que a renda aumenta) que correspondem às próximas preferências dos consumidores..." (pg.88);
- 4 - Considerando que de 3 deriva-se o problema de "... adaptação dos consumidores às maiores possibilidades de consumo" e o problema do sistema em decidir entre lazer (redução da semana de trabalho) e produção mais elevada como decorrência dos ganhos de produtividade;

Conclui que: "evidentemente, nas tentativas de descobrir a solução desse problema complexo, os empresários podem cometer erros... resultando em hesitações e adiamentos dos projetos de investimento. A um nível macro-econômico, o significado desses erros ou simples hesitações vem a ser uma mudança nos parâmetros agregados do sistema. Isso tem efeitos decisivos sobre os movimentos dinâmicos da demanda efetiva".⁽¹⁴⁾

E por fim debatendo-se com "seus modelos" acaba "aproximando-se" da posição de Kalecki: Dado que o arcabouço teórico multiplicador/acelerador "... não foi capaz (e não é capaz) de nos dar

qualquer explicação dos valores de tais parâmetros e de suas variações no tempo... (tal explicação) "...pode ser utilizada para integrar o quadro teórico anterior. Proporcionam... o elemento de conexão que faltava na construção teórica".⁽¹⁵⁾

A consequência disto, que é clara no dilema detectado por Kalecki⁽¹⁶⁾ mas não em Pasinetti, é que tal integração pressupõe abrir mão da dedução "a priori" de uma tendência. Chega-se a estabelecer as condições teóricas das flutuações que ajustam ex-post a trajetória ao crescimento e aquelas que (enquanto anti-tese daquelas) ajustam a trajetória na direção da estagnação.

Arremata propondo a integração ciclo e tendência: "...a variação dos parâmetros de comportamento agregados, com a consequente possibilidade de flutuações e, portanto, uma característica permanente, inerente aos próprios elementos que determinam o crescimento de um sistema econômico, longe de se afigurarem como dois fenômenos opostos, ou mesmo incompatíveis - como, na realidade, se afiguram, numa visão puramente baseada em modelos macro-econômicos - emergem como dois aspectos ou resultados diferentes do mesmo processo complexo e fundamental - aqui reunidos sob o título abrangente de "progresso técnico" - que motiva incessantemente a sociedade industrial em que vivemos".⁽¹⁷⁾

O tal mecanismo dos modelos, inclusive Pasinetti, reflete um esquema de ajuste dinâmico entre Investimento, Consumo e Renda, e estoque de Capital (leia-se capacidade produtiva) aplicável a um sistema econômico em que os "investidores" se comportem com uma racionalidade "não-capitalista"⁽¹⁸⁾ e em que os consumidores "orientem", através de suas preferências, o comportamento daqueles.

Não foi à toa que Kalecki os encontrava mais adequados para representar o funcionamento de uma hipotética sociedade socialista do que de uma capitalista.

Os modelos criticados por Pasinetti e dele próprio apresentam um esboço de determinações do investimento que em absoluto responde à realidade capitalista. Que capitalismo é este onde os capitalistas erram ao invés de concorrerem; onde o investimento se

ajusta ao gosto do consumidor; onde o progresso técnico não é problematizado teoricamente mas surge como benesse da civilização industrial?

Pasinetti reconhece a arbitrariedade na construção de hipóteses diferentes acerca do mesmo mecanismo dinâmico e concede:

"Devo salientar que, sob esse ponto de vista, os modelos macro-econômicos considerados, são ainda menos satisfatórios do que algumas das teorias prévias. Por exemplo, na análise de Schumpeter, o problema delineado não aparece de forma alguma, pois sua teoria é tal que o crescimento econômico dá-se apenas através de flutuações".⁽¹⁹⁾

Foi por essa razão que Schumpeter criticou Kalecki ao referir-se à formulação de "ciclo puro" sem tendência. O que ele cobrava era a explicação teórica da expansão - considerados o ciclo e o crescimento - sem a qual de fato o "ciclo puro" é uma limitada explicação da dinâmica capitalista a la "perpetuum mobile". O próprio Kalecki fez a auto-crítica desta limitação e avançou na mesma senda de Schumpeter ao endogeneizar as determinações do progresso técnico na Teoria do Investimento de "curto e longo prazos", com algumas vantagens em relação àquele.

Ou seja, Kalecki detecta o problema de que as flutuações com crescimento podem reverter para flutuações com tendência à estagnação. Já para Schumpeter, na formulação do Business Cycles, o esgotamento das inovações conduz do Equilíbrio/Fluxo Circular e, na formulação da destruição criadora, a sucessão de inovações, comandada pela racionalidade econômica que a burocratização da concorrência implica conduz ao diagnóstico da regeneração do sistema econômico.⁽²⁰⁾

Então a crítica ao dilema ciclo/tendência conduz a uma superação da problemática da integração entre estas duas entidades. Fica a necessidade de trabalhar a teoria da instabilidade que se expressa através de perfis cambiantes de flutuações em simultâneo à necessidade de compreender a antinomia (expansão/ crise) da tendência. É neste sentido que perscrutar a Razão de Kalecki conduz à superação de sua própria dinâmica cíclica.

Como já foi dito na Parte I, isto não exclui a instabilidade associada à demanda efetiva. O que não se pode é restringi-la ao "efeito dual" do investimento e subsumi-la na noção de ciclo como totalidade dinâmica. Ela deve ser considerada como teoria articulável com a teoria de valorização do capital em geral, o que implica considerar a complexidade do cálculo e da concorrência nos processos tecnológico (profit oriented) e financeiro, de decisões calcadas na formação da taxa média de lucro financeiro.

O princípio da demanda efetiva em si não é incompatível com as influências do progresso técnico e das finanças capitalistas sobre o gasto produtivo dos capitalistas. Quando estas influências são consideradas o que se modifica é o processo de interação entre investimento e "stock de capital", uma vez que os efeitos depressivos deste sobre a taxa de lucro esperada e consequentemente sobre as decisões de investir podem ser "adiados", por inovações dilatadoras das expectativas de lucro, combinadas com um panorama financeiro favorável à "prosperidade". Isto muda o "perfil" das flutuações, gerando "flutuações expansionistas" onde os auges são mais intensos que as recessões.

Já foi determinado também - na Parte I - que a esta interpretação corresponde uma visão da instabilidade onde ocorrem flutuações de perfis alternativos, com problematização das causas de reversão, ao contrário da modelagem cíclica, onde se dá uma repetição automática (e determinações repetitivas) das mesmas fases. ⁽²¹⁾

São os "modelos de ciclo", que pretendem representar uma sucessão cronológica "ad infinitum" de um ou outro tipo de ciclo (explosivo, amortecido) que necessitam da restrição de uma condição técnico-econômica e financeira dada, como parâmetros. Com isso, não são deixam de incorporar estas dimensões capitalistas importantes, como não explicam a tendência.

1.2 - INVESTIMENTO COM INOVAÇÕES: ACUMULAÇÃO, VALORIZAÇÃO E TEMPO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Pensemos desde o investimento com inovações a instabilidade marcada por flutuações de perfis cambiantes bem como a relação destas com a contradição da tendência. Isto significa recuperar o papel que tem o progresso técnico em dissolver a separação entre influências de curto e longo prazos (repensando as noções de ciclo e tendência), coisa que já discutimos parcialmente na Parte I).

Considerar o progresso técnico do ponto de vista econômico significa entender sua relação com o processo de valorização do capital. As inovações encontram-se no âmago do processo de Acumulação e Reprodução e o investimento que as realiza marca os ritmos e os perfis das flutuações bem como as reversões que dão curso à contradição da tendência. Justamente por não ser pertinente o determinismo tecnológico é que se impõe a compreensão das relações entre investimento com inovações, acumulação de capital e reprodução.

Tenhamos em conta a seguinte formulação geral - "Acumulação e reprodução são, na realidade, dois momentos imanentes do mesmo movimento regulado pela lei do valor, como lei do processo de valorização. A distinção entre esses dois momentos imanentes de um mesmo movimento é de importância teórica decisiva, porquanto é ela que permite que a forma desse movimento seja definida como tendência". (22)

A valorização pensada desde o movimento do capital em geral e do entrelaçamento de capitais em concorrência (23) permite compreendermos simultaneamente a instabilidade e a contradição da tendência. Avança-se assim para uma teoria da dinâmica como abstração transitória, compreendida a temporalidade lógico-histórica, excluídos o mecanicismo, "business cycle enginee", mecanismos repetitivos.

Como movermos com os conceitos para apreender a dinâmica lógico-histórica? Vamos valer-nos de uma passagem do texto de Balibar para avançar na qualificação.

Para ele "... a análise da tendência do modo de produção capitalista produz o conceito de dependência do progresso das for-

ças produtivas em relação à acumulação de capital, portanto, o conceito de temporalidade própria do desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. Somente este movimento pode ser denominado... uma dinâmica... um movimento de desenvolvimento interior à estrutura e suficientemente determinado por ela (o movimento de acumulação), que se efetua segundo um ritmo e uma velocidade próprios determinados pela estrutura, que possui uma orientação necessária irreversível, e que conserva (reproduzindo) indefinidamente as propriedades da estrutura em outra escala". (24)

É certo que a acumulação de capital entrelaça valorização e progresso técnico e realiza a reprodução em escala ampliada e nisto está a temporalidade própria do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo. Está a tendência pensada desde o par acumulação/reprodução que implica considerar o progresso técnico no processo de valorização. Neste sentido, a tendência na dinâmica está como um desenvolvimento interior à estrutura, ritmo e velocidade próprios, irreversibilidade. Porém o problema da formulação de Balibar está em considerar que a dinâmica conserva, e que reproduz indefinidamente as propriedades da estrutura em outra escala. Ora, a mudança não é apenas de escala e tampouco a dinâmica implica conservar indefinidamente as propriedades. Ao contrário a dinâmica transforma algumas propriedades fundamentais, conserva também determinadas propriedades e por isto mesmo é uma dinâmica contraditória e somente uma lógica da contradição pode apreendê-la.

Assim, não é de surpreender que ele mantenha de uma determinada forma o corte sincronia/diacronia. Ele diz: "... a análise das relações que pertencem a um modo de produção determinado e que constituem sua estrutura deve ser pensado como a constituição de uma "sincronia" teórica; isto é o que Marx pensava a propósito do modo de produção capitalista sob o conceito de reprodução. A esta sincronia pertence necessariamente a análise de todos os efeitos próprios da estrutura do modo de produção". (25)

Então, "... se reservará o conceito de diacronia ao tempo de trânsito de um modo de produção a outro, quer dizer, ao tempo determinado pela substituição e transformação das relações de produção que constituem a dupla articulação da estrutura". (26)

Na crítica às teorias da ciclicidade e da regulação que lhe corresponde, vimos como a diacronia expressava, por uma lógica formal, a cisão entre os tempos lógico e histórico, ademais de não incorporar transformações, de ser a monótona repetição calcada num "business cycle enginee".

Agora, em Balibar, "...a sincronia não é um presente real contemporâneo a si, senão o presente da análise teórica em que todas suas determinações são dadas.(324)...somente no "tempo" da dinâmica (da tendência) está determinado na análise sincrônica do modo de produção. A distinção entre dinâmica e diacronia é, portanto, rigorosa, e a primeira não pode aparecer como uma determinação no campo da segunda...".(27)

Ele deixa portanto estabelecida também uma cisão entre os tempos lógico e histórico e por isso "...toda teoria é sincronia na medida em que expõe um conjunto sistemático de terminações conceituais".(28) Ao fazê-lo não desenvolve um caminho possível - para uma outra concepção do que seja teoria⁽²⁹⁾ que está na própria afirmação de que a dinâmica é um movimento de desenvolvimento interior à estrutura e na proposição dele mesmo de que se trata de descobrir como "... o tempo da "tendência" do modo de produção, chega a ser um tempo histórico".(30)

A tendência contém um desenvolvimento contraditório interior à estrutura que se expressa na reversão da reprodução ampliada para a crise de reprodução com o que se explicitam alterações de propriedades fundamentais que conformam o próprio tempo histórico. A continuidade da reprodução vindo a ser posta via uma "resolução histórica". A contradição na tendência se deve a que o movimento de acumulação de capital (inclusive monetário), investimento com inovações, e valorização não é sincrônico. Então, os problemas de valorização que venham a obstaculizar os investimentos com inovações por um período longo dessolidarizam a acumulação de capital da reprodução ampliada, negando a infinita conservação das propriedades da estrutura.

Descartada também a "ditadura da lei de estrutura sobre todos os elementos do sistema"⁽³¹⁾ sem que com isso abduquemos dos

desenvolvimento internos à estrutura para a compreensão lógico-história (para não cairmos no empirismo), cabe dar mais um passo na teorização dos movimentos conjunturais e estruturais relacionados: de como as decisões oriundas do cálculo capitalista interagem com a razão interna à estrutura.

1.2.1 - Estrutura técnica e inovações: determinações estruturais da valorização e o cálculo capitalista.

O "investimento com inovações" é uma categoria que nos permite pensar as transformações técnicas no capitalismo como endogenamente determinadas, isto é, oriundas da interação entre acumulação de capital-estrutura técnica e valorização, consideradas as decisões do cálculo capitalista em concorrência. O progresso técnico como um deus ex-machina e o determinismo tecnológico ao gosto de certos "neo-schumpeterianos" ficam desqualificados. (32)

Cabe desenvolver idéias acerca das relações entre estrutura técnica de produção, fronteiras de inovações e problemas de valorização do capital em suas distintas formas, considerando a centralização monopólica do capital.

O desenvolvimento de fronteiras técnicas corresponde a inovações que se desdobram em períodos longos, promovendo assim transformações nas estruturas técnicas.

É preciso que se estabeleça uma noção do que seja uma estrutura técnica de produção. Sugere-se aqui que sua formação e seus câmbios sejam visualizados através dos seguintes tópicos:

- 1 - Fundamentos técnicos - matérias primas básicas em uso na produção/formas de energia/malha de transportes e comunicações/métodos e processos produtivos.
- 2 - Grau de intensificação de capital, de mecanização, de avanço da "composição orgânica" do capital.
- 3 - Composição do Investimento Industrial. Peso da produção de bens de capital-capital etc.

- 4 - Produtos dominantes da Oferta/demanda de bens de consumo.
- 5 - Produtos dominantes da Oferta/Demanda de bens de produção.
- 6 - Distribuição da população economicamente ativa pelos setores econômicos.
- 7 - Quadro técnico-econômico da produção agrícola - mecanização e assalariamento, ocupação da fronteira etc.
- 8 - Quadro institucional e práticas financeiras, sistemas de financiamento da produção corrente, do consumo e do "Investimento com Inovações".
- 9 - Formas de Organização: operacionalização da centralização monopólica do capital.

Dada a noção anterior pode-se dizer que uma "Fronteira Técnica de Difusão Ampliada" (FTDA) é aquela que atua sobre um número importante dos elementos que compõem a "Estrutura Técnica de Produção" (ETP) ao ponto de promover uma reordenação desta.

As inovações contidas numa FTDA desdobram-se no longo prazo, especialmente porque ao transformar os fundamentos técnicos da ETP tem um efeito propagador por diversos setores e ramos da produção, finanças e comercialização. Tende a tornar mais pesada a composição do Investimento Industrial com dominância dos bens de capital-capital e/ou promovendo aceleração no processo de intensificação de capital. Em geral as demandas desse salto tecnológico são tais que se fazem acompanhar de novos modos de intermediação financeira viabilizadores da mobilização maciça de capitais, requeridos pela transformação em andamento, e de novas formas de organização. E ao nível da Demanda em geral corresponde a uma mudança quanto aos produtos que ocupam liderança.

Estas fronteiras uma vez postas pelo Capital como um "espaço técnico-econômico" a ser conquistado vão gerando período de

auge intenso e recessão atenuada ao longo dos quais se vão concretizando os desdobramentos desta "fronteira técnica" e se vai conformando uma trajetória de crescimento a longo prazo, que por sua vez reforça recorrentemente - compensando cada recessão proveniente do efeito dual dos investimentos - a perspectiva rentável de "Investimento com Inovações".

Pode-se dizer, ao contrário, que certas inovações se expressam numa "Fronteira Técnica de Difusão Restrita" cujos efeitos sobre a "ETP vigente são limitados uma vez que não afetam o conjunto dos fundamentos técnicos. Neste caso o Grau de Intensificação de Capital e a Composição do Investimento Industrial não sofrem - generalizadamente - avanços substantivos; não surge um número significativo de novos ramos produtivos; os métodos e processos sofrem alterações localizadas/setoriais, complementares às práticas existentes.

Esta "FTDR" não provoca grande elevação na trajetória da acumulação de capital de modo que a existência de certos determinantes (de superacumulação em geral, de instabilidade financeira), nas recessões, tendem a manter uma tendência depressivo-estagnacionista e flutuações político-econômicas do tipo "stop & go".⁽³³⁾

As decisões capitalistas limitadas a uma "FTDR" pode significar que a "ETP" presente encontra-se relativamente cristalizada e que considerações de valorização, no âmbito da concorrência capitalista, ainda não determinam sua mudança.

As fronteiras estão aqui apenas tentativa e formalmente descritas e as condições de sua implantação e implicações quanto à tendência da reprodução não estão ainda desenvolvidas.

Avancemos nesta direção retomando um contraponto com Kalecki que permite retraduzir a noção de tendência e de ciclo e encaminhar a concepção da dinâmica em seu conjunto.

Retrabalhem o dilema de Kalecki frente ao ciclo e à tendência como entidades independentes. Sugiro que o conjunto da reflexão dele aponta para o seguinte:

- 19) o problema da tendência não é o de tomá-la como crescimento do tipo exponencial e explicá-las enquanto tal, junto com o ciclo;
- 29) abordar a tendência do mesmo modo que o ciclo significa, também, que a tendência constitui uma antinomia: estagnação e expansão, enquanto trajetórias;
- 39) mas tampouco trata-se de um determinismo "a la Rosa"⁽³⁴⁾ senão que algo estruturalmente contraditório da tendência, que pode expressar-se tanto numa expansão quanto numa estagnação de longo prazo, ambas construídas a partir dos movimentos cíclicos;
- 49) logo, ao contrário de Pasinetti não se trata de visualizar a dinâmica como um processo de crescimento com irregularidades periódicas, mas sim o de problematizar teoricamente o próprio crescimento a partir da dinâmica cíclica;
- 59) o questionamento da reprodução ampliada não é apenas para demonstrar (num processo expositivo-teórico) que sem progresso técnico, apenas com interações da demanda efetiva, as flutuações cíclicas seriam em torno do nível de depreciação. O que Kalecki está tratando aqui é da interação ciclo e tendência e de como ela pode dar passagem a uma crise de crescimento, a uma estagnação.

Toda a "démarche" de Kalecki não foi apenas para dizer que demanda efetiva dá ciclo e que progresso técnico dá reprodução ampliada. Disse ser "necessário construir uma teoria das decisões de investimento que cubra todos os aspectos da dinâmica da economia capitalista e não apenas os relevantes para o ciclo econômico".⁽³⁵⁾

As reflexões de Kalecki sobre esta teoria do investimento, mesmo incluindo as inovações, depois retomada brilhantemente por Steindl, mostram a face estagnação da tendência: crise na reprodução ampliada. Qualquer instabilidade que reduza a taxa de acumulação poderá propagar, pelo declínio do grau de utilização do equipamento, uma trajetória descendente do investimento que propicie uma tendência à reprodução simples. Portanto o que está pensado teoricamente é um percurso da reprodução ampliada para a reprodução simples. Este é o ponto: uma teoria do investimento que dê as determinações estruturais (endógenas) da sobreacumulação que gera estagnação, como também das condições intrínsecas para que, ao contrário, o ritmo do progresso técnico e outras determinações sejam tais como para reverter aquela tendência (de reprodução simples) no seu contrário que é a expansão. Se abdicamos disso pareceria que a problematização da dinâmica capitalista em Kalecki se resumiria a coisas do tipo - esgotamento das oportunidades de investimento e do estoque de inovações. Suas perguntas eram de outro porte: "... porque não pode um sistema capitalista, uma vez que tenha desviado para baixo a partir da trajetória de reprodução ampliada, encontrar-se numa posição de reprodução simples a longo prazo?" E advertiu: "Alguns economistas tendem a considerar esse fenômeno como a fase declinante do ciclo econômico, a qual se processa em torno de trajetória inicial de crescimento".⁽³⁶⁾

Suas respostas apontam para uma teoria do investimento face à complexidade ciclo/tendência:

1. "Rosa Luxemburgo peca pelo fato de considerar que as decisões de investimento são tomadas pela classe capitalista como um todo ..."⁽³⁷⁾ Há a concorrência inter-capitalista.
2. Mas o seu "ceticismo quanto à possibilidade de reprodução ampliada no longo prazo é válido ... não se pode tomar por posto o crescimento auto-sustentado da economia capitalista".⁽³⁸⁾

3. "se essa economia se expande realmente sem a ajuda de "mercados externos" deve-se a certos aspectos do progresso técnico os quais porém não necessariamente asseguram uma satisfatória utilização do equipamento a longo prazo". Este aspecto foi depois desenvolvido por Steindl que mostrou o efeito instabilizador da capacidade ociosa "não-planejada" no investimento a longo prazo". (39)
4. Tugan "... absolutamente não mostra a razão pela qual os capitalistas, a longo prazo, devem investir no montante necessário para contribuir para a plena utilização do equipamento produtivo ... e não prevê a crítica de que os capitalistas podem não se mostrar propensos a usar a mais-valia para investir tanto". (40)
5. "O progresso técnico aparece não apenas como elemento de depreciação dos antigos equipamentos, provocando sua reposição por novos equipamentos ... constitui também um estímulo para investimento superior resultante do fato de que os capitalistas que investem "hoje" pensando ter uma vantagem sobre os que investiram "ontem" por causa das novas técnicas de que se beneficiaram". (41)
6. "O que dissemos acima não deve ser entendido no sentido de que essa possibilidade de reprodução ampliada - sem "mercados externos" - é equivalente à eliminação da influência de uma demanda efetiva insuficiente ... a taxa de reprodução ampliada resultante desse fator acima referido de nenhum modo é necessariamente adequada para assegurar plena utilização do equipamento ou mesmo para manter constante seu grau de utilização. As inovações apenas em parte quebram o impasse de uma reprodução simples (*) e não garantem a utilização de recursos no sentido adotado por Tugan Baranovski". (42)

Isso posto vejamos, à luz de Kalecki, uma linha teórica de desenvolvimento de uma teoria do investimento a partir da qual se possa pensar flutuações e tendências como expressões da mesma dinâmica global capitalista.

Já na Teoria da Dinâmica Econômica Kalecki vai caminhando naquela direção. Trata de decompor o Investimento, em sua Tendência e em seus componentes cíclicos:

$I_t = Y_t + i_t$, onde Y_t é a ordenada da curva-tempo que representa o movimento a longo prazo do investimento. Logo, $i_t = I_t - Y_t$ será o desvio de I_t com relação ao nível de tendência Y_t .

Ele chega à formulação da equação:

$$i_{t+0} = \frac{a}{1+c} i_t + \mu \frac{\Delta i_{t-w}}{\Delta t} \quad \text{onde } \frac{a}{1+c} < 1$$

que é idêntica à "equação do ciclo econômico" com a diferença de que agora o investimento flutua ao redor da linha de tendência a longo prazo.

A equação do Investimento com os componentes do ciclo e da tendência é:

$$I_{t+0} = \frac{a}{1+c} I_t + \mu \frac{\Delta I_{t-w}}{\Delta t} + L_t + d'_t$$

em que $L_t = \mu \frac{\Delta A_t}{\Delta t} + \frac{e}{1-\alpha'} \frac{\Delta B'_t}{\Delta t} + e \frac{\Delta E_t}{\Delta t}$, tomando em conta a não estabilidade a longo prazo de:

A - parte estável do consumo dos capitalistas quando da análise do ciclo, agora variável proporcionalmente aos lucros.

B' - que reflete o caráter de gastos gerais que têm os ordenados (diferentes de salários - wages)

E - total dos impostos indiretos, variando, assim como B', em proporção à produção total.

$$\mu = \frac{1}{1-q} \left(b' + \frac{e}{1-\alpha'} \right), \quad \text{onde "q" é um coeficiente do proporcionali-}$$

dade do incremento do consumo a partir do incremento de lucros; onde

$$b' = \frac{b}{1+c'}, \text{ sendo } b \text{ um coeficiente relativo ao investimen-}$$

to decorrente da expansão dos lucros, e c' , o coeficiente estratégico de sensibilidade do investimentos ao acréscimo no acervo de capital (capacidade produtiva); onde α' é o coeficiente da participação de salários + ordenados na Renda, considerados, inclusive, os efeitos do sistema de impostos; onde e aparece como coeficiente de sensibilidade do investimento em estoques dada a variação no produto.

$$d'_t = \frac{c\zeta + d}{1+c}, \text{ onde } \zeta \text{ é a depreciação do equipamento por}$$

desgaste e obsolescência e d incorpora mutações longo prazo, tais como inovações básicas na estrutura técnica, taxa de juros ou rendimento das ações.

Na equação de tendência:

$$Y_{t+o} = \frac{a}{1+c} Y_t + \mu \frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t} + L_t + d'_t, \text{ faz algumas transfor-}$$

mações importantes.

$$L_t = \sigma \frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t}, \text{ isto é } L_t \text{ varia proporcionalmente à taxa de}$$

variação do nível a longo prazo de investimento.

Tem-se assim: $(\mu + \sigma) \frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t}$, em que $m = (\mu + \sigma)$ explicita a influência da adaptação a longo prazo dos lucros e da produção total do nível a longo prazo do investimento.

$$\frac{a}{1+c} = n, \text{ onde } a \text{ indica em que medida se incrementam as de-}$$

cisões de investir como resultado dos aumentos de poupança total corrente (basicamente, lucros acumulados).

No caso do "sistema estático": $Y_{t+0} = Y_t = \bar{C}$ e $\frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t} = 0$

com o que a equação de tendência fica assim $\bar{C} = n \bar{C} + d' \dots$
 $d' = (1-n) \bar{C}$. Se denotamos β por taxa de depreciação,
 $\bar{C} = \beta K$, e γ como mensurador da intensidade dos "fatores de desenvolvimento", que fará com que d' afete positivamente o investimento, quanto maior o acervo de capital.

Assim, $d'_t = (1-n) \beta k_t + \gamma k_t$ e sempre que $\gamma > 0$, a equação de tendência $Y_{t+0} = n Y_t + m \frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t} + (1-n) \beta k_t + \gamma k_t$, tor-

na-se incompatível com um sistema estático mesmo que

$Y_t = \beta k_t$ e $\frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t} = 0$, já que teríamos:

$Y_{t+0} = n \beta k_t + (1-n) \beta k_t + \gamma k_t = \beta k_t + \gamma k_t$, que reve-

la ser o nível a longo prazo do investimento superior ao da depreciação, com o que o acervo de capital se incrementa, reforçando d'_t e assim a tendência ascendente a longo prazo.

Como o investimento é ascendente, o termo $m \frac{\Delta Y_{t-w}}{\Delta t}$ é positivo, o que acentua a taxa de incremento de Y_t .

O problema central passa a ser γK_t que reflete a intensidade do "efeito inovação".

Até aqui permanecem separadas as explicações de ciclo e tendência, mas o que segue sugiro que seja lido como o primeiro passo no sentido de mostrar que a tendência é forjada através das flutuações cíclicas. (43)

É a passagem que Kalecki denomina de "o processo de ajuste": "Deverá notar-se que a equação de tendência não representa adequadamente a transição de um estado estático a um de tendência ascendente a longo prazo. Em realidade, tal transição se reflete primeiro numa perturbação das flutuações cíclicas: é através deste câmbio no curso das flutuações como se realiza o ajuste. O auge é

mais pronunciado que a depressão e, por causa disso, se alcança uma nova posição de longo prazo na qual, o nível de investimento é mais elevado. A transformação da situação estática à de tendência ascendente a longo prazo corresponde ao câmbio no valor de intensidade os "fatores de desenvolvimento", γ , desde zero a um valor positivo definido".⁽⁴⁴⁾

Ora, aqui já está estabelecida uma percepção teórica de crescimento através de ciclos análoga à de Schumpeter e oposta à dos modelos macro-econômicos que Pasinetti criticara.

"Se apresenta o mesmo processo ante qualquer câmbio de γ ou de outro parâmetro da equação de tendência".⁽⁴⁵⁾ Quer dizer, os câmbios nas flutuações alteram os valores dos parâmetros no comportamento tendencial do investimento: "Por exemplo, uma redução da intensidade das inovações que se traduza num descenso de γ , provocará também inicialmente uma perturbação nas flutuações cíclicas e, através de uma depressão mais pronunciada que o auge, tenderá a reduzir o nível a longo prazo do investimento".⁽⁴⁶⁾

Isto é, as inovações acopladas aos investimentos (demanda efetiva) determinam o caráter, magnitude e extensão dos auge econômicos e das depressões do que decorrerá um nível de investimentos a longo prazo, em expansão ou em retração.

Não há, portanto, determinações de natureza distinta entre ciclo e tendência como também não há mecanismo automático de crescimento equilibrado; não há uma única trajetória, há uma antinomia expansão/retração na tendências. Isto é, a partir dos ciclos sucessivos, há pelo menos dois longo-prazos possíveis: tanto expansão quanto retração.

É por isso que ele concluiu: "À luz do que precede, a "equação de tendência" com parâmetros dados representa a tendência a longo prazo a que se ajusta o sistema depois do processo de ajuste. Ver-se-á ... que em certas condições, a equação representa o crescimento a uma taxa proporcional constante, quer

dizer, uma tendência uniforme". (47)

Mas falta um passo importante. O que determina estes "fatores de desenvolvimento" entre os quais destaca-se o "progresso técnico"?

Das passagens anteriores fica claro que esta é a questão teórica que elucida qual a direção que a tendência assume a partir dos ciclos. Pois bem, esta questão é enfrentada por Kalecki.

O procedimento teórico relaciona o reinvestimento dos lucros adicionais provenientes da introdução de inovações técnicas que tendem a elevar a produtividade do trabalho e a demanda efetiva, promovendo assim a rentabilidade do capital.

Ele adverte que tentará "enfrentar de um modo relativamente novo o problema da determinação das decisões de investimento". (48)

Considera o conceito de "nível de investimento" - num dado ano em que o novo equipamentos geraria uma certa "taxa padrão de lucro" - $\tilde{\pi} = 1/t$ - tomada como o recíproco do "período de recuperação" durante o qual o capital investido é amortizado.

Denota-se $I(\tilde{\pi})$ como o nível do novo investimento que captaria a taxa de lucro $\tilde{\pi}$ nas condições prevaletentes no ano em questão. (49)

Em busca dos determinantes básicos de $I(\tilde{\pi})$ chega a:

$$I(\tilde{\pi}) = \frac{n \Delta P + \delta P}{\tilde{\pi}} \text{ onde:}$$

- a) o primeiro determinante é o acréscimo de lucros reais ($n \Delta P$) obtidos pelo referido investimento, acréscimo este que é uma dada proporção n do incremento geral de lucros do sistema uma

vez que, existindo capacidade ociosa, os equipamentos já instalados apropriam-se de parte deste incremento.

- b) O segundo determinante decorre da influência do progresso técnico que atribuindo ao novo equipamento maior produtividade permite colher lucros no montante δP . Mas, como se estabelece essa proporção δ ?

Tomemos $Y - P = C_{TR}$, custos reais do trabalho. Fazendo $Y = \frac{P}{q}$ (1) onde evidentemente q é a participação dos lucros na Renda Nacional, ou melhor, a taxa de apropriação de renda pelos capitalistas, não unicamente, mas principalmente determinada pelo "grau de monopólio", entendido como poder de mercado dos capitais monopolistas na determinação da estrutura de preços relativos incluída a "negociação" da taxa de salário nominal. Formulemos agora $(Y - P)$ (2) como o aumento dos custos reais em trabalhos dos antigos equipamentos resultante do progresso técnico nos novos equipamentos, sendo tanto maior o aumento de produtividade.

De (1) em (2) teremos:

$$\alpha(Y - P) = \alpha\left(\frac{P}{q} - P\right) = P \alpha \left(\frac{1}{q} - 1\right), \text{ denotando-se:}$$

$\alpha\left(\frac{1}{q} - 1\right) = \delta$. Logo, δ que será a proporção de captura de lucros pelo "Investimento com Inovações" será tanto maior quanto o aumento de produtividade (α) e tanto menor quanto maior a taxa de apropriação de renda pelos capitalistas. O que este último aspecto significa é que o poder monopolístico dá aos capitais centralizados a capacidade de defender temporariamente seus lucros mesmo com produtividade defasada frente a inovação emergente, de modo que logram com isso alargar o prazo de rentabilidade de seus capitais imobilizados com a "velha técnica", neutralizando assim o dinamismo do binômio concorrência/progresso técnico. (Este é um dos aspectos de face estagnação da tendência).

De posse deste instrumento teórico Kalecki reformula as decisões de investir:

$$D = E + r [I (\tilde{\pi}) - I_e] \text{ onde:}$$

E - lucros acumulados;

r - mede a intensidade da reação dos empresários à diferença $I (\tilde{\pi}) - I_e$.

Kalecki quer tomar em conta as condições relativas aos pré-requisitos para o reinvestimento dos lucros acumulados: "... se as decisões de investimento tomadas num dado ano devem ser iguais às poupanças empresariais, maiores do que elas, ou menores do que elas ..." dependerá da "taxa normal de lucro" sobre o novo investimento.

Teremos o seguinte: Seja I_e , o nível efetivo de investimento e θ , a taxa de lucro corrente, então:

- 1) $I (\tilde{\pi}) = I_e$ e portanto $\tilde{\pi} = \theta$, os capitalistas investem o total da acumulação interna e somente isso;
- 2) $I (\tilde{\pi}) > I_e$ e $\tilde{\pi} < \theta$ investem mais do que a acumulação interna, endividando-se para tanto;
- 3) $I (\tilde{\pi}) < I_e$ e $\tilde{\pi} > 0$ investem menos do que a acumulação interna.

Chega-se assim a uma nova formulação para as decisões de investimento:

$$D = eI + r \left(\frac{n \Delta P + \delta P}{\tilde{\pi}} - I \right) \text{ onde:}$$

E = e S, sendo S as poupanças dos rentistas, na qual Kalecki atribui como característica principal "... o elemento δP , que ex-

plicitamente leva em conta o estímulo ao investimento decorrente da maior produtividade do trabalho nos novos equipamentos, permitindo-lhes colher lucros do antigo equipamento". (50)

O progresso técnico é problematizado assim na teoria do investimento pela via do cálculo capitalista:

"... os empresários investigam como "vai indo" o novo investimento em termos de rentabilidade e sobre isso tomam a decisão de se devem apenas reinvestir suas poupanças, ou ir além ou ficar aquém delas: isso depende de a taxa de lucro sobre o investimento efetivo se mostrar igual, maior ou menor do que a "taxa padrão". Um importante elemento de como "vai indo" o novo investimento é o acréscimo de produtividade devido ao progresso técnico, que causa uma transferência de lucros do antigo para o novo equipamento". (51)

Ademais há um resultado direto das inovações que decorre da liderança inovadora ("... os empresários que primeiro se aproveitarem das inovações técnicas certamente obterão mais do que a média") (52) relacionada inclusive à preparação antecipada para lucrar com os acréscimos futuros da demanda efetiva. Para expressá-lo Kalecki introduz uma variável semi-autônoma $\bar{P}(t)$ que é uma função lentamente mutável do tempo, dependente (assim como a parte estável do consumo dos capitalistas) dos desenvolvimentos econômicos, sociais e tecnológicos passados.

Com isto, é dado um avanço fundamental. Temos agora uma determinação teórica, através do progresso técnico (concorrência) lucratividade, das circunstâncias em que as decisões de investir dos capitalistas produzirão "ciclos de auge" e trajetória expansiva e aquelas em que produzirão "ciclos de depressão" com trajetória estagnacionista. Saimos da indeterminação teórica clamada por Pasinetti e fornecemos as condições teóricas para explicar desde o interior da estrutura capitalista os diferentes valores dos parâmetros da função investimento.

Agora podemos retornar à interação - e não à integração - ciclo/tendência.

Das determinações do progresso técnico no interior do cálculo capitalista podemos estabelecer que sempre $I(\tilde{\pi}) > I_e$ e $\tilde{\pi} < \theta$ operarem como um prolongamento do auge, postergando, nos ciclos, o descenso decorrente da ampliação da capacidade produtiva e/ou atenuando a inclinação recessiva/depressiva decorrente das defasagens temporais intrínsecas do investimento capitalista; ter-se-á na sucessão dessas flutuações um processo de ajuste que justifica teoricamente (movimento interior à estrutura) a inserção de parâmetros de valor expansivos na equação de tendência. A positividade dilatada do parâmetro na equação de comportamento do investimento no longo prazo fica determinada a partir da continuidade de "ciclos de auge". Isto implica que a cada período cíclico integral constatemos um desvio do investimento ($i_t = I_t - Y_t$) em relação à tendência pretérita que assegura a senda expansiva desta.

E ao contrário, é quando desde as determinações do progresso técnico no interior do cálculo capitalista se estabeleça que as condições $I(\tilde{\pi}) < I_e$ e $\tilde{\pi} > \theta$ comecem a operar como um prolongamento das recessões, postergando, nos ciclos, a ascensão decorrente da desvalorização de capital pela concorrência com progresso técnico e/ou restringindo a inclinação regenerativa/expansiva das inovações em concorrência; ter-se-á na sucessão desse movimento cíclico um processo de ajuste assimétrico que justifica teoricamente a inserção de parâmetros de valor retroativo na equação de tendência. A aproximação sucessiva da nulidade do parâmetro $\tilde{\pi}$ na equação de comportamento do investimento no longo prazo fica determinada a partir dos "ciclos de depressão". A cada período cíclico integral constata-se um desvio do investimento em relação à tendência que é inicialmente desaceleração da expansão e, na continuidade, transforma-a numa retração em direção à taxa de crescimento zero no longo prazo.

Fica demonstrado portanto que a razão de Kalecki conduziu-o a deixar aberto o problema e o caminho teórico no qual não cabem ciclo e tendência como entidades independentes. É o cálculo sobre a lucratividade do progresso técnico que dissolve aquela independência e permite pensar a dinâmica em seu conjunto como um processo de instabilidade/expansão e instabilidade/crise. Rompe-se o automatismo cíclico e é preciso avançar nisto que aparece com a antinomia da tendência. É por isso que o automatismo cíclico bem como a equação da tendência perdem seu vigor teórico. Esta última é apenas uma representação formal de um tipo de movimento possível no longo prazo, pressupostos determinados valores para os parâmetros; serve apenas como ilustração.

É preciso portanto aprofundar os momentos autocríticos de Kalecki, e romper com a formulação da tendência separada do ciclo. (53)

Cabe avançar na formulação das decisões sobre investimentos com inovações uma vez que ela contribui para a compreensão das flutuações em interação com a antinomia da tendência. É o caminho que recomendava Joan Robinson ao comentar a interação entre as conseqüências de curto e longo prazos das inovações técnicas.

O progresso técnico afeta o processo dinâmico como um todo. O seu tempo, o ritmo de inovações, os tipos de mudanças na estrutura técnica estão associados com o processo geral de valorização do capital. Quer dizer, o progresso técnico na dinâmica global é elucidado desde uma teoria do capital e das mediações de uma teoria da dinâmica do cálculo capitalista, que se move numa estrutura com instâncias, técnicas e econômico-financeiras, sucessiva e simultaneamente instáveis.

Cabe retomarmos determinações do capital, da concorrência e dos processos de valorização, discutidas na Parte II, para prosseguir com as formulações sobre o progresso técnico na dinâmica.

Deve-se aprofundar as considerações sobre as decisões capitalistas em torno do progresso técnico e relacioná-las com determinações estruturais advindas das leis imanentes do capital sobre o desenvolvimento das forças produtivas.

Vimos com Kalecki que a captura de lucros decorrente das inovações dependia do aumento da produtividade. Cabe enfatizar que aos processo redutores de custos devemos aquelas mudanças técnicas que impulsionadas pelos capitais centralizados, viabilizam a contínua alteração do commodity space. Isto foi tratado na Parte II quando analisamos as formas de concorrência típicas dos capitais que emergem do processo de centralização. A competição vem a ser não apenas intra-industrial mas predominantemente inter-industrial, com o que os capitais criam novas esferas de produção e valorização. Promoção da obsolescência do espaço econômico ocupado pelos concorrentes, inovando e diferenciando no que tange a produtos através de organizações empresariais de corte multi-industrial, multi-funcional e multinacional.

Dessa forma esses capitais monopolizam a constituição dos elos das Fronteira Técnicas, baseados em sua estratégia tríplice de valorização, cujos conteúdos são a rentabilidade, o risco e a liquidez. O cálculo financeiro geral determinará se as decisões apontam para o desenvolvimento de uma fronteira técnica de difusão ampliada, com o que se segue a expansão no Longo prazo. Para tanto se faz necessário que os ganhos de produtividade e as inovações e diferenciações de produtos assegurem uma captação de lucros que estabeleça uma taxa de lucro corrente acima da taxa de lucro padrão correspondente ao investimento em curso. Isso significa que os lucros captados com os novos equipamentos estão gerando uma rentabilidade acima do padrão dado pelo "período de recuperação" ($\pi = 1/t$). Aqui, o investimento acima da acumulação interna é viabilizado pela taxa de lucro corrente superar (e as expectativas de taxa de lucro futura, também) a taxa de juros para o financiamento dos investimentos. Nessas condições, o risco de inovar e do endividamento não inibem as decisões de investimento, menos ainda para aque-

les capitais centralizados operando empresas com reduzido ou nulo grau de endividamento.

Esse quadro corresponde a um espectro de preços de produção e preços financeiros que solidarizam investimento, acumulação e progresso técnico.

Configura-se um conjunto de preços no qual o processo renda não está em dissociação com o processo valorização/capitalização. A assincronia entre os dois processo não está no momento de tensão (linha nodal)⁽⁵⁴⁾ e assim a tendência à igualação da taxa de lucro financeiro não produz uma ruptura do fluxo de investimento com inovações que sanciona a reprodução ampliada.

A assincronia entre os dois processo traz latente, entretanto, uma configuração de preços que pode implicar uma reversão daquele movimento expansionista. Esta configuração expressa a oposição entre livre concorrência e monopolização, ou melhor, revela o modo específico deste oposição incidir sobre as relações entre valorização e temporalidade das forças produtivas. Neste momento é oportuno analisarmos uma proposição de Lenin a este respeito:

"Dado que se fixam, ainda que seja temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por consequência, de todo progresso, de todo movimento "hacia adelante", surgindo assim, ademais, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico ... Naturalmente, sob capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial de um modo completo e por um período muito prolongado a concorrência ...

"Desde logo, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros por meio de melhores técnicas obra em favor das modificações ...

Mas a tendência ao "estancamiento" ... por períodos determinados chega a impor-se. (55)

Clarificando a perspectiva que se adota aqui observe-se o seguinte:

- a) Existe uma pergunta que é própria no "capitalismo monopolista": em que condições a centralização monopólica do capital reverte o dinamismo tecnológico e compõe economicamente uma rigidez na estrutura técnica?
- b) Ao invés de pensarmos as condições de "câmbios técnicos" ditados pelos preços dos fatores, o que se propõe é pensá-las através dos vários preços do próprio Capital (preços de produção e preços financeiros), no movimento incessante de aproximação/distanciamento entre taxa de lucro e taxa de juros, na formação da taxa média de lucro financeiro. (Ver Cap. 3, Parte II).
- c) O problema é averiguar as condicionantes da estratégia tríplice de valorização - rentabilidade, risco e liquidez - imposta, pela centralização monopólica do capital, ao dinamismo do câmbio tecnológico, na combinação de aumento de produtividade e alteração do commodity space.
- d) Todos os pontos anteriores levam em consideração que a constituição das forças produtivas capitalista produziram a autonomização da estrutura técnica no sentido de que as invenções/ inovações enquanto "... aplicação da ciência concorrem ..." para o desenvolvimento da produção imediata", i e, conformando uma base técnica capitalista cuja razão interna é a produção de mais-valia relativa em escala crescente. (56)
- e) No entanto, as propriedades desta mesma autonomização gestam na estrutura monopolista obstáculos tendenciais à mudança da estrutura técnica, nas crises típicas do capitalismo monopolista. Isto é, se no capitalismo em desenvolvimento, i e capitalismo concorrencial, "a competição intercapitalista vai mudando a es-

estrutura técnica do Capital e deslocando os limites da reprodução ampliada para além de suas próprias possibilidades de realização" - lei do valor como lei interna; - no capitalismo plenamente desenvolvido, monopolista, onde a centralização monopólica do capital já configura transformação de possibilidades fundamentais dá-se uma inversão em que a estratégia tríplice de valorização limita a mudança da estrutura técnica pela via de competição intercapitalista, esta mesma, se desenvolvida, também, limitada, construindo-se nesse movimento a tendência à crise de reprodução ampliada, cuja reversão não é "automática", devido a uma particular manifestação monopólica da dependência do progresso das forças produtivas face à acumulação do capital monopolista, onde a conservação do valor-capital existente assume uma performance especialmente paradoxal, face à formação de taxa média de lucro financeiro.

- f) A autonomização da estrutura técnica é agora fortemente condicionada pela instabilidade financeiro-monetária. Quero dizer que a internalização do progresso técnico na centralização monopólica, ou em termos operacionais, nas corporações multi-industriais, multi-funcionais e multinacionais, transforma as inovações em objeto do planejamento capitalista - articulado com o Estado, de tal modo que se no interior de uma Estrutura técnica têm livre curso as mudanças para elevar os ganhos de produtividade, já o desenvolvimento de novas fronteiras técnicas (uma necessidade, para vencer a crise) é não-autônomo, e isto corresponde a um desenvolvimento não-absoluto das forças produtivas.

O domínio financeiro-monetário, como o elemento estratégico da valorização monopolista, responsável pela inversão mencionada, revela o seu paradoxo na crise de reprodução ampliada. A superação desta tendência só é possível se a estratégia tríplice de valorização abrir espaço para reativação da concorrência tecnológica.

Por uma verdadeira reativação da concorrência tecnológica quero dizer investimentos impulsionadores de uma fronteira técnica de difusão ampliada que implique uma efetiva mutação da estrutura técnica, tal como definida anteriormente. No curso da tendência à crise de reprodução, entretanto, não estão excluídas práticas capitalistas de elevar a produtividade e até mesmo investimentos em torno a uma fronteira técnica de difusão restrita;⁽⁵⁷⁾ entretanto, estas não tendem a viabilizar-se como solução frente aos problemas de valorização (rentabilidade, risco e liquidez), de instabilidades financeiro-monetárias, de desemprego e de inflação. Somente a resolução da questão financeiro-monetária - à escala nacional e internacional - pode abrir espaço e tempo para investimentos com inovações de difusão ampliada que reponham a expansão de longo prazo com base na unidade entre produção e valorização.

Tendo em vista como, em suas linhas gerais, as decisões sobre valorização podem condicionar as mudanças técnicas, volte-mos para considerar certas determinações estruturais que, embora relacionadas com o cálculo capitalista, se apresentam como resultados globais (macroeconômicas) que não estão sob contrôle dos capitalistas. São determinações que configuram a ordem (uma estrutura) onde se exercem as decisões privadas (em concorrência) que, ao mesmo tempo, explicitam leis cuja realização, ao lado daquelas decisões, também explicam determinadas desestruturações (destruição da ordem).⁽⁵⁸⁾

Agreguemos algumas reflexões sobre a noção de taxa padrão ou normal de lucro com que trabalhou Kalecki. Vamos considerá-la como um índice-base de valorização da estrutura técnica no capital industrial, sendo um parâmetro que varia no longo prazo por influências dos cambios oriundos da reordenação da estrutura técnica-econômica de produção.

À consolidação de uma estrutura técnica corresponde um determinado índice-base (médio) em torno do qual flutua a taxa de lucro corrente do capital produtivo. Essa flutuação deve-se às os-

cilações dos investimentos e às condições de concorrência impactando a formação de preços e portanto a captação de lucros - tanto no sentido vertical, i.e., da relação lucros/salários, quanto no horizontal, das transferências inter-capitalistas - possibilitada pelos desdobramentos técnicos próprios desta estrutura.

Uma hipótese a considerar é a de que é fundamental na determinação da taxa padrão a etapa de industrialização da economia e sua correspondente estrutura de investimento industrial. As reordenações da estrutura técnica produtiva, em cada etapa, conduzem a graus elevados de industrialização em que dominam os investimentos intra-departamento 1, verificando-se grandes volumes de investimento para implantar as inovações, indivisibilidades técnicas e incremento do período de recuperação. Isto provoca inicialmente - a cada reordenação da estrutura técnica - um nível menor de taxa padrão tendo em vista os pesados custos das inovações e a distribuição de seu ressarcimento no tempo.⁽⁵⁹⁾ Assim, pelo lado das magnitudes dos investimentos/acumulação de capital fixo (intensificação de capital) o desenvolvimento de uma FTDA tende a configurar um índice-base (médio) de valorização mais baixo comparativamente com uma estrutura técnica menos avançada.⁽⁶⁰⁾ De outro lado, o desenvolvimento de semelhante fronteira ao acelerar a produtividade do trabalho com os novos equipamentos (aumento de α)⁽⁶¹⁾ e ao dinamizar os investimentos por vários setores da economia tende a promover uma elevação da taxa de lucro corrente e das expectativas de lucro futuro, que sancionam a "destruição" da velha estrutura técnica.

Esse desenvolvimento coloca a necessidade de adequação e correspondência entre a taxa padrão e a taxa de juros de longo prazo. Não só porque esta está associada ao crédito de capital, como porque a interação entre a taxa de juros de curto e longo prazos dão a perspectiva de valorização financeira que compõe o cálculo dos capitais centralizados acerca da oportunidade de efetuar mudanças técnicas. A passagem, portanto, para estruturas técnicas de produção mais complexas e mais avançadas demandam um

diferencial da taxa de juros em relação à taxa padrão que viabilize a mudança. Já se deve adiantar os problemas que advirão do fato de que a dominância financeiro-monetária realiza na crises, uma tensão altista (gestada da própria expansão) em torno da taxa de juros, que tende a obstaculizar as mudanças técnicas. Quer dizer, aquela tensão agrava a problemática da mudança para estruturas técnico-econômicas mais complexas. Ou seja, o desenvolvimento destas é cada vez mais problemático se deixado unicamente ao sabor das disjuntivas de valorização postas pelo Capital em geral.

O desenvolvimento que proponho ao conceito de taxa padrão de lucro está calcado num sentido teórico-histórico da valorização do capital desde a acumulação e evolução técnica da base produtiva. Uma taxa que conceitualmente faz interação passado-futuro (estrutura técnica vigente vis-a-vis fronteira técnica redefinidora da estrutura) oriundas da temporalidade da estrutura bem como daquela presente no cálculo capitalista de valorização frente ao progresso teórico.

Na perspectiva das instabilidades conjunturais - flutuações de perfis cambiantes - da acumulação de capital produtivo, a taxa de juros de curto prazo e o limite inferior da taxa de lucro corrente e como tal é um co-determinante do ritmo do investimento corrente.

Na perspectiva da instabilidade estrutural (que conduz à crise) - contradição na tendência - que é forjada pela conjugação da acumulação de capital (considerada sua composição técnica) com as flutuações do investimento inovador e do investimento corrente, a taxa de juros de longo prazo é o limite inferior da taxa padrão de lucro. Poder-se-ia pensar a hipótese de que a correspondência e adequação entre ambas - uma tendência à igualação? - seria a condição genérica de valorização mínima para a continuidade da reprodução ampliada, isto é, a vigência de uma taxa de crescimento auto-sustentada no longo prazo que admitiria flutuações secundárias sem reversão da trajetória de longo prazo (este, impli-

citamente entendido aqui como tendência secular, numa cronologia). Em outras palavras, a não existência de crises de reprodução, como crises da estrutura monopolista; a existência continuada de reprodução (crescimento com ciclos) com evolucionismo tecnológico, sem dissociação das formas do capital, perpetuidade regulatória harmonica do capital financeiro como síntese das formas de valorização.

No processo de valorização/capitalização,⁽⁶²⁾ no entanto, tal horizonte é teórica e historicamente uma miragem. Nas instabilidades conjuntural e estrutural, que conduzem às crises, os limites são transgredidos por necessidade do próprio capital e pela norma especulativa que marca intrinsecamente o cálculo capitalista (vide caps. 1 e 2 sobre expectativas e preços). A própria centralização monopolista do capital promove a dissociação, que via a formação de preços de produção e preços financeiros, transforma a aproximação "equilibradora" das taxas no seu contrário; e, desse modo, os preços e taxas formam uma assincronia crítica, sob o comando dos capitais centralizados, entre os processos Renda e Valorização (Vide cap. 2).

Ao longo do processo reprodutivo, a taxa de juros de longo prazo - associada ao crédito de capital - seria a "proxy" da taxa padrão de lucro no mercado financeiro (de empréstimos); e as hipotéticas forças da continuidade da reprodução ampliada e inovadora (destruição criadora?) - na verdade, recorrentemente negadas - apontariam para a determinação simultânea e mútua.

Entretanto, a dominância financeiro-monetária promove uma tensão de aceleração da taxa de juros (cuja elevação no longo prazo enraiza-se nas expectativas forjadas desde as oscilações especulativas de curto prazo), como resposta aos limites impostos pela taxa padrão, às flutuações da taxa de lucro corrente e às incertezas quanto à taxa futura. Aquela tensão ancora-se na possibilidade de adequar rentabilidade, risco e liquidez, nos mercados financeiros, compostos por instituições (e ações) públicas e pri-

vadas. A tensão aceleradora é incentivada pela interação mesma entre os dois circuitos (renda e capitalização), uma vez que os endividamentos ampliados, para liderar o incremento dos investimentos, ao lado da formação da taxa média de lucro financeiro, estabelecem as bases tanto para a subida efetiva como para a excitação das expectativas acerca do complexo de taxas de juros e de capitalização. (Nota anunciando o tratamento mais detalhado deste ponto mais à frente). O desenvolvimento de uma FTDA para reordenar a estrutura técnica não realiza adequação e correspondência (igualação equilibradora) entre taxa de juros e taxa padrão ao ponto de viabilizar - sem crises - a continuidade da reprodução ampliada e renovadora. Isto é agravado pelos movimentos descendentes da taxa de lucro corrente e esperada, face às taxas padrão e de juros. Esta irrealização é impulsionada pelo caráter especulativo e de disputa de liderança, dados pela concorrência capitalista (em que os capitais se põem como capital em geral) que move em espiral o endividamento, a valorização financeira através de transações entre empresas industriais e financeiras (preponderantemente bancos) assim como inter-bancos e inter-empresas.

Reenfatize-se portanto a determinação simultânea da taxa padrão e da taxa de juros, aquela como a determinação técnico-econômica do "capital a lucros" e esta como a determinação financeiro-monetária do "capital a juros", ambas contidas na lógica de valorização do capital financeiro como ordenador do movimento dos capitais centralizados. A contradição desta lógica de valorização exclui que se entenda por determinação simultânea uma igualação equilibradora (da reprodução inovadora) entre a taxa padrão e a taxa de juros; senão que implica a compreensão de que ambas se movem no longo prazo - na estrutura e seus câmbios - como os índices fundamentais de atualização em valor do capital e, por isso, uma é a referência da outra, quanto à estratégia de valorização na reprodução ampliada e renovadora, bem como na determinação das crises desta.

A taxa corrente de lucro diverge de ambas ao longo das instabilidades conjunturais e estruturais. Os momentos de reversões negativas tornam as taxas padrão e corrente - que se aproximam - índices subordinados pelas taxas de juros que ao transgredirem seus limites atraem quase todas as massas de capital. Ainda que todas as massas de capital não sejam atraídas simultaneamente; ainda que evidentemente os capitais centralizados mantenham suas bases produtivas; o importante é que não existe, nestas condições, uma interação macro-econômica para a expansão com inovações técnicas ampliadas. As estratégias de valorização passam a expressar uma tendência a igualação da taxa de lucro, em que o predomínio é financeiro-monetário no bojo da dissociação da síntese do capital financeiro.

Neste momento a conjugação de determinações conjunturais/estruturais, a centralização monopolista do capital nega aquele lado dinâmico da síntese financeira (do capital) pelo qual a valorização é coetânea do lançamento das bases de novas sendas tecnológicas. Aquela centralização constrange o nível de investimento, dada a maior sensibilidade das massas de capital à elevação das taxas de juros que os próprios capitais promovem, enquanto índice de valorização financeira alternativa é obstáculo ao endividamento. Freiam-se os investimentos produtivos e as reestruturações técnicas em pauta, e, nestas reversões negativas, a centralização monopolista agrava a principalidade dos aspectos financeiros sobre os produtivos para efeito de valorização, reforçando a autonomização relativa da taxa de juros na transgressão de seu limite superior, antes estabelecido pela taxa padrão de lucro. A taxa de lucro corrente é seriamente comprometida pela redução dos investimentos produtivos e conforma-se uma tendência à estagnação.

No plano da formação dos preços de produção, o grau de monopólio elevado que vier a permitir (via ampliação das margens de lucro) uma ascensão da taxa de apropriação da renda nacional

por parte dos capitais centralizados, atenuará os efeitos esperados do aumento relativo de custos dos antigos equipamentos (em relação aos novos equipamentos em pauta) e assim configurar-se-á uma desaceleração da concorrência tecnológica. Este "efeito preços monopolistas" contribuirá para cristalizar a estrutura técnica vigente, reforçando assim a tendência à estagnação. (63)

O anterior não implica a exclusão de toda e qualquer mudança técnica, mesmo porque, não verificando-se um desaparecimento pleno da concorrência, é admissível - para permanecer no páreo pela liderança na futura expansão - que os capitais mais sólidos financeiramente implantem inovações parciais. Macroeconomicamente, ter-se-ia o desenvolvimento de uma FTDR realizando um aumento localizado/particular de produtividade e uma modificação parcial/marginal do commodity space. Isto não conduziria a uma expansão dos investimentos, suficiente para determinar uma expansão saneadora da crise de reprodução. Manteria relativamente cristalizada a estrutura técnica, num quadro em que a taxa de lucro corrente e esperada manter-se-iam em torno da taxa padrão de lucro correspondente à estrutura técnica "velha". Este quadro de rentabilidade do capital produtivo ao lado da autonomização relativa da taxa de juros sancionaria a problematização da expansão: um fenecimento indefinido no tempo (ausência de regulação automática) da reordenação inovadora das forças produtivas.

NOTAS - PARTE III - CAPÍTULO 1

- (1) Citado por John Robinson, in "Estudios sobre la teoria de los ciclos economicos" - Introdução, Barcelona, Ediciones Ariel, 1970, Colección Demos, p.13.
- (2) Idem, ibidem, p.13.
- (3) Kelecki, M. - Crescimento e ciclo das economias capitalistas - Org. por Jorge Miglioli - São Paulo, Hucitec, 1977, p.123.
- (4) Idem, ibidem, p.124.
- (5) Idem, ibidem, p.124.
- (6) Idem, ibidem, p.124.
- (7) Idem, ibidem, p.124.
- (8) Pasinetti, L.L. - Crescimento e distribuição de renda - Zahar - RJ, 1979.

As teorias/modelos, segundo ele, seriam as seguintes: 1º) Frish, Kalecki - baseadas em intervalos de parâmetros que produz flutuações amortecidas, explicando-se a persistência dos ciclos com o acréscimo de uma teoria sobre "choques" externos e erráticos; 2º) Kaldor, Marrama, Goodwin - flutuações regulares que não são nem do tipo explosivo, nem do amortecido, sendo a persistência dos ciclos explicada com a ajuda de funções não-lineares alterando o comportamento dos investimentos (de modo contínuo ou descontínuo) à medida que o sistema se afasta cada vez mais de sua posição de equilíbrio; 3º) Hicks - suposições de linearidade, flutuações explosivas, "restringidas" por um "piso", fixado pelos limites físicos à contração (os investimentos não se podem tornar negativos), e por um "teto", determinado pelas possibilidades naturais de crescimento do sistema; 4º) Dueseuberry - intervalo de parâmetros que produz cres-

cimento endógeno e contínuo, com a novidade do tratamento simultâneo da dinâmica do capital, lado a lado com a dinâmica da renda.

Pasinetti considera esgotada a "... gama de possibilidades oferecidas pelo mecanismo endógeno do multiplicador/accelerador... todos os autores, porém, "... não desenvolveram qualquer discussão explícita para justificar suas posições (sobre os valores específicos dos parâmetros). Consulte as páginas 79/80 do livro citado.

(9) Idem, ibidem, p.79.

(10) Idem, ibidem, p.81.

Parâmetros da função de investimento: ("exprimindo a resposta marginal dos empresários a uma variação de renda") e $1/\beta$ ("isto é, um número de períodos para tendência a distribuir o investimento pelo tempo").

(11) Idem, ibidem, p.70.

Pasinetti lembra que "o mesmo mecanismo dinâmico de comportamento que foi usado pelos autores anteriores para explicar os ciclos, é utilizado nesse caso para explicar o crescimento, contando-se com valores diferentes dos parâmetros. Ao fazê-lo ... não se pode mais explicar os ciclos... (p.83). Só tem um problema: conta Pasinetti que Duesenberry ficou procurando causas específicas para cada uma das depressões da economia norte-americana nos últimos 100 anos. Essas causas fortuitas deslocam o sistema de seus limites de estabilidade. Cada caso é um caso. Adeus teoria.

(12) Prossegue o autor:

"Podemos, portanto, tirar a conclusão de que, simplesmente, a partir de um exame do processo dinâmico multiplicador - acelerador, não se descobre qualquer razão para preferir uma ou outra das interpretações propostas da dinâmica nele baseada. A questão não será resolvida provavelmente, nem mesmo por testes empíricos" (idem, ibidem, p.82).

- (13) Idem, ibidem, p.86.
- (14) Idem, ibidem, pp.88/89.
- (15) Idem, ibidem, p.89.
- (16) Ver Braga, José Carlos - "Instabilidade Capitalista e Demanda Efetiva". In: Revista de Economia Política, vol.3, nº3, julho/setembro, 1983, p.17.
- (17) Pasinetti, Luiz L. - "Crescimento e distribuição de renda", Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p.89.
- (18) Tais investidores em "capacidade produtiva", ajustando-a ao aumento da Renda Nacional, tanto pode ser uma "central de planificação socialista", quanto uma família de pequenos produtores agrícolas que, marginal e temporariamente, contrata assalariados, e amplia a área plantada (se puder), para desfrutar das chances marginais de alocação de seu "excedente" no mercado. Não se capta assim as dimensões próprias do cálculo capitalista.
- (19) Idem, ibidem, p.83.
- (20) Ver Capítulo 3, Parte I, deste trabalho.
- (21) Ver na Parte I deste trabalho, o Capítulo 4, sobre demanda efetiva e as forças do tempo capitalista.
- (22) Cf. Belluzzo, Luis Gonzaga de Mello. In: "Valor e Capitalismo", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980, p.90.
- (23) Ver Parte II, Capítulo 3, deste.
- (24) Balibar, Étienne e Louis Althusser - "Para Leer el Capital". México, DF - Siglo veintiuno Editores S.A., 1969, p.325.

- (25) Idem, ibidem, p.323.
- (26) Idem, ibidem, p.324.
- (27) Idem, ibidem, p.327.
- (28) Idem, ibidem, p.324.
- (29) Para Balibar, em verdade, "... toda teoria é sincrônica na medida em que expõe um conjunto de determinações conceituais... a sincronia não é um presente real contemporânea a si, senão que o presente da análise teórica em que todas suas determinações são dados" (p.324). Há, portanto, uma cisão entre processo de pensamento e processo do objeto de conhecimento que é inadmissível para a concepção lógico-histórica que norteia esta tese e que foi especialmente discutida na Parte I.
- (30) Idem, ibidem, p.328.
- (31) Aglieta, Sur quelques aspects des crises - 46.
- (32) Schmeder, Geneviève - Les interpretations technologiques de la crise. In: La crise ... toujours, Paris, Critiques de L'Économie Politique, 26/27, janvier/juin, 1984.
- (33) Ver Kalecki, M. - Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego. In: Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Ed. Hucitec.
- Neste trabalho há uma referência ao padrão político-econômico do tipo Stop & go vinculada aos dispendio público e o nível de

emprego correlato. As complexidades tecnológicas e financeiras tornam mais problemático aquele problema, identificado por Kalecki, no contexto da barganha salarial, com quase-pleno-emprego, promovido pelo gasto público.

- (34) Trata-se da visão de Rosa de Luxemburgo de que o capitalismo - esgotadas suas fronteiras de ocupação (áreas não-capitalistas) - caminharia inexoravelmente para um bloqueio de reprodução ampliada. Ver Kalecki, M. - O Problema da demanda efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo. In: Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Ed. Hucitec.
- (35) Kalecki, M. - Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas, Ed. Hucitec, p.12.
- (36) Idem, ibidem, p.7.
- (37) Idem, ibidem, p.8.
- (38) Idem, ibidem, p.8.
- (39) Idem, ibidem, p.8.
- (40) Idem, ibidem, p.11 e Mazzuchelli, Frederico, op. cit., item: A crítica de um debate.
- (41) Idem, ibidem, p.14.
- (42) Idem, ibidem, p.14.
- (43) Já no prólogo (fevereiro de 1952) à Teoria da Dinâmica Econômica, comparando-a aos "Essays in the Theory of Economic Fluctuations" a "Studies in Economic Dynamics" ele disse: "... se trata no essencial de uma obra nova. Se bem percorre igual caminho que as duas anteriores e as idéias fundamentais que contêm são as mesmas, modifiquei bastante a exposição e também o desenvolvimento de seu conteúdo. Em alguns casos,

- sobretudo nos capítulos 13 e 14, acrescentei novos temas (grifo nosso). "Exatamente os capítulos cuja leitura sugiro.
- (44) Kalecki, Michal - "Teoria de la dinâmica economica". México, Fondo de Cultura Economica, 1968, p.153.
- (45) Idem, ibidem, p.153.
- (46) Idem, ibidem, pp.153/154.
- (47) Idem, ibidem, p.154.
- (48) Kalecki, M. - Tendência e Ciclo Econômico. In: Crescimento e Ciclo das economias capitalistas, Ed. Hucitec, p.109.
- (49) "É claro que quanto maior, ceteris paribus, o nível de investimento menor é a taxa de lucro que ele "capta". Assim, se a taxa de lucro realmente obtida pelo novo equipamento é maior do que π , então $I(\pi)$ é maior do que o investimento real I e vice-versa; e obviamente $I(\pi) = I$ se essas taxas de lucro são iguais".
- (50) Idem, ibidem, p.112.
- (51) Idem, ibidem, p.113.
- (52) Idem, ibidem, p.113.
- (53) Braga, José Carlos - "Instabilidade capitalista e demanda efetiva". In: Revista de Economia Política, vol.3, nº3, julho/setembro, 1983. São Paulo, Editora Brasiliense, p.31, nota 32.
- (54) Noção já utilizada na Parte I, Capítulo 5, a partir de Lefevre. Refere-se a um conjunto de realidades conexas atravessando a mesma crise, ou submetidas a transformações solidárias. Cada ponto de transformação como um "nó" de relações e mudanças.

- (55) Lenin, V.I - El Imperialismo - Fase Superior del Capitalismo. Pekin, Ed. Del Pueblo, p.127.
- (56) Cf. Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello - op. cit., p.69, cita Marx.
- (57) Na atual crise do capitalismo, verifica-se, também, restrições à difusão ampliada de inovações tecnológicas, financeiras, de organização do processo de trabalho etc. As transformações vinculadas à informatização não podem ser usadas como atestados de que as fronteiras técnicas ampliadas estão em pleno desenvolvimento.
- (58) Na Parte I, Capítulos 4 e 5, este tema foi discutido desde uma perspectiva Keynesiana e Marxista.
- (59) Entretanto, conforme avança a montagem da nova Estrutura Técnica, os ganhos de produtividade nos processos produtivos podem viabilizar uma elevação da taxa padrão.
- (60) Quanto mais centrada estiver a economia na dinâmica diversificada da produção de bens de capital e insumos industriais, na complexidade da estrutura industrial, maior será seu poder de acumulação e menor o nível de sua taxa padrão de lucro ao longo de cada reordenação de longo prazo. Já nas economias menos avançadas maior será a taxa padrão e menor a dimensão da acumulação.
- (61) Rever as equações, páginas atrás, neste capítulo, que tratam da "captura" de lucros pela introdução de inovações.
- (62) Ver Parte II, Capítulo 3, deste.
- (63) Rever, neste capítulo, páginas antes, o tratamento disto através de Kelecki e Lenin.

PARTE III - CAPÍTULO 2

TAXA DE LUCRO E TENDÊNCIA DA ESTRUTURA

(A SIGNIFICAÇÃO DA LEI)

Discutimos no âmbito do investimento com inovações como se movem as decisões capitalistas em concorrência e seus impactos sobre a dinâmica do sistema. Agora, coerente com a concepção de dinâmica proposta desde o Capítulo 1, toca-nos reconsiderar o problema do progresso das forças produtivas capitalistas face ao movimento do capital, como sujeito do processo.

É com esse propósito que se reafirma a pertinência de considerar a lei de tendência proposta por Marx. A elaboração que foi feita na Parte II sobre capital, concorrência e valorização, conduz à necessidade de retrabalharmos a seguinte hipótese: a lei de tendência ou declínio da taxa de lucro é lei geral da dinâmica capitalista, determinada socialmente, a partir da lógica interna do capital em geral e do capital social.

Sua compreensão está ligada ao ponto que desenvolvemos sobre a formação da taxa geral de lucro no universo valor e, agora, tratando da tendência dessa taxa, avançamos mais um passo na compreensão da dinâmica em seu conjunto.

Na linha de estabelecer as relações entre as decisões capitalistas e o processo do capital como sujeito, registre-se, nesse contexto, que a taxa padrão (de lucro), levada em conta no cálculo capitalista, tem uma ponte, através da composição técnica do capital, com a taxa geral de lucro, sendo que nessa, aquela composição, como é sabido, aparecerá como composição orgânica em valor com papel determinante do movimento, ao lado da taxa de mais-valia. Evidentemente, essa taxa geral não está no "campo" do cálculo capitalista; as determinações de valorização contidas na lei de seu movimento expressar-se-ão, contudo, no fenômeno da taxa média de lucro corrente e assim surgem as interações com o cálculo capitalista para afetar perfis de flutuações, ritmos na contradição da tendência etc.

Assim, uma intensificação de capital reflete uma composição técnica que, ao elevar o período de recuperação, afeta a taxa padrão e que, ao elevar a composição orgânica, afeta a taxa geral.

Por isso, as decisões dos capitalistas sobre os investimentos estão em permanente interação como o processo do capital (como sujeito), processo esse que a concorrência os obriga a executar (os capitalistas se põem como capital em geral); cabendo, entretanto, salientar que se o caráter privado e concorrencial das decisões impede o controle dos capitalistas sobre o processo em seu conjunto, aquele mesmo caráter atribuí às decisões uma co-determinação na configuração da dinâmica.

O exemplo que se impõe é o seguinte. Admitamos que num determinado momento da dinâmica, as determinações da lei do valor como lei de valorização apontem para uma taxa geral de lucro declinante, o que significa determinações estruturais internas para a queda da taxa de expansão dos investimentos e portanto - dada a sincronização entre ambas - para a queda da taxa de lucro corrente. Essa queda pode, no entanto, ser adiada pelas decisões capitalistas que, apoiadas, por hipótese, em expectativas positivas, podem impedir temporariamente a queda da taxa de lucro corrente e até mesmo reverter, finitamente, uma tendência em curso. A identificação teórico-histórica dessas interações é o permanente desafio para a compreensão da verdadeira dinâmica capitalista. ⁽¹⁾

Feitas essas preliminares considerações, que objetivam eliminar de antemão qualquer viés mecanicista/determinístico, para essa reconsideração da lei de tendência; como também evitar o seu contrário, que é o empiricismo incapaz de resgatar determinações estruturais, avancemos nas considerações das conexões internas da lei.

Sua importância para a dinâmica, como um componente "más allá" das flutuações associadas à demanda efetiva, foi reconhecida por Kaliski numa passagem muito pouco mencionada:

"A política de gastos do governo permite enfrentar uma das contradições do sistema capitalista: aquela relativa à insuficiência de demanda efetiva. Mas se o progresso técnico provoca um aumento da capacidade produtiva mais vagaroso do que o da acumulação de capital, isto é, se a intensificação de capital na produção aumenta, emerge no cenário outra contradição do sistema capitalista formulado por Marx em sua lei da taxa de lucro declinante. É essa segunda contradição que, ainda quando o problema da demanda efetiva esteja resolvido - torna ainda necessário prover subsídios cumulativos às empresas privadas a fim de induzi-las a expandir sua capacidade produtiva em ritmo compatível com os incrementos na população e na produtividade do trabalho." (2)

A expressão subsídios cumulativos de Kalecki é significativa e revela a compreensão da lei. A lei do valor como lei de valorização torna ao capital intermitente e crescentemente difícil desenvolver as forças produtivas e ampliar sustentadamente seu índice de valorização.

A compreensão disso só é possível se considerarmos o conjunto dos capítulos que compõem uma verdadeira tríade na seção terceira do Livro 3 de O Capital. Isso porque, nos três momentos, o que está exposto com toda força é o movimento contraditório do capital como processo que sintetiza produção inovadora e valorização.

É um momento de demonstração de como é exatamente no seu movimento (contraditório) que o capital aparece como sujeito, como valor que se valoriza, como movimento-sujeito. De como a substância trabalho abstrato se opõe ao sujeito capital, a substância que se tornou sujeito. É, portanto, uma dinâmica incompreensível e na verdade, destrocada, regredida, por todos os que não a consideram seriamente desde a lógica da contradição que está no capital, essa figura na qual se autonomiza o valor. Incompreensível para to-

dos os que são incapazes de levar a sério o universo valor em Marx e no capitalismo.

O modo mais incisivo de deixar claro que, permanecendo naquela incompreensão, não se avança na significação da lei, é lembrar que o conceito de lucro não é outra coisa que a mais-valia calculada sobre o capital social. O que significa dizer que a massa de lucro socialmente considerada é igual à massa de mais-valia. ⁽³⁾ Assim, a taxa cujo declínio se deseja averiguar refere-se a um conceito de lucro vinculado à apropriação de trabalho abstrato. É na relação desse com o capital, no transcurso das mutações da base técnica, que se encontra o fundamento da tendência ao declínio. Ou seja, é uma questão indissolúvel da relação do capital enquanto sujeito promotor de mudanças técnico-econômicas vis a vis o trabalho abstrato que é seu oposto.

Consideremos a composição orgânica do capital. A sua tendência a elevar-se é apenas o modo de expressar a elevação da produtividade, a economia de tempo de trabalho que o capital promove, e que redundando numa relação entre massa de trabalho vivo e massa de trabalho materializado, decrescente.

Consideremos a taxa de mais-valia. Com o aumento da produtividade do trabalho o que se verifica é o seu crescimento, porém aquele aumento é obtido justamente pelo emprego crescente de maquinaria e capital fixo. Desse modo, a relação trabalho não-pago/trabalho pago pode crescer e no entanto decrescer a relação trabalho não-pago/capital total, porque nesse capital total há cada vez menos conversão em trabalho vivo.

A isso se resume a formulação da lei. A saber, ela resulta do fato de uma taxa de mais-valia crescente se expressar numa taxa de lucro decrescente, porque aquele é alcançada exatamente (como tendência) pela redução do trabalho vivo mobilizado, com o que o capital promove o aumento de produtividade. O capital promove o progresso das forças produtivas tornando redundante o trabalho abstrato que é a substância de sua valorização. Esse é o con-

teúdo de ser o capital a substância (trabalho abstrato) que se tornou sujeito. A rigor, a lei revela "apenas" que aquela relação de apropriação não permite tendencialmente a unidade entre a produção do progresso das forças produtivas e da valorização do capital.

Nesse sentido, para Marx, a lei expressa, na verdade, as "virtudes" do capital, não-infinitas entretanto, de desenvolver as forças produtivas:

"A tendência progressiva da taxa geral de lucro a baixar somente é, pois, uma expressão característica do regime capitalista de produção, do desenvolvimento ascendente da força produtiva social do trabalho... uma necessidade evidente derivada da natureza mesma da produção capitalista que, na medida em que essa se desenvolve, a taxa geral média de mais-valia tem necessariamente que traduzir-se numa taxa geral de lucros decrescentes." (4)

É importante enfatizar o termo geral porque é ele que dá conta do núcleo da questão: apropriação de trabalho abstrato. A taxa é chamada de geral porque ela nasce, teoricamente, da transfiguração da mais-valia em lucro, porém, essa é uma operação teórica que apreende um movimento socialmente real, que é o movimento do capital social, o entrelaçamento dos capitais particulares pon-do-se como capital em geral pela concorrência.

Essa transfiguração do conceito de mais-valia em lucro - na qual permanece a determinação do universo valor - vai pari passu com a adoção do conceito de taxa geral de lucro e não apenas de uma taxa média, empiricamente, apreendida desde o universo dos preços.

Ainda por isso, Marx enfatizou que intencionalmente expôs a lei antes de cuidar do desdobramento do lucro nas distintas categorias de lucro (o empresarial, os juros e a renda da terra):

"O lucro a que estamos nos referindo não é mais que um nome distinto para expressar a mais-valia mesma, a qual se expõe somente em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana (sendo o descenso da taxa - jcsb) ... independente de qualquer eventual distribuição dessa mais-valia entre diversas categorias." (5)

O lucro não é mais que a magnitude social de trabalho abstrato em relação ao capital total e é a esse índice que Marx atribui uma lei tendencial de declínio.

Também, a compreensão da lei requer a percepção de que as leis da produção e acumulação capitalistas promovem ao mesmo tempo o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social pela via de uma relação capital variável/capital total decrescente, um ritmo acelerado de acumulação, aumento crescente da força de trabalho empregada e elevação concomitante das massas de mais-valia e de lucro (prescindindo das flutuações momentâneas dessas).

Tais condições levaram Marx a perguntar:

"Sob que forma deve apresentar-se essa lei de doble filo que de um lado se traduz no descenso da taxa de lucro e por outro lado, obedecendo às mesmas causas (grifonosso) se expressa no aumento simultâneo da masa absoluta de lucro?" (6)

Quer dizer, a tendência ao declínio da taxa de lucro está vinculada ao próprio dinamismo do capital; ela não decorre de um decréscimo absoluto da massa de lucros, senão que, pelo contrário, decorre de que o aumento dessa se faz por uma acumulação acelerada de capital cuja composição, entretanto, que é adequada para produzir trabalho excedente é aquela que implica redução relativa do trabalho vivo. O núcleo da tendência está, portanto, em que o modo de ampliar a taxa de mais-valia é ampliando a composição orgânica do capital, que é o modo especificamente capitalista (do

ângulo técnico-econômico) de desenvolver a força produtiva do trabalho social e de acumular capital. ⁽⁷⁾

Um segundo momento da demonstração destina-se a criar a antinomia. Ou seja, agora, trata-se de demonstrar como há forças que promovem a elevação da taxa geral de lucro: aumento do grau de exploração do trabalho, redução do salário abaixo do valor da força de trabalho, barateamento dos elementos do capital constante, superpopulação relativa, comércio exterior, aumento do capitalizações.

O comércio exterior é mencionado por seus impactos no barateamento dos meios de subsistência dos trabalhadores, bem como dos elementos do capital constante. Quanto ao capital por ações a menção se deve ao fato de que ainda que este capital figure nos cálculos, na verdade ele está investido como capital a juros para render dividendos e assim não devem ser considerados no mecanismo de nivelção da taxa geral de lucro; caso o fossem a taxa média seria mais baixa dado que aqueles capitais têm um lucro inferior ao médio. Quanto aos demais fatores, "contrarrestantes" dispensa-se maiores comentários uma vez que são auto-explicativos. ⁽⁸⁾

O que sim vale ressaltar é que os elementos teóricos centrais dessa compensação - aumento do grau de exploração e barateamento do capital constante - não são independentes, não são separados, não são de outra natureza, daqueles elementos que afirmam a tendência à queda da taxa de lucro.

Há duas passagens cruciais sobre isso:

"... já ressaltamos - e nisto reside, com rigor, o segredo da tendência decrescente da taxa de lucro (grifo nosso) - que os procedimentos destinados a produzir mais-valia relativa tendem todos eles, em geral, de uma parte a converter em mais-valia a maior quantidade possível de uma massa determinada de trabalho e, de outra parte, a empregar a menor quantidade possível de tra-

balho em proporção ao capital investido; quer dizer, as mesmas causas que permitem aumentar o grau de exploração do trabalho impedem explorar com o mesmo capital total o mesmo trabalho que antes." (9)

E após comentar que o aumento da massa de capital constante pode corresponder uma invariabilidade ou até diminuição de seu valor (em consequência da maior força produtiva do trabalho), afirma:

"Voltamos a encontrar-nos aqui com as mesmas causas que produzem a tendência à baixa da taxa de lucro amortecem também a realização desta tendência." (10)

São estas as tendências contraditórias que, ao tempo em que promovem uma elevação da taxa de mais-valia, contribuem para a diminuição da massa de mais-valia produzida por um capital determinado e, portanto, para a baixa da taxa de lucro.

O distanciamento desta lógica da contradição conduz à ingênua pergunta e averiguação sobre quais as forças que predominam, se as do declínio ou as da compensação. Conduz, também, à tentativa de formalização ou de verificação empírica da lei numa temporalidade estranha àquela concepção de tendência, aquela em que o tempo é uma variável extensa, realizando-se, assim, uma cronologia, buscando-se um trend.

Ao contrário, o que deve ser compreendido, é o terceiro momento da argumentação - o desenvolvimento das contradições internas da lei. Este é o momento em que a antinomia é posta, é tornada contradição e a lei aparece como lei da contraditoriedade da tendência da estrutura.

Tratemos de explicitar o modo pelo qual ela se integra na concepção de dinâmica que propusemos. Em primeiro lugar, observe-se que, no texto de Marx, é possível identificar claramente a concepção da lei como lei do limite na temporalidade histórica.

Esta temporalidade entretanto não é a de uma simples cronologia histórica, senão que está construída desde a lógica do capital que é apreendida pela lógica da contradição. Assim, a temporalidade histórica é compreendida parcialmente desde esta lógica e aqui reaparece, a meu juízo, o método da abstração transitória. Portanto, as contradições que movem a lei de tendência devem ser complementadas por mediações lógicas e históricas que permitem a plena compreensão daquele limite em cada momento conjuntural estrutural. Este tipo de compreensão da lei não é compatível, portanto, com as concepções empiricistas (cronologia histórica) nem com as concepções lógico-formais.

Explicitemos ainda mais. A lei é expressão da tensão expansão/ crise na tendência da estrutura. A tendência ao declínio da taxa de lucro abre crises do capitalismo que mostram a relatividade histórica deste sistema de produção. Sendo essas crises a expressão do limite do sistema na temporalidade histórica, elas implicam necessariamente, transformações da própria estrutura, com o que a continuidade da reprodução do sistema está associada a modificações de propriedades fundamentais (vide a oposição entre livre concorrência e monopólio) e a conseqüente alteração nas formas de regulação que jamais podem ser estáveis ad infinitum. Então, esta lei da dinâmica é necessariamente aberta a complementação e modificação de mediações que apreendem aquelas transformações próprias ao seu caráter mesmo de lei do limite da temporalidade histórica. Ela, assim, não pode estar associada ao mecanismo diacrônico da regulação cíclica, como também não pode estar vinculada ao determinismo do colapso. O núcleo permanente do desenvolvimento das contradições internas da lei é o conflito entre a expansão da produção e acumulação e a valorização capitalista, conflito este que dá curso à tendência ao declínio da taxa de lucro. A lei produz um momento de problematização do próprio sujeito capital. É em torno desse núcleo que devem ser desenvolvidas as mediações lógico-históricas apontadas. Estas, para dizê-lo de um modo geral, relacionam-se com as alterações das formas privadas e públicas de valorização e com as modificações no âmbito da concorrência, coisa que já trabalhamos em parte na Parte II e que voltarão ao dis-

curso no próximo capítulo. A lei e as mediações que a complementam (estas, não explicitadas por Marx) apontam para a compreensão de um problema central: o capitalismo não é um regime absoluto de produção de riqueza.

São várias as passagens de Marx que indicam a concepção aqui formulada. Reflitamos sobre algumas delas. Começemos pela que remete a Ricardo:

"Mas o importante de seu horror à taxa decrescente de lucro é a sensação de que o regime de produção capitalista tropeça no desenvolvimento das forças produtivas com o obstáculo que não guarda a menor relação com a produção de riqueza enquanto tal. Este peculiar obstáculo estabelece precisamente a limitação e o caráter puramente histórico, transitório, do regime capitalista de produção; atesto que não se trata de um regime absoluto de produção de riqueza, senão que, longe disso, choca, ao chegar a certa etapa, com seu próprio desenvolvimento ulterior." (11)

Fica clara, aqui, a formulação de que a dinâmica mesma do sistema transforma-se no curso das contradições. O movimento que corresponde a esta lei involucra uma passagem da dinâmica de livre concorrência para uma dinâmica monopolista relacionada com a lei de centralização dos capitais. A queda da taxa de valorização do capital acelera a concentração e centralização, desacelera o ritmo de formação de novos capitais e isso constitui-se num perigo para o desenvolvimento da produção inovadora capitalista. (12) O processo do capital que nasce da acumulação originária, consolida-se com a acumulação e a concentração, ao encaminhar-se para a centralização e descapitalização de muitos capitalistas:

"... não tardaria - diz Marx - em levar a produção capitalista à hecatombe, se não existisse outras tendências contrárias que atuam constantemente num sentido descentralizador ao lado desta força centrípeta." (13)

dência em Marx.

O modo de ampliar num momento a taxa de lucro traz em seu bojo a queda num momento futuro dessa mesma taxa. A acumulação é acelerada pela vigência de taxas de lucro ascendentes, porém, estas são logradas pela ampliação sucessiva da composição de capital a qual acabará por conduzir - mesmo com a elevação da taxa de mais-valia - a uma queda da taxa de lucro. Marx sintetiza assim:

"A baixa da taxa de lucro e a acumulação acelerada não são mais que dois modos distintos de expressar o mesmo processo, no sentido de que ambos expressam o desenvolvimento da capacidade produtiva. A acumulação, por sua parte, acelera a diminuição da taxa de lucro, toda vez que implica a concentração dos trabalhos em grande escala e, portanto, a composição mais alta de capital." (17)

Negar a tendência ao declínio corresponderia a negar aquele movimento da composição de capital. Corresponderia a afirmar que a ampliação da produtividade social do trabalho se faz com o emprego demais força de trabalho para um dado capital o que é um non-sense. Ao contrário, na afirmação da elevação da composição do capital como meio de elevar a produtividade está contida, também, a afirmação de que aquele é também o meio de baratear o capital constante, barateamento esse que contrarresta temporariamente a queda da taxa de lucro. Ou seja, o mesmo processo que aumenta a composição orgânica é o que reduz o valor dos elementos do capital constante e o que aumenta a mais-valia relativa, barateando as mercadorias para a reprodução da força de trabalho. Isso quer dizer que está contido no mesmo processo a desvalorização do capital existente e, portanto, a atenuação da queda da taxa de lucro. O processo que afirma a tendência à queda é o mesmo que implica sua atenuação. A lei, portanto, é a explicitação de uma contradição nas forças da valorização capitalista. (18) A lei de tendência é a lei da crise capitalista como expressão do limite na temporalidade histórica.

Evidentemente, o que se deve reter disso é a negação da centralização absoluta, pela persistência da concorrência na forma monopolista o que, entretanto, é necessário aduzir, acaba por conduzir ao entrelaçamento das formas econômico-financeiras privadas com as públicas.

Enfaticamente, aparece o dilema da reprodução ampliada:

"Tão pronto a formação de capital caísse exclusivamente em mãos de uns quantos grandes capitais já estruturados, nos quais a massa de lucro supera a taxa, se extinguiria o fôro animado da produção. Essa cairia na inércia." (14)

O limite, enquanto temporalidade, histórica, vinculado à lógica interna do capital, é explicitado plenamente quando mais uma vez Marx comenta a inquietude de Ricardo frente ao fato de que a taxa de lucro - condição e motor da acumulação - corre perigo devido ao próprio desenvolvimento da produção:

"O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é o que constitui a missão histórica e a razão de ser do capital. É assim precisamente que cria, sem propor-se, as condições materiais para uma forma mais alta de produção... Revela-se aqui de um modo puramente econômico, isto é, desde o ponto de vista burguês, dentro dos horizontes da inteligência capitalista, seu limite, sua relatividade, o fato de que este tipo de produção não é um regime absoluto, senão um regime puramente histórico, um sistema de produção que corresponde a uma certa época limitada de desenvolvimento das condições materiais de produção." (15)

A lei aparece como negação do regime capitalista enquanto regime absoluto de produção e riqueza. (16)

Detenhamo-nos, agora, nas conexões internas mais gerais da lei que inclusive dão concretude à específica concepção de ten-

A fórmula da taxa de lucro não é o jogo de duas variáveis mutuamente excluídas; a fórmula é a representação imprecisa de um movimento contraditório cuja compreensão está na reciprocidade de ação e interação entre todos os elementos espacial e temporalmente qualificados. O fato é que no processo da acumulação cresce o valor do capital reproduzido e a mais-valia nova a ele incorporada e estes fatores:

"... não devem considerar-se simplesmente em sua posição yacente, como o faz Ricardo; alienta en ellos una contradición, que se manifesta em uma série de tendências e fenômenos contraditórios. Estes dois fatores pugnantes entre si, atuam, ao mesmo tempo, um contra o outro." (19)

Um exemplo crucial para isso é que o barateamento do capital constante é um processo que conduz a uma queda relativa do capital variável, ou seja, a superioridade da velocidade de queda do trabalho vivo em relação ao trabalho materializado - no departamento produtor de meios de produção - e a viabilização daquele barateamento.

Igualmente crucial a seguinte passagem que revela com toda nitidez a tensão entre expansão e crise:

"Ao mesmo tempo em que operam os impulsos ao aumento real da população operária procedente do aumento da parte do produto total da sociedade que atua como capital, entram em jogo os fatores que criam uma superpopulação relativa.

Ao mesmo tempo em que diminui a taxa de lucro, aumenta a massa dos capitais e, paralelamente, se desenvolve uma desvalorização do capital existente que contém esta diminuição, imprimindo um impulso acelerado à acumulação de valor capital.

Ao mesmo tempo em que se desenvolve a capacidade produtiva, se desenvolve, também, a composição mais alta de capital, a diminuição relativa do capital variável com relação ao constante." (20)

Esse movimento é na verdade o de uma instabilidade da corrente da tensão expansão/crise que conduz às crises estruturais onde a idéia de limite histórico se realiza. Daí o seguinte parágrafo:

"Estas diversas influências se fazem valer más bien simultaneamente dentro do espaço ou más bien sucessivamente no tempo; o conflito entre estes fatores em pugna abre passagem, periodicamente, em forma de crise. As crises são sempre soluções violentas puramente momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que estabelecem passageiramente o equilíbrio rompido." (21)

Estes conflitos se expressam na não-identidade entre as condições de exploração e as de realização como na superacumulação/superprodução de capital. (22)

A sustentação desta lei como uma lei geral da dinâmica requer o complemento das mediações que anunciamos para que ela se integre numa teoria da crise enquanto abstração transitória - tal como veremos no próximo capítulo - sempre com a consciência teórica de que "não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas". (23)

NOTAS - PARTE III - CAPÍTULO 2

- (1) No Capítulo 3, Parte II e no Capítulo 1, Parte II tratamos de diversas abordagens à taxa de lucro. A identificação teórico-histórica mencionada é o antídoto ao automatismo cíclico, é a necessidade de discutir - inclusive com a identificação dos fatos - as reversões da economia capitalista na interação instabilidade/tendência da estrutura.
- (2) Kalecki, M. - Full employment by stimulating private investment, - p.91.
- (3) Marx, Carlos, op. cit., tomo II, p.219.
- (4) Idem, ibidem, p.215.
- (5) Idem, ibidem, pp.215/216.
- (6) Idem, ibidem, p.221.
- (7) Idem, ibidem, p.224.
- (8) Idem, ibidem, Capítulo XIV.
- (9) Idem, ibidem, p.233.
- (10) Idem, ibidem, p.236.
- (11) Idem, ibidem, pp.240/241.
- (12) Idem, ibidem, p.240.
- (13) Idem, ibidem, p.245.
- (14) Idem, ibidem, p.256.

(15) Idem, ibidem, p.256.

(16) Aqui, faz-se necessário qualificar a própria significação de tendência, no âmbito desta lógica, com o que se enfatiza a expulsão das leituras empiricistas ou lógico-formais. Considere-se estas observações apenas como uma advertência a que deve propor-se um economista na leitura de Marx. Analisemos, numa reprodução livre de Henri Lefebvre (Lógica formal/lógica dialética - Ed. Civilização Brasileira, 1979, Rio de Janeiro, RJ) alguns aspectos fundamentais. Descobrir um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro, ou esquecê-lo, ou pô-lo de lado, é descobrir um complemento de determinação. Na relação entre dois termos contraditórios, cada um é aquele que nega o outro, e isso faz parte dele mesmo. Portanto, não se trata da negação formal (do entendimento, da metafísica), o simples "não", "ou sim, ou não" ... é negação introduzida com o conteúdo e a consciência (o pensamento) do conteúdo... o movimento do pensamento aparece na totalidade de seus momentos: analisados, determinados cada um em seu posto e recolocados no conjunto. Esse movimento é uma história, uma história "inteligível", um todo racional. Ao entendimento parece que o complexo pode ser "mecanicamente" reconstituído. Ocorre que não se trata da "síntese construtora" ou "reconstrutora", mas da síntese que implica um progresso da análise, "negação da negação" é mais exato que o termo "síntese". Nesta lógica, as leis são "imanescentes" aos fenômenos (e não residem fora deles) porque são leis de devir, do próprio movimento (187). O devir é tendência para algo (para um "fim" que será um começo). A tendência implica, em sua determinação, essa passagem incessante de ser ou não-ser e, reciprocamente, essa transição que pode ser analisada através da abstração. Não mais a contradição formal, sim a contradição "em ato", com raiz profunda no conteúdo, nas forças em relação. A contradição dialética - não uma oposição formal ou uma simples confusão - deve ser encarada como sintoma de realidade.

Desta forma, cada fenômeno no final de uma cadeia rígida, uni-

verso decomposto em encadeamentos fatais, mecânicos, sem lugar para o devir, para o homem, para sua ação e seu poder - sua liberdade. Afora esta contemplação do "axioma eterno", a questão é que acaso e necessidade (ou lei) são dois aspectos igualmente objetivos, contraditórios e dialéticamente unidos, da natureza. O determinista exige que se lhe garanta o eterno retorno das mesmas causas mecânicas. A determinação não deve confundir-se com o encadeamento mecânico. Todo ser é determinado, mas determinado em seu movimento, em seu devir, o qual comporta uma espontaneidade ou "autodinamismo" da natureza, determinado de modo não-mecânico.

Às leis absolutas - princípio do determinismo complementado pelo de finalidade - contrapõe-se a concepção moderna do acaso, das leis aproximativas e provisórias. Pela concepção da interação universal, as leis são apenas leis de devir, abstratas, já que não se referem a nenhuma particularidade do devir, e, não obstante, racionais e relativas a todo objeto concreto, a este precisamente, pois tudo é devir; as outras, particulares, concretas no sentido de que incidem sobre uma corrente no devir, abstratas no sentido de que isolam momentaneamente essa corrente, não sendo mais, essas leis do que momentâneas e aproximativas.

A noção dialética de reciprocidade de ação e de interação reabilita o princípio finalidade, despojando-o de seu caráter metafísico. Tudo o que existe tem um limite, no espaço e no tempo; e esse limite é seu "fim", o ponto e o instante em que cessa esse ser determinado. Mas esse fim aparece também como sua transição, sua passagem, seu encontro com outra coisa e sua mediação, sua transformação nessa "outra coisa"... determinação recíproca... todas as coisas são vinculadas e vinculantes, causadas e causantes, de modo interno, graças à sua determinação e ao seu fim... atuantes umas sobre as outras; e, ao mesmo tempo, são passivas, mediatizadas e mediatizantes, negadas e negantes. O mar, bem como o continente, são "causas" da margem. O "fim", portanto, não é dado fora da causa, nem antes dela. Na reciprocidade da ação, a causa é também o "fim".

Ficam reconsiderados os principais formais de identidade, causalidade e finalidade. A contradição dialética não é apenas contradição externa (exterioridade dos termos contraditórios), mas unidade das contradições, IDENTIDADE; as contradições podem ser concretamente (isto é, vir a ser) idênticas, como passam uma na outra (191, 192). Não sendo dialética uma espécie de apolo da contradição, cabe perceber que - O devir, que tem como raiz profunda a contradição e que é essencialmente "tendência", tende precisamente a sair da contradição, a restabelecer a unidade. A identidade para não estagnar, é posta em seu lugar, no movimento - no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que formam a realidade concreta. O nome de opostos para os elementos cuja contradição conserva-se em estado latente e não passa de uma diferença "aguçada"; o nome de "contrários" para as forças que já se encontram em luta surda, cuja contradição amadurece; o nome de contradição propriamente dito para o momento de crise, movimento precipitado, tensão extrema, confronto ativo entre o ser e o nada - o ser em questão (vivo ou social, ou "espiritual" quando se trata de uma idéia) deve-se superar ou então desaparecer.

Quanto à causalidade, impõe-se a atenção, para o fato de que ela não se reduz à sucessão empírica, nem à "lei" no sentido positivista da palavra, à simples função matemática conectando duas avariáveis (A e B) a respeito das quais nada se saberia. O problema da causalidade conduz à necessidade de explicar as próprias leis, nas teorias as causas reais, explicativas das leis. Há o dilema da cadeia causa-efeito, na interação universal, porque ou inexistente um primeiro elo e daí a ininteligibilidade ou esse primeiro elo seria uma causa primeira, um deus ou causas misteriosas; ademais, numa interação, a causa é por sua vez efeito e o efeito é causa, e, será isto inescapável de uma tautologia? A resposta encontra-se em que a causalidade é uma interação qualitativa, na qual apresenta-se o mais e o menos, ou seja, as condições não são, nenhuma delas, "a" causa absoluta do fenômeno, mas que o condicionam em seu conjunto... Evite-se tomar o princípio de causalidade de modo

formal e rígido com o que ele assume a forma do princípio do determinismo - "Todo efeito tem uma causa. As mesmas causas produzem os mesmos efeitos. As mesmas causas voltam".

Neste pensamento, cada coisa tomada do ponto de vista de limite imanente do ponto de vista da contradição que a leva para além de si mesma - é o finito... o não-ser das coisas está nelas mesmas... essas coisas são mas a verdade delas (a verdade do seu ser) encontra-se em seu "fim": em suas relações e em suas transformações ... e o limite (o fim) de uma coisa, no tempo e no espaço, não se apresenta como um corte brusco, mas como uma zona de transição.

O devir concreto jamais avança com passo regular. Atravessa "crises". Processa-se por saltos ... esse caráter descontínuo do devir se funda na unidade da quantidade e da qualidade - noção moderna de quantum de energia, natureza descontínua e "explosiva" da manifestação da energia, teoria dos quanta.

O cálculo do contínuo é o cálculo diferencial, calculando as quantidades determinadas a partir de seus diferenciais, de seus limites no infinitamente pequeno (derivadas). O cálculo que busca as relações de seres descontínuos (que não podem tender para zero), mas que formam um conjunto (relativa e aproximadamente estável) é o cálculo das probabilidades.

A redução que o entendimento opera sobre o conteúdo processa-se assim em duas direções fundamentais: qualitativamente, no sentido da linguagem, da lógica formal, do conceito; quantitativamente, no sentido da matemática.

E por fim, a advertência de que "A Lei não está além do fenômeno... O reino das leis é o reflexo tranquilo do mundo existente ou fenomenico" (Hegel, Grande Lógica, II, p.150). O fenômeno desse modo - lembra Lefebvre - pode se revelar mais rico que a lei; e a lei se revelar uma parte do fenômeno, a aparência implica a relação, a manifestação da essência "em outra coisa" e, portanto, cabe cuidar-se frente ao "deserto da essência" (Hegel). Deve-se buscar a lei não fora do fenômeno, mas nele, em seu lado ou aspecto universal.

- (17) Marx, Carlos - op. cit., Tomo III, p.240.
- (18) Idem, ibidem, p.246.
- (19) Idem, ibidem, p.247.
- (20) Idem, ibidem, p.247.
- (21) Idem, ibidem, p.247.
- (22) "A superprodução de capital não de mercadorias isoladas - ainda que a superprodução de capital implique sempre superprodução de mercadorias - não indica, portanto, outra coisa que superacumulação de capital ... Existirá uma superprodução absoluta de capital tão pronto - o capital adicional para fins da produção capitalista seja igual a ZERO."
- "A chamada plêtor de capital se refere sempre, essencialmente, à plêtor de capital em que a baixa da taxa de lucro não se vê compensada por sua massa..."
- Após mencionar a ociosidade de capital diz Marx: "A taxa de lucro não diminuirá sem concorrência pela mera existência da superprodução de capital senão que o contrário: a luta da concorrência se desata agora, pois a baixa da taxa de lucro e a superprodução de capital obedecem às mesmas causas". Marx, L - op. cit., pp.249/250.
- (23) Marx, Carlos - op. cit., Tomo III, p.255.

PARTE III - CAPÍTULO 3

A DINÂMICA EM SEU CONJUNTO:

INSTABILIDADE E TENDÊNCIA DA ESTRUTURA

Trata-se, agora, de sintetizar as linhas fundamentais de uma teoria da dinâmica econômica em seu conjunto, em que esteja incorporado o movimento lógico-histórico, próprio da temporalidade capitalista. Culmina aqui uma crítica e uma demonstração que vem sendo exercitada desde a Parte I, pelas quais esta teoria só pode aparecer como uma abstração transitória.

Vejamos. A dinâmica lógico-histórica do capitalismo implica passagens do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo monopolista e deste para o capitalismo monopolista-estatal. Este movimento, entretanto, não deve ser considerado como uma sequência determinística, que tenha de ser percorrida por toda e qualquer economia capitalista. E sim, contudo, um processo geral da dinâmica do regime capitalista de produção e como tal deve ser complementado por mediações lógico-históricas. Assim, uma apreensão dos padrões de industrialização permite localizar – pelas mediações – a forma pela qual se apresenta aquele processo geral, numa dada economia ou num conjunto de economias semelhantes. De como aquele processo geral recobre particularidades, gesta processos lógico-históricos relacionados e diferenciados.⁽¹⁾

Reconhecida a necessidade e importância deste tipo de mediações, avancemos algo mais sobre o conteúdo de uma adequada teoria da dinâmica. Mesmo no plano do processo geral do capitalismo, a teoria dinâmica da economia já traz a necessidade de mediações lógico-históricas; e compreender isto é um reforço à necessidade do aprofundamento das mediações quando se trata de detectar diferenciações no processo histórico.

Assim a teoria da dinâmica em seu conjunto para o processo geral do capitalismo – uma de cujas características centrais é a transformação (passagens) de uma configuração a outra, digo livre concorrência, monopolização ... – já deve ela mesma ser compreendida com a consciência das mediações lógico-históricas.

O conteúdo desta dinâmica vem sendo trabalhado nas idéias do processo do capital como sujeito em interação com a concorrência e o cálculo capitalista determinando um movimento global de instabi-

lidade/expansão e instabilidade/crise. Neste movimento, o processo renda e o processo valorização/capitalização já foram discutidas como dois níveis analíticos necessários na teorização da dinâmica.

Esta compreensão teórica da dinâmica aponta para a existência de crises de estrutura, de transformação, passagens ao longo das quais muda a configuração capitalista via resoluções históricas. Nestas mudanças, transformações estruturais, alteram-se propriedades estruturais e a própria dinâmica, recria-se o próprio objeto – o que é economia capitalista – e isto reforça o caráter da teoria como abstração transitória.

Empreendamos portanto uma teorização sobre as linhas gerais lógico-históricas desta dinâmica em seu conjunto. Ainda que o "capitalismo moderno" – contemporâneo – seja a preocupação principal, o exposto anteriormente obriga-nos a considerar a configuração dinâmica que o antecedeu.

3.1 - A DINÂMICA DO CAPITALISMO EM "LIVRE CONCORRÊNCIA"

Esta é a dinâmica calcada na constituição do processo do capital como sujeito e na livre concorrência como propriedade afirmativa do regime de produção.

Esta configuração é forjada através da constituição e generalização do processo de trabalho como processo de valorização – instauração das bases técnico-econômicas de subordinação real do trabalho ao capital – como processo de produção de mais-valia relativa. Para tanto há que corresponder a consolidação das forças produtivas capitalistas, numa estrutura produtiva centrada na maquinaria e grande indústria, numa extensão da divisão técnica e social do trabalho, que vai moldando a própria estrutura produtiva à imagem dessa divisão com os setores produtivos de meios de produção e de bens de consumo. (2)

Neste movimento, ordenam-se e generalizam-se as condições de acumulação e reprodução ampliada do regime capitalista, sancionando-se socialmente as condições competitivas de existência dos proletários e dos capitais.

Para esta conformação estrutural concorre o desenvolvimento do sistema de crédito, como alavanca da acumulação, e simultaneamente revela-se o capital em sua dimensão de "capital a juros", a forma juros do capital.

Nesta dinâmica gesta-se a concentração e centralização do capital, pelo movimento de acumulação, de progresso técnico e de concorrência.

O conjunto de elementos mencionados aponta para um capitalismo cuja configuração é marcada pelo desenvolvimento daquelas propriedades fundamentais, o que significa dizer a preponderância do caráter progressivo do capital e da livre concorrência, ainda que já estejam presentes as forças opostas a este caráter, consu-

tanciadas na concentração e centralização do capital.

· Sendo esta a configuração, o que são a expansão, a instabilidade e a crise?

A progressividade do capital e a afirmação da livre concorrência põem um elemento fundamental para o reordenamento das expansões que é a acessibilidade ao crédito e às inovações por parte de novos capitais. Isto implica um grau ampliado de recuperação dos investimentos com inovações, que promovem reorganização da estrutura produtiva e pressionam os capitais já existentes a readequarem com maior velocidade suas bases técnico-econômicas. Aquele elemento é, portanto, um impulsor na solução dos obstáculos que venham a ser postos à aceleração da acumulação.

A combinação da progressividade do capital com as decisões capitalistas, em livre concorrência, promovem algo como um "autônomo" desenvolvimento das forças produtivas na dinâmica capitalista, configurada desta forma. Significa atribuir a esta dinâmica uma elevada velocidade no reordenamento de uma expansão, com diferenciação da estrutura produtiva via progresso técnico.

Uma vez posta a senda expansionista, o movimento dos capitais está associado à equalização das taxas de lucro nos diferentes setores produtivos que servem de base ao crescimento em curso. A concorrência é intra-industrial, isto é, processa-se no âmbito de cada setor pelas inovações de processos, em busca da redução dos custos gerais associados a cada capital. São os diferenciais intermitentes das taxas de lucro nos diferentes setores que impulsionam a migração de capitais, que põe a tendência a igualação das taxas de lucro.⁽³⁾

O anterior explicita o fato de que os capitais têm sua valorização fundamentalmente associada às imobilizações de capital fixo e portanto ao destino rentável dos setores industriais em que estas imobilizações se efetivaram.

Semelhante perfil de valorização está relacionado ao reduzido grau de centralização financeira logrado pelos capitais e às

próprias características do sistema de intermediação financeira. A centralização não avançou ao ponto de permitir às massas de capital operarem a lógica do capital financeiro. O sistema bancário não detem ainda um grau de aglutinação de capitais monetários capaz de promover ampliadamente a presença simultânea das empresas em diversos setores da economia; a elasticidade do crédito de capital é ainda baixa. A intermediação financeira, o mercado de capitais, não apresentar ainda a diversificação de ativos que permita uma ágil combinação de rentabilidade risco, e liquidez. Assim, o grau de autonomização do processo de valorização/capitalização em relação ao processo renda é limitado.

Na expansão, a afirmação da livre concorrência tem uma expressão internacional importante. A acessibilidade ao crédito e às inovações torna possível o surgimento de novos capitais nacionais com capacidade de liderança industrializante, o que significa autonomia nacional de outros capitalismo(s) em relação ao(s) dominante(s). Nesta acessibilidade há que considerar também o baixo grau de complexidade tecnológica das estruturas produtivas requerimentos de capital, no período histórico correspondente à dinâmica de livre concorrência. Tal configuração viabiliza, portanto, no plano internacional, a emergência de capitalismo(s) nacionais comandados por seus respectivos capitais domésticos, com considerável potencial dinâmico.

Consideremos agora a instabilidade desta estrutura. Ela está fundamentalmente determinada pelas oscilações das taxas de lucro nos diferentes setores da economia, as quais provêm do cálculo e da concorrência calcados nas inovações de processos, nas expectativas de rentabilidade e conseqüente redirecionamento dos investimentos. As intermitências na oferta de crédito, num sistema de intermediação ainda insuficientemente desenvolvido, devem também ser consideradas como fatores nas flutuações instabilizadoras da expansão. As elevações reais das taxas de salário ainda que possam instabilizar temporariamente a expansão dos investimentos (em razão de seu efeito negativo sobre a taxa de lucro) não podem significar uma restrição absoluta à expansão (e assim conduzir à crise) uma vez que as próprias flutuações da acumulação de capital tendem a recompor salários compatíveis com a rentabilidade, como, principal-

mente, a tendência do processo do capital e sua realização pela concorrência com inovações, elevam a produtividade social do trabalho e assim distendem os limites à subida da taxa de lucro.

Este quadro de instabilidade permite formular a seguinte hipótese: o reduzido grau de controle e regulação por parte de cada capital (concentração e centralização ainda em processo) ao determinar uma maior articulação entre o processo renda e o processo valorização faz com que o plano do cálculo e da concorrência não caracterize tal instabilidade como desestruturante.

Assim a reversão da expansão em direção à crise, no capitalismo de livre concorrência, está específica e fundamentalmente ligada a um processo de sobreacumulação de capital nos setores industriais, o qual a princípio é setorial e vinculado a desproporções até converter-se em fenômeno generalizado na estrutura produtiva. A determinação deste movimento em direção à crise está no processo do capital (como sujeito) sintetizado por Marx na lei de tendência da taxa de lucro. O funcionamento da livre concorrência na expansão traz necessariamente a mencionada elevação da composição orgânica que provoca o declínio da taxa geral de lucro, compreendida no universo valor. Na irrupção da crise, entretanto, aquela sobreacumulação de capital (que está ligada à tendência ao declínio daquela taxa geral) converte-se no descenso dos investimentos — decisão oriunda do cálculo capitalista em concorrência — o que torna então uma realidade efetiva a queda da taxa de lucro (empírica), no universo dos preços, dado assim visibilidade ao fim da expansão. Na constituição da crise estão portanto as determinações do sujeito-movimento que é o capital, entrelaçadas com aquelas relacionadas com o cálculo e a concorrência que orientam as decisões de investimento. É esta tendência do capital — representada pelo movimento em valor e em preços, da taxa de lucro — que explicita a tensão expansão/crise na dinâmica estrutural.

Consideremos algumas características gerais das crises neste capitalismo de livre concorrência. A configuração descrita aponta para a inexistência de maiores obstáculos à desvalorização

e destruição de capitais, pela concorrência, num quadro de sobreacumulação. É o momento da ampliação do processo de centralização de capitais, podendo-se afirmar que nas condições de livre concorrência este processo é específico do momento mesmo da crise. Pode ser caracterizado como o processo por excelência, nesta configuração, de resolução do "excesso de riqueza" sob as formas capitalistas antagônicas. Tal processo é marcado pela eliminação de capitais industriais bem como pela fusão destes capitais, com maior ou menor participação do capital bancário. Desta forma promove-se uma readequação, pela concorrência, do nível de capacidade produtiva para a elevação da rentabilidade corrente como também para a formação de expectativas altistas quanto ao retorno dos investimentos com inovações. A livre concorrência estimula a disputa pela liderança inovadora considerando-se a emergência de novos capitais com acesso ao crédito.

Neste sentido, o processo do capital e a concorrência possibilitam no curso da crise uma tendência a maior velocidade na superação da estrutura técnica pretérita, a base técnica que sustentou a rentabilidade na expansão finda. Isto significa a viabilização do ângulo do cálculo capitalista, da implantação de uma fronteira técnica de difusão ampliada. Frise-se, de novo, que nas condições deste capitalismo a circulação financeira ainda não assumiu feições que aprofundem a dissociação entre a acumulação produtiva (associada ao processo renda) e a acumulação financeira (associada ao processo de capitalização). Isto estabelece limites precisos à especulação no cálculo capitalista o que favorece a resolução dos antagonismos da riqueza capitalista, na crise.

A já mencionada expressão internacional da livre concorrência que implica menor grau de interdependência/subordinação entre os capitalismo nacionais atenua a proporção de uma crise nacional para o conjunto dos outros capitalismos, restringindo-se assim a globalização das crises.

É verdade, portanto, que no capitalismo de livre concorrência o processo no plano estritamente econômico gesta o movimento que leva da crise à recuperação e à expansão. A tensão estrutural

expansão/crise manifesta-se diacronicamente através de uma sequência do tipo expansão-crise-expansão.⁽⁴⁾ Isto é reforçado pelo fato de que as instabilidades conjunturais associadas à concorrência e ao cálculo capitalista não apresentam um caráter desestruturante, considerando a maior solidariedade entre o processo renda e o processo capitalização.

Entretanto, esta formulação não deve ser compreendida como uma diacronia cíclica (ver Parte I), uma vez que não se postula a perpetuidade da estrutura do capitalismo de livre concorrência. Ao contrário, pretende-se teoricamente apontar como a tensão/expansão/crise redefinindo as propriedades da estrutura.

A interação entre as instabilidade conjunturais e o movimento tendencial da estrutura forja uma sucessão de crises cujas soluções, se permitem o reordenamento da expansão (nos moldes analisados) o fazem através de uma acumulação de mudanças na estrutura que acabam por conduzir a uma crise de tipo específico, que deve ser compreendida como crise de estrutura. Isto é, nesta crise, dá-se o desenlace decorrente das mudanças acumuladas que representa uma temporalidade (lógico-histórica) de transformação da estrutura do capitalismo de livre concorrência. Aquelas mudanças referem-se à centralização de capitais, à complexificação da estrutura industrial com predomínio do setor de bens de capital, à elevação dos requerimentos de capital, à ampliação dos mecanismos financeiros – creditícios, à oligopolização da produção e dos mercados, à alteração na estrutura ocupacional lastreada na indústria, à intensificação do movimento de constituição de economia internacional.

A rigor, portanto, mesmo no capitalismo de livre concorrência, compreende-se teoricamente que não exista perpetuidade do mecanismo regulatório. A crise daquela estrutura é aberta à resolução histórica ainda que as tendências de transformação possam ser identificadas teoricamente. Aquela resolução implica um reordenamento econômico-financeiro e político-institucional de cada capitalismo nacional bem como das relações entre estes à escala internacional. A completa compreensão desta passagem requer o complemento da pesquisa histórica, tarefa que não é o objetivo deste trabalho.

Em linhas gerais, esta crise estrutural é a que se verifica na virada do século XIX para o século XX e cuja resolução significou historicamente a constituição da estrutura que tem sido chamada de "monopolista" ou "trustificada", cuja dinâmica deve ser diferenciada, na compreensão teórica, da que corresponde ao capitalismo de livre concorrência.

3.2 - A DOMINÂNCIA FINANCEIRA E A DINÂMICA MONOPOLISTA

A crise estrutural do capitalismo de livre concorrência torna realidade histórica um capitalismo em que o monopólio do capital e a lógica financeira de valorização são os traços estruturais fundamentais.

Este é um capitalismo plenamente desenvolvido onde transformam-se propriedades fundamentais, que alteram a natureza da dinâmica.

Não há livre concorrência; existe uma oposição entre esta e a monopolização, o que implica modificação nas formas e na vigência (no tempo) da concorrência entre os capitais. Mais explicitamente: a livre concorrência não é mais afirmada plenamente como propriedade fundamental. Há uma contradição entre o monopólio e a livre concorrência.

Uma vez que a concorrência, entretanto, não está simplesmente eliminada, a sua presença no movimento contraditório, significa que os capitais centralizados enfrentam-se consubstanciados como capital em geral. Isto é, a concorrência, neste estágio, impõe aos capitais uma dinâmica típica de capital financeiro. A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira, o que significa dizer — entre outras coisas — que os capitais centralizados comandam simultaneamente ativos de diversa natureza — dos aparatos produtivos aos ativos financeiros. Não se trata mais apenas de que os capitais utilizem-se da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização. Agora, a circulação financeira é um campo relativamente autônomo de valorização. Os capitais buscam valorizar-se simultaneamente através do processo renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização. A autonomia e a simultaneidade mencionadas é que permitem afirmar a dominância financeira nesta estrutura.

Na Parte II, elaboramos, em termos gerais, a lógica de valorização do capital financeiro. Aprofundemos, agora, os argumentos em torno da dinâmica mesma resultante da ação financeira dos capitais centralizados. (5)

Nesta estrutura, pode-se afirmar que "... as finanças estabelecem o ritmo da economia..." dado que "... são as finanças que atuam algumas vezes deprimindo e outras vezes amplificando o curso dos investimentos ..."(6)

Os capitais, que conglomeram unidades produtivas e financeiras, foram conjuntamente, a partir de suas "micro-estratégias" de valorização do capital próprio, uma macro-estrutura financeira. Esta encontra-se marcada pelo componente incerteza próprio dos mercados capitalistas, uma vez que os movimentos destes são resultado do cálculo, expectativas e concorrência a que se lançam os capitais líderes.

É da própria natureza destes a atividade especulativa pela qual buscam, seja por aplicações em seu setor de origem, seja em outros setores, um incremento em seu valor. Neste sentido, cada massa de capital em particular não é solidária absolutamente (estática) nas suas alocações setoriais; move-se, isso sim, na direção de apropriar-se de ativos reais e financeiros que lhe assegurem, no tempo, uma valorização crescente. O grau especulativo variará entre os diversos capitais centralizados segundo as condições "locais" correspondentes de lucratividade e segundo macroeconômico; porém, todos dirigem-se inexoravelmente para mover seu capital especulativamente, ainda que mantendo parte de suas bases industriais prioritárias.

É necessário relembrar que a produção capitalista em si já tem um objetivo monetário. Fazer dinheiro é próprio da atividade produtiva no capitalismo. O fim último é a acumulação de capital-dinheiro, incremento do capital em sua forma dinheiro, fim este que é magnificado com o desenvolvimento daquela macro-estrutura financeira. Assim a especulação intrínseca às unidades empresariais proprietárias do capital conduz a que cada uma destas componham suas estruturas de ativos e passivos de modo a obter fluxos de dinheiro que sustentem lucrativamente seus investimentos e viabilizem suas transações financeiras, ora marcadas pelo ganho financeiro estrito, ora por um endividamento além de suas possibilidades internas de expansão da escala de investimentos; ou ainda, por uma combinação heterodoxa de ambas.

Especula-se assim não apenas sobre a corrente futura de seus lucros brutos – dado que não os controlam, apenas decidem sobre seus investimentos – como especulam sobre seus fluxos financeiros gerais e os do mercado como um todo quando às possibilidades de seguir acumulando, inclusive com endividamento.

A especulação, *latu sensu*, está no cerne da monopolização capitalista, forjada pelos elos produtivo-financeiros, nos planos micro e macroeconômicos.

Esta associação, sujeita a desdobramentos contraditórios, é que torna a demanda efetiva, em particular o investimento, estruturalmente articulado com a circulação financeira. Num aspecto, porque é o investimento que produz os lucros brutos sancionadores dos retornos financeiros (ativos financeiros). Noutra aspecto, é a acumulação financeira que potencializa a escala do investimento, ademais de ser aquela que agiliza a capitalização (formação, inclusive, de capital fictício) e a obtenção de liquidez para os ativos. Esta interação é essencial frente à especulação intrínseca ao sistema e à imprevisibilidade da proporção em que efetivamente se realizarão os lucros produtivos.

Entre o proprietário de riqueza e o ativo real interpõe-se o dinheiro. A propriedade ampliada de ativos reais (operacionais) de capital está mediada pelos débitos, passivos financeiros, o que ao lado da imprescindibilidade do dinheiro (valor estratégico da liquidez), multiplica as relações débito-crédito. O jogo dos cash-flows dará a direção e o ritmo das operações financeiras, ora verificando-se maior articulação entre a circulação financeira e a produção, ora verificando-se a autonomização financeiro-especulativa, um processo de predomínio da instabilidade.

Estes fluxos-de-caixa fomentam um duplo movimento. Um, que é o sistema produtor de renda constituído pelos salários, impostos, lucros brutos descontados os impostos. Outro, que é relativo à macro-estrutura financeira constituída de juros, dividendos, rents e amortização de empréstimos, como também de transações (*dealing or trading*) dos ativos de capital.

Portanto, nesta estrutura, a concorrência aparece com os capitais centralizados pondo-se efetivamente como capital em geral, que é a essência do capital financeiro. A oposição entre livre concorrência e monopolização contempla, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de formas avançadas de concorrência e o estabelecimento de limites (temporalmente qualificados, segundo o momento da dinâmica) à prática competitiva. A dominância financeira na estrutura manifestar-se-á no movimento de cada capital e, pelo entrelaçamento destes, no movimento do capital social global. É a partir disto que podemos analisar as mudanças na dinâmica esclarecendo a natureza da expansão, da instabilidade e da crise.

A trustificação, a monopolização dotam a economia capitalista de um vigor expansivo superior, em muitos aspectos, verificado no capitalismo de livre concorrência. A capacidade de investir dos capitais centralizados, ao lado do desenvolvimento da circulação financeira, amplia o dinamismo do investimento com inovações, que redundam, nas expansões, em diversificação e complexificação do aparato produtivo, ampliando-se significativamente a escala da reprodução capitalista.

A centralização de capitais é o suporte econômico da realização de profundas transformações na base técnica. Tais capitais detem a capacidade financeira de desenvolver fronteiras técnicas de difusão ampliada que implicam profundas alterações nos setores de bens de consumo, de bens de capital e de insumos básicos. Em síntese, a monopolização realiza a potência máxima dos capitais para o desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, a expansão na configuração monopolista é expressão do pleno desenvolvimento do regime capitalista de produção.

Na expansão, manifesta-se o desenvolvimento de novas formas de concorrência correspondentes ao posicionamento dos capitais como capital em geral. Assim, a concorrência é de caráter multifuncional⁽⁷⁾ e isto imprime um dinamismo próprio da estrutura monopolista pelo qual os capitais impulsionam inovações e diferenciações de produtos, criando novas esferas de produção para a valorização, alterando o commodity space. A concorrência sendo tipicamente inter-industrial significa que as empresas comandadas pelos capitais lí-

deres são multi-industriais superando a forma menos avançada de concorrência intra-industrial. Significa dizer também que a expansão está sustentada pelo elevado grau de difusão tecnológica que este tipo de concorrência promove.

O potencial expansivo se efetiva igualmente pelo importante papel executado pelo sistema de crédito amplamente desenvolvido. Os investimentos são acrescentados com base no poder ampliado de endividamento que a intermediação financeira permite. As finanças modernas transformam em realidade a assertiva de que "investir é emitir dívidas".⁽⁸⁾ Multiplicam-se assim as relações débito-crédito pari passu com a expansão. O elemento especulativo prolifera assim, neste momento da dinâmica, e na medida em que as expectativas são de rendimentos crescentes, que são sancionados pelo crescimento dos investimentos, estes prosseguem a níveis também crescentes, inclusive com a geração de capacidade ociosa planejada.⁽⁹⁾

A subida dos investimentos eleva as massas de lucros e salários. As taxas de lucros correntes em alta sancionam as decisões de investir e os elevados ganhos de produtividade decorrentes das inovações garantem a expansão inclusive com taxas de salário real ascendentes. Em particular, na dinâmica monopolista, os ganhos técnico-econômicos assegurados pelos capitais, com base na articulação potencializada de crédito e inovações, elimina os possíveis limites à expansão por parte da evolução da taxa de salário.⁽¹⁰⁾

O dinamismo financeiro e tecnológico respalda assim a expansão, mesmo com a ampliação real da taxa de salário, bem como com a ampliação do estoque de capital. A saber, aquele dinamismo nutre uma interação positiva entre decisões de investir, taxa de lucro corrente e esperada.

Dada a dominância financeira mencionada, os mecanismos que lhe correspondem, na expansão, são estratégicos. A subida dos investimentos tem como contrapartida, nas empresas industriais, uma redução substancial da posição em ativos líquidos, além do endividamento já referido. Os bancos participam da expansão, inicialmente financiando a aquisição de ativos reais que materializam o processo de

investimento produtivo. Conforme progride a expansão as instituições bancárias atuam crescentemente no financiamento de equity-share holders o que fará com que a expansão se reflita na dinamização do mercado de capitais. O aumento na demanda por empréstimos é enfrentado pelos bancos através da venda dos títulos em seu port-folio para empresas produtivas e financeiras que já sejam supervitárias em função da expansão mesma. Agentes financeiros não-bancários incrementam a circulação adquirindo ativos financeiros, compondo débitos. (bancários, open market, long-term bonds) para adquirir débitos.⁽¹¹⁾

Os capitais centralizados que comandam empresas executoras simultâneas destas diferentes funções, lideram a expansão das circulações produtiva e financeira com base num cálculo pela realização de uma taxa média de lucro financeiro, oriunda da interação de preços produtivos e financeiros.⁽¹²⁾ É a busca desta taxa de lucro que promove uma tendência à igualação das taxas que se processa simultaneamente no sistema produtor de renda e na macro-estrutura financeira. Na expansão portanto a valorização sintetiza a rentabilidade produtiva e a capitalização.

Este é um momento da dinâmica em que o estado de crédito e de confiança nos investimentos solidariza as duas instâncias. Verifica-se a diversificação de port-folios, as transações inter-bancárias e o open-market determinam endogenamente a quantidade de dinheiro-monetário e dinheiro-financeiro que desenham uma curva elástica de oferta de finanças, compatível com a expansão produtiva. Os encargos financeiros vão em ascenso porém não comprometem o dinamismo uma vez que as expectativas de lucros correntes são positivas.

Ademais, a centralização financeira, antes característica dos momentos de crise, passa a ser elemento estratégico da própria expansão conduzido pelos capitais líderes. Este movimento de centralização, na expansão, está relacionado com a dominância financeira que implica, por parte dos capitais centralizados, operações nos mercados financeiros visando o controle acionário de empresas, em meio à estratégia de formação de uma taxa de lucro financeiro. Aquelas operações que redundam em centralização de capitais se verificam num momento em que empresas com práticas financeiras especulati-

vas absorvem empresas conservadoras financeiramente pelo fato de poderem conjuntamente ampliar o endividamento para a expansão do grupo de capital associado. (13)

Como o universo de preços reflete o momento expansivo da dinâmica e vai gestando a instabilidade? Deve-se considerar os preços da produção corrente e os preços financeiros, incluindo-se nestes as condições de empréstimos monetários e de negociação dos ativos. (14) Este é um momento analítico necessário para pensarmos as finanças capitalistas na dinâmica global.

Consideremos a demanda por dinheiro via uma equação de preferência pela liquidez tal como formulada por Minsky:

$$M = M_1 + M_2 + M_3 - M_4 = L_1(y) + L_2(r, Pk) + L_3(F) - L_4(NM) \quad (15)$$

Nesta equação, L_1 reflete os motivos transação. L_2 expressa o motivo especulação, enquanto L_3 incorpora o motivo precaução aos compromissos financeiros a saldar. L_4 reflete a existência de instrumentos financeiros, chamados de near monies, que atendem às demandas de insurance e precautionary; com o que L_4 é o efeito liquidez dos near monies.

É necessário um esclarecimento particular sobre Pk . Esta função é usada por Minsky em substituição à função keynesiana padrão de preferência por liquidez. Esta nova formulação trata de considerar explicitamente o nível de preço dos ativos de capital, ao invés de usar a taxa de juros como proxy para aquele nível.

$$Pk = k(q, M) \quad \frac{dPk}{dq} > 0 \quad \text{e} \quad \frac{dPk}{dM} > 0 \quad (16)$$

O símbolo q expressa os rendimentos prospectivos da propriedade de ativos de capital in port folios e M expressa a oferta de dinheiro. O preço do ativo de capital — Pk — é crescente com a ofer-

ta de dinheiro e com a expansão dos rendimentos prospectivos. P_k é o valor capitalizado a partir dos rendimentos prospectivos — q_s — que se espera que um ativo renda.

"Na medida em que P_k (o preço de uma unidade no estoque de ativos de capital) é um determinante do preço de demanda de uma unidade de ativo de capital recém produzido, ie, investimento, as variações em P_k tornam-se uma causa próxima de variações no investimento; variações em P_k ocorrerão com mudanças em M — sendo estável a função — ou com deslocamentos da função. A função deslocar-se-á na medida em que as visões subjetivas sobre retornos prospectivos — os q 's — e o valor da liquidez — L — mudem. Porque tanto os retornos prospectivos como os prêmios de liquidez refletem visões acerca do futuro, ambas visões formadas como a confiança com que lhes são mantidas estão sujeitas a repentinias e violentas mudanças do tipo a que referiu-se Keynes. Então a função P_k , enquanto instrumental útil para exposição, move-se crescendo nos tempos de boom e colapsando nas crises".⁽¹⁷⁾

Pode-se analisar as inter-relações da Renda, do dinheiro, da taxa de juros (r) relativa aos empréstimos monetários, e do preço dos ativos de capital. A demanda por dinheiro é atenuada com a existencia de near-monies, promovidos pro inovações financeiras que criem títulos líquidos — saving deposits, saving bonds —, que tendem a comprimir a taxa de juros sobre empréstimos monetários e a valorizar P_k , dados M , Y , F e o ritmo dos investimentos.

A elevação da renda, com a expansão, provocará, dado M , uma taxa de juros maior e menor preço dos ativos de capital, mantida constante a escala de preferência e liquidez. Porém, se esta se modifica, diminuindo a demanda monetária especulativa — em razão dos efeitos positivos da elevação da renda sobre os rendimentos esperados dos ativos operacionais de capital (Q 's) — a taxa de juros poderá subir, dado M , devido às maiores necessidades monetárias da produção corrente, sem que P_k (preço dos ativos de capital "in portfolios") decline. Ao contrário, este deverá subir, no mercado financeiro, porque as expectativas de lucros com a produção corrente sancionam os rendimentos (q 's) in port folios.

As taxas de juros poderão subir ao lado de P_k , também, quando um período de inovação financeira vai pari passu com uma estimulada demanda por financiamentos, mesmo que a criação de near monies tenda a atenuar a subida da taxa de juros, ao executar o papel de determinante endógeno de dinheiro.

Já o incremento dos compromissos financeiros exerce uma pressão por precaução sobre a demanda de dinheiro, conforme vai se elevando o investimento. Aí está o germe da instabilidade financeira que detalharemos mais à frente. A consequência é a subida da taxa de juros sobre empréstimos monetários e a redução de P_k . O declínio deste último se explicaria porque a ocorrência de uma precaução monetário-financeira já é um sinal de que o endividamento atingiu níveis de risco elevados para indústrias e bancos.

Assim, cabe resgatar as mediações que Minsky sugere entre a taxa de juros nos empréstimos monetários e os preços dos ativos de capital. Isto porque a demanda especulativa por dinheiro afeta a taxa de juros e somente depois, mediatizada pelos rendimentos prospectivos capitalizáveis (e sujeitos a flutuações) é que rebaixará sobre os ativos de capital. Sobre estes há que considerar os rendimentos prospectivos dos ativos operacionais (Q's) e seus reflexos sobre os rendimentos da propriedade de ativos de capital in portfolios (q's).

Analisemos este último aspecto, resgatando a contribuição de Minsky. Trata-se de considerar o processo de capitalização, a taxa de juros e a evolução dos investimentos influenciada pelo comportamento dos preços (ambos são cash flows).

Em primeiro lugar, observemos $P_{k_i} = C_i (Q_i)$, onde C_i é um fator de capitalização dos rendimentos prospectivos dos ativos de capital (na produção). P_k é o preço de demanda (daqueles ativos), ie, o preço de mercado para itens do estoque de ativos de capital. O fator capitalização tem uma taxa variável em relação à taxa de juros de mercado (on secure loans) em função de diferentes valores atribuídos à liquidez. A capitalização dos Q's influenciará também a evolução dos preços das ações (equities, shares). Segundo Minsky,

quanto maior a avaliação de mercado sobre as ações para uma dada taxa de juros e um dado conjunto de rendimentos prospectivos, maior o fator de capitalização (C_1) sobre aqueles rendimentos.

Para melhor qualificar este fator de capitalização deve-se tomar em conta $P_1 = C_1$ (CC). É o preço dos débitos, compostos por uma taxa de capitalização (C_1) e pelos compromissos contratuais de pagamentos em cash (CC). As avaliações de mercado — onde se incluem taxa de lucro corrente, taxa de juros e prêmio de liquidez — acerca dos retornos sob a forma de CC ou Q estabelecem a relação entre C_i e C_1 . Dado um estado de incerteza, teremos $C = u C_1$, ie, o fator de capitalização dos ativos de capital é o $0 < u < 1$ da taxa de capitalização dos empréstimos monetários. Um incremento em u equivale a uma atenuação do estado de incerteza nos negócios, e isto provoca uma elevação no preço dos ativos de capital em relação ao preço dos débitos (contratos de empréstimos monetários).

Tanto o valor dos débitos quanto o dos ativos de capital — adverte Minsky — depende do valor atribuído à liquidez de um ativo, os cash flows implícitos (1). Assim, "se os ativos de capital envolvem menos liquidez do que os débitos e se o valor da liquidez decresce, então o preço dos ativos de capital crescerão tanto em relação ao dinheiro quanto em relação aos débitos".⁽¹⁸⁾

A taxa de capitalização — C_1 — sobre empréstimos monetários é uma função crescente da oferta monetária, ie, $C_1 = Q (M)$. Significa que a ampliação da oferta monetária conduz à queda da taxa de juros e à elevação da taxa de capitalização, ou seja, à subida do preço dos débitos.⁽¹⁹⁾

O preço de demanda dos ativos de capital, considerando C_i e o diferencial entre C_i e C_1 que refletem o estado de preferência de liquidez, elevar-se-á com o incremento da oferta monetária dado um conjunto de Q's.⁽²⁰⁾ Propõe-se uma função agregada onde o nível de preços dos ativos de capital depende das quasi-rendas agregadas e da quantidade de dinheiro. $P_k (M, Q)$ é uma função instável se consideramos: a) os vínculos entre a quantidade de dinheiro e a taxa de juros sobre empréstimos monetários; b) os vínculos entre a taxa de juros dos empréstimos e a taxa de capitalização "on par-

ricular streams of prospective yields"; c) flutuações nos rendimentos esperados devido a câmbios nas expectativas de longo prazo.

Na expansão, o preço de demanda (capitalização dos Q's) e o preço das ações (capitalização de q's) sobem e sancionam a ampliação dos investimentos.

Para qualificar esta ampliação consideremos P_i como o preço de oferta do ativo de capital a adquirir, determinado pelos produtores de ativos de capital. Q_i , como os lucros brutos, disponibilidade de financiamento interno; e I_i como o montante de investimento financiado internamente; e \hat{k} como a taxa de capitalização dos Q's.

Pode-se formular $\hat{P}_{ki} \cdot K_i = \hat{k} (Q_i)$, ie, valor do estoque de ativos de capital da firma igualando a capitalização dos rendimentos esperados. Daí, $\hat{P}_{ki} = \hat{k} \frac{(Q_i)}{K_i}$ e a condição para realização do investimento é que $\hat{P}_{ki} \geq P_i$.

A condição é a de que o preço de demanda de uma unidade de capital seja maior ou igual ao preço de uma unidade de investimento (preço de oferta de um ativo de capital).

O preço P_k refletirá também os problemas relativos aos riscos de tomadores e aplicadores de empréstimos. Os tomadores calculam sua rentabilidade a partir da evidência de que os cash flows comprometidos com os empréstimos (CC's) são certos enquanto que os rendimentos prospectivos (Q's) são incertos. Isto posto, quando acelera-se os investimentos financiados com débitos modifica-se, agrava-se o estado de incerteza e isto faz com que baixe a taxa de capitalização aplicada aos Q's. Assim, quanto maiores os compromissos financeiros e as taxas de endividamento maior a presença de forças declinantes em relação a P_k .

Do ponto de vista do cálculo capitalista dos aplicadores, o risco assume a forma de requerimentos ampliados quanto a cash-flow nos contratos de débitos, ao elevar-se a relação entre débitos e ativos totais. Ocorrerão maiores taxas de juros, prazos mais cur-

curtos, ativos como garantia, menores dividendos e declínio dos empréstimos futuros.

Considere-se também que no processo de expansão com endividamento, o cálculo financeiro afetará a evolução do preço de oferta. Conforme crescem os compromissos financeiros dos produtores de ativos de capital, o preço destes bens começa a subir já que os fabricantes destas unidades de investimento capitalizam (em seus preços) os excessos de custos financeiros decorrentes de seus próprios investimentos terem ido além do nível correspondente ao financiamento interno. (21)

Na expansão, a aversão ao risco e as expectativas positivas quanto ao Q 's promovem um declínio da relação CC/Q , estimulando o investimento. Sob o fator de capitalização C_i , eleva-se P_k , sobem os preços das ações.

A interação macroeconômica destas decisões de investimento acabam realizando lucros que promovem uma possibilidade de autofinanciamento maior que a prevista e as despesas financeiras mostram-se assim relativamente menores do que as esperadas para aquele nível de investimento. Com isto, os ganhos com a posse de ações é maior, o preço desta eleva-se ainda mais, e incentiva-se a alavancagem financeira para ampliar a escala de investimento.

É este o processo financeiro – expresso nos preços – que acompanha e viabiliza a realização da expansão. Desde a ótica dos capitais centralizados este é o período de realização de ganhos, tanto pela realização dos investimentos produtivos como pela realização de operação no âmbito da macroestrutura financeira. Nestas condições, o princípio do risco crescente (ao qual referiu-se Kalecki) aparece como que abolido pela capacidade de mobilização e elasticidade que detêm aquelas massas de capital.

A expansão, neste tipo de configuração estrutural, é confirmada e sustentada no tempo pela dinamização que esta circulação financeira imprime ao desenvolvimento das fronteiras técnicas de difusão ampliada. Com isto o grau de utilização dos equipamentos

é crescente e as taxas de lucro correntes são firmemente elevadas. Semelhante expansão verifica-se quer a distribuição funcional da renda seja estável, quer ocorra uma ampliação da relação Lucros/salários. Ou seja, as finanças capitalistas e as inovações, ampliando a produtividade do trabalho ditam o ritmo da expansão, explicitando definitivamente o papel subordinado da distribuição de renda (taxa de salário e consumo assalariado) na dinâmica monopolista.

Esta expansão que se apresenta como eterna esconde a complexidade da temporalidade capitalista. Ao invés de eterna ela é no próprio dinamismo financeiro e tecnológico que devemos encontrar as raízes da instabilidade e da crise.

A instabilidade financeira (autônoma) é uma importante especificidade da dinâmica monopolista, ou seja, daquela dinâmica em que a lógica do capital financeiro domina e em que a oposição entre livre concorrência e monopolização explícita a transformação de uma propriedade fundamental.

O próprio papel que as finanças capitalistas exercem na expansão gesta elementos fundamentais que produzem um tipo de instabilidade desestruturante que conduz a uma crise de reprodução.

Comecemos esta reflexão por uma significativa passagem de Keynes onde está posto o problema da reversão dinâmica:

"Os últimos estágios do boom são caracterizados por expectativas otimistas quanto aos rendimentos futuros de bens de capital em magnitude suficiente para compensar a abundância crescente destes bens e o seu custo de produção crescente (i.e, custo crescente na produção dos próprios bens de capital) e, provavelmente, bem como para compensar um crescimento na taxa de juros também. É de natureza dos mercados de investimentos organizados, sob a influência de compradores amplamente ignorantes acerca do que estão com-

prando e a de especulação que estão mais preocupados em prever a próxima mudança do sentimento do mercado do que com uma razoável estimativa dos rendimentos futuros dos bens de capital que, quando a desilusão desaba sobre um mercado super-otimista e super-comprador, o declínio se verifique repentinamente e até com uma força catastrófica. Mais ainda, o desânimo e a incerteza, quanto ao futuro, que acompanha um colapso da eficiência marginal do capital".⁽²²⁾

Frente a isto o comentário de Shackle é importante — "Esta passagem, me parece, elide uma efetiva explicação das origens do colapso da escala da eficiência marginal do capital".⁽²³⁾

A hipótese que assumo, inspirado em Minsky, porém ampliando a argumentação, é a de que as finanças capitalistas, nesta estrutura, produzem uma instabilidade autônoma que se mostrará desestruturante justamente por afetar a eficiência marginal do capital e provocar uma sucessão de eventos que conduzem à crise.

A expansão, no momento em que começa a basear-se em investimentos com endividamento crescente e circulação financeira, dá início a um movimento de aceleração do crescimento dos compromissos financeiros (CC's), com o que, mesmo frente à estabilidade ou ascensão dos Q's — rendimentos prospectivos — eleva-se a relação CC/Q. Isto significa um crescimento gradativamente menor dos lucros líquidos (de despesas financeiras) em relação aos investimentos e aos débitos.

A reversão vai se configurando pela prática de tomadores e emprestadores buscarem novos métodos de financiamento do investimento, com o que sua demanda acaba dirigindo-se a fontes financeiras que valorizam altamente a liquidez e assim os termos contratuais os débitos elevar-se-ão, diminuindo o preço dos débitos. Este movimento de preço expressa uma queda da taxa de capitalização — C1 — e uma subida da taxa de juros nos empréstimos monetários.

Nisto, os fluxos financeiros de curto prazo, relativas a débitos, superam os fluxos gerados pelos Q's, conseqüência de auges de débitos de curto prazo cuja velocidade de pagamento do principal é superior à velocidade de realização de lucros correntes,

derivados das operações de investimento financiadas externamente. Impõe-se a necessidade de refinanciamentos que apenas reativam este circuito em movimento de ampliação. (24)

Estas operações financeiramente onerosas semeiam a incerteza sobre os ganhos de capital dos investidores em débitos, ações e em ativos de capital. Entretanto, a circulação financeira continua assegurando valorizações gradativamente dissociadas dos retornos associados aos investimentos produtivos.

Os port-folios começam a alterar-se. Algumas unidades tentam vender seus ativos "líquidos" que ora encontram-se em valorização, dada a sede de novos recursos monetários no mercado. Outras unidades sentindo o peso do débito sob a forma de compromissos financeiros por saldar, vêm-se forçadas a vender ou empenhar seus ativos de capital. Estas pressões atingem tanto unidades produtivas quanto as comerciais e financeiras. Isto é, as massas centralizadas de capital realizam simultaneamente todas estas operações (devedoras e credoras) buscando a sustentação de sua taxa de lucro financeiro).

Os ativos são líquidos enquanto não exista preponderância de vendedores sobre compradores. O cálculo expectacional, de natureza financeira, sinaliza a disseminação da incerteza quanto à manutenção dos ganhos presentes e tende a promover uma recomposição generalizada dos portfólios. Quando a venda dos ativos começa a acelerar-se, seus preços dão sinais de declínio, inclusive o preço das ações e então implanta-se uma tendência à queda das taxas de capitalização, das eficiências marginais dos ativos, caem os preços de demanda dos ativos de capital e a taxa de investimento começa a reduzir-se.

Ou seja, antes mesmo de uma queda da taxa de lucro corrente ou de uma queda de eficiência marginal do capital (retornos esperados sobre ativos produtivos) a instabilidade financeira pode reverter o processo de investimento.

Ao fazê-lo tem início a desaceleração da massa de lucros correntes que só faz sancionar negativamente as expectativas já

afetadas pela instabilidade financeira. Portanto, a hipótese em torno da qual se argumenta é a de que a origem do declínio da eficiência marginal do capital está na instabilidade autônoma da macro-estrutura financeira, instabilidade essa derivada do modo mesmo como foi financiada a expansão, e derivada também da tendência à igualação da taxa média de lucro financeiro, apropriada à dominância do capital financeiro e às formas de concorrência vigentes.

Deflagrada essa reversão, impõe-se aos agentes, a reconsideração da estrutura de débito, que pode mostrar-se com alto risco. Assim o investimento pode dar-se numa escala inferior àquela possível com os próprios fundos internos, de modo que o resíduo seja usado para cancelar débitos ou adquirir ativos financeiros.

No entanto, os retornos previstos podem não concretizar-se por insuficiência de demanda global — consequência macroeconômica — e conseqüentemente a diminuição do passivo pode não ocorrer, mas sim ocorrerá "a recursive debt-in-come deflationary process" que corresponda a uma instabilização financeira progressiva.

Este movimento conduz ao rompimento da condição para a realização de investimentos $Pk_i \neq PI$, e criam-se assim as condições para uma tendência à estagnação. A definitiva desaceleração da massa de lucros correntes que daí decorre, compromete até mesmo a liquidação de débitos por parte de algumas unidades cujo custo de reposição seja maior, provocando, no limite, desinvestimentos reais.

As massas de capital sob comando centralizado exercem sua maior capacidade financeira, desvencilhando-se dos ativos sobre os quais o grau de risco é crescente e orientam suas aplicações para operações financeiras rentáveis, incluindo a centralização (sobre empresas potencialmente rentáveis na recuperação futura).

Estas operações, entretanto, não ocasionam a elevação do investimento agregado; refletem as estratégias empresariais de manutenção financeira de sua taxa de lucro financeiro global.

Conseqüentemente, caminha-se para um momento análogo ao que Keynes denominou de "armadilha da liquidez", onde a taxa de capitalização correspondente aos ativos de investimento é incapaz de reacelerar o ritmo deste (com o preço de demanda inferior ao preço de oferta) mesmo ante a atenuação da pressão altista da taxa de juros, através de uma ampliação da oferta monetária.

Neste tempo a generalização do desejo econômico de liquidez está implantada, com o que o mercado de títulos torna-se basicamente vendedor, encurtando-se a liquidez dos títulos. O ativo preferido é efetivamente o dinheiro.

Este tipo de instabilidade financeira, aliado às formas de concorrência prevaletentes introduzem uma tensão inflacionária importante. Ela encontra-se na estrutura industrial em função da queda do grau de utilização dos equipamentos que provoca uma elevação compensatória das margens brutas de lucro. Encontra-se, também, nos mercados de estoques de matérias-primas que sensíveis à subida da taxa de juros de curto prazo tornam-se significativamente especulativos, contribuindo intermitentemente para realimentar a subida do nível geral de preços. Encontra-se também na macro-estrutura financeira que ao realizar a elevação do patamar de taxa de juros, não apenas efetiva os custos financeiros como componente inflacionário, mas dissemina expectativas de valorização dos demais ativos — títulos financeiros (near money), reservas cambiais, matérias primas — segundo o padrão de comportamento tendencialmente altista da taxa monetária de juros. ⁽²⁵⁾

A concorrência sob a lógica da dominação financeira vale-se de todos estes fatores para exacerbar a predominância do cálculo financeiro na consecução da taxa de lucro dos capitais centralizados. Assim, a formação de uma taxa de lucro financeiro, tendência à igualação nestes termos, solidariza aqueles capitais, do ponto de vista de cálculo, com aquela autonomização financeira e com as práticas especulativas e inflacionistas, disruptivas, inclusive, das políticas monetárias, cambiais, creditícias e fiscais.

É portanto este quadro de instabilidade financeira que abre caminho para a instauração de uma crise de reprodução, uma crise estrutural, quando sobrevêm outros fatores ao lado da mencionada autorização financeira.

Como converte-se a instabilidade financeira numa crise estrutural? Desde logo, esclareça-se que a instabilidade analisada não corresponde a uma simples "crise de crédito", nem um "ciclo financeiro". Nisto, aliás, encontra-se uma diferença em relação a Minski que atribui àquela instabilidade um perfil cíclico. É evidente que não estão descartadas as ocorrências de determinadas conjunturas financeiras, cuja instabilidade não se converta numa crise, mas sim, possa ser revertida para a manutenção da expansão, através da recomposição das posições financeiras, auxiliadas por políticas fiscais, monetárias e creditícias.

O que procuramos enfatizar, entretanto, é o lado desestruturante (da expansão) que está presente naquela instabilidade financeira. Ou seja a macro-estrutura financeira tem um movimento intrínseco pelo qual acumulando-se efeitos decorrentes do endividamento, da valorização fictícia de ativos e da especulação latu sensu, chega-se a um ponto em que a relação entre os preços produtivos e financeiros explicita uma tendência à crise.

A configuração da crise é plena quando àquela determinação relativamente autônoma da macro-estrutura financeira somam-se as determinações técnico-econômicas do processo de acumulação de capital. Estas determinações correspondem ao esgotamento do desenvolvimento de uma fronteira técnica pari passu com o fenômeno da sobrecumulação de capital.

É a simultaneidade das determinações financeiras e técnico-econômicas que caracterizam as crises na estrutura monopolista. Em outras palavras, a condição necessária e suficiente para configurar uma crise estrutural é esta simultaneidade, reconhecida a capacidade da macroestrutura financeira de dar partida numa instabilidade desestruturante, de modo relativamente autônomo.

Aquela simultaneidade implica que a associação entre valorização e fluxo de inovações técnicas é rompida. Esgota-se, do ângulo da valorização, explícito no cálculo capitalista, o progresso técnico correspondente a uma determinada fronteira técnica que fomentou a expansão pretérita.

A dominância financeira vigente impede a "reversão" — pertinente no capitalismo de livre concorrência — pela qual processa-se a desvalorização dos capitais, a centralização e a renovação das bases técnicas; coisa que permitia atribuir àquela dinâmica uma temporalidade cuja representação sequencial era a de expansão/cri-se/expansão.

Na estrutura ora considerada, a dominância financeira e a monopolização cerceiam as recomposições financeiras e a reintrodução ampla do fluxo inovador. Nestas crises, os capitais centralizados não exercem um tipo de concorrência viabilizadora da recomposição das bases da expansão. Ou seja, a circulação financeira e o tipo de formação de taxa de lucro a ela associado permite aos capitais centralizados prolongar a base técnica pretérita. Não apenas permite, mas na verdade obriga a diferir no tempo a reestruturação das bases técnicas. Essa obrigação, manifesta no cálculo capitalista, está assentada na instabilidade financeira que se faz presente na tendência altista da taxa de juros. Sobem os pisos das taxas de juros, e ainda que ocorram flutuações, o panorama das dívidas privadas e públicas mantém um quadro de expectativas intermitentemente aceleracionistas para a taxa de juros. Assim, fica cerceado o processo de investimento que implique a difusão ampliada de uma nova fronteira técnica.

Este movimento não significa negar completamente a introdução de progresso técnico. Ele se dá de forma setorial, intermitente e com difusão restrita. Não se dá como um "bloco de inovações" capaz de instaurar decisivamente a expansão, a partir de uma valorização posta em novas bases técnicas e financeiras.

Por isto configura-se uma tendência à estagnação, compensada temporariamente por auges de curta duração. Estes auges não se prolongam exatamente porque a iminência de uma crise financeira —

presente nas expectativas devido à magnitude e crescimento das dívidas (a estagnação relativa não compensa o nível da taxa de juros ao ponto de desvalorizá-las) - interrompe a continuidade do fluxo de inovações.

Este cenário corresponde a uma agudização da contradição em desenvolver as forças produtivas sob formas de riqueza capitalistas. A dominância financeira e a monopolização (oposição à livre concorrência) produzem a convivência da valorização com a riqueza oriunda da base técnica pretérita. A expansão requer desvalorização de dívidas e de ativos de capital, no presente, para recompor a valorização futura. Os capitais centralizados, em concorrência, requerem a valorização presente e cerceiam o processo de desvalorização.

A economia não colapsa, avança e retrocede em meio uma tendência à estagnação, à cristalização da instabilidade financeira, à internacionalização da crise.

Neste capitalismo, o grau de interdependência das economias é superior e a ele corresponde, tanto na expansão como na crise, o fenômeno da internacionalização dos processos.

Na crise, este fenômeno torna mais complexo o quadro da instabilidade financeira porque implica adicionar a desestabilização do sistema monetário internacional, o que significa dizer que a instabilidade se projeta para as relações entre as moedas nacionais, agravando as transações financeiras e comerciais com as incertezas cambiais.

Neste sentido, ainda que a economia não colapse, que a estagnação seja relativa, que a *débâcle* financeira ora pareça iminente, ora superada, na verdade, este pode ser caracterizado como um tempo de crise estrutural em que a expansão aparece negada. A temporalidade representa-se como recessão-recuperação-recessão se enfocamos a conjuntura de revelação da crise estrutural. E se consideramos o movimento estrutural em si, representa-se como crise - expansão - crise, ou seja, unicamente a transformação de propriedades estruturais pode abrir caminho para uma expansão duradoura, para uma negação real da crise.

Isto significa dizer que a crise espelha a temporalidade da estrutura. Isto é, a temporalidade posta como existencia histórica. A crise opondo-se à expansão, como determinação lógico-histórica, significa o questionamento no tempo histórico (compreendido desde a lógica estrutural também) da identidade daquela estrutura; nesta crise, valorização e expansão capitalistas excluem-se.

A crise aparece assim como tempo de transformação das propriedades fundamentais. Como movimento desde a centralização de capitais à socialização do capital, como condição para reposição histórica da expansão. Como movimento contraditório das formas de riqueza capitalistas, como perda da essencialidade da forma valor, do processo do capital como valor que se valoriza; a taxa de lucro financeiro dissociada da taxa geral de lucro. Como passagem da propriedade capitalista para a propriedade social, na medida em que esta recoloca em novas bases a associação entre riqueza e desenvolvimento das forças produtivas. Como dissolução da concorrência enquanto propriedade fundamental, como expressão do problema de passar do "autônomo" desenvolvimento das forças produtivas às condicionalidades monopolistas daquele desenvolvimento.

Esta crise, como demonstração da não existência perpétua de mecanismos de regulação, como demonstração da recorrência de transformações estruturais. A não existência de conservação, indefinidamente, das propriedades da estrutura.

Nada mais equivocado também do que inferir dos processos de socialização do capital, de negação da livre concorrência, de condicionalidades monopolistas, de perda de essencialidade da forma valor, de não existência de auto-regulação pelo mercado, digo, nada mais equivocado do que inferir de tudo isto que a regulação estatal venha a ser dotada da vigência perpétua que a torna hábil para administrar a crise e conduzir as transformações em direção a propriedades superiores.

A crise é também a crise das formas de regulação extra-mercado. É a crise das formas públicas de regulação que tiveram vigência na expansão pretérita. Sua eficácia dissolve-se na crise, e assim as formas públicas tornam-se cúmplices da crise. É isto

que fica demonstrado nos desequilíbrios fiscais, na aceleração das dívidas públicas, na inoperância das políticas monetárias e cambiais, no antagonismo entre as lógicas pública e privada (atuantes nas empresas estatais), na cumplicidade do Estado com a instabilidade financeira e cambial, na corrosão dos instrumentos administrativos. As formas públicas e privadas de negar a crise têm de ser uma novidade histórica.

Esta faceta estatal da crise é a definitiva comprovação do seu caráter estrutural; de que sua resolução é aberta historicamente, ainda que logicamente possa ser transitóriamente compreendida. A crise, decorrente da lógica do processo do capital como sujeito em interação com o cálculo e a concorrência é compreendida tanto assim, como pelo complemento da investigação histórica, é o momento impar de apreensão da temporalidade capitalista. A tendência da estrutura desde esta temporalidade é a de ter transformadas suas propriedades fundamentais no bojo de crises recorrentes mais graves, no sentido de que agudizam aquelas transformações. A crise é um tempo de demonstração lógico-histórica da não existência de conservação indefinida das propriedades estruturais; de reconstrução do próprio objeto de que deve ocupar-se uma teoria da dinâmica.

NOTAS - PARTE III - CAPÍTULO 3

- (1) Cardoso de Mello, J.M. - O Capitalismo Tardio. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- Barbosa de Oliveira, Carlos Alonso - O processo de industrialização. Tese de Doutorado. Mimeo. Instituto de Economia - UNICAMP, 1985.
- (2) Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello - op. cit., Capítulo 3.
- (3) Cardoso de Mello, J.M. - O Estado brasileiro e os limites da estatização. In: Cadernos Opinião.
- (4) Cardoso de Mello, J.M. - op. cit.
- Elliot, John - "Marx's Grundzisse: vision de capitalism's creative destruction. In: Journal of Post-Keynesian Economics, Winter, 1978/79, Vol.1, nº2.
- (5) Esta formulação está inspirada em duas fontes. Na tradição que arranca de Marx e prossegue com Lenin e Hilferding. E nos trabalhos de Hobson e Keynes. Contemporaneamente, a obra de Minsky é um apoio fundamental para esta demonstração.
- (6) Minsky, Hyman P. - op. cit., p.130.
- (7) Ver Parte II, deste trabalho.
- (8) Minsky, H. P. - op. cit., Capítulo 6.
- (9) Stein^ol, Josef, op. cit., Capítulo X.
- (10) Tavares, Maria da Conceição - Ciclo e Crise - Capítulo 1.
- (11) Minsky, Hyman P. - op. cit., Capítulo 6.

(12) Ver Parte II, deste.

(13) Calabi, Andrea G. D. & Levy, P.M. - Geração de Poupanças e Estruturas de Capital das Empresas no Brasil. São Paulo, IPE-USP. Relatório de Pesquisa, 1981.

(14) Minsky, Hyman P. - op. cit.

(15) Vejamos como Minsky chega à equação referida:

A demanda por dinheiro escrita por Keynes era:

$M = M_1 + M_2 = L_1(Y) + L_2(r)$; onde L é a função liquidez correspondente a uma renda e Y e L_2 é a função liquidez em relação à taxa de juros r . Aí estão os motivos transação e especulação.

Minsky considera necessário explicitar o nível de preço dos ativos de capital P_k como determinante da demanda por dinheiro.

$M = M_1 + M_2 = L_1(Y) + L_2(r, P_k)$, sendo r , agora, a taxa de juros sobre empréstimos monetários. Se M é dado, a demanda especulativa por dinheiro pode atuar como determinante de P_k .

Introduzindo o motivo precaução devido às obrigações financeiras relacionadas com as decisões empresariais.

$M = M_1 + M_2 + M_3 = L_1(Y) + L_2(r, P_k) + L_3(F)$.

E finalmente, com a introdução dos instrumentos financeiros - near monies - para fazer face às demandas por dinheiro vinculados à segurança e precaução, chega-se àquela equação final. Nesta equação, com MM passa-se a ter uma determinação endógena da quantidade efetiva de dinheiro.

Ver Minsky, H.P., op. cit., pp.75/76.

(16) O preço do ativo de capital é crescente com a oferta de dinheiro e com a expansão dos rendimentos prospectivos. A expansão de M e q correspondem uma redução no prêmio de liquidez; subida dos preços dos débitos monetários e portanto, queda da taxa de juros monetária; e elevação dos preços dos ativos que rendem q 's.

(17) Minsky, Hyman P. - op. cit., p.91.

(18) Idem, ibidem, p.103.

(19) Em $Q_1 = Q(M)$, temos $\frac{\partial C_1}{\partial M} > 0$, porém há limites quanto à su-

bida da taxa de capitalização - C_1 - em resposta ao crescimento da oferta monetária. C_1 , quando M tende ao infinito é um número finito qualquer.

(20) $PK_i = PK_i(M, Q_i)$ é a função do preço de demanda dos ativos.

$\frac{\partial PK_i}{\partial M} > 0$ - o preço de demanda cresce com a quantidade de M .

$\frac{\partial^2 PK_i}{\partial M^2} < 0$ - o preço de demanda crescerá a taxas decrescentes conforme aumenta a quantidade de M .

$\lim_{M \rightarrow \infty} PK_i = \hat{PK}_i$ - para qualquer conjunto de Q 's existe um máximo finito que o preço de demanda pode alcançar através do incremento de M .

As condições desta função são:

1º) um dado estado de preferência pela liquidez que determina C_1 .

2º) um dado diferencial entre C_i e C_1 que também reflete a preferência pela liquidez.

3º) e então, um dado Q é transformado numa função que relaciona o preço de demanda deste ativo de capital com a queda de M .

(21) Ver Minsky, H.P. - op. cit., Capítulos 5 e 6.

(22) Shackle, G.L.S. - "Keynesian Kaleidcs". Edinburgh, Edinburgh University Press, 1974, p.79.

- (23) Idem, ibidem, p.79.
- (24) As necessidades financeiras para fazer face aos débitos crescem mais do que os retornos dos investimentos. Tomadores e emprestadores acabarão recorrendo a fontes que valorizam altamente a liquidez e assim eleva-se a taxa de juros. Ver Minsky, H.P. - op. cit., Capítulo 6.
- (25) Tavares, M. C. & Belluzzo, L.G.M. - Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. Mimeo. UNICAMP, 1984.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Por que a reflexão sobre temporalidade capitalista? Verificamos que ela é imprescindível para uma verdadeira identificação dos problemas e soluções de uma teoria da dinâmica econômica. Penetrando na significação e adequação do conceito de "tempo econômico", compreendemos que têm sido elaboradas diversas "dinâmicas econômicas". Ou seja, o objeto mesmo da teoria dinâmica e seu método variam segundo os autores e o momento histórico.

Estabelecemos que não se trata de constituir a teoria da dinâmica econômica geral. Logo, correlatamente, não se trata também de constituir formalmente um conceito de tempo econômico. O que demonstramos ser fundamental é perscrutar o tempo econômico capitalista e assim avançar na teorização da dinâmica capitalista na história. Não é uma teoria do tempo econômico mas no tempo (econômico) capitalista.

A história do capitalismo, recorrentemente, arromba as portas das cidadelas da teoria econômica. As crises econômicas estruturais aplicam o cheque-mate no saber posto.

Esta tese, orientou-se pelo despertar — "awareness" — face à coisa. Para despertar é imprescindível mover-se entre a lógica e a história, enfrentar as aporias da temporalidade capitalista. Essa, a razão do diálogo, principalmente, com os quatro autores cuja atitude, em teoria econômica, não foi outra senão a de consciência sobre o enredo histórico do capitalismo.

Fez-se, aqui, uma tomada de posição, frente aos predecessores, como não poderia deixar de ser. Ela correspondeu ao seguinte ponto de partida: é desde o capital como autonomização do valor que se começa a compreender a temporalidade capitalista. Mas, isto, desde logo, com a compreensão de que este ponto de partida implicava aceitar o rigor e os riscos (que a outros incomodarão) de uma teoria da dinâmica capitalista aberta às resoluções histó-

ricas. Fica assumida a tensão lógico-histórica que aquela percepção da temporalidade capitalista involucra. O campo econômico não é autógeno, auto-suficiente. As categorias e conceitos, a sincronia ou diacronia da teoria, não conformam um circuito explicativo suficiente. A lógica orienta a identificação das tendências históricas e deve simultaneamente nutrir-se das novidades, postas historicamente, para desdobrar as categorias e redefinir o objeto da dinâmica a ser compreendido.

Se antes o equilíbrio foi questionado pelos acontecimentos, como também o foram os mecanismos automáticos de regulação cíclica, não é, hoje, evidente o questionamento da regulação estatal que foi elemento essencial na consolidação da expansão capitalista após a II Guerra?

Percorremos, em nossa discussão, as agruras do dilema sincronia/diacronia. A dinâmica do capital como movimento-sujeito pari passu ao cálculo capitalista, em concorrência, tornam inadequadas sejam as teorias sincrônicas, diacrônicas ou a combinação destas.

O que fizemos nas partes I e II foi teorizar a dinâmica capitalista, rompendo, com as várias formas de sincronia/diacronia, como também rompendo com os determinismos a que se é tentado pelas Leis gerais do capital como sujeito. O risco de outros tipos de determinismo também foi criticado.

Resultou, uma teoria da dinâmica capitalista — instabilidade e tendência da estrutura — que envolve algo do tipo "sincronia do assincrônico", adequado à temporalidade do objeto, que é o desenvolvimento capitalista. Esta é uma forma de denominar o problema da temporalidade capitalista. Trata-se, segundo Giacomo Marramao, de uma "... ruptura com toda visão linear ou funcional da contradição e uma compreensão da assimetria estrutural do processo de desenvolvimento da formação capitalista...". (Marramao atribui a Ernst Bloch a formulação do conceito de "sincronia do assincrônico". Ver G. Marramao - *Lo politico y las transformaciones* - Cuader-

nos de Pasado y Presente - 95 -, México, 1982).

A dinâmica que decorre do capital como autonomização do valor não pode ser apreendida quer por uma sincronia quer por uma diacronia. A forma valor é (logicamente) constitutiva do desenvolvimento capitalista, como vimos na Parte II, Capítulo 1. No entanto, o capitalismo só está posto historicamente, na medida em que, generalizadamente, as mercadorias são produtos do capital, e quando isto acontecer o valor já é uma forma negada, na fenomenologia do valor de troca, e o que aparece são os preços de produção, do capital. O que aparece é o capital autonomizado e a lei do valor transfigurada em lei de valorização. A forma valor permite a compreensão da dinâmica capitalista de gerar riqueza.

Mas, o capital ao autonomizar-se nega na sua aparência e aparição — pela lógica da contradição — aquela forma. Então, pode-se compreender teoricamente que a dinâmica do capital é a do valor que se valoriza, inclusive ficticiamente. Mas é sobretudo um movimento que, passando pelo dinheiro como capital, pela acumulação (conversão de mais-valia em capital), pelo entrelaçamento de capitais, pela formação de preços capitalistas, não admite uma sincronização permanente nem uma simetria entre valor e capital, nem entre valores e preços (ver Parte II). A impressão de sincronização que a teoria nos propicia decorre do método de abstrações transitórias ao qual nos referimos inúmeras vezes. É quando se pensa que esta sincronização pode ser efetiva e permanentemente estabelecida que se cai no equívoco complementar, que é o da diacronia. Nesse caso, pensa-se que a categoria valor pode ter-se desenvolvido de uma maneira linear ou funcional ao longo da cronologia histórica. Tudo se traduziria na realidade efetiva dos valores regulando as trocas, na sociedade mercantil simples, e seqüencialmente na realidade efetiva dos preços de produção (divergência — a ser "transformada" — com as quantidades de valor-trabalho) na sociedade mercantil capitalista.

A formulação sincronia/diacronia não apreende a tensão entre tempo lógico e tempo histórico. Logicamente, o valor consti-

tui a formação capitalista — suposta sincronia de valor e capital — porém, o desenvolvimento histórico da formação capitalista (produção generalizada de mercadorias sob o capital e a força de trabalho generalizada como mercadoria) torna assincrônica e dinâmica de valorização do capital com o valor. A exacerbação desta assincronia dá-se com o capital financeiro. Ou seja, quando o capital está lógica e historicamente comandando a dinâmica, o valor, a forma valor está lógica e historicamente posta de forma assincrônica ao capital.

Há uma sincronia — dada pelo movimento global do capital — entre a taxa geral de lucro (universo valor) e a taxa média de lucro (universo de preços em concorrência), mas há uma assincronia e uma assimetria entre a forma valor e forma preço; isto é, as trocas capitalistas não são reguladas pelos valores relativos (ver Parte II, capítulo 3).

É esta autonegação do valor que se expressa como sincronia do assincrônico, que dá o caráter de metafísico à relação entre valor e valorização dinâmica do capital; uma vez que a aparência é de que a forma valor está absolutamente negada, quando na verdade o que há é uma negação dialética da forma valor. O preço é a forma necessária à valorização dos capitais em concorrência, em ação recíproca, mas não é uma forma fiel ao valor. Valor e Capital estão assincronicamente postos — lógica e historicamente — no desenvolvimento. A esta temporalidade correspondem assimetrias na estrutura: entre valores e preços, entre forma de trabalho e capital, entre capital em função e capital a juros...

Nesta teorização já está pensado o encaminhamento das mediações lógicas e históricas entre o movimento do capital em geral e a concorrência e o cálculo capitalista — antídoto ao determinismo mencionado (ver Parte II).

A concorrência compreendida de modo compatível com a idéia de capital em geral, e assim, como algo para si (propriedade da estrutura), sendo que o capital singular é posto realiter nas

condições de capital em geral. Esta é a lei fundamental da concorrência. É esclarecida, assim, a posição teórica da concorrência cujas mediações são norteadas pela análise das relações entre as modalidades de capital — bancário, industrial, mercantil — desenvolvidas lógicamente e historicamente. Este tipo de abordagem permite também relacionar a formação da taxa geral de lucro (universo valor) com a formação da taxa média de lucro, oriunda esta última do cálculo competitivo dos capitalistas. Igualmente este procedimento possibilita qualificar a temporalidade da concorrência (suas transformações) articuladamente com o nível dinâmico-estrutural.

Pois bem, se é esta a natureza da temporalidade capitalista, a que conclusões chegamos na crítica às teorias da dinâmica econômica?

Identificamos que na tradição, em teoria econômica, a passagem da estática para a dinâmica estava impregnada por problemas conceituais em relação ao equilíbrio e ao tempo econômico. A temporalidade do conceito de equilíbrio conduz à concepção deste, no melhor dos casos, como númeno, figura fictícia útil para a inteligibilidade da estrutura interna (econômica) porém liberado das implicações empíricas. Complementar a essa operação está aquela da matematização do tempo econômico, variável extensa, tempo associado a espaço.

Nesta démarche, alguns empreenderam uma "dinâmica econômica" compatibilizando equilíbrio e ciclicidade. No equilíbrio uma sincronização das variáveis que viabiliza um ajuste estrutural interno (oferta, demanda, preços em equilíbrio) imune à fenomenologia dos desequilíbrios. Destes tentar-se-á dar conta através da construção de modelos com base na matematização do tempo — uma cronometria — em que as variáveis como defasagens temporais produzem a ciclicidade. As crises ficam subsumidas na noção de ciclo e a historicidade dos fenômenos econômicos é "resolvida" por uma "cronologia histórica" — circunstanciada e datada. Esta combinação surge como perfeito epítome das implicações das teorias analíticas.

Há que destacar também a conclusão de que a ausência explícita do conceito de equilíbrio é às vezes substituída, em modelos cíclicos, onde se verifica uma simples diacronia, pela hipótese, implícita, da eternização da estrutura, ao invés da inclusão do equilíbrio como tal. É a dinâmica formal, do tempo como artefato, a estrutura eternizada move-se ciclicamente. Em analogia com fenômenos da natureza, faz-se uma naturalização da dinâmica capitalista.

De Schumpeter captamos uma peculiar combinação entre modelo e história, muito superior, analiticamente, às comentadas anteriormente, tanto porque não procede a uma espacialização do tempo, quanto porque ao assumir a relação entre teoria e história percebe, à sua maneira, as mutações estruturais do sistema capitalista e estabelece uma periodização histórica. A crítica a Schumpeter centrou-se, entretanto, na sua discutível visão segundo a qual a passagem do capitalismo competitivo ao "trustificado" corresponde um movimento da instabilidade para a estabilidade econômica. A rigor é indiscutível a imperfeição de Schumpeter em compreender a instabilidade financeira que marcaria contemporaneamente a dinâmica da riqueza capitalista.

Tanto a ele quanto a Kalecki atribuímos o fato de que acabam por revelar uma terminalidade das teorias analíticas sobre a ciclicidade. Ou seja, dizemos que os dilemas de ambos frente à temporalidade lógico-histórica do capitalismo significa um esgotamento do esquema analítico calcado na totalidade autônoma do movimento cíclico. Em Kalecki esta terminalidade é mais visível, ainda, na medida em que ele levou-se ao limite, ao super ciclo e tendência como entidades independentes, para depois buscar a dinâmica em seu conjunto, pela via das decisões e cálculos empresariais sobre os investimentos com inovações.

Já a dinâmica de Keynes é, como ele próprio disse, uma luta de libertação com o paradigma de equilíbrio. Percebe a dinâmica capitalista valendo-se da figura do equilíbrio imaginário. Na verdade, funda uma teoria moderna sobre a instabilidade financeira,

desde o princípio da demanda efetiva, lidando com a temporalidade, através do que Shackle chamou de método pan-crônico ou acrônico, que se assemelha à idéia de "sincronia do assincrônico".

Nossas conclusões face às aporias da temporalidade resumem-se, portanto, em que a temporalidade involucrada na dinamização do equilíbrio e na ciclicidade podem constituir um movimento mas não o movimento propriamente capitalista, permanecendo uma dissociação entre relações teóricas e relações históricas.

As proposições (Parte I, Capítulo 5) desenvolvidas nas Partes II e III contribuem para uma teoria da dinâmica capitalista consciente da temporalidade como "sincronia do assincrônico". A concepção global da dinâmica é de expansão-instabilidade-crise. Contrapõe-se à noção de totalidade cíclica autônoma a idéia de instabilidade — oriunda do cálculo competitivo e expectante sobre a riqueza — promovendo flutuações de perfis mutáveis, apontando-se a necessidade de procedimentos lógicos e históricos para o esclarecimento das reversões na dinâmica. Esta instabilidade associada à tendência contraditória da estrutura que se expressa na oposição expansão/crise ao longo do desenvolvimento da formação capitalista. A expansão como estruturalmente instável e a crise como instabilidade desestruturante.

Isto significa que as teorias da instabilidade e da tendência da estrutura devem interagir para a compreensão de transformações de propriedades fundamentais tais como aquelas que decorrem da oposição entre livre concorrência e monopolização. Desta emergem diferenças entre dinâmica em capitalismo de livre concorrência e capitalismo em monopolização.

A marca da temporalidade propriamente capitalista — mencionada antes a propósito da forma valor e capital — reaparece nas demonstrações sobre processo renda e processo valorização/capitalização. É a interação das tendências estruturais do capital como sujeito e do cálculo capitalista (em concorrência) que promovem uma instabilidade desestruturante para a crise estrutural, onde é

posta em questão a reprodução ampliada do sistema. Surge uma teoria transitória de crise (ver Parte I, Capítulo 5). Não há determinismo das leis gerais. As determinações oriundas do cálculo capitalista estão consideradas como complemento de determinações, alterando ritmo e perfil da dinâmica. Porém, elas não implicam controle do processo, pelos capitalistas, uma vez que se inscrevem na ordem que a dinâmica estrutural põe como tendência(as). Há instabilidade e oposição expansão/crise, abertas a resoluções históricas cujo sentido e direção podem ser enunciados, como hipótese, desde uma compreensão lógico-histórica, onde interpenetram-se, teoricamente, as categorias e a observação do acontecer histórico. Aquelas hipóteses correspondendo a uma compreensão teórica transitória do tempo histórico.

Não há pressuposição de mecanismos absolutos de reversão de uma fase da dinâmica para outra fase. As regulações econômicas imagináveis — quer pública, quer privadas — dissolvem-se nas crises e não há como reeditar o que valeu na expansão pretérita. O equilíbrio, a ciclicidade, e uma dada forma estatal, são, por três razões distintas, regulações finitas, sem perpetuidade. A cada resolução histórica há que inovar estruturalmente.

Os desenvolvimentos da teoria da dinâmica capitalista compatíveis com as questões próprias desta temporalidade requerem uma abertura recorrente na configuração de seu objeto e no enriquecimento de seu método.

A dominância financeira que marca a instabilidade e a crise do capitalismo atual, enredando suas formas pública e privada, é um elemento essencial na redefinição de qual Economia virá a ser e qual teoria a compreenderá em seu desenvolvimento.

A temporalidade capitalista revela uma dinâmica em que suas crises agravam-se sucessivamente. Rege a imperfeição sincrônica e estrutural entre riqueza privada e riqueza social. O agravamento não necessariamente se expressa por uma profunda deterioração da produção, da renda e do emprego, como no passado, mas sim

pelos elevados requisitos econômico-financeiros e político-institucionais necessários a uma verdadeira superação da crise. Isto é pela profundidade e extensão das transformações a que devem submeter-se a natureza e a dinâmica da riqueza.